

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO

ADELITA STANISKI

OS SABERES MATEIROS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO
SERRA DAS ALMAS, PARANÁ: HISTÓRIAS DE VIDA E PAISAGENS

PONTA GROSSA
2016

ADELITA STANISKI

OS SABERES MATEIROS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO
SERRA DAS ALMAS, PARANÁ: HISTÓRIAS DE VIDA E PAISAGENS

Dissertação apresentada para obtenção do
título de Mestre na Universidade Estadual de
Ponta Grossa, Programa de Pós-Graduação
em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Nicolas Floriani
Coorientação: Prof^a Dr^a Rosimeri Segecin
Moro

PONTA GROSSA

2016

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

Staniski, Adelita
S785 Os saberes mateiros das comunidades tradicionais da Região Serra das Almas, Paraná: histórias de vida e paisagens/ Adelita Staniski. Ponta Grossa, 2016. 213f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração: Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Nicolas Floriani.
Coorientadora: Prof^a Dr^a Rosimeri Segecin Moro.

1.Conhecimentos tradicionais.
2.Mateiros. 3.Etnobotânica. 4.Paisagem.
I.Floriani, Nicolas. II. Moro, Rosimeri Segecin. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em Gestão do Território. IV. T.

CDD: 306.349

TERMO DE APROVAÇÃO

Adelita Staniski

“OS SABERES MATEIROS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS DA REGIÃO SERRA DAS ALMAS, PARANÁ: HISTÓRIAS DE VIDA E PAISAGENS”

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Nicolas Floriani
UEPG

Prof. Dr. Antônio Marcio Haliski
IFPR

Prof. Dr. Almir Nabozny
UEPG

Ponta Grossa, 05 de abril de 2016.

*Aos meus pais: Janete e Moacir,
Por incentivar e apoiar esta trajetória universitária.*

*À Michell, meu companheiro,
Pela compreensão e apoio.*

*À Dariane, amiga,
Com quem compartilho sempre angústias e alegrias.*

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Nicolas Floriani pela orientação e motivação com que sempre auxiliou no desenvolvimento desta pesquisa. Obrigado por compartilhar seus conhecimentos, pelo apoio intelectual e emocional.

A Prof^a. Dra. Rosemeri Segecin Moro pela coorientação, por aceitar ser supervisora, pelas valiosas contribuições, pela paciência e diálogo durante estes anos.

A todos os moradores das comunidades Sete Saltos de Baixo, Palmital dos Pretos e Lageado Grande, por disponibilizar parte do seu tempo para participar desta pesquisa e por compartilharem momentos, histórias e saberes. Em especial ao senhor Maia, João M., Antônio P., Sila, Nelson, Jesumira, Azivir, Antônio C. Ivone, Maria, Nirde, Célia, João S. e Elenita.

A amiga Dariane sempre presente em todos os momentos da minha vida, obrigada pelas palavras de conforto, apoio e incentivo.

Aos amigos e amigas, Micheli, Alisson e Mônica, pelas conversas e pelo apoio e a Marcos Luginieski pelo empréstimo dos livros.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa Interconexões que estiveram presentes e ajudaram a construir esse trabalho.

Aos colegas de turma do mestrado que compartilhamos alegrias, almoços, angustias e aflições.

Aos professores da pós-graduação em Geografia por compartilharem seus conhecimentos e doar parte do seu tempo para auxiliar em dúvidas e explicações.

A UEPG e CAPES pela concessão da bolsa de mestrado.

A todos do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Mestrado em Gestão do Território e da Universidade Estadual de Ponta Grossa que de forma direta ou indireta contribuíram para a conclusão desta etapa.

“Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes”.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo geral compreender os saberes mateiros no processo de transformação socioecológica das comunidades rurais da Região da Serra das Almas, Paraná. Considerando a experiência e percepção da floresta no contexto socioespacial local o presente estudo se divide em sete capítulos. Na reflexão teórica abordou-se as formas de conhecimentos, e o saber-fazer mateiro e como os estudos etnobotânicos podem auxiliar ao diálogo de saberes. Ao investigar a literatura atual levanta-se a questão do patrimônio intelectual cultural que muitas vezes acaba sendo incorporado à bancos de dados sem o devido reconhecimento e a regularização deste acesso às informações. Parte-se então para uma análise da relação das comunidades com a floresta de Araucária e como a legislação regulamenta e atua na configuração das paisagens. No que se refere a metodologia iniciou-se com um levantamento exploratório visando uma aproximação com a realidade estudada, em seguida foram realizadas entrevistas utilizando a técnica de história oral de vida, percursos pela floresta, coleta de material botânico e observação. Conclui-se que as três comunidades utilizam as espécies arbóreas em seu dia-a-dia e apresentam em comum forte religiosidade. No que tange o processo de transformação a Região da Serra das Almas apresentou-se como um rural dinâmico onde algumas práticas e conhecimentos permanecem, outros se transformam e alguns vivem apenas na memória dos antigos moradores da localidade.

Palavras-Chave: Conhecimentos tradicionais. Mateiros. Etnobotânica. Paisagem.

ABSTRACT

This work has the objective to understand the woodsmen knowledge in socio-ecological transformation process of rural communities in the region Serra das Almas, Paraná. Considering the experience and perception of the forest on the local socio-spatial context, the present study is divided into seven chapters. In theoretical reflection we approached the forms of knowledge and know-how and woodsmen as studies ethnobotanical can assist the dialogue of knowledge. To investigate the literature raises the question of intellectual cultural heritage which often ends up being incorporated into databases without due recognition and regulation of this access information. If part then to an analysis of the relationship of communities with the Araucaria forest and how the law regulates and influences the configuration of landscapes. As regards the method began with an exploratory survey seeking an approximation to reality studied, then interviews were conducted using the technique of oral history of life, paths through the forest, collecting botanical material and observation. It is concluded that the three communities use tree species in their day-to-day and have in common strong religiosity. Regarding the process of transforming the region of Serra das Almas appeared as a rural dynamic where some practices and knowledge remain, others turn and some live only in the memory of former residents of the locality.

Keywords : Traditional knowledge . woodsmen . Ethnobotany . Landscape

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Fases de estágios sucessionais de desenvolvimento de florestas.....	45
Figura 2 -	Áreas de amostragem do fitossociológico na Região da Serra das Almas-PR.....	59
Figura 3	Localização das comunidades estudadas na Região da Serra das Almas.....	65
Figura 4	Mapa Participativo do Passado, realizado com o senhor Maia, na comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa- PR.....	71
Figura 5	Fluxos migratórios diários do passado da Região Serra das Almas.....	72
Figura 6	Mapa Participativo do Passado, realizado com o senhor João S. na comunidade Lageado Grande, Campo Largo- PR.....	73
Figura 7	Mapa Participativo do Passado, Comunidade Palmital dos Pretos, Campo Largo- PR.....	74
Figura 8	Mapa Participativo do Presente, Comunidade Lageado Grande, Campo Largo- PR.....	77
Figura 9	Atividades econômicas e uso dos recursos naturais na região da Serra das Almas.....	79
Figura 10	Mapa Participativo do Presente, Comunidade Palmital dos Pretos, Campo Largo- PR.....	81
Figura 11	Cartografia participativa momento presente, Comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa- PR.....	82
Figura 12	Fluxos migratórios diários do presente da Região Serra das Almas.....	83
Figura 13	Estágios iniciais de sucessão da vegetação secundária e lavoura de Senhor Antônio C.....	90
Figura14	Percurso da caminhada (trunê guiada) realizada com os mateiros na comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.....	97
Figura 15	Desenho retratando uma bandeira de milho na comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.....	99
Figura 16	Jacaré (<i>Parapiptadenia gonoacantha</i>	101
Figura 17	Coloração do tronco da espécie <i>Myrcia splendens</i>	107
Figura 18	Carijo construído pelo senhor João M., utilizado para secar a Erva mate (<i>Ilex paraguariensis</i>).....	112

Figura 19	Percurso da caminhada (trunê guiada) realizada com os mateiros na comunidade Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR.....	113
Figura 20	Caminhada com senhor Antônio P. em meio a vegetação secundária.....	123
Figura 21	Percurso da caminhada (trunê guiada) realizada com o mateiro Nelson na comunidade Palmital dos Pretos, Campo Largo-PR.....	131
Figura 22	Estágios sucessionais apontados por Antônio C. durante a caminhada.....	137
Figura 23	Estágios sucessionais apontados por Azivir durante a caminhada.....	137
Figura 24	Estágios sucessionais apontados por João M. durante a caminhada.....	141
Figura 25	Estágios sucessionais apontados por Antônio P. durante a caminhada.....	141
Figura 26	Estágios sucessionais apontados por Nelson durante a caminhada.....	142
Figura 27	Representação do uso das espécies coletadas durante a caminha com os mateiros.....	164
Figura 28	Mutirão de reconstrução das cercas do criadouro, no Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR.....	169
Figura 29	Percurso da procissão denominada “caminhada da fé” realizada anualmente seguindo calendário.....	173
Figura 30	Cartografia participativa do uso da terra no passado da Comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.....	176
Figura 31	Cartografia participativa do uso atual da terra na comunidade Lageado Grande, Campo Largo, PR.....	179
Figura 32	Cartografia participativa do passado do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa- PR	182
Figura 33	Cartografia do uso atual da terra no Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa- PR	183
Figura 34	Uso da terra no passado da comuidade Palmital dos Pretos, Campo Largo-PR.....	186
Figura 35	Uso da terra atual na comunidade Palmital dos Pretos, Campo Largo-PR.....	187

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Dados do fitossociológicos da amostragem na Comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.....	149
Tabela 2 -	Dados do fitossociológicos da amostragem na Comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.....	153
Tabela 3 -	Relação dos táxons amostrados na Comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo.....	156

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Curva de acumulação de espécies para a amostragem na Floresta Ombrófila Mista (manejada), Lageado Grande, Campo Largo, Paraná.....	148
Gráfico 2 -	Curva de acumulação de espécies para a amostragem na Floresta Ombrófila Mista (manejada), Palmital dos Pretos, Campo Largo, Paraná.....	152
Gráfico 3 -	Usos das espécies encontrados em cada caminhada.....	167
Gráfico 4 -	Comparação do uso da terra na Região da Serra das Almas (passado).....	190
Gráfico 5 -	Comparação do uso da terra na Região da Serra das Almas (presente).....	190

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Participantes da pesquisa na Região Serra das Almas.....	57
Quadro 2 -	Resumo das informações gerais das comunidades estudadas.....	67
Quadro 3 -	Elementos da Cartografia Participativa, passado e presente.....	84
Quadro 4 -	Plantas identificadas por Antônio C. durante a Turnê Guiada, na comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.....	91
Quadro 5 -	Arbóreas coletadas na turnê Guiada com Azivir em Lageado Grande, Campo Largo-PR.....	102
Quadro 6 -	Plantas identificadas por João M. durante a Turnê Guiada, na comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR.....	115
Quadro 7 -	Plantas identificadas por Antônio P. durante a Turnê Guiada na comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR.....	125
Quadro 8 -	Plantas identificadas por Nelson durante a Turnê Guiada, Palmital dos Pretos, Campo Largo-PR.....	133
Quadro 9 -	O conhecimento da floresta e a relação com outros elementos bióticos e abióticos.....	143
Quadro 10 -	Classificação em estágios sucessionais.....	146
Quadro 11 -	Comparação dos resultados levantados nas três comunidades.....	158
Quadro 12 -	Espécies coletadas durante a caminhada realizada com entrevistados.....	159
Quadro 13 -	Comparação do uso da terra passado e atual na Região da Serra das Almas.....	189

LISTA DE SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ARESUR	Áreas Especiais de Uso Regulamentado
CEB/SBB	Comissão de Etnobotânica da Sociedade Botânica do Brasil
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRQ	Comunidade Rural Quilombola
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FOM	Floresta Ombrófila Mista
GPS	Global Positioning system
HUPG	Herbário da Universidade Estadual de Ponta Grossa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	Instituto de Terras Cartografia e Geociências
SAF	Sistema Agroflorestal
SBEE	Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SIRGAS 2000	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas 2000
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
TCLE	Termo de consentimento livre e esclarecido
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UTM	Universal Transversa de Mercator

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	18
1 REFLEXÃO TEÓRICA	18
1.1 AS ETNOCIÊNCIAS E O DIÁLOGO DE SABERES: ESTABELECENDO PONTES ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE ENTENDIMENTO DAS REALIDADES SOCIOESPACIAIS	18
1.2 ETNOBOTÂNICA CONCEITUAÇÕES	22
1.3 MATEIRO, SUJEITO DE DIREITO: DA INVISIBILIZAÇÃO CULTURAL AO RECONHECIMENTO JURÍDICO	25
2 COMUNIDADES RURAIS TRADICIONAIS, SOCIOBIODIVERSIDADE E FLORESTA COM ARAUCÁRIAS: UMA HISTÓRIA DE COOPERAÇÃO	33
2.1 PAISAGEM: PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO	36
2.2 A REPRESENTAÇÃO DA FLORESTA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: O IMAGINÁRIO CIENTÍFICO DE NATUREZA	40
CAPÍTULO II	49
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	49
3.1. HISTÓRIA ORAL	54
3.2 CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA	54
3.3 TURNÊ GUIADA	56
3.4 LEVANTAMENTO FITOSSOCIOLÓGICO	57
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS	60
CAPÍTULO III	63
4 RESULTADOS	63
4.1. BREVE DESCRIÇÃO DA REGIÃO: PERÍODOS DE POVOAMENTO	64
4.2 PRÁTICAS DA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM	70
4.2.1 O passado da Região da Serra das Almas	70
4.2.2 Configuração socioespacial atual da Região da Serra das Almas	76
4.3 RELATOS DE HISTÓRIA DE VIDA E RELAÇÃO COM A PAISAGEM	85
4.3.1 Senhor Antônio C	87
4.3.1.1 Percursos pela paisagem	89
4.3.2 Senhor Azivir	97
4.3.2.1 Percorso pela paisagem	99
4.3.3 Senhor João M	108
4.3.3.1 Percursos pela paisagem	111
4.3.4 Senhor Antonio P	120
4.3.4.1 Percorso pela paisagem	122

4.3.5 Senhor Nelson.....	128
4.3.5.1 Percurso pela paisagem.....	131
4.4 CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO LOCAL EM ESTÁGIOS SUCESSIONAIS	136
5. OS SABERES MATEIROS DA FLORESTA, SEUS ESTÁGIOS SUCESSIONAIS E A CORRELAÇÃO COM O SABER CIENTÍFICO	146
5.1 FITOSSOCIOLÓGICO	147
5.1.1 Lageado Grande	147
5.1.2 Palmital dos Pretos	152
5.1.3 Faxinal Sete Saltos de Baixo.....	155
5.1.4 Comparação dos dados fitossociológicos	158
5.2 USOS DAS ESPÉCIES ARBÓREAS	159
5.2.1 O saber das plantas: medicina popular e religiosidade	169
6. CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA DO USO DA TERRA: MEMÓRIAS E COTIDIANO	175
6.1 USO DA TERRA NA COMUNIDADE LAGEADO GRANDE.....	175
6.2. USO DA TERRA NA COMUNIDADE FAXINALENSE SETE SALTOS DE BAIXO	181
6.3. USO DA TERRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PLAMITAL DOS PRETOS	184
6.4. COMPARAÇÃO DO USO DA TERRA NAS TRÊS COMUNIDADES.....	189
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
REFERÊNCIAS.....	197

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa compreender os saberes mateiros no processo de transformação socioecológica de três comunidades rurais: de Lageado Grande, Palmital dos Pretos e Sete Saltos Baixo. Tais comunidades são pertencentes à história de formação da região das Serra das Almas, localizada entre o primeiro e segundo planalto paranaense, entre os municípios paranaenses de Ponta Grossa e Campo Largo.

A Região Serra das Almas¹ tem a origem do nome associado à paisagem relativamente desabitada por onde transeuntes percorriam quilômetros de estrada, que ligava Campo Largo à Palmeira, em meio ao o silêncio da floresta. No alto da serra se encontra o limite dos municípios de Palmeira, Campo Largo e Ponta Grossa (BUIAR, 2003).

O interesse em pesquisar os saberes mateiros dessas comunidades deriva de um trabalho de conclusão de curso realizado em 2011 na comunidade faxinalense de Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa, Paraná. O trabalho buscou compreender os conhecimentos e usos de plantas medicinais, de onde sobreveio a importância da floresta para a comunidade indo além dos limites das áreas das hortas e pomares caseiros.

Em 2013 por conta do projeto de extensão “Apoio ao Reconhecimento da Sociobiodiversidade de Territórios de Populações e Comunidades Rurais Tradicionais do Paraná”, executado pelo grupo de pesquisa “Interconexões: saberes, práticas e políticas de natureza”, da Universidade Estadual de Ponta Grossa foi possível ampliar o leque de atuação em outras comunidades tradicionais.

Com a finalidade de promover, por meio das ações de extensão-pesquisa universitária, o reconhecimento do direito das comunidades tradicionais e agricultores familiares ao acesso aos recursos da biodiversidade, o referido projeto permitiu a inserção do grupo em distintas realidades sociespaciais que configuram a região da Serra das Almas, mas que têm na floresta um elemento da cultura local historicamente apropriado e compartilhado entre as comunidades.

Ao investigar a literatura atual (DANTAS, 2012; SILVA, 2010; SOUZA, 2009; FRANCISCO e FLORENTINO, 2008) contatou-se importância dos saberes mateiros

¹ Região da Serra das Almas é o nome da região e por isso nesta dissertação não será abordada Região como categoria Geográfica.

em trabalhos científicos, onde foi possível notar a preocupação em registrar a história de vida destes “especialistas” das matas.

Não obstante, diferentemente de outros estados, no Paraná não se encontrou a preocupação em investigar os saberes dos mateiro(a)s, considerados, por certo, como sujeitos que apresentam conhecimento e vivência da mata, sem que necessariamente se autoidentifiquem como categoria distinta das demais atividades reproduzidas no cotidiano da comunidade.

Neste sentido destaca-se a necessidade de compreender como esse saber ecológico é reproduzido a partir da trajetória de vida destes sujeitos e da transformação socioespacial da comunidade e região.

Em outros termos, como os mateiros classificam, identificam as espécies arbóreas, como se relacionam com o meio, o que implica contextualizar esse saber em uma dada organização sociocultural reproduzida regionalmente. Entendemos que é a partir da conjunção entre saber e fazer registrada no tempo do sujeito (agricultor ou agricultora) e da coletividade, a comunidade social e ecológica, que se configura patrimônio socioecológico ou biocultural regional.

Os mateiros das comunidades rurais da Serra das Almas têm suas práticas locais refletidas na paisagem vivida, transformada, e trazem consigo valores, sentimentos, que estão ligados a um patrimônio cultural, codificado em uma rede de símbolos e práticas, que expressam a solidariedade entre humanos e destes com outros seres e o uso coletivo desse patrimônio.

Então, para compreender os saberes mateiros e sua relação com o meio em que vivem, é necessário abordar conceitos como o de paisagem e também de território, isto é, conforme Corrêa (2008), a partir dessas categorias é possível compreender a apropriação social do espaço e a ressubjetivação do tempo que configuram a entidade territorial ‘comunidade-floresta’.

Outra grande preocupação é que os saberes mateiros estão se tornando raros. Pinto Sobrinho (2007), ao pesquisar sobre especialistas locais destaca que são poucos os mateiros encontrados. Também Dantas (2012) ao entrevistar pesquisadores demonstrou que 80 por cento destes relataram dificuldade em encontrar mateiros para auxílio no trabalho de campo.

Outras atividades, profissões e saberes passam a ser mais valorizados nas regiões rurais, atraindo os jovens, fazendo com que muitos se afastem dessa

vivência com a mata, levando ao extremo da recusa - e até muitas vezes medo – em experienciar e percorrer a floresta devido à ruptura geracional, isto é, a falha ou falta de comunicação entre as gerações.

Conforme Souza (2009, p.21) há “uma crescente desconexão dos mais jovens com as raízes de sua cultura local, que tendem a se conservar apenas na memória dos mais idosos das comunidades”.

Assim, é de grande relevância a valorização dos saberes locais para que desperte o interesse dos jovens em aprender e respeitar, não somente o conhecimento como também as áreas de mata nativa frente a outras atividades e formas de conhecimento (tecnocientífico), tal como ocorre atualmente com a implantação de empreendimentos da agroindústria e dos reflorestamentos de *pinus* (*Pinus taeda* L.); atividades essas que vem se ampliando na região e causando transformações nas formas produtivas locais.

Buscando compreender o saber-fazer da floresta e as histórias de vida dos sujeitos e das coletividades, lança-se mão de um método complexo que seja capaz de evidenciar o sistema classificatório botânico vernacular e a etnomedicina, comparando-os com o sistema botânico científico. A tradução científica da etnobotânica, contudo, deve ser permeada pela contextualização histórica e geográfica dos sujeitos e de suas práticas materiais e imateriais. Fala-se, portanto, de uma etnometodologia que permita contextualizar esses saberes em um dado território.

Assim, a partir do exposto, este trabalho tem como objetivo geral compreender os saberes “mateiros” no processo de transformação socioecológica das comunidades Lageado Grande, Palmital dos Pretos, em Campo Largo-PR e comunidade Sete Saltos Baixo, no contexto socioespacial da região tradicional da Serra das Almas.

Para tanto, apresenta como objetivos específicos: 1) compreender a história da formação socioespacial da Região da Serra das Almas; 2) compreender a trajetória de vida dos mateiros e suas relações com as florestas de suas respectivas comunidades; 3) entender a experiência e percepção de floresta apropriada pelas comunidades; 4) comparar o conhecimento ecológico científico e o saber vernacular das florestas.

CAPÍTULO I

1 REFLEXÃO TEÓRICA

Este capítulo divide-se em duas seções. Na primeira, aborda-se as formas de conhecimento científico e vernacular e a relação desses conhecimentos com a Geografia e as Etnociências. A etnobotânica como um sub-campo de etnobiologia e seu método interdisciplinar, assim como o mateiro e suas definições, seus saberes fazeres e sua contribuição para a produção científica.

A segunda seção traz aspectos das populações da floresta com Araucária, a representação da floresta na legislação brasileira e a percepção da paisagem que revela valores e matrizes socioculturais.

1.1 AS ETNOCIÊNCIAS E O DIÁLOGO DE SABERES: ESTABELECENDO PONTES ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE ENTENDIMENTO DAS REALIDADES SOCIOESPACIAIS

Existem distintas formas de compreensão e construção de realidades (filosófico, científico, religioso, artístico), legitimado e valorizado por cada sociedade em um dado período histórico.

Neste trabalho aborda-se o conhecimento científico e o conhecimento tradicional como formas de compreensão da realidade que podem ser complementares. Conforme Cunha (2007), com origem em diferentes concepções e processos “ambos são formas de procurar entender e agir sobre o mundo. E ambas são também obras abertas, inacabadas, sempre se fazendo”. (CUNHA, 2007, p. 78).

O conhecimento científico aplica uma visão globalizante (universalizante e simplificadora) e disjuntiva de aspectos da realidade e que se difere das demais formas de conhecimento devido ao uso do “método lógico cartesiano”, da forma de observação. (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Segundo Souza Santos (1999) o método científico reduz a complexidade, quando o ato de conhecer passa a ser a divisão e classificação, pois a mente humana não consegue compreender a totalidade. Nas palavras do autor “[...] é um conhecimento que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo [...]”. (SOUZA SANTOS, 1999, p. 32). O conhecimento científico não é sinônimo de

certeza, mas se impõem como verdade única e legítima. Contudo, existe nela mesma a crítica da certeza, posto que

Constitui-se em conhecimento falível, em virtude de não ser definitivo, absoluto ou final e, por este motivo, é aproximadamente exato: novas proposições e o desenvolvimento de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.80)

Assim, os conhecimentos que compõe a ciência moderna não são “[...] a única explicação possível da realidade e não há razão científica para a considerar melhor que as explicações alternativas da metafísica, da astrologia, da religião [...]”.(SOUZA SANTOS,1999, p. 52). O que levanta a questão da necessidade do diálogo entre os vários conhecimentos, de maneira a permitir a introdução na prática científica hegemônica de

[...] meios institucionais adequados para, a um só tempo, preservar a vitalidade da produção do conhecimento tradicional, reconhecer e valorizar suas contribuições para o conhecimento científico e fazer participar as populações que o originaram nos benefícios que podem decorrer de seus conhecimentos. (CUNHA, 2007, p.84).

Segundo Diegues (2000, p. 30) o conhecimento tradicional pode ser “definido como o conjunto de saberes e um saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”. Esse saber-fazer está ligado a um conjunto de conhecimentos advindos do senso comum e das relações sociais. Pode ser entendido como um conhecimento não científico, produzidos por determinadas comunidades ou sociedades, e que tem como principal meio de transmissão a oralidade. (RAHMAN, 2000 *apud* STRACHULSKI, 2014). Resulta dos vínculos de solidariedade, está em constante transformação, pois é enriquecido com as experiências individuais. Assim o conhecimento tradicional atua em escalas: cultural (saber total), regional (território), comunitária (espaço apropriado por comunidade), doméstica (familiar) e individual. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008).

Referem-se a um complexo campo de relações sobre elementos naturais, sua dinâmica, seu potencial utilitário. Estão relacionados ao meio natural, os aspectos físicos, movimentos, ciclos, de plantas, animais e solos. Utilizam-se de estratégias que manipulam a paisagem natural, por meio dos diversos usos de espécies nativas ligadas a relações sociais como as festividades, sistemas de troca,

costumes repassados ao longo das gerações. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008). Nas palavras dos autores, “esses conhecimentos têm um valor substancial para clarificar as formas como os produtores tradicionais percebem, concebem e conceituam os recursos, paisagens”. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008, p.35).

[...] os conhecimentos tradicionais na realidade fazem parte de uma sabedoria tradicional, que é o verdadeiro núcleo intelectual e prático por meio do qual essas sociedades se apropriam da natureza e se mantêm e se reproduzem ao longo da história. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008, p.16).

Para Ingold (2010) o conhecimento resulta da imersão do indivíduo no mundo, e que a cada geração se revela como uma educação para a atenção, para experiência. Então não seria um simples repasse de informação, mas, “consiste em habilidades adquiridas por meio da percepção e da prática”. (INGOLD, 2010, p.06).

Os saberes locais são formas de sabedorias individuais, apesar do conhecimento e as sabedorias constituírem formas sociais de entender e praticar o mundo. Toledo e Barrera-Bassols (2008) afirmam que “a sabedoria se baseia na experiência concreta e nas crenças compartilhadas por indivíduos a respeito do mundo circundante e mantido, e robustecido, mediante testemunhos”. (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2008, p. 101, tradução nossa).

Os estudos que tratam dos saberes ecológicos tradicionais, como os de indígenas, caboclos, caipiras, feirantes, erveiros, mateiros, raizeiros, entre outros, se inserem no âmbito das etnociências ou etnobiologia. Estas surgem na década de 1950, ou ao menos passam a ser tratados por esta terminologia neste período, onde se pautavam principalmente na classificação *folk*, ou em nomenclaturas para a classificação de plantas e animais, realizadas por diferentes sociedades. (HAVERROTH, 1997).

No Brasil os estudos etnobiológicos passaram a ser mais presentes a partir da década de 1980, tendo como um dos pioneiros Darrell Addison Posey que estudou o manejo dos recursos naturais por tribos indígenas. A etnobiologia é definida por Posey (1986)

A etnobiologia é essencialmente o estudo do conhecimento e das conceituações desenvolvidas por qualquer sociedade a respeito da biologia. Em outras palavras, é o estudo do papel da natureza no sistema de crenças e de adaptação do homem a determinados ambientes. Neste sentido, a

etnobiologia relaciona-se com a ecologia humana, mas enfatiza as categorias e conceitos cognitivos utilizados pelos povos em estudo. (POSEY, 1986, p.01).

A etnobiologia é dividida em vários campos e subcampos, definidos por Marques (2002) como um “cruzamento de saberes”, integra diferentes disciplinas como a Biologia, a Geografia, a Antropologia, entre outras, no estudo das relações da sociedade com o meio. (RAMIRES, 2006). O uso do termo *etno* frente ao nome das disciplinas remete à procura da compreensão das populações de seu mundo biofísico a partir de um recorte disciplinar (HAVERROTH, 2008). Assim, a etnobiologia compreende a etnobotânica, a etnoecologia e outras, comparando a visão do pesquisador à realidade percebida pelas comunidades (RIBEIRO, B., 1986; ROUÉ, 1997).

Para Sturtevant (1964, p.475), o prefixo “etno” refere-se ao “sistema de conhecimento e cognição característico de uma determinada cultura”. Entre as etnociências, a etnobotânica é a que tem maior número de trabalhos realizados e estes se concentram principalmente no conhecimento a respeito de plantas medicinais. O enfoque dos estudos varia regionalmente, são encontrados estudos etnobotânicos a respeito dos usos alimentares, madeireiros, religiosos, da floresta, etc. (ROCHA-COELHO, 2009; OLIVEIRA *et al.*, 2009).

Jain (1987 *apud* MING, 2006), percebendo que a utilização das plantas não se restringia à utilização dos seus produtos e subprodutos, mas que envolvia a reprodução de aspectos imateriais associados ao seu conhecimento, tais como os cultos religiosos e rituais medicinais. Ampliou o conceito, destacando, portanto, a necessidade destes estudos acrescentando suas abordagens de maneira a incluir a dimensão sociocultural (simbólica) envolvida na utilização destas plantas, aproximando-se assim das ciências sociais.

Devido a seu método interdisciplinar as etnociências unem conhecimentos de várias áreas (Geografia, Antropologia, Biologia). Paul Claval (2014) destaca que os conhecimentos geográficos não são todos científicos e que todo homem aprende em sua vida diária saberes-fazer necessários para viver na Terra. Existem diversas práticas e habilidades relacionadas ao conhecimento geográfico e estes “[...] tratam dos meios nos quais vivem os grupos” (CLAVAL, 2010, p.12), nesse âmbito o referido autor insere os conhecimentos geográficos nas Etnociências.

As geografias pré-científicas denominadas como vernaculares, apresentam aspectos técnicos (exploração dos lugares), sociais (cultura dos grupos humanos) e também “informam sobre o significado dado a paisagem e ao meio ambiente”. (CLAVAL, 2014, p.35). A Geografia estuda a cultura dos povos, a relação que se tem com a paisagem. Conforme o autor, a Geografia teria como ambição:

[...] sua ambição é compreender o mundo tal qual os homens vivem: ela fala da sensibilidade de uns e de outros, das paisagens que eles modelaram, dos patrimônios aos quais estão vinculados, dos enraizamentos sentidos; ela descreve ao mesmo tempo a mobilidade crescente dos indivíduos, a confrontação das culturas [...]. (CLAVAL, 2014, p.377).

A paisagem está relacionada ao conceito de cultura, pois revelam as marcas, as atividades dos grupos humanos, as técnicas e formas de habitar o mundo. (CLAVAL, 2001). A paisagem é abordada como objeto de conhecimento por várias áreas como: a etnociências (etnobotânica), a sociologia, a geografia cultural. (MATOS, 2010). Apesar de apresentar significados diferentes em cada área, todas se relacionam com o estudo da paisagem por meio da cultura.

Nesses termos, a abordagem deste trabalho fundamenta-se em referenciais da geografia e das etnociências em específico na etnobotânica e procura através das percepções e representações das paisagens, compreender os saberes mateiros.

1.2 ETNOBOTÂNICA CONCEITUAÇÕES

Do ponto de vista da produção social do conhecimento, a etnobiologia (em especial da etnobotânica) aparece como um novo campo do saber científico, que busca delimitar como objeto de estudo os sistemas de classificações vernaculares de natureza, traduzidos com base no paradigma científico moderno, portanto, segundo o filtro da cultura ocidental.

Segundo Morim (1999), há uma cisão produzida pela modernidade nas formas de conhecer o mundo. A partir da instauração da ciência moderna (cartesiana) se estabelece um fosso entre as formas de entendimento dos fenômenos: as ciências humanas e as ciências da natureza estabeleceriam formas distintas de linguagem, uma potencialmente compreensiva e outra potencialmente explicativa. Conforme referido autor, a compreensão e explicação são usadas na

prática cotidiana para conhecer, o que torna essa relação dialógica complexa e varia conforme os indivíduos e cultura. Apresenta-se, assim, a disjunção “entre uma cultura subcompreensiva (científico-técnica) e uma cultura subexplicativa (humanista)”. (MORIM, 1999, p. 184).

Nesse contexto de revolução paradigmática, molda-se o ramo de conhecimento da etnobotânica que foi empregado pela primeira vez por John Harshberger em 1895, sendo definido como o conhecimento dos povos primitivos a respeito das plantas. (AMOROZO, 1996).

No Brasil, as contribuições na Etnobotânica se tornaram mais evidentes a partir do século XX, com a divulgação do trabalho “*Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados pelos índios Kayapós*” de Darrell Posey. Este organizou em 1988, o primeiro Congresso internacional de etnobiologia, evento que deu origem a “Carta de Belém”, documento a respeito da ética dos pesquisadores e que chamava atenção ao reconhecimento intelectual das comunidades locais. Também durante o evento foi criada a Sociedade Internacional de Etnobiologia (ISE), presidida por Posey. (GARCÉS; ROBERT, 2012).

Além das pesquisas de Posey com os índios Kayapós, importantes pesquisas de plantas da Amazônia foram realizadas por Ghilleen Prance. Ambos com publicações na “*Suma Etnológica Brasileira*” em 1987. Outras contribuições que são importantes destacar

[...] a criação da Comissão de Etnobotânica da Sociedade Botânica do Brasil (CEB/SBB) durante o 46º Congresso Nacional de Botânica (1995); a fundação da Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia (SBEE) durante o I Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia (1996); a realização do I Workshop Brasileiro de Etnobotânica e Botânica Econômica durante o 47º Congresso Nacional de Botânica (1996). (OLIVEIRA *et al.*, 2009, p.593).

Após a primeira definição, os estudos passam por diferentes orientações, dando origem a diversas conceituações. Conforme Sturtevant (1964, p. 475-476) “[...] etnobotânica é uma concepção cultural específica sobre o mundo vegetal [...] com modos particulares de classificar seu universo material e social”. Xolocotzi (2001, p. 05, tradução nossa) define a etnobotânica como “campo científico que estuda as inter-relações que se estabelecem entre o homem e as plantas, através

do tempo e em diferentes ambientes”. Barrera (2001), também a define como campo científico, mas que possui como método a interdisciplinaridade

campo interdisciplinar que compreende o estudo e interpretação do conhecimento, significação cultural, manejo e usos, tradicionais, dos elementos da flora [...] Em poucas palavras, o principal objeto da Etnobotânica é o estudo dos saberes botânicos tradicionais. (BARRERA, 2001, p.10, tradução nossa).

Outras práticas cognitivas emergem no cenário da crise paradigmática das ciências, descentrando as antigas estruturas e apontando para a necessidade de repensar as práticas científicas a partir de uma abordagem integradora (complexa) com base numa prática inter e transdisciplinar, capaz de fazer dialogar (sem a convicção de haver consensos), em um mesmo pé de igualdade, as ciências modernas com os outros saberes. Em outras palavras, trata-se de refundar as bases epistemológicas da ciência hegemônica, reestruturando-as a partir da prática inter e transdisciplinar. (FLORIANI, D. 2013).

Com isso, mostram-se necessariamente presentes em um mesmo *locus* reflexivo as diversas maneiras de interpretação da realidade socioambiental em sua diversidade de perspectivas e dimensões (espaciais e temporais) e múltiplas variáveis (sociais, ecológicas, econômicas, culturais) em jogo na configuração de saberes e práticas locais de natureza. (FLORIANI, N. *et al.*, 2013).

Fala-se, portanto, da necessidade de um outro método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuidora de uma cultura específica, a melhor, de uma etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia. (CAMPOS, 2002).

Parte-se da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Neste contexto dialógico (consensual ou não), Viertler (2002) se questiona “em que medida é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento e de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002, p. 21, tradução nossa).

Diferentes ramos da ciência acadêmica como a antropologia, sociologia, ecologia e geografia, quando orientados pela união de técnicas e métodos, buscam entender as representações e práticas de natureza pela cultura local, permitindo assim, um entendimento sobre os fenômenos espaciais e temporais que

caracterizam a sociobiodiversidade dos territórios tradicionais. (FLORIANI; BARRERA-BASSOLS, 2015, no prelo).

Nesse contexto dialógico, que emerge da crise da própria ciência moderna - por não conseguir responder aos problemas socioambientais produzidos por ela mesma - é construída a realidade dessa pesquisa acerca da compreensão geográfica e histórica da configuração dos saberes ecológicos mateiros e sua relação com a botânica científica.

Portanto, a construção social da realidade vivenciada pelo grupo de pesquisa na qual se insere a autora deste trabalho, busca dar tônica as práticas de natureza vivenciadas cotidianamente pelos sujeitos da pesquisa, em contexto espacial e histórico de produção desse saber-fazer e sua transformação cotidiana frente a outros saberes e práticas de natureza, produzidos por outros grupos humanos e pela sociedade contemporânea.

Dada a problemática acima evidenciada, a presente pesquisa acerca dos saberes mateiros da Região da Serra das Almas busca, mais do que inventariar os sistemas de classificação vernaculares das espécies arbóreas e de animais dos ecossistemas regionais, conhecer a história e vida e as memórias coletivas (cotidianamente recriadas) sobre a transformação da paisagem rural da região, que dão sentido aos saberes e à sua interação desses indivíduos e suas comunidades com a floresta.

1.3 MATEIRO, SUJEITO DE DIREITO: DA INVISIBILIZAÇÃO CULTURAL AO RECONHECIMENTO JURÍDICO

De onde surge o nome mateiro? Segundo o dicionário Michaelis (1998) mateiro significa “homem hábil em orientar-se no mato e nas funções peculiares a esse meio”. No entanto, existem outras acepções como a de Carrara (1995, p.112) que define mateiro como uma profissão “o que recolhe ervas ou comerciante de ervas medicinais [...] identificam as plantas e prescrevem algumas a seus clientes”.

Para Azevedo e Silva (2006, p.187) mateiro é “aquele que extrai as plantas em ambientes antropicamente alterados ou não”. Essa definição se relaciona mais ao coletor, fornecedor de plantas para comércio nas cidades, aqueles que sobrevivem da mata como profissão.

Mateiro consta também como Profissão no Ministério do Trabalho e Emprego, porém, conforme Dantas (2012, p.65) poucos são os mateiros contratados com essa profissão, sendo ainda uma “identidade confusa tanto da parte de quem faz uso do serviço, quanto da parte dos próprios profissionais mateiros”.

O pesquisador é quem geralmente denomina o especialista local como mateiro, que acaba aceitando esse título que denota sua vivência e seu conhecimento da mata. (DANTAS, 2012). Por outro lado, Rosot *et al.* (2013, p.36) evidencia que a designação mateiro já é utilizada a bastante tempo, apresenta a denominação de mateiro para caboclos² que no início do século XX, “subsistiam por meio da extração da erva-mate, pinhão e pequenas criações de animais”.

Já para Francisco e Florentino (2008) é essa interação com a floresta, resultante da miscigenação do índio, do negro e do branco, que faz surgir os mateiros, que são “moradores da floresta e trabalhadores rurais com grande conhecimento sobre os recursos e os perigos da natureza. São, até hoje, excelentes guias na floresta”. (FRANCISCO; FLORENTINO, 2008, p.7).

Cada mateiro tem uma forma particular com que se relaciona com a paisagem, guiados por valores humanos, religiosidade, solidariedade, modos de vida com características culturais diversas adaptadas a sua localidade. Como em sua maioria não se identificam como mateiro, essas habilidades constituem então um conhecimento que pode ser entendido como o saber mateiro.

Os saberes mateiros são diversos, são conhecimentos do entorno dos processos naturais, está relacionado à mata, ao solo, aos organismos vivos do ambiente local. É um conhecimento ágrafo, não necessita da escrita para sua transmissão que ocorre de forma empírica e com a prática, na vivência, no cotidiano dos que buscam aprender, dos que observam, dos que escutam, dos que sentem o ambiente em que vivem. Por isso pode-se dizer que é também um conhecimento local, pois está relacionado com a sociobiodiversidade local, onde denomina, classifica, utiliza recursos ambientais. São saberes que provêm da prática, do cotidiano, dos itinerários compartilhados com pessoas mais velhas, onde plantas, formas de relevo, processos naturais, funcionam como referências, determinando o calendário religioso, festivo e de cultivos.

² Proveniente da miscigenação de indígenas, portugueses e espanhóis. (ROSOT *et al.*, 2013).

Segundo Nakazono (2010) o saber mateiro pode ser entendido como um conhecimento tradicional, pois provêm de comunidades locais, tendo sua transmissão através das gerações e de diferentes formas.

É um conhecimento que se transforma a cada geração, não é estático, se produz a partir da percepção. Conforme Cunha (2007, p.78) “o conhecimento tradicional reside tanto ou mais nos seus processos de investigação quanto nos acervos já prontos transmitidos pelas gerações anteriores. Processos. Modos de fazer. Outros protocolos”.

Nakazono (2010, p.02-03-04) também define mateiro como “conhecedor das florestas e rios, das matas [...] é o agente social requisitado em atividades científicas por possuir um extenso conhecimento sobre os ambientes e recursos naturais”.

Para Marques (1995) citado por Silva (2010, p.11) mateiros são entendidos como “pessoas reconhecidas pela própria população local como conhecedores experientes dos assuntos pesquisados”. Para Dantas (2012, p. 38), “é possível considerar que mateiro é um ator social detentor de um conhecimento ímpar que possui geralmente uma trajetória de vida relacionada à vivência com a mata”.

Assim, pode-se dizer que o mateiro é um agente social de grande conhecimento sobre o meio em que vive. Por meio dos cheiros, sabores, cores, texturas, reconhece, classifica e denomina. São referências para a população local pelo seu saber sobre a biodiversidade.

Alguns são conhecidos pelas habilidades em se locomover em meio a mata, outros em encontrar solos férteis para cultivo, outros ainda na coleta e preparo de medicinais, outros sabem em que período e melhor madeira para construir casas, artefatos, realizar artesanatos, entre outros.

Outros mateiros são associados ao ‘dom’ medicina popular, sendo conhecidos como benzedores. Conhecendo as plantas, esses agentes passam a atuar como médicos populares em suas comunidades. O mateiro possui especialidades de benzedor, mateiro e vidente, prática em que é necessário possuir o dom e esse saber só é transmitido para as pessoas que sejam identificadas com esse dom. (BORCHARDT; COLVERO, 2013). O estudo de Borchardt e Colvero (2013) em São Miguel das Missões-RS, demonstrou que essa prática ainda permanece sendo uma alternativa para solucionar os problemas, apesar de os mais jovens muitas vezes não assumirem esta missão.

Não obstante, em que pese o crescente interesse de pesquisadores pelos conhecimentos locais de natureza, muitas vezes os mateiros figuram apenas como “pessoa que é conhecedora de uma região e que atuam como guias de expedições de campo ou visitas guiadas”. (ROCHA-COELHO, 2009, p.11).

Muitos inventários botânicos são realizados com subsídio intelectual de mateiros, que aportam mais informações a cerca das espécies nativas, principalmente as que apresentam usos pelas comunidades locais. (ALVES *et al.*, 2008).

Souza (2009) analisou os elementos da memória social da comunidade do Sapê, Rio de Janeiro, através da história oral de mateiros, erveiros e outros moradores. Souza (2009) observou que há uma justaposição de elementos tradicionais e contemporâneos e que as práticas locais apresentam uma relação concreta e simbólica com as plantas. Apesar de ser uma prática de sobrevivência, a atividade do mateiro na comunidade vem sendo desvalorizada como profissão, havendo então perda dos saberes na transmissão entre as gerações devido a um crescente desinteresse dos mais jovens, mas a despeito dessas contradições os saberes locais ainda se mantêm vivos.

Dantas (2012), com “*O saber local e a prática científica: análise das relações entre mateiros e pesquisadores em Pernambuco*”, trouxe a voz e a identidade dos mateiros de Pernambuco, avaliando as relações dos mateiros com a floresta e com os pesquisadores sob o ponto de vista dos mateiros e avaliando também o ponto de vista dos pesquisadores, numa interface entre saber local e saber científico. Assim como Souza (2009) conclui pela tendência ao desaparecimento desses conhecedores locais, tanto pelo desinteresse das novas gerações como também pela diminuição das áreas naturais.

Silva (2010), com o trabalho “*Conexões entre o saber local e o científico sobre um fragmento de floresta ciliar na zona da mata norte de Pernambuco*” sob uma abordagem etnoecológica e por meio da técnica da história oral (juntamente com outras), analisou a perspectiva local e seus usos pelos mateiros, as transformações na relação da população local com a floresta. Trouxe também a síntese da história oral temática de um mateiro e buscou entender a contribuição dos colaboradores locais nas pesquisas, estabelecendo conexões entre o saber local e científico.

Dantas (2012) entrevistou pesquisadores os quais afirmaram que apesar da tecnologia o mateiro auxilia o pesquisador a não se perder na floresta ou a encontrar os melhores caminhos sem se deparar com precipícios. Descreve a autora que a forma que eles conhecem as plantas é incrível, mostrando detalhes que não se perceberia se estivesse sozinho.

Pinto Sobrinho *et al.* (2011, p.196) utilizam o termo “especialistas locais” para definição de mateiro, segundo os autores, são “identificados por seus elevados conhecimentos sobre trilhas, plantas e animais das áreas naturais”. Esta experiência que os mateiros adquirem ao longo da vida é de grande utilidade no auxílio dos pesquisadores, pois eles entendem as inter-relações do meio biótico e abiótico, auxiliando também na manutenção dos ecossistemas e no manejo de espécies da flora nativa.

Em relação ao saber etnobotânico o trabalho de Pinto Sobrinho (2007) pesquisou o saber de mateiros no entorno de duas reservas ecológicas no Rio de Janeiro. Este não apresentou o histórico de vida dos mateiros, mas seus saberes, usos de plantas, e a importância desses saberes locais para a manutenção de reservas ambientais e como colaboram ao acompanhar pesquisas científicas, demonstrando também preocupação com esse conhecimento empírico transmitido oralmente que está sendo perdido, tornando raros esses especialistas locais.

Há também trabalhos, como de Roque (2008), que descrevem a ação negativa de alguns mateiros, apesar da maioria demonstrar conhecimento ecológico e manejo sustentável. Roque (2008) buscou identificar as principais categorias de uso de plantas nativas do bioma Caatinga, em uma comunidade rural no município de Caicó, Rio Grande do Norte. No que tange as informações do potencial medicinal, Roque (2008) aponta que mateiros e raizeiros extraem de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural plantas que não se encontram mais na comunidade, e a intensidade da coleta, a retirada da casca e da raiz de maneira incorreta acaba comprometendo as plantas.

Em outra pesquisa relacionada à temática, Carneiro (2009) estudou a história de vida de dois especialistas locais da região de Campo Limpo de Goiás-GO, relatando a forma de coleta de medicinais (em quintais e campo). A autora também destaca, por outro lado, a dificuldade de geração de renda no meio rural, o que tem resultado na coleta indevida e comercialização de plantas medicinais para

venda em centros urbanos, além de evidenciar problemas decorrentes da coleta de plantas que não apresentam o princípio ativo desejado. (CARNEIRO, 2009).

Há, por outro lado, pesquisadores (PROCÓPIO; SECCO, 2008; HAMADA; HOPKINS, 2008) que defendem que o mateiro (quem adota nome vernacular as espécies) deve receber treinamento incentivando a identificação botânica. Segundo os referidos autores, isso auxiliaria na hora de realizar inventários florestais (comerciais) não atribuindo os mesmos nomes científicos à espécies diferentes, ou pela própria variação de nomes entre diferentes mateiros, em diferentes regiões. De tal modo que esta hipotética formação e disciplinarização profissional viria a colaborar para a manutenção da diversidade biológica.

Embora empreguem mateiros como auxiliares dos inventários técnicos, o aporte do saber local se resume na maioria das vezes como fonte de informações, sendo incorporado ao banco de dados, sem reconhecimento do patrimônio cultural, que remeteria aos problemas jurídicos do reconhecimento da propriedade intelectual de uma coletividade sobre as supostas qualidades medicinais ou alimentares de uma planta (ARAÚJO, 2006; OLIVEIRA *et al.*, 2011; DAMASCENO *et al.*, 2011; VIANA e FERNANDES, 2011; CUNHA, 2004; VEIGA *et al.*, 2003).

Ora, o mateiro como auxiliar de campo, com um saber essencial no desenvolvimento de pesquisas, muitas vezes é um agente social invisível na atuação como profissão, não sendo lembrado na hora da publicação de descobertas científicas, apesar de em alguns momentos realizar atividades consideradas de risco na coleta de material biológico, o reconhecimento de sua atuação nem sempre é nítido. (NAKAZONO, 2010).

Portanto, há um grande volume de produção científica omitindo a participação do saber vernacular ou, quando muito, trazendo menção ao mateiro somente no agradecimento a essas pessoas que remeteram grandes esforços para auxiliar e guiar o pesquisador em campo. (DANTAS, 2012).

Tais aspectos levam ao problema atual da apropriação intelectual do conhecimento das plantas e da agrobiodiversidade pelo capital farmacêutico. Esse problema é apontado por Ming (2006), ao afirmar que os estudos etnobotânicos, em razão das suas contribuições em termos de descobertas de novos fitoterápicos, têm surgido várias discussões a respeito da propriedade intelectual das populações

tradicionais e a necessidade de estabelecer mecanismos compensatórios pelas informações coletadas nessas comunidades tradicionais.

O projeto de lei 13.123 de 20/05/2015 que vem a regulamentar o acesso ao patrimônio genético, admite a importância dos conhecimentos tradicionais na manutenção da biodiversidade e dispõe sobre o acesso, exploração econômica e da repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes. Legítima, portanto, a propriedade intelectual e cria dispositivos para que haja o retorno monetário aos detentores do saber tradicional que está relacionado a agrobiodiversidade. Cabe destacar em seu Art. 10 mesmo que determinado saber seja propriedade de apenas um indivíduo de determinado grupo, o conhecimento é considerado coletivo e tem garantido seus direitos pela referida lei. (BRASIL, 2015).

Abre-se por meio deste projeto de lei espaço para que a voz das populações, quilombolas, caboclos, indígenas e agricultores tradicionais sejam ouvidos e consigam participar da tomada de decisões sobre seu patrimônio local, consentindo ou não o acesso às práticas e saberes.

Quanto aos instrumentos monetários compensatórios tratados no Art. 19, existem duas modalidades: monetários e não monetários (projetos de conservação, transferência de tecnologias, capacitação). No que se refere a repartição dos benefícios para as comunidades tradicionais, o Art. 17 da lei determina que “[...] serão repartidos, de forma justa e equitativa, sendo que no caso do produto acabado **o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado deve ser um dos elementos principais de agregação de valor**, em conformidade ao que estabelece esta Lei” (BRASIL, 2015, grifo nosso).

Para Santos *et al.* (2015), ao reportar-se ao inciso § 3º do Art. 9, sobre variedades crioulas utilizadas na agricultura e que são considerados de origem não identificável, a lei não atinge o objetivo a que se propõe quando “[...] seus dispositivos limitam o percentual de repartição de benefícios fazendo com que o antigo escambo ainda se faça presente”. Desta forma, a lei deixa brechas para a exploração do conhecimento tradicional, onde as comunidades só terão o retorno à repartição do benefício se seu conhecimento for considerado o elemento principal do produto.

Para as comunidades que desejam fazer parcerias com empresas nacionais na pesquisa e produção dos medicamentos derivados de fitoterápicos da medicina

tradicional é imprescindível que conheçam e discutam entre si, dentro de sua coletividade, a relação custo benefício, isto é, observando-se criteriosamente os aspectos da legislação, os impactos ambientais ou mesmo culturais e o retorno desta parceria.

Para Silva *et al.* (2012) a questão da comercialização da biodiversidade também traz preocupações dos impactos aos ecossistemas e espécies associadas. Tendo em vista que para o tratamento de muitas doenças são usadas a raiz e a casca das espécies, e então a coleta necessita de procedimentos adequados, principalmente pelo fato de algumas serem extraídas de unidades de conservação lindeiras ou sobrepostas aos territórios tradicionais.

Além dos conflitos causados pela extração de espécies em Unidades de Conservação Ambiental, a ação do turismo rural desordenado, a especulação imobiliária, o subemprego e exploração da mão-de-obra, geram igualmente problemas sociais às comunidades rurais que incidem sobre a exploração inadequada dos ecossistemas, secularmente ocupados pelos mateiros, pescadores, quilombolas. (SILVA, 2011).

Francisco e Florentino (2008), realizaram um estudo de caso no Parque Estadual do Desengano, situado no norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Os autores abordaram as transformações de uma área habitada por mateiros num parque Estadual de preservação, onde a população local foi expulsa. Francisco e Florentino (2008) apresentaram alguns mateiros e seus modos de vida, os conhecimentos, habilidades e também as “mágoas” que restaram a partir da criação do Parque Estadual do Desengano.

Do apanhado de trabalhos acerca da temática dos saberes dos mateiros, foi possível notar a profusão de conceitos e discursos, que vão desde a oclusão dos saberes e fazeres local ou subjugação destes nos trabalhos científicos, ou contrariamente, da exaltação dos saberes locais em detrimentos dos científicos. Dos trabalhos analisados, destaca-se também a importância destes saberes locais para a conservação³ ou degradação dos ecossistemas. As influências do senso comum e da mídia também figuram na configuração dos conhecimentos ecológicos tradicionais, bem como das políticas ambientais e do mercado na apropriação destes saberes.

³Apesar de se compreender que preservação e conservação são conceitos diferentes, neste trabalho não se faz distinção entre ambos, pois os moradores, muitas vezes, os utilizam como sinônimos.

2 COMUNIDADES RURAIS TRADICIONAIS, SOCIOBIODIVERSIDADE E FLORESTA COM ARAUCÁRIAS: UMA HISTÓRIA DE COOPERAÇÃO

Estima-se que a floresta com *Araucaria angustifolia* (Bert.) O. Kuntze-Floresta Ombrófila Mista (FOM) tenha abrigado populações humanas a partir dos últimos quatro mil últimos anos. Estas populações, que migraram da região amazônica durante o referido período, pertencentes ao tronco linguístico Jê, originando as populações autóctones da tradição Taquara/Itararé nos planaltos meridionais do país, tal qual o povo Kaingang.

A semente da Araucária, denominada de pinhão, figura como importante alimento aos habitantes desta floresta, compondo a base alimentar dos povos autóctones. Reitz e Klein, (1966 *apud* DIAS, 2004) relatam a existência de quatro espécies diferentes, e cada uma das espécies tem a maturação do pinhão em períodos do ano diversificados. Isto garantia alimento o ano todo, sendo seu consumo associado a frutos de outras espécies que compõe a floresta de araucária.

Os povos autocótenes que habitavam a Floresta Ombrófila Mista pertenciam ao tronco linguístico Jê, receberam diversos nomes “[...] Guaianá, Coroadó, Kamé, Bugres, Botocudo, Aweikoma, Aweikoma-Kaingang, Socré ou Shoklém, entre outros. É somente a partir de 1882 que os grupos do planalto são denominados de Kaingang por Telêmaco Borba”. (DIAS, 2004, p.41).

Os primeiros contatos da população indígena do Paraná com os colonizadores ocorreu no século XVI, seguida pela implantação de fazendas com modelo escravagista e depois com o tropeirismo. (FÜBRINGER, 2010). Mas, segundo a referida autora, é a partir de 1769 que cresce a invasão sobre os territórios Kaingang, tornando-se ainda mais violenta no século XIX, período em que se inicia a imigração de agricultores europeus para colonizar o Brasil.

A partir daí acentua-se o fenômeno de ocupação do território e a exploração dos recursos naturais como *Araucaria angustifolia* e *Ilex paraguariensis*, passando a transformar a paisagem de acordo com as lógicas produtivas e projetos coletivos que incidem sobre a região, de maneira que é possível falar em distintas temporalidades e espacialidades permeadas por racionalidades que incidem no processo de formação da diversidade socioespacial na região. Formam-se, portanto,

processos de territorialização que refletem sistemas de práticas e de representações distintas de natureza e cultura.

Assim, o contato com diferentes grupos fez com que se compartilhassem práticas e conhecimentos do ecossistema, territorializando-se modos de vida diversos e hibridizados sobre os territórios autóctones.

Leff (2009) destaca dois tipos de racionalidades que podem nos ajudar a entender o fenômeno de territorialização de formações sociais em uma região

[...] uma que tende a assegurar a reprodução sociocultural a partir das condições de equilíbrio do ecossistema; outra que tende a maximizar os benefícios comerciais, o intercâmbio econômico e a produção de excedentes. Num caso, a estrutura funcional do ecossistema condiciona a divisão do trabalho, a organização produtiva e as formações simbólicas de uma formação social. No outro, as práticas sociais e produtivas vão-se subordinando à produção capitalista, impondo-se leis de mercado sobre as condições ecológicas da reprodução social. (LEFF, 2009, p.102).

Esta relação de interação com a natureza pode ser observada nas comunidades tradicionais ou, também entendidas como comunidades locais. Estas desenvolvem práticas específicas no território em que vivem, e suas práticas não se relacionam apenas ao produzir, mas também é guiado por um conjunto de ritos, imaginários e crenças. A racionalidade ecológica das práticas não está diretamente inscrita nas técnicas das sociedades tradicionais, que por meio de valores, religiosidade, cultura, vão determinar a forma e utilização dos recursos. (LEFF, 2009, p.96).

Segundo Diegues (2000, p.01-22), são sociedades que apresentam “cooperação social e historicamente reproduzem seu modo de vida”, colaborando também para a manutenção da biodiversidade local, pois muitas “espécies são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais”.

Segundo decreto nº 6.040/ 2007, povos e comunidades tradicionais são:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Deste modo, por meio de sua forma de sobrevivência e sua relação com a natureza, as comunidades tradicionais desenvolvem saberes denominados como conhecimento local ou tradicional.

Para Cruz (2007, p.94), as populações tradicionais, tais quais as amazônicas por ele estudadas, se mostram “configuradas em outras formas de territorialidades e ainda por terem modos de vida estruturados a partir de racionalidades econômicas e ambientais com saberes e fazeres diferenciados da racionalidade capitalista” são denominadas de tradicionais.

Como no Brasil há uma grande diversidade sociocultural, são incluídos a esse termo vários grupos humanos, mas três elementos são destacados por Little (2002, p.22) como semelhantes, que consolidam a territorialidade das populações tradicionais o “regime de propriedade comum, sentido de pertencimento a um lugar específico e profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva”.

Segundo Toledo e Barrera Bassols (2008, p.35) a “população tradicional [...] é formada por povos indígenas [...] camponeses, pescadores, pastores e pequenos produtores familiares” que para sobreviver desenvolvem conhecimentos específicos da natureza.

O resultado da relação de comunidades tradicionais com as diversas formas de vida, se expressa no que Toledo (2001) denomina de “mosaicos de paisagens”. Segundo o autor, estes mosaicos compõem uma espacialidade produtiva, os ciclos de vida, as fases sucessionais (pousio), num jogo de múltiplas estratégias, respeitam as nascentes de água e praticam atividades de subsistência.

As territorialidades (racionalidades) tradicionais vão deixar diferentes marcas na paisagem, apoiadas em propostas distintas de sociedade e de a natureza: uma racionalidade sociambiental, própria das sociedades indígenas e camponesas, e outra racionalidade econômico-instrumental, própria aos atores mais ou menos enraizados ao território tradicional, tal como o estado-nação, as oligarquias latifundistas, as empresas transnacionais. É a partir da interpretação dos elementos da paisagem (representada como um geotexto) que é possível tecer relações entre as racionalidades (matrizes socioprodutivas e culturais) e as marcas na paisagem de um território apropriado por um grupo social. (FLORIANI; SANTOS, 2012).

Assim, as paisagens expressam a relação das populações com o meio, conforme Antônio (2013, p.14) “a paisagem é portadora do simbolismo construído

pela comunidade através de sua história e cultura [...] as mudanças antrópicas no ambiente natural só podem ser entendidas através da paisagem”.

2.1 PAISAGEM: PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO DO ESPAÇO

Ao analisar a interação sociedade-natureza a partir da Geografia, é possível perceber que esta, foi compreendida de diferentes modos em distintos períodos. Sob a perspectiva do determinismo geográfico, a natureza figura como condição; no possibilismo, ela é transformada pelo homem mediante a técnica; na dialética, o trabalho vai ditar a relação homem e meio, sendo a natureza o seu resultado; e enfim é com a compreensão da fenomenologia e da hermenêutica que se expressa uma visão conjunta, onde não há separação homem e meio. (SUERTEGARAY, 2002).

Holzer (2011) argumenta que a essência da geografia, sob uma perspectiva da fenomenologia, é definida pelo que Dardel (1952) denominou de geograficidade. O “amor ao solo natal, ou busca por novos ambientes, uma relação concreta liga o homem à terra, uma geograficidade (*Geographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino”. (DARDEL, 2011, p.01-02).

A geograficidade está relacionada ao cotidiano ao mundo vivido, como explica Holzer (2011, p.151), ligada a memória e a intersubjetividade “define a relação do ser no mundo”. Por essa perspectiva não é possível pensar na separação homem e natureza, nem ambos do contexto histórico e temporal.

Considerando a realidade geográfica, “a geografia não considera a natureza, mas a relação dos homens com a natureza, relação existencial que é ao mesmo tempo teórica, prática, afetiva, simbólica, e que delimita justamente o que é um mundo”. (BESSE, 2011, p.114).

As comunidades locais, que sobrevivem da agricultura familiar evidenciam que sua relação com a natureza é mais que uma questão de sobrevivência, é uma relação de pertencimento com a paisagem.

As práticas sociais, e outros elementos que compõem as identidades coletivas relacionados à ecologia local, na abordagem de Skewes *et al.* (2014), e dentro de uma certa espacialidade auxiliam na patrimonialização. Ainda nas ideias dos autores, definir as dimensões patrimoniais da paisagem é importante para que

se conquiste o reconhecimento e se implante políticas que venham a auxiliar as comunidades tradicionais, reconhecendo como um bem comum.

O patrimônio natural não é apenas material, mas também formado por elementos humanos e não humanos expressos na paisagem. (SKEWES *et al.*, 2014). Desse modo, a natureza é um componente exterior que está integrada ao modo como as sociedades percebem e se organizam. Este patrimônio denota diversas práticas de grupos que não fazem parte da história formal, evidenciando diversas apropriações que pertencem na história de vida, nas histórias coletivas e nas práticas sócio-espaciais. (SCIFONI, 2006).

A percepção da paisagem está relacionada com o observador, a qualidade da percepção e a atribuição de significados são frutos da cultura, e através dos seus valores, técnicas, marca na paisagem a “atitude do homem em sua relação com o meio ambiente, condicionando ou afetando, portanto o ato de experienciar a paisagem”. (FLORIANI, N. 2011 p.120).

O espaço “percebido e representado é, portanto, uma construção individual e coletiva, em relação direta com o espaço da vida [...]”.(FLORIANI, N. *et al.*, 2009, p.272). Está relacionado aos elementos paisagísticos da comunidade, ao modo de vida, a apropriação do meio. É durante a sua cotidianidade, em meio a relações sociais, sistemas consuetudinários que se criam significações do espaço, nesse sentido, a paisagem figura como um tipo particular de representação, em que “a teoria da paisagem permite o estudo objetivo de uma categoria de representações: as paisagens culturais”. (BONIN, 2004, p. 5).

As representações do espaço buscam compreender por meio de “experiências (temporal, espacial e social), existindo uma relação direta e indireta entre essas representações e as ações humanas” (KOZEL, 2002, p.215). Então as práticas, os conhecimentos oriundos do vivido, são materializados no ambiente por meio de signos, onde diferentes racionalidades deixam distintas marcas no espaço. (FLORIANI, N. *et al.*, 2009). A organização espacial, reflete os valores e as relações que os grupos humanos estabelecem com o meio em que vivem. As representações possibilitam estabelecer conexões entre os saberes vernacular e científico na construção do conhecimento. (KOZEL, 2002).

As representações sociais para Guérin (1989, *apud* Floriani *et al.*, 2009, p. 272) são,

criações sociais de esquemas pertinentes do real”, isto é, “esquemas pertinentes do real, posto que as representações são um guia de compreensão, de comportamento, de organização do espaço”. Mais tarde Gumuchian (1989, p. 30) acrescenta à formulação “criação social”, a expressão “e individual. (GUÉRIN, 1989, apud FLORIANI, N. et al., 2009, p. 272).

A paisagem por meio das percepções e representações revela os valores e matrizes socioculturais ligadas a memória e a intersubjetividade, ou seja, a geograficidade. É por meio da paisagem, de seus elementos que é possível compreender os saberes ecológicos locais. Pois diferentes formas de uso dos recursos naturais vão refletir em diferentes marcas na paisagem. (FLORIANI, N. et al., 2009).

Na construção do conceito de paisagem Sauer utiliza os conceitos de paisagem natural e paisagem cultural. “A paisagem cultural é modelada a partir de uma paisagem natural por um grupo cultural. A cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado”. (SAUER, 1998). A paisagem então está relacionada ao espaço e ao tempo, onde cada grupo altera, transforma e modela, conforme diferentes conhecimentos e técnicas que possuem.

Para Sauer (1998, p.57) são “as obras do homem que caracterizam a paisagem”, o que levaria ao estudo das marcas que as culturas humanas deixam na paisagem. A paisagem como objeto central da Geografia com uma abordagem cultural e relacionada a temporalidade, Augustin Berque, em 1984, propõe a concepção de “Paisagem-marca, paisagem-matriz”, apresenta simultaneamente duas facetas da paisagem. A primeira como uma grafia realizada pelo homem na superfície terrestre: “Essa marca reflete a natureza da sociedade que realiza a grafia. E, ao mesmo tempo, as marcas constituem matrizes, isto é, condições para a existência humana”. (CORRÊA; ROSENDAHL, 1998, p.9-10). Assim, o conceito de paisagem está ligado ao de cultura, o qual conduz a relação dos grupos humanos com a paisagem natural por meio de esquemas de percepção e de ação, compondo uma diversidade de relações e ambientes.

Para se tentar compreender os saberes da floresta, é necessário pensar numa relação social que as comunidades estabelecem com o meio, que se expressa de forma material na paisagem, cujas formas são percebidas e representadas conforme a matriz cultural de cada grupo.

De acordo com Schier (2004, p.07), a floresta está vinculada a cultura, em suas palavras “a floresta se destaca na paisagem como portadora de uma forte simbologia, pela sua função ambiental, valor econômico, ou mesmo místico religioso”. Cada grupo interpreta e interage com a floresta de formas diferenciadas, dependendo da cultura e visão de mundo. Assim, a abordagem da relação entre homem-território-floresta, se torna possível a partir da perspectiva da paisagem cultural.

A floresta pode ser considerada um geossímbolo, assim como outros elementos vivenciados dentro de uma mesma paisagem. Para Bonnemaïson (2002, p.109) “um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade”.

O geossímbolo pode ser entendido como uma forma de linguagem, da representação do significado de determinados elementos na paisagem para grupos específicos. A “representação [...] da concepção que os homens produzem do mundo e dos seus destinos” (BONNEMAISON, 2002, p. 105).

Essa dimensão simbólica se manifesta na paisagem, evidenciando a forma de ver o mundo e registrando sua história coletiva. Os geossímbolos se configuram então como a materialização do elemento simbólico. Este simbólico que remete a configuração das chamadas paisagens vernaculares. (COSTA, 2003).

Um lugar que pode ser concebida como uma paisagem vernacular, por caracterizar-se de culturas singulares, áreas apropriadas, vivenciadas, “identificadas com base na combinação de traços culturais, materiais e não materiais”. (CORRÊA, 2008, p.12).

Materializam-se na paisagem vernacular uma “justaposição, de artefatos, que são repositórios de história e de memória”. (HOLZER, 2008, p.162). Possuem significados, referências da história coletiva e expressam uma relação simbólica entre homem e natureza, materialmente no patrimônio natural como as florestas e imaterialmente nas festas, no saber-fazer, nas práticas cotidianas, nos mitos, costumes, etc. (COSTA, 2003).

a paisagem vernacular atesta a relação que um determinado grupo social mantém com o lugar, expressando a sua formação e continuidade, mantidas

através de práticas culturais [...] que definem um conjunto de símbolos que expressam a memória do lugar. (COSTA, 2003, p.05).

Para Floriani N. *et al.* (2013) as paisagens vernaculares expressam territorialidades alternativas, contra-hegemônicas, que resistem à homogeneização tecno-científica e territorialização do modo de produção capitalista em uma dada região, apresentando transformações socioculturais híbridas de adaptação e resistência frente aos processos de modernização do mundo rural.

A paisagem das comunidades locais expressam os valores, o simbolismo, as normas culturais; agenciada pela essência intersubjetiva, a paisagem vernacular sintetiza a história da relação de uma dada coletividade com seu meio (FLORIANI, N. 2011).

A partir da paisagem, é possível compreender as representações hegemônicas, ou não, que determinados grupos possuem acerca da natureza e de suas práticas socioeconômicas (formas de produção, organização do trabalho distribuição dos produtos desse trabalho) e políticas (relações com outros grupos e territórios). As narrativas e discursos socioterritoriais expressam, portanto valores, comportamentos e expectativas (intenções) frente à natureza e aos grupos humanos. Assim, os imaginários (representações socioespaciais) de natureza variam de sociedade para sociedade, de grupo para grupo denotando uma dinâmica (jogo) política de reconhecimento e legitimação desses discursos e práticas de natureza.

A seguir, apresenta-se como as representações de floresta são configuradas nos discursos científicos e jurídicos, conformando práticas de natureza que repercutem de alguma maneira nas práticas cotidianas locais e no saber-fazer das comunidades tradicionais.

2.2 A REPRESENTAÇÃO DA FLORESTA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA: O IMAGINÁRIO CIENTÍFICO DE NATUREZA

A floresta sempre foi utilizada pela humanidade como um recurso, possui valor econômico e cultural, também chamada de mata ou matão na linguagem popular, apresenta diferentes definições.

O Manual IBGE 2012 define como:

[...] um conjunto de sinúsias dominado por fanerófitos de alto porte, com quatro estratos bem-definidos (herbáceo, arbustivo, arvoreta/arbóreo baixo e arbóreo). Porém, além destes parâmetros, acrescenta-se o sentido de altura para diferenciá-la das outras formações lenhosas campestres. Assim, então, uma formação florestal apresenta dominância de duas subformas de vida de fanerófitos: macrofanerófitos, com alturas variando entre 30 e 50 m, e mesofanerófitos, cujo porte situa-se entre 20 e 30 m de altura. As florestas caracterizam-se pelo adensamento de árvores altas, com redução da quantidade de luz que chega ao solo, o que limita o desenvolvimento das sinúsias herbácea e arbustiva. (IBGE, 2012, p. 49).

Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação-FAO (1998) é considerado floresta, terra que apresenta cobertura arbórea com “mais de 10% da área e uma superfície superior a 0,5 hectares”, com altura mínima das árvores de 5 metros. Nessa classificação incluem-se também os reflorestamentos e subdivide em floresta aberta, com 10% a 40% de cobertura arbórea, e floresta fechada, com cobertura acima de 40%. (FAO, 1998).

Numa definição simples, a floresta significa um “agrupamento complexo de vegetação com predominância de árvores associadas a ervas, arbustos, epífitas, cipós e outras formas de vida”. (SEMA, 2002, p. 19).

A preocupação com a riqueza florestal do Brasil se inicia já com a descoberta pelos portugueses, no início seguiam o regimento português e apresentava uma visão utilitária da terra, “os sistemas geoambientais como recursos e percebendo a paisagem em termos funcionais”. (SCHIER, 2004, p. 22).

A primeira lei florestal promulgada no Brasil foi em 1615 com nome de “*Regimento sobre o Pau Brasil*”, ela determinava que o corte do Pau Brasil só poderia ser feito com licença do rei (que no período era da Espanha) e regulamentava também a proibição do uso do fogo nas lavouras. (WAINER, 1993).

Mais tarde quando o nordeste foi conquistado pelos holandeses eles editam no Brasil uma legislação ambiental que também tinha uma visão econômica e que se preocupava em proteger árvores frutíferas e as águas, o que representou um grande avanço em termos ambientais. (WAINER, 1993).

Durante o século XVIII várias cartas régias foram expedidas regulamentando aos governantes das capitanias que preservassem algumas espécies de árvores bem como as que se encontravam próximo à rios e mares. (WAINER, 1993).

Em 1815 o Brasil passou a pertencer ao Reino Unido de Portugal e foi nessa época que chegaram também naturalistas de países da Europa. Até esse período a classificação da vegetação era feita pela sua utilidade e com a chegada dos

pesquisadores, começou então a se ter descrições e classificações de regiões ainda pouco exploradas. (SCHIER, 2004).

Em 1889 é proclamada a República do Brasil e assim revogado o antigo sistema jurídico e instaurando uma nova constituição publicada em 1891, esta não se preocupou em preservar os bens naturais e culturais do país, iniciando assim um período de intensa extração de madeira. (AMORIM, 2015).

Na constituição de 1934 insere-se a preocupação com as questões ambientais, onde em seu artigo 10 trata da competência da União e Estados na proteção das belezas naturais. (BRASIL, 1934). Apesar da existência de várias leis como o Código de Águas –Decreto nº 24.643 de 1934, o Código Florestal -Lei 4771 de 1965; O Código de Caça (Fauna) –Lei nº 5197 de 1967, Amorim (2015) descreve que no período de 1964 a 1985, sob um Regime Militar, predominou a preocupação com o crescimento, com o desenvolvimento que se remetia a uma exploração ambiental desordenada e a leis desconexas. A participação do Brasil na Declaração Universal do Meio Ambiente atendia a interesses políticos. (AMORIM, 2015).

Assim, somente na Constituição Federal de 1988 (capítulo VI, art. 225), encontra-se efetiva preocupação com o meio ambiente, quando o constituinte o concebe como sendo um bem de uso comum do povo e que deve ser protegido pelo poder público e pela sociedade, fazendo parte dessa proteção a sujeição a quem causar danos a sanções penais e administrativas.

A visão protecionista, no entanto, já havia sido apresentada na Lei Federal nº 6.938/81, que institui no Brasil a Política Nacional do Meio Ambiente. Segundo Gomes (2008), apesar de ser restrita, institui responsabilidades e atribuições para quem degradasse. Essa lei também cria o CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), “órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90”. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2015).

Conforme o Decreto 99.274/90, o CONAMA tem,

a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida.(CONAMA, 1990, s/p).

O CONAMA cria resoluções que orientam a exploração da vegetação nativa, e por meio de resoluções define as formações vegetais e seus estágios sucessionais.

As leis são importante instrumento para a preservação de formações vegetais, e também influenciam na configuração das paisagens. A legislação, no entanto, nem sempre apresenta critérios adequados, ou claros, para a exploração vegetal. Siminski (2009) que estudou a adequação da legislação por meio de inventários florestais, caracterizou estágios sucessionais e comparou com Resolução nº 04/1994 do CONAMA (Santa Catarina). Segundo o referido autor

O aparato legal exige a classificação dos estágios da sucessão através de estatísticas obtidas a partir do inventário da vegetação. Ao mesmo tempo, deixa claras brechas para interpretação pessoal, implicando resultados divergentes para diferentes avaliações no mesmo local e, conseqüentemente, abre a possibilidade de manipulação dos resultados. (SIMINSKI, 2009, p. 50-51).

Além das dificuldades de enquadramento das variáveis dentro de critérios estabelecidos pela legislação, surge a questão socioeconômica das populações rurais que se veem afetadas por essas normas que definem as formações vegetais e como deve ser sua exploração.

As formações vegetais são elementos marcantes na paisagem, elas garantem sobrevivência as mais variadas formas de vida como a de animais, fungos e sua aparência caracteriza os diferentes ecossistemas. (MORO; MARTINS, 2011).

As formações vegetais se desenvolvem por meio de modificações contínuas, o que garante uma maior diversidade biológica e complexidade estrutural (REDEMAP, 2007). Podem ser divididas em: 1) Vegetação Primária, “toda comunidade vegetal, de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos antrópicos mínimos, a ponto de não afetar significativamente suas características originais”. (CONAMA, 1994, p.170). 2) Vegetação Secundária: onde a área teve a vegetação eliminada ou alterada.

As vegetações secundárias passam por vários estágios sucessionais até que se tornem florestas, apresentando três ou mais estratos arbóreos. (SEMA, 2002). Para explicar os processos de alteração da vegetação, pode-se utilizar o termo sucessão ecológica. Segundo Miranda (2009, p.31), a sucessão ecológica é

utilizada para “descrever processos de alteração na vegetação sobre várias escalas, como temporal, espacial ou vegetacional”.

Deste modo, se denomina sucessão quando há a substituição de espécies de uma área, por outras mais exigentes em fatores como solo, temperatura, sombra. (SEMA, 2002).

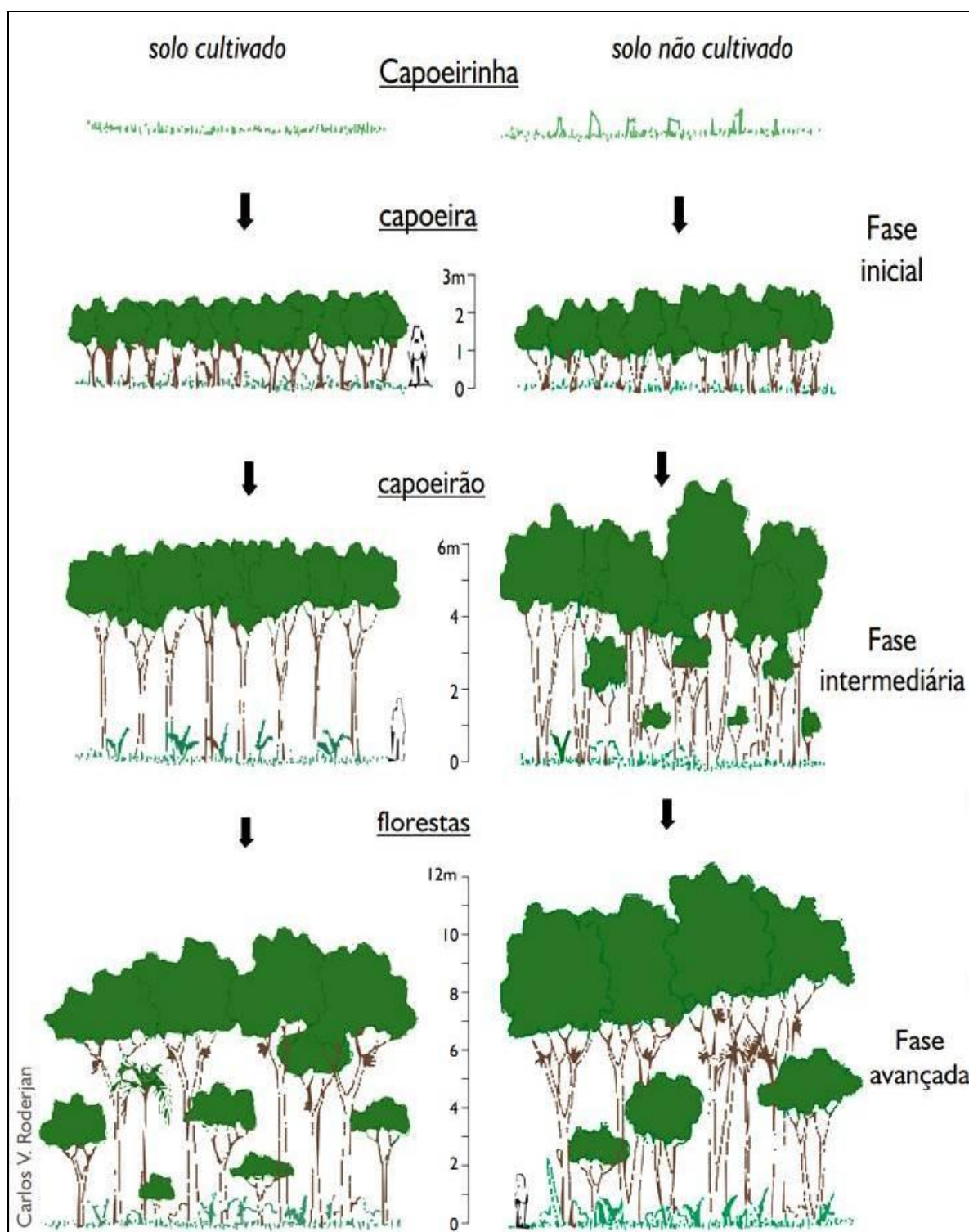
A sucessão vegetal é chamada de primária quando ocorre numa área onde não havia comunidade vegetal, não existindo banco de sementes nem deposição de matéria orgânica no solo. (SEMA, 2002). E sucessão secundária em áreas que a vegetação anterior foi removida.

Assim, a sucessão secundária é dividida em estágios que são classificados pela Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-SEMA (2002) em capoeirinha, capoeira (fases iniciais), capoeirão (fase intermediária) e florestas (fase avançada da sucessão florestal). Nas fases iniciais quando apresenta apenas plantas herbáceas e arbustivas, recebe o nome de “capoeirinha”. A segunda etapa do desenvolvimento é caracterizada por um “estrato arbóreo contínuo, a formação é denominada capoeira, nesta a diversidade é baixa e costuma haver mais de 60% de plantas da mesma espécie, o que denota uma elevada dominância”. (SEMA, 2002, p.16).

A fase intermediária de sucessão é caracterizada quando se desenvolve o sub-bosque formando dois estratos, a diversidade de espécies aumenta e essa etapa recebe o nome de “capoeirão”. (SEMA, 2002). Posteriormente se chega a fase avançada, onde estão “formados três ou mais estratos arbóreos, as formações passam a constituir florestas propriamente ditas”. (SEMA, 2002, p.17).

Assim, independente da quantidade de fases sucessionais em que é classificada ou os parâmetros adotados, o último estágio de desenvolvimento apresenta maior riqueza de espécies, maior número de estratos, e passa a sofrer evolução de forma mais lenta e pouco perceptível.

Figura 01-Fases de estágios sucessionais de desenvolvimento de florestas.



Fonte: SEMA (2002).

As classificações e abordagens utilizadas para diferenciar os estágios sucessionais divergem. Segundo Siminski (2009), cinco abordagens metodológicas têm sido usadas, como: idade da vegetação, parâmetros estruturais, características fitofisionômicas, sensoriamento remoto e análises multivariadas.

Nota-se, por outro lado, que o sistema de classificação da vegetação baseia-se em muitos critérios e parâmetros visuais (perceptivos) dos estados dessa vegetação. Ademais, é notável que o sistema brasileiro preocupou-se em incorporar a nomenclatura vernacular correspondente às fases sucessionais.

Para o IBGE (2012) a área de estudo, Região da Serra das Almas se encontra dentro do Bioma Mata Atlântica, em local de ocorrência da Floresta Ombrófila⁴ Mista Montana.

A Legislação influencia na relação sociedade-natureza, principalmente quando através da mesma se instituem unidades de conservações permanentes. Suas leis restringem algumas atividades, ou mesmo alteram as relações das comunidades locais com o ambiente em que vivem, pelo simples fato de não haver conhecimento do que realmente é proibido, ou mesmo pela burocracia em processos de liberação de licenças.

Por outro lado, o imaginário científico hegemônico da floresta, baseado no mito da natureza intocada (DIEGUES, 2001) começa a ser questionado diante dos problemas socioambientais causados pela adoção irrestrita dos princípios da biologia da conservação que estruturam os planos de manejo das unidades de conservação. Constata-se a inadequação entre essas ações restritivas da legislação ambiental e as práticas de natureza das populações rurais que vivem nessas unidades de conservação.

Os novos planos de manejo que nascem desses conflitos ancoram-se agora em concepções diferenciadas de natureza, com base nos estudos antropológicos e arqueológicos realizados sobretudo em territórios de populações rurais tradicionais amazônicas. A floresta amazônica mostra-se um ambiente manejado há pelo menos 8 mil anos. As ciências agrárias contribuem também para dar um novo sentido à floresta. A partir do conceito de Sistemas Agroflorestais a cultura mostra-se elemento indissociável da natureza florestal.

O Sistema Agroflorestal – SAF, é um sistema produtivo que alia a floresta ao plantio agrícola, podendo apresentar também em uma mesma área animais (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006). Na Instrução Normativa nº 05 de 2009 o Ministério do Meio Ambiente define Sistema Agroflorestal como

⁴ O termo “Ombrófila” se refere ao ambiente em que a vegetação se desenvolve com elevada umidade onde “ombro significa umidade, e fila, amiga. (SEMA, 2002, p. 19). Já o termo “mista” se refere a origem das espécies que são de lugares diferenciados. (SEMA, 2002).

Sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009, p.03).

Compõe o SAF os sistemas silvi-agrícolas, silvipastoris e agro-silvipastoris. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2006), estes podem ser encontrados em comunidades tradicionais, como por exemplo, nos faxinais, que em sua área de criadouro se encontra a floresta, a criação de animais e seus pomares-hortas. Estes arranjos espaciais produtivos apresentam relevante importância para a manutenção da segurança alimentar destes povos.

O decreto nº 6.040, de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e visa “garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica”.

Mesmo assim, muitos habitantes de comunidades tradicionais têm receio de reproduzir ou compartilhar saberes a respeito das espécies nativas da floresta. Devido a grande quantidade de leis e mudanças constantes aprovadas por meio de decretos, existe a dificuldade de pequenas comunidades rurais na compreensão da legislação. (TOURINHO, 2005).

Não obstante, a legislação ambiental brasileira sempre se preocupou com a natureza como recurso e não como expressão de identidade cultural, de tal modo que diversas leis surgem em detrimento da propriedade. Tardou o reconhecimento de que a propriedade física não poderia ser superior aos interesses das populações, sendo considerado somente na constituição de 1988 como bem de uso comum, pertencente a todos. Populações rurais, indígenas, quilombolas, caboclos e outros são as populações mais afetadas pela falta de sensibilidade e de reconhecimento do poder público em distinguir suas práticas como componentes do patrimônio natural em que se reproduzem. O que ocasionou ao longo da história diversos conflitos e perdas de território. Em que pese algumas iniciativas acadêmicas e do poder público convergiam no sentido de incorporar em seus conceitos de floresta a atividade humana.

Existem também as denominadas Florestas comunitárias que segundo o Ministério do Meio Ambiente

são as florestas destinadas ao uso de povos e comunidades tradicionais, indígenas, agricultores familiares e assentados do programa nacional de reforma agrária. A Constituição brasileira assegura o direito de populações indígenas e quilombolas aos seus territórios ancestrais, e a Lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei 11.284, de 2 de março de 2006) reforça o direito das comunidades locais ao usufruto, sem ônus, dos recursos florestais utilizados por elas.(MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2010, p.69).

Para Furlan (2006), as florestas manejadas de forma compartilhada por comunidades rurais tradicionais são entendidas como “florestas culturais ou sociais” e apresentam uso e integração com o meio relacionados a territorialidade. Assim, acredita-se que o saber tradicional deve ser considerado primordial na gestão territorial e para a implantação de políticas ambientais adequadas a realidade. Este deve dialogar com a academia, pois os conhecimentos auxiliam na compreensão do mundo.

Os saberes tradicionais compõem o que Claval (2014) denominou de geografia vernacular. Estes são “saberes-fazer práticos onde [...] os mitos fazem parte das relações dos grupos humanos com o meio – são respostas às perguntas ‘por quê’ e ‘como’ [...].”(CLAVAL, 2014, p. 41, 53).

O saber vernacular difere da geografia científica, devido a forma que é adquirido e disperso pela sociedade. Pois o conhecimento científico se utiliza do método e de técnicas diferenciadas, como também sua forma de difusão é globalizante. No entanto, muitas vezes os saberes das populações locais são transferidos para a geografia científica, isto acontece quando o pesquisador entrevista, explora, analisa saberes que eles utilizam ou incorpora a nomenclatura utilizada por tais populações. (CLAVAL, 2014).

O estudo dos saberes vernaculares é importante para a geografia regional, porque permite reconhecer as especificidades, as singularidades da paisagem experienciada por diferentes grupos humanos.

No capítulo seguinte aborda-se os procedimentos metodológicos que se apoiam em várias disciplinas e por meio da etnometodologia buscam compreender os saberes mateiros de três comunidades distintas da Região da Serra das Almas Paraná.

CAPÍTULO II

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa parte de uma análise qualitativa fundamentada nas etnometodologias que consistiu na aplicação de técnicas e ferramentas diversificadas para atender os objetivos, seguindo uma mesma sequência aplicada nas três comunidades estudadas. Conforme Macedo (2006),

[...] ao estudarmos as realidades sociais, não estamos lidando com uma realidade formada por fatos brutos, lidamos com uma realidade constituída por pessoas que se relacionam por meio de práticas que recebem identificação e significado pela linguagem usada pra descrevê-las, invocá-las e executá-las; daí o interesse pelas especificidades qualitativas da vida humana. (MACEDO, 2006, p.11)

Foram investigados os saberes mateiros e as transformações socioecológicas em três comunidades distintas de uma mesma região, uma comunidade Quilombola, Palmital dos Pretos; uma comunidade faxinalense, Sete Saltos de Baixo e uma comunidade rural Lageado Grande que embora não seja conhecida pela cultura tradicional, detém uma estrutura de conhecimentos relacionados ao meio natural que assemelha-se às demais. Segundo Vicente e Fantini (2014)

[...] as características étnicas dos povoamentos humanos a interação com a paisagem em que habitam e se relacionam seguem diferentes rumos. Povos caiçaras e quilombolas, migrantes europeus, e povos indígenas, atuam na paisagem de formas distintas. (VICENTE; FANTINI, 2014, p.184).

Para investigar a relação do sujeito com a paisagem, parte-se metodologicamente da geografia, não de forma isolada, mas integrada a outras disciplinas de modo interdisciplinar, por meio da etnometodologia.

Para Mendonça (2002) em relação ao desenvolvimento da geografia ecológica, destaca,

[...] a insuficiência dos métodos disciplinares individualizadamente inerentes à ciência moderna para o tratamento da realidade e dos problemas ambientais. Revela ao mesmo tempo, a necessária aplicação de uma perspectiva multi e interdisciplinar intra-geografia. (MENDONÇA, 2002, p.138).

Deste modo, adotaram-se técnicas como a história oral (ALBERTI, 2005) que buscou entender a vida, de onde vem esse conhecimento sobre o ambiente. Segundo Macedo (2006, p.111) a história de vida “junto como recurso da observação participante é o que melhor dá sentido à noção de processo, na medida em que capta e tenta compreender no processo de interação como se constrói a vida do ator”.

A partir dos dados da história oral pode se entender o histórico da comunidade, suas relações sociais, o passado e o presente e como os indivíduos se reconhecem e relacionam-se com a floresta. Como aponta Alberti (2005, p.155), “ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente”.

Essas informações históricas na maioria das vezes não estão presentes na história formal escrita, o que reafirma a importância desse recurso metodológico.

Vinculada à tradição da história oral, a história de vida é outro recurso metodológico pertinente exercitado no âmbito da etnopesquisa [...] a história de vida nada tem a ver com uniformidade e linearidade. Na prática da história de vida, atores ignorados e/ou excluídos econômica e culturalmente adquirem a dignidade e o sentido de finalidade, ao rememorar a própria vida, contribuindo pela valorização da “linha de vida” para a formação de outras gerações. (MACEDO, 2006, p.111-114).

A história oral tem se mostrado uma fonte fundamental para vários autores na compreensão das comunidades locais e os ambientes naturais, como: Souza (2009); Silva (2010); Codes e Bandeira (2011); Aguiar e Fraxe (2011); Caetano *et al.* (2012); Silva (2012); Strachulski (2014), entre outros.

Conforme Brisola e Marcondes (2011), na metodologia da história oral a quantidade de entrevistados e a escolha dos mesmos são guiados pelos objetivos, defendendo a não exigência de um número pré-definido de entrevistados. Considerando que os informantes entrevistados não são “unidades estatísticas”, e sim um referencial qualitativo valioso, “em função de sua relação com o tema estudado” (ALBERTI, 2005 p. 32).

Segundo Silva (2010, p.29) “a contextualização histórica é um elemento essencial para a compreensão das relações homem-ambiente”, pois complementa fontes escritas e auxilia na compreensão das práticas locais e a transformação da paisagem.

A história oral “pode ser considerada uma fenomenologia, isto por trabalhar com questões que estão relacionadas às subjetividades e intersubjetividades, as quais não podem ser apreendidas de forma quantitativa”. (STANISKI *et al.*, 2015, p.04-05).

Após o contato inicial com a comunidade e a indicação dos potenciais informantes, foram realizadas as entrevistas semi-estruturadas. A partir de cada entrevistado, foram citados outros nomes para ser entrevistado, inclusive de pessoas das comunidades vizinhas, se utilizando assim de uma técnica conhecida como bola de neve (BAILEY, 1994 *apud* ALBUQUERQUE *et al.* 2010).

A partir daí, para conhecer as transformações socioecológicas realizou-se o emprego das etnometodologias aliadas a algumas das ferramentas do Diagnóstico Rural Participativo–DRP (VERDEJO, 2006). Do contato com a comunidade foram identificados os informantes-chave, sujeitos participantes de forma mais intensa (ALBUQUERQUE *et al.* 2010). Indivíduos que indicados por outros informantes são referências pelos seus saberes a respeito do ambiente local, da relação com a agricultura, em alguns casos, reconhecidos principalmente pela experiência com plantas medicinais, benzimentos.

Foram realizadas observações, entrevistas semi-estruturadas, cartografia participativa da territorialidade de uso das terras, usos do passado e do presente das espécies arbóreas da comunidade. (VERDEJO, 2006). Para Macedo (2006, p.105), a entrevista semi-estruturada consiste em vários encontros “face a face” do pesquisador com os entrevistados, “visando à compreensão das perspectivas que as pessoas entrevistadas têm sobre sua vida, suas experiências, sobre as instituições a que pertencem e sobre suas realizações, expressas em sua linguagem própria”.

Segundo Guessser (2003, p. 159) a “etnometodologia entende que as ações desenvolvidas pelos atores é guiada pelo seu raciocínio prático, fruto dos momentos particulares vivenciados e experimentados a cada ato interacional”. Dessa forma, ela auxilia na compreensão das ações presentes no cotidiano de grupos humanos, que por meio de suas experiências na relação com meio transformam a paisagem. No entanto, segundo Macedo (2006, p.72-73) “a etnometodologia não é puramente uma sociologia da vida cotidiana; porquanto cada tentativa de análise deve dar conta dos aspectos fundamentais da ação e da significação implicada”, o que faz com que a

linguagem seja algo complexo e cada detalhe seja importante para que se conheça o outro e o que o outro sabe sobre determinada situação.

Na etnopesquisa, uma relação de confiança e observação das pessoas no cotidiano é indispensável para compreender as ações e como as pessoas se relacionam com o meio. (MACEDO, 2006).

A pesquisa teve início em 2014 com um levantamento exploratório, num processo de aproximação, buscando entender como se configuram as relações das pessoas com a floresta. Todas as metodologias e ferramentas aplicadas na comunidade Palmital dos Pretos foram realizadas em conjunto com o Grupo de Pesquisa Interconexões⁵. A partir das visitas a esta comunidade, foi possível perceber que compartilhavam com as comunidades vizinhas costumes, crenças, uso de plantas medicinais, a benzedura, a religiosidade, o compadrio e algumas estruturas como a casa com quintal e paiol ao lado.

Nas três comunidades foram entrevistados no total cinco informantes-chave, identificados pelo saber mateiro, destes, quatro estavam acompanhados de seus cônjuges. Os entrevistados entendidos pela pesquisadora como mateiros não se autoidentificam como categoria distinta das atividades exercidas na comunidade, por isso, no decorrer do texto, são denominados também como agricultores, faxinalenses e quilombolas. Os critérios para a escolha foram: residir na comunidade há mais de 30 anos, ter conhecimento da flora e fauna, trabalhar ou ter trabalhado como agricultor.

A entrevista com agricultores partiu da informação de que nas três comunidades praticava-se o cultivo de roça de toco⁶. Os moradores adotavam os estágios sucessionais como regras de plantio, assim a área com vegetação ficava descansando por período certo (conhecido como pousio), para então cortar, queimar e plantar novamente, o que demandava saberes a respeito da terra, da mata e seus estágios sucessionais na comunidade onde vivem.

⁵ Sob liderança do professor doutor Nicolas Floriani, vem desenvolvendo projetos que visam a refletir o desenvolvimento de comunidades rurais e reconhecer os saberes e práticas e políticas da biodiversidade local, para que seu modo de vida, sua identidade resista frente aos projetos modernizadores. Participam deste grupo alunos de graduação, mestrado e doutorado, nas áreas de geografia, biologia e outras.

⁶ “No Brasil, o cultivo ou agricultura itinerante é uma herança indígena, e pode receber várias denominações, como agricultura/roça de coivara, roça de toco, agricultura de subsistência ou de derrubada e queima”. (ADAMS, 2000, p.143).

Após conhecer os informantes-chave, buscou-se então dialogar e expor qual a intenção da pesquisa, para que se estabelecesse também a confiança. Deste modo, antes de iniciar as entrevistas foram discutidos aspectos éticos como: se deseja que apareça sua identificação ou se essa deve ser ocultada, se pode utilizar aparelho gravador e câmera fotográfica durante a entrevista, tudo deve constar numa autorização ou termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) que deve ser assinado por ambos como uma forma de proteção legal de pesquisados e de pesquisadores. (STANISKI *et al.*, 2015).

Também lançou-se mão da cartografia participativa, ela é uma representação, uma forma de linguagem que externa os saberes. Ademais, auxilia na compreensão da relação indivíduo-floresta-território, proporcionando entender as transformações expressas na configuração da comunidade e transformação da paisagem de seu território, enquanto o informante aponta no papel onde se localizam elementos da comunidade, vai narrando acontecimentos que fazem parte tanto de sua memória individual como da memória coletiva. Como destaca Miranda *et al.* (2014, p.03), permite “captar as imagens e exercitar as narrativas das territorialidades [...] ao desenharem a realidade vivenciada”.

Segundo Ardón Mejía (1998), se configura no registro de vários componentes no espaço e no tempo, fazendo com que o pesquisador entenda as percepções e manejo do local em que as populações vivem.

Com base nos objetivos, após o levantamento exploratório bibliográfico e observação “*in situ*” da realidade da área a ser estudada, os procedimentos metodológicos foram divididos em 6 momentos: 1- Utilização da técnica da história oral, que busca entender elementos constituintes da territorialidade e história da comunidade. 2- Realização da cartografia participativa, para compreender a territorialidade e o uso da terra e os conhecimentos relativos à floresta, com dados processados no ambiente computacional ArcGIS 10.2.1®. 3- Coleta de material botânico por meio da turnê guiada, onde numa caminhada com o informante pelos diversos estágios sucessionais da mata, buscou-se informações referentes ao conhecimento das espécies que se fazem presente e os usos de cada uma, complementado informações da entrevista. 4- Levantamento fitossociológico no local considerado como de estágio sucessional mais desenvolvido. 5- Tratamentos dos dados botânicos com identificação das espécies coletadas no Herbário da

Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cálculo dos parâmetros fitossociológicos com o auxílio do *Software* FITOPAC (SHEPHERD 1994). 6- Correlação dos saberes mateiros, dos tipos de mata, seus estágios sucessionais com o saber científico.

3.1 HISTÓRIA ORAL

Na comunidade Palmital dos Pretos a entrevista de história oral de vida foi realizada com uma pessoa, que apresentava conhecimentos de relevante interesse para essa pesquisa. Ele compartilhou durante as narrativas os nomes de diversas espécies de plantas, das quais apresentam uso medicinal, madeira, entre outros. Essa entrevista contou com a participação da esposa que auxiliou no resgate das memórias da família.

Na comunidade Lageado Grande foram entrevistados dois homens acompanhados de suas esposas, ambos indicaram uma senhora a qual por motivos pessoais não aceitou colaborar com seu conhecimento ecológico, mas contou sua história de vida e as motivações que a levam a não socializar esses saberes (será abordado mais adiante no capítulo de resultados).

No Faxinal Sete Saltos de Baixo, foram identificados dois informantes-chave, ambos homens com idade acima de 50 anos. Um dos entrevistados é também benzedor, e além do conhecimento do entorno também trouxe em suas narrativas muitos fatos da história coletiva do lugar.

Assim, conforme Ramos-Elorduy *et al.* (2009, p.253), é importante reconhecer que o conhecimento está distribuído de forma irregular entre os integrantes das sociedades, comunidades ou etnias, “ya que como sabemos algunos son expertos “naturalistas”, “yerberos”, “chamanes”, “médicos tradicionales”, “hueseros”, “culebreros”, “comadronas” etc.”.

3.2 CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA

A cartografia participativa realizada nas comunidades se dividiu em dois momentos: na confecção dos mapas de uso da terra (passado e presente) e também na elaboração de mapas da territorialidade das comunidades, do passado e do presente.

Num primeiro momento, a cartografia participativa, foi realizada com base em imagens do *Google Earth*. Solicitou-se aos entrevistados que localizassem na imagem os tipos de uso da terra, como também nas áreas de vegetação os estágios sucessionais da floresta, ou seja, onde se encontravam cada um dos tipos de mata, os mesmos apontados por eles durante a entrevista.

Essa atividade foi realizada com uma folha de papel manteiga colocada sobre o mapa base e o agricultor apontava os tipos de mata, ao mesmo tempo a pesquisadora circulava cada parte indicada com o lápis. Depois de identificar em cada área o uso atual na imagem, utilizando mesma imagem e outra folha de papel manteiga, se solicita ao entrevistado que aponte na imagem qual eram os usos da terra e os estágios sucessionais da floresta no passado (30 anos atrás). A partir da informação obtida por meio dessa atividade se consegue compreender as transformações ocorridas na paisagem da comunidade, como também localizar dados relatados nas entrevistas. Os dados coletados em campo foram processados no ambiente computacional ArcGIS 10.2.1®.

Em um segundo momento utilizando a técnica da cartografia participativa foram elaborados mapas da territorialidade da comunidade, do passado e do presente. Para a realização desses mapas foram utilizados cartolinas, lápis e lápis coloridos.

A cartografia da territorialidade permitiu por meio de mapas mentais reconstruírem uma representação do passado das localidades e também do presente. Buscando os significados dos elementos apresentados, os saberes revelados e o que mudou na configuração socioespacial das comunidades.

O mapa do passado foi realizado com uma pessoa que mora há mais tempo em cada uma das comunidades, assim pode-se no momento em que se desenhava o mapa, conversar sobre memórias da organização da comunidade, a respeito dos antigos moradores, aspectos que causaram saudades em quem participava da atividade. Foi possível obter informações referentes a práticas culturais relativas à ecologia, solidariedade, economia e religiosidade.

Para elaborar o mapa do presente foram escolhidas mulheres, pois “as mulheres são envolvidas em atividades econômicas diferentes dos homens e isto pode se expressar nos mapas participativos destes dois grupos”. (FAO, 2011). Participaram da atividade 2 pessoas de cada comunidade conforme quadro 01.

3.3 TURNÊ GUIADA

O terceiro momento é a realização da turnê guiada a qual segundo Albuquerque *et al.* (2010), é um método que consiste no deslocamento, do pesquisador junto com o morador local em meio a vegetação, validando as informações coletadas durante a entrevista. Neste trabalho a turnê guiada consistiu numa caminhada onde quem guia o percurso é o entrevistado. A todos que participaram (quadro 01), foi perguntado se poderiam sair caminhar e apontar durante o percurso os diferentes tipos de mata, as espécies encontradas e seus usos. Foram também informados de que algumas amostras de plantas seriam coletadas (folhas, flores e frutos), estas seriam secadas e depois levadas para universidade, apenas para ser identificadas e guardadas em uma coleção de plantas secas. Este procedimento foi autorizado pelos moradores mediante o TCLE e também oralmente no momento da realização da caminhada. Foram coletadas as espécies indicadas em cada estágio sucessional e levadas até o Herbário da Universidade Estadual de Ponta Grossa (HUPG), para identificação dos nomes científicos.

A caminhada ocorreu de forma espontânea, respeitando-se a vontade e o tempo que dispunham para tal atividade. Os questionamentos surgiram a partir do que o entrevistado mencionava. Essa caminhada além de verificar a nomenclatura vernacular das plantas, também permite localizar as áreas onde predominam espécies de maior importância para a comunidade, como também identificar antigos caminhos (carreiros) que existem em meio aos remanescentes de floresta. Durante a caminhada foi utilizado o aparelho receptor do sinal GPS (*Global Positioning system*), Garmin II, para obter a rota realizada com o mateiro.

Após verificação *in loco* das espécies que se encontram nos diferentes tipos de mata, localizou-se o estágio sucessional mais avançado (com mais de 30 anos), a partir disso foi definido o local onde seria realizado o fitossociológico.

Quadro 01- Participantes da pesquisa na Região Serra das Almas.

	Palmital dos Pretos	Lageado Grande	Sete Saltos de Baixo
Entrevistas história de vida	Nelson Jesumira (cônjuges)	Antonio C. e Ivone (cônjuges) Azivir e Nirde (cônjuges) Sinhorinha	Antonio P. e Sila (cônjuges) João M.
Cartografia participativa da territorialidade	Elenita Nardo	João S. Célia	Antonio Maia Mapa do presente fonte: oficina participativa realizada em 2011
Cartografia participativa de uso das terras	Nelson	Antonio C Azivir	Antonio P João M.
Turnê-Guiada	Nelson	Antonio C Azivir	Antonio P João M.
Observação participante	Rosa Nardo Magro	Jorge Ilda	
Benzedor ou benzedeira		Maria Sinhorinha	João M.
Total	6	10	4

Fonte: A autora.

3.4 LEVANTAMENTO FITOSSOCIOLÓGICO

O levantamento fitossociológico foi realizado com a finalidade de dar legitimidade à definição da nomenclatura e das classificações dos tipos vegetais dadas pela comunidade e correlacionar com a classificação científica. Este visa obter dados a respeito da floresta secundária, expressos por meio da diversidade e riqueza de espécies, índices de valor de importância, de diversidade, dominância e frequência absolutas e relativa.

A riqueza de espécies é representada pelo número total de espécies coletadas no estudo e para estabelecer o tamanho da amostra foi utilizada a curva do coletor. Quando essa se estabiliza significa que há pouca probabilidade de surgirem novas espécies com o aumento da área amostral. (DURIGAN, 2003).

A diversidade está relacionada com a riqueza, número de indivíduos de cada táxon e com a distribuição desses indivíduos na área de estudo. (DURIGAN, 2003). Existem vários índices que podem ser utilizados para demonstrar a diversidade, sendo o mais utilizado o de Shannon-Weaver. (MAGURRAN, 2011).

O Índice de valor de importância agrupa espécies em ordem de importância, tomando como base para essa classificação a densidade, distribuição espacial e o tamanho dos indivíduos. (DURIGAN, 2003).

A Dominância se refere a ocorrência superior a 50% (LOBO; LEIGHTON, 1986), e nas florestas pode ser revelada de duas formas, com a soma da área basal ou pela cobertura, a qual se refere ao espaço em área ocupado pela copa das árvores de determinada espécie. (DURIGAN, 2003).

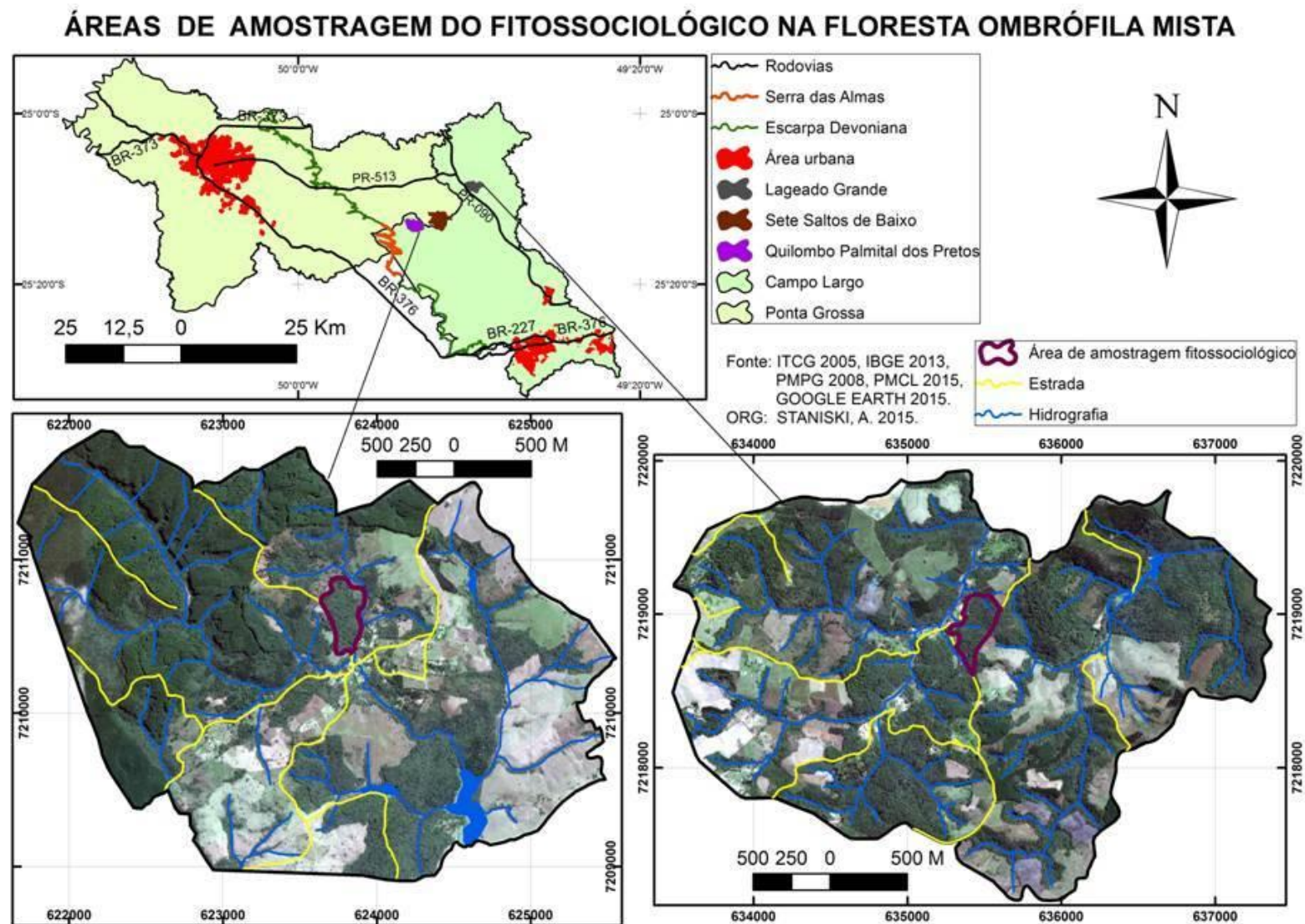
A Frequência está relacionada a porcentagem de ocorrência de uma espécie em uma população em determinada escala espacial (MUELLER-DOMBOIS; ELLENBERG, 2002).

Com os resultados dos índices do levantamento fitossociológico buscou-se avaliar a qualidade da mata, em relação ao manejo pela população local, tendo em vista que foram alocadas em área apontada pelos entrevistados como de estágio sucessional mais avançado.

O levantamento teve início com a delimitação da área e instalação das parcelas, onde foram alocadas parcelas múltiplas (DAUBENMIRE, 1968; MORO, MARTINS, 2011), e seguiu as orientações da Redemap (2007, p.14), com o método de área fixa “consiste em medir todas as árvores acima de um diâmetro preestabelecido, contidas numa parcela de dimensões predeterminadas”. As parcelas foram colocadas do modo aleatório (MORO; MARTINS, 2011) a partir de uma unidade de paisagem relevante para a pesquisa, uma área homogênea. Então a partir da delimitação dos estágios sucessionais na imagem da comunidade impressa do *Google Earth*, selecionou-se o local para instalação das parcelas, apontada pelo mateiro como mais antiga, conhecida como “matão” em Lageado Grande e como “capoeirão” nas comunidades Palmital dos Pretos e Sete Saltos de Baixo.

A realização do fitossociológico ocorreu nas comunidades Palmital dos Pretos e Lageado Grande, ambos em Campo Largo (figura 02), pois a comunidade Sete Saltos de Baixo em Ponta Grossa, já apresenta esses dados obtidos por meio de fontes secundárias (MORO; LIMA, 2012).

Figura 02- Áreas de amostragem do fitossociológico na Região da Serra das Almas-PR



Foram instaladas 26 parcelas (12 em Lageado Grande e 14 em Palmital dos Pretos) de 10 x 10 m (100 m²), espaçadas por 10m, com suficiência amostral determinada pela curva do coletor (MUELLER DOMBOIS; ELLENBERG, 2002). Para instalação das parcelas foram utilizados piquetes, barbante, trena, aparelho receptor GPS (*Global Positioning system*) Garmin II, podão, escada, etiquetas, prancheta, ficha de coleta de espécies, e para a confecção das exsicatas papelão, jornal e prensa. Também foram utilizados como equipamentos de proteção individual perneiras, botas, chapéu, protetor solar e itens de primeiros socorros.

Após instalação das parcelas foi realizado o levantamento das espécies, seguindo critérios para inclusão de perímetro de Moro e Martins (2011, p.184), que para o domínio da Mata Atlântica recomenda perímetro 15 centímetros com a altura da medição ao nível do peito a 1,3 metros de altura em relação ao solo. Em todos os indivíduos que apresentavam as características para inclusão, foi realizada a medição de altura, perímetro e anotadas na ficha de campo, registrou-se igualmente características referentes a sanidade ou qualidade das árvores entre outras informações.

A localização geográfica de cada parcela foi realizada com o aparelho receptor GPS (*Positioning system*, Garmin II), onde foram anotadas as coordenadas UTM para o canto inferior esquerdo da parcela, conforme as recomendações da Redemap (2007).

As espécies coletadas foram encaminhadas para o herbário da Universidade Estadual de Ponta Grossa (HUPG), para identificação das famílias, gêneros e espécies. A nomenclatura seguiu o sistema APG III (2009), de acordo com a base de dados *on line* do Jardim Botânico Real de Kew.

3.5 TRATAMENTO DOS DADOS

Para o material botânico foram calculados alguns parâmetros: riqueza de espécies, índice de diversidade, índice de valor de importância, dominância, frequência absoluta, com auxílio do *Software* FITOPAC 1 (SHEPHERD, 1994).

A cartografia participativa do uso da terra (presente e passado) das comunidades foi elaborada sobre um mapa base da *Google* para a coleta de dados. Após o levantamento dos dados, estes foram tratados no ambiente computacional

do ArcGIS 10.2.1®. O mapa base foi georreferenciado através da carta topográfica do local, disponibilizada pelo ITCG, carta MI 2841-2 TRÊS CÓRREGOS DE 2005 e carta MI 2841-1 PASSO DO PUPO DE 2005.

Após o georeferenciamento do mapa base, foram criados polígonos, linhas e pontos para representar as informações obtidas em campo. O resultado deste processo foi a geração de dois mapas, um do passado e outro do presente, para cada comunidade. Os mapas foram elaborados com base no sistema de projeção *Universal Transversa de Mercator UTM Zona 22 sul*, Datum SIRGAS 2000.

No que se refere aos dados obtidos por meio das entrevistas, estes foram transcritos (os que tiveram a gravação autorizada) e analisados por meio da análise de conteúdo. Da perspectiva da etnopesquisa, a análise de conteúdos é um recurso metodológico interpretacionista que visa descobrir o sentido das mensagens de uma dada situação comunicativa. (MACEDO, 2006, p.146).

Assim, nas falas transcritas dos entrevistados, foi preservada a linguagem, da mesma forma como foi falada. Ao ouvir o que era relatado buscou-se contextualizar o modo de vida, compreender por meio das narrativas a realidade vivenciada pelos sujeitos, resgatando elementos que compunham o passado e o presente da comunidade para poder compreender as particularidades, permanências e transformações do cotidiano vivido. As informações transcritas foram lidas e relidas várias vezes, verificaram-se os termos e fatos que mais se repetiram durante a história oral, para compreender a importância dessas informações para o entrevistado e para a comunidade como um todo.

Buscou-se também conhecer as práticas e os saberes coletivos da comunidade e compreender a percepção dos habitantes em relação ao entorno, o que eles dizem a respeito da conservação e degradação do meio ambiente, de que modo interagem com o ambiente em que vivem. Então, a partir de cada elemento encontrado na narrativa, como: quais as atividades produtivas que são citadas, que espécies utilizam da mata no presente, como era o uso das espécies no passado, como era a mata no passado, quais as experiências relatadas. Foram utilizados para contextualizar os saberes mateiros ao fenômeno de transformação socioespacial.

Buscou-se então a compreensão da realidade, do conteúdo expresso por diversos meios de comunicação (mapas, entrevistas, percursos na paisagem) para compreender determinada situação ou fenômeno, onde do “encontro tensionado

pelos saberes sistematizados e pelos “dados” vivos da realidade, nasce um conhecimento [...]”. (MACEDO, 2006, p.141-142).

CAPÍTULO III

4 RESULTADOS

O conhecimento a respeito da floresta não apresenta necessariamente uma transmissão de uma geração a outra, mas de um aprendizado provindo da experiência, da observação, da prática, do cotidiano e da relação que cada indivíduo estabelece com o seu entorno. Diversos são os elementos apontados na identificação das espécies, nos usos, na classificação dos elementos naturais, especificidades que fazem com que alguns mateiros sejam conhecidos por suas habilidades em se locomover na mata, outros em identificar áreas de solo bom para o plantio, outros pelo conhecimento das espécies necessárias ao uso cotidiano e ainda aqueles que são associados ao “dom” da medicina popular.

Cada mateiro possui suas particularidades na relação com a mata, no modo de interagir com o ambiente, o que proporciona ampliar seu conhecimento sobre a floresta e seus usos, mas também, apresenta um modo peculiar de compartilhar conhecimento, demonstra aos pesquisadores que este saber é compartilhado de forma simples e rica em detalhes.

Neste contexto, partindo da sistematização dos dados coletados em campo, este capítulo divide-se em quatro momentos. No primeiro foi realizado a caracterização das comunidades rurais estudadas na Região da Serra das Almas, são apontadas informações a respeito do passado e do presente e as práticas de transformação da paisagem.

No segundo momento são apresentados os mateiro(a)s, pessoas que não necessariamente se autoidentificam como categoria distinta dos demais habitantes, mas que possuem saberes e formas diferentes de experienciar a mata. São destacadas informações transmitidas pelos moradores durante a caminhada pela mata, a qual apontou espécies, usos e maneiras distintas de perceber a paisagem.

A seguir é realizada a correlação dos saberes mateiros com a bibliografia científica encontrada, a respeito da classificação dos estágios sucessionais da mata. E a última etapa apresenta a transformação no uso da terra, obtidos por meio da cartografia participativa e discussão a respeito das rupturas e permanências encontradas nas localidades estudadas.

4.1 BREVE DESCRIÇÃO DA REGIÃO: PERÍODOS DE POVOAMENTO

Politicamente a área é dividida em dois municípios. Sete Saltos de Baixo localiza-se na zona rural do município de Ponta Grossa. Palmital dos Pretos e Lageado Grande pertencem a zona rural do município de Campo Largo. Estas comunidades estão em uma área denominada pelos moradores de Região da Serra das Almas. As três comunidades estudadas se encontram próximas, a uma distância de no máximo 20 quilômetros uma da outra. Ambas se situam em um raio máximo de 40 quilômetros de distância dos centros de Ponta Grossa e Campo Largo. Os moradores não vivenciam a divisão dos municípios como uma barreira, mas como um espaço que faz parte do seu território de solidariedade, buscando o atendimento de suas necessidades em ambos os municípios.

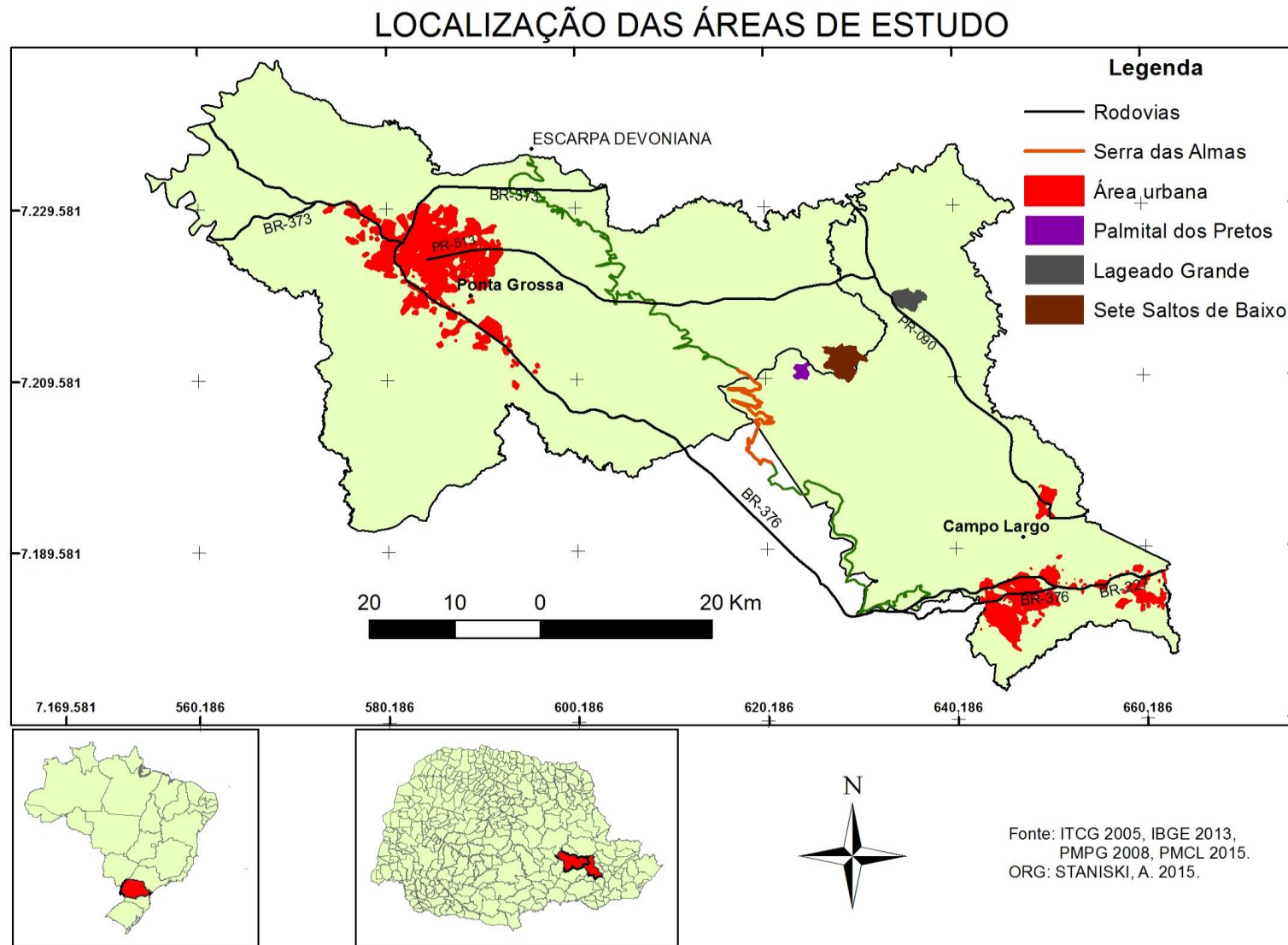
A área de estudo está nas proximidades da Escarpa Devoniana (figura 03) e apresenta como cobertura vegetal a Floresta Ombrófila Mista- FOM composta pela floresta com Araucária - *Araucaria angustifolia*. (VELOSO *et al.*, 1991). Pode apresentar variadas fisionomias devido aos diferentes estágios sucessionais, como também resultantes da diversidade geológica, pedológica, relevo e uso antrópico. (MORO; LIMA, 2012).

A floresta com Araucária é uma das fitofisionomias que compõem o Bioma da Mata Atlântica, que estava presente nos três estados da região sul do Brasil, num total de 49,8% do território paranaense o que significa que ocupava 200.000 Km² no Paraná. (CAMPOS; SILVEIRA FILHO, 2010).

As espécies *Araucaria angustifolia* e *Ilex paraguariensis*, foram de grande importância para os ciclos econômicos da madeira e da erva mate, o que causou grande impacto na distribuição.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2015), com relação a vegetação Ombrófila Mista, hoje considerando as matas exploradas e as em estado de regeneração, os remanescentes abrangem apenas 3% da área original do Estado, sendo destes apenas 0,8% em estágio sucessional avançado. A vegetação secundária pode ser classificada em três estágios de sucessão: inicial, médio e avançado. (CASTELLA; BRITEZ, 2004 *apud* PEREIRA; MORO, 2009).

Figura 03: Localização das comunidades estudadas na Região da Serra das Almas.



O nome de Região da Serra das Almas surgiu devido ao silêncio que existia no percurso que era realizado no passado por “tropeiros”, pessoas que levavam os animais, principalmente porcos que eram tocados para a venda em Curitiba, um silêncio que era repentinamente tomado por barulhos da floresta. (BUIAR, 2003).

O histórico da formação socioespacial da região onde se inserem as comunidades estudadas perpassa vários momentos, inicia-se pela existência de indígenas que viviam na região, passando por vários processos de povoamento. Segundo Buiar (2009), o caminho do Peabirú que vinha pelo rio Ribeira e seguia pela serra em São Luiz do Purunã e continuava pela Serra das Almas, seguindo o rio Tibagi, esse mesmo percurso depois foi utilizado pelos bandeirantes e garimpeiros, dentre eles os jesuítas no século XVIII, os quais se instalaram na localidade que recebeu o nome de Santa Cruz. Hoje, o local, pertence ao Distrito de Três Córregos e é marcado com uma cruz que ainda se encontra preservada pelos moradores.

A busca pelo ouro fez com que muitas pessoas e escravos viessem até essas terras (CLARINDO, 2014). Conforme informações da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná (2015), a partir do século XVII até o XIX, as áreas que compreendem o território do litoral, Primeiro Planalto, Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Palmas foram conquistados pelos luso-brasileiros. Assim,

Primeiramente, através da preação de índios e da mineração, foi possível a criação das primeiras vilas portuguesas, na região do litoral e primeiro planalto, como a de Paranaguá, Antonina e Curitiba. A partir do século XVIII uma segunda fase se consolidou: a economia pecuária e ervateira. A partir do tropeirismo efetivou-se o surgimento de vilas, como Castro, Ponta Grossa, Lapa, Jaguariaíva com uma sociedade ‘latifundiária, campeira e escravocrata’, apesar da presença de caboclos nas matas de araucária. Por último, do final do século XVIII ao início do XIX o contingente de imigrantes, principalmente europeus, também contribuíram para a formação desta ‘área histórico-cultural’ (SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ, 2015, S/P).

Em consequência das fases históricas do processo de colonização que o Estado do Paraná sofreu, as comunidades que vivem nesta área apresentam como resultados deste processo uma miscigenação com índios, caboclos e imigrantes europeus que se instalaram nas terras da região (GP INTERCONEXÕES, 2014).

Assim, encontram-se várias comunidades, com formas de organização espacial e origem étnica diferenciada, mas que compartilham algumas estruturas

(como casa, paiol e pomar) e a relação de solidariedade e compadrio perpassam todas do mesmo modo. A seguir, (quadro 02) algumas características e organização espacial das comunidades estudadas, as informações gerais de cada comunidade foram obtidas pelas entrevistas, em conversas informais com diferentes moradores, bem como da observação da pesquisadora.

Quadro 02- Resumo das informações gerais das comunidades estudadas.

Características	Lageado Grande	Sete Saltos de Baixo	Palmital dos Pretos
Número de famílias (aproximado)	30	60	60
Estrutura/ caracterização	Apresenta criadouro comum e terras de plantar, separados por valos e cercas. Não é legalmente reconhecido como Faxinal.	Caracteriza-se como Organização Faxinal. Em 2013 teve seu reconhecimento como ARESUR.	Comunidade Remanescente Quilombola, Teve seu reconhecimento em 2006.
Atividades econômicas desenvolvidas	Agricultura, criação de animais, carpintaria, diarista, funcionário público, assalariados em empresa de reflorestamento de <i>Pinus taeda</i> , apicultura, piscicultura, carvoaria, chacareiro e outros.	Agricultura, criação de animais, motorista escolar, emprego assalariado na Empresa Águia Florestal Ind. de Madeiras Ltda. Funcionário público, carpinteiro, costureira e outros.	Agricultura, atividades extrativistas subsistência (lenha, artesanato, medicinais, etc.), criação de animais, emprego assalariado na Empresa Águia Florestal Ind. De Madeiras Ltda. E Empregos assalariados diversos, como em fazendas, motoristas, diaristas e outros.

Org: Autora. Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2015.

O “Sistema Faxinal” e “Faxinal” são utilizados como sinônimos. Chang (1988) descreve o sistema faxinal como uma forma de organização camponesa que

apresenta características como: a) Criação de animais para alimentação e para tração em área de uso comum (criadouro). b) Extração de espécies da mata, como a erva mate na área de criadouro. c) Produção agrícola de subsistência, policultivos.

Apresenta-se dividido em duas áreas, uma área de uso comum, onde a propriedade é privada, mas de uso coletivo. (LÖWEN SAHR; IEGELSKI, 2003). Este local em que criam-se os animais soltos também estão os mais significativos remanescentes florestais da comunidade e entre a vegetação, as casas dos moradores.

O criadouro é separado por cercas e valos de outra área conhecida como terras de plantar. As terras de plantar são propriedades privadas, cada família cultiva em seu lote, mas realizam práticas solidárias como a troca de dias e pixirão (mutirão). (LÖWEN SAHR; IEGELSKI, 2003).

A comunidade Sete Saltos de Baixo teve seu reconhecimento como faxinal no ano de 2013. Obtendo a regulamentação na legislação como Áreas Especiais de Uso Regulamentado, ARESUR- Decreto Estadual nº 3446 de 14 de agosto de 1997 (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, 2013; PARANÁ, 1997).

A origem dessa forma de organização na localidade é explicado por João M. e foi escrito por Löwen Sahr e Iegelski (2003)

O senhor Francisco Timóteo Ferreira, nascido em Conceição dos Chagas (Campo Largo) foi quem organizou o Sistema Faxinal em Sete Saltos de Baixo, já na primeira década do século XX. Seu Francisco comprou as terras onde hoje é o Faxinal de antigos posseiros que, segundo seu João Timóteo Ferreira, eram todos de Guarapuava. Os posseiros eram José Frederico de Freitas, Nicolau Frederico de Freitas e Dedeus de Freitas, irmãos entre si. (LÖWEN SAHR; IEGELSKI, 2003, p.07).

Em muitos períodos a comunidade enfrentou conflitos para manter o próprio sistema, seu modo de vida, frente os interesses externos. O reconhecimento com regularização como ARESUR ainda não trouxe nenhum benefício concreto aos moradores frente as necessidades que surgem.

A forma de organização do sistema faxinal constitui os remanescentes mais significativos da Floresta Ombrófila Mista, originando

[...] paisagens que integram, em diferentes níveis de sustentabilidade sócioambiental, o ecossistema Floresta com Araucária às pequenas comunidades [...] merecendo o *status* de unidades de conservação estaduais. (FLORIANI, N. *et al.*, 2010).

A Comunidade Lageado Grande apresenta estrutura e atividades produtivas que se remetem ao Faxinal. No entanto para os moradores o termo faxinal não é atribuído a essa forma de organização, mas se remete à “capinzal de banhado” (AZIVIR, 2014) ou conforme a fala de um dos entrevistados é um

carrascá, que eu entendo, capoeira queimada de fogo, que uma capoeira se começa a soltar fogo e queimar, vira uma desgraça que só presta pra criar cobra. Que na terra de cultura não pode soltar fogo, se queimar tem que aproveitar, fazer lavoura, que roça uma capoeira e queimar e fazer a lavoura ela vem melhor e você queimar uma terra e deixar vira um carrascão. (ANTONIO C., 2014).

Não são todas as famílias que possuem animais soltos, no entanto, mesmo aqueles que não possuem a criação de animais, mantêm o sistema de uso comum, permitindo que os demais habitantes da comunidade tenham seus animais e utilizem espécies arbóreas do estabelecimento.

A origem destas comunidades diferencia-se de Palmital dos Pretos, a qual se inicia com os negros fugitivos dos grandes latifúndios e depois com o abrigo na região dos ex-escravos. Estes se instalaram e sobreviveram nessa localidade íngreme, da agricultura e dos roçados, para outras pessoas da região. (CELINSKI, 2010).

A luta pelas terras e reconhecimento do seu território vem desde suas origens, no entanto, somente em 2006 a comunidade Palmital dos Pretos é reconhecida como Comunidade Remanescente de Quilombolas. (CELINSKI, 2010).

Segundo a Constituição Federal em seu art. 68, remanescentes das comunidades dos quilombos são os moradores das comunidades formadas por ex-escravos. Preceitua o art. 68 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias): "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". (BRASIL, 1988).

Segundo Godoy *et al.* (2013) ao se referir aos processos de transformação que a comunidade vem sofrendo, relata que o território da comunidade cada vez mais vem se reduzindo, isso devido a falta de documentação das terras que acabam sendo roubadas ou vendidas.

Assim, as comunidades apresentam transformações, semelhanças, se relacionam entre si, em uma trama de relações onde se inserem as práticas

religiosas, medicinais, como a ação das benzedadeiras e as práticas econômicas, a agricultura de roçado, o manejo florestal. Expressam características que tanto podem ser comum a toda uma região como também específicas, dando origem a múltiplas paisagens resultantes de diferentes visões mundo.

4.2 PRÁTICAS DA TRANSFORMAÇÃO DA PAISAGEM

4.2.1 O passado da Região da Serra das Almas

Os mapas produzidos na cartografia participativa do passado relembram o período da década de 1950. Nesta época o Brasil passava por um processo de modernização, com a consolidação de uma sociedade urbano-industrial e uma política desenvolvimentista. (KORNIS, 2002). O Paraná neste ínterim era destaque nacional na produção cafeeira e o Governo do Estado também favoreceu ações em apoio ao desenvolvimento da indústria. (TRINTIN; IZEPÃO, 2003). Na Região da Serra das Almas, as principais atividades neste período eram a ocupação agrícola, pecuária, suinocultura, serraria, fabricação de fumo e farinha de milho. (BUIAR, 2003).

Na entrevista com senhor Maia, relata que na comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo plantava-se policultivos para subsistência, feijão, batata, batata doce, arroz, mandioca, milho. Os pilões faziam parte dos utensílios das famílias, pois eram neles que se descascava o arroz.

consuetudinárias e áreas de criação de animais em meio a floresta no entorno das casas (GP INTERCONEXÕES, 2014).

Segundo o senhor João S. que mora há mais de 60 anos na comunidade Lageado Grande, afirma que as casas eram de pau-a-pique, barraquinhos, com chão de terra batida e cobertas de capim. A produção agrícola pautada principalmente para a subsistência seguia um calendário anual em que se considerava as fases da lua e os meses certos para plantio, bem como para a retirada de madeira para construção.

Segundo senhora Ilda R., roupa quase não se tinha naquele tempo, e o trabalho na lavoura desgastava bastante as roupas, que constantemente eram remendadas. Como não podia-se comprar peças novas, *“as vezes era tão remendada que não se sabia mais qual era a cor original da peça”*. Utilizavam também sacos de algodão, obtidos na compra do açúcar, para fazer roupas, toalhas, e outras peças que se necessitassem.

Senhor Maia, natural de Sete Saltos de Baixo, conta que moravam na comunidade 70 famílias. As casas eram *“grosseiras”*, o chão era de barro, e as paredes de *“ripinha”*, com madeiras finas deixando espaços entre uma e outra, tinham a simplicidade, mas ao mesmo tempo, lembra o senhor que as pessoas viviam em harmonia, eram felizes. Calçados e roupas de frio não tinham, usavam no pé a palha de milho como um sapato, levantavam às 4 horas da madrugada para ir trabalhar.

As casas eram construídas em meio a mata, e não existiam estradas, apenas *“carreiros”* ou caminhos onde se passavam com cavalos e carroças. Os animais eram criados a solta, existindo somente uma cerca com *“porteiras”* (portões), constituindo o criadouro, modo de criação que ainda se mantêm. Hoje há estradas no lugar dos *“carreiros”* e o gado foi separado dos demais animais, sendo criado em áreas fora do criadouro, em pastagens, que no passado foi local de agricultura.

Segundo o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social-IPARDES (1981) até o início dos anos 40 a população do estado do Paraná era pouco densa, concentrava-se nas áreas de colonização europeia e nas propriedades agropecuária. A população do Paraná apresentava crescimento decorrente da entrada de imigrantes e de pessoas vindas de outros estados, principalmente São

Paulo e Minas Gerais. (FERREIRA, 1986). Na década de 1940 sua população era de 1.237.000 habitantes que na década de 1960 passou para 4.278. 000 habitantes, no entanto, a partir desse período iniciam-se grandes transformações que vão levar a evasão do rural e a migração para o Paraná perde força, invertendo-se na década de 1970. (FERREIRA, 1986).

Vários fatores expulsaram agricultores da área rural, a partir de meados da década de 60 e intensivamente na década de 1970. Um dos principais é a modernização da agricultura que dispensa grandes contingentes de trabalhadores, meeiros, colonos e ao mesmo tempo age um processo de concentração fundiária que vai suprimindo as pequenas propriedades. No caso específico do distrito de Itaiacoca no município de Ponta Grossa, Lavoratti (1998) afirma

a migração para a cidade se deu a partir da década de 70 com a entrada de empresas de reflorestamento de 'pinus' na região, que passaram a comprar terras de pequenos agricultores, principalmente daqueles que não possuíam documentação legal das terras.(LAVORATTI, 1998, p.74).

No entanto, em um período posterior a década de 70, nos anos de 1986 a 1996 houve um retorno da população que excluída nos centros urbanos retorna para o distrito de Itaiacoca. (LAVORATTI, 1998). Apesar disso, conforme referida autora, os censos demográficos apresentam redução populacional no distrito que na época apresentava como principais atividades econômicas a mineração e a agricultura de subsistência.

Na figura (09) é possível visualizar algumas informações a respeito das características sociais-econômicas da Região da Serra das Almas, para esse período.

4.2.2 Configuração socioespacial atual da Região da Serra das Almas

No mapa do presente (figura 08), desenhado por Célia S., pode-se notar um reduzido número de habitações. As casas estão construídas todas próximas da fonte de água, costume esse repassado pelos mais velhos, pois no passado não havia água encanada, o banho e a roupa dependiam do rio. O mesmo rio servia pra mover os monjolos, dar de beber aos animais, assim não podia se estabelecer longe da

água, como também havia um grande respeito pela mata, porque a manutenção dela garantia a conservação das nascentes de água.

Figura 08 - Mapa Participativo do Presente, Comunidade Lageado Grande, Campo Largo- PR.



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2015.

Também é possível observar na figura 08, que valos e cercas ainda permanecem e separam a área do criadouro. No entanto hoje, onde havia terras de plantar com seus policultivos, encontram-se capoeiras e reflorestamento de pinus (*Pinus taeda*).

Segundo Jorge S., antigamente todo mundo plantava com a força das mãos e dos cavalos, por falta de opções, não queriam ir embora para outra região e não havia outras formas de trabalho. Hoje em dia, quem planta é só com trator, porque a lavoura dá pouco lucro e para conseguir obter renda dela, tem que plantar áreas grandes e possuir maquinário.

As mudanças na comunidade iniciaram a partir da década de 1980, e pode-se dizer que as transformações deste período tiveram grande magnitude. Conforme os dados do IPARDES (1981) no período de 1970 a 1980 o Paraná apresentou um aumento da área plantada de soja para 2 115 789 ha enquanto que o feijão apresentou queda de rendimento.

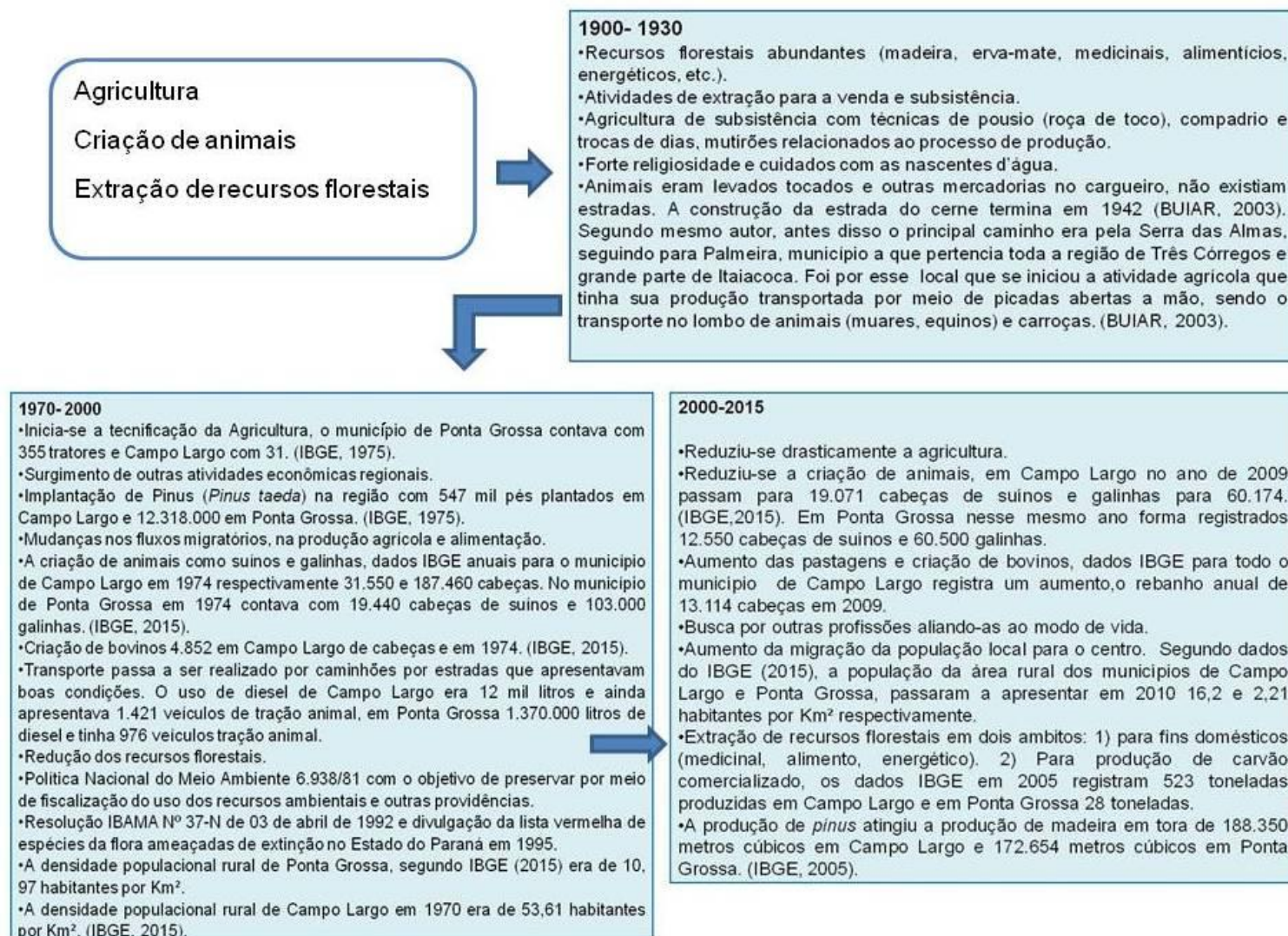
Tomando-se o processo de modernização [...] pode-se distinguir claramente dois tipos de estabelecimentos no Paraná. Em primeiro lugar, um setor de pequenos, médios e grandes produtores que utilizam tecnologia moderna e progressivamente vão assumindo maior participação relativa no valor da produção total. Em segundo lugar, aparece o setor dos pequenos produtores que se mantêm à margem do processo de modernização e cuja participação no valor total da produção é decrescente [...]. (IPARDES, 1981, p. 39-40).

Com a vinda de grandes empresas de reflorestamento, as quais começaram a empregar a população local com plantio, poda, corte e transporte da madeira. A implantação destas também trouxe pessoas de outras localidades para trabalhar na região, gerando fonte de renda no comércio local e o trabalho na prestação de serviços (construção casas, alimentação e outras atividades).

Lavoratti (1998) a respeito da renda dos agricultores do distrito de Itaiacoca Ponta Grossa-PR, afirma que década de 1990, esta era composta pela venda de alguns produtos agropecuários, da aposentadoria de algum membro da família e de atividades não agrícolas. Onde os mais jovens representavam a faixa etária que era responsável pela busca de outras fontes de renda e mais da metade das famílias possuíam algum integrante da família residindo na cidade.

Em 1994 as mudanças se tornam mais visíveis (figura 09) foi nesse período que se iniciou a instalação da rede de energia elétrica. A qual proporcionou a implantação de diversas atividades, principalmente o acesso à água encanada em áreas distantes do rio, com o uso de bombas d'água, como também fez surgir uma nova necessidade: a de se ter salário (dinheiro) para acessar a este serviço.

Figura 09-Atividades econômicas e uso dos recursos naturais na região da Serra das Almas



. Org: Autora. Fonte: Várias, 2015.

Assim, muitos buscaram alternativas de renda por não ter condições de investir na modernização de seus equipamentos agrícolas. No entanto, manteve-se uma pequena parcela das atividades relacionadas a lavoura para subsistência, o que ocasionou uma transformação do calendário anual. Diante de menor tempo para se dedicar a agricultura, se tornou mais cômodo comprar alimentos ao invés de produzi-los. Como a fonte de renda passou a ser o trabalho assalariado, os monjolos aos poucos perderam sua função e o que restou de sua estrutura no tempo, se mantêm como um patrimônio que remete às práticas da história produtiva da região.

Santos (2006, p.92) atribui a denominação de “rugosidade” ao que se mantêm do passado “como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” A rugosidade do espaço atribui diferentes temporalidades, revelam combinações únicas, “[...] nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”. (SANTOS, 2006, p. 92).

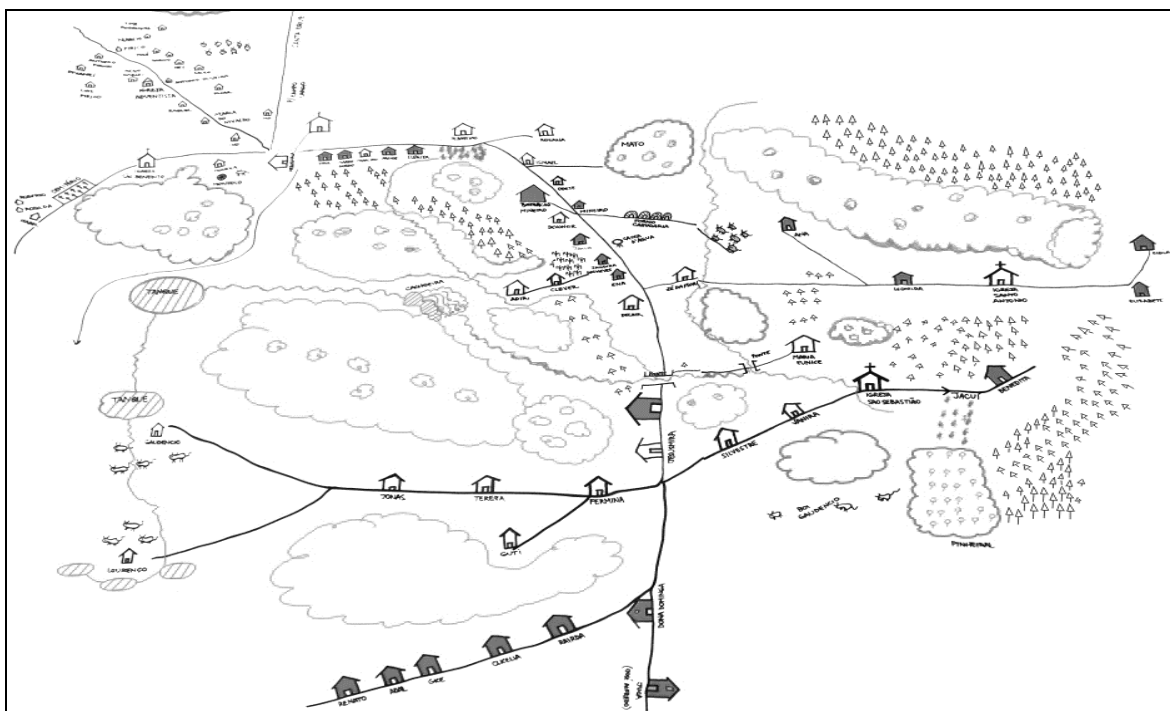
A comunidade se coloca positiva frente as transformações, pois considera que a qualidade de vida melhorou, mas ao mesmo tempo se mostra insegura quanto ao que vai acontecer no futuro, deseja a permanência das mesmas condições da paisagem local.

As alterações de processos de desenvolvimento da região acabam alterando a configuração espacial na comunidade Palmital dos Pretos, tendo início a partir da abertura de uma estrada que dividiu ao meio o território da comunidade, o que propiciou então o surgimento de vários atores, como grandes latifundiários e empresas de reflorestamento de *Pinus taeda*, entre outros.

Na comunidade Palmital dos Pretos a floresta há 30 anos era maior, pois a comunidade possuía uma maior extensão territorial. Com a implantação de invernadas e o aumento da quantidade de moradores oriundos de outras comunidades (representados na imagem com casinhas pintadas de preto), algumas áreas foram desmatadas e plantadas, fragmentando o território (figura 10). O *Pinus taeda* foi inserido na comunidade há aproximadamente 30 anos, com a compra de terrenos feita pela empresa Águia Florestal Industria e Comércio de Madeira Ltda.

Segundo os moradores da comunidade os reflorestamentos ocupam uma área grande que liga as comunidades de Palmital (Campo Largo), Mato Queimado (Ponta Grossa) e segue até o Abapan (Castro). O efeito do reflorestamento de espécie exótica apresenta seus reflexos no ecossistema, como aponta as agricultoras “o que prejudica é a água né, como diminui” (ELENITA, 2014), “seca a terra” (JESUMIRA, 2014).

Figura 10- Mapa Participativo do Presente, Comunidade Palmital dos Pretos, Campo Largo- PR.



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2014.

Mesmo em meio a pressão sofrida pelas atividades a floresta ainda existe, mas de forma fragmentada, utilizada principalmente para a coleta de medicinais, os quais estão associados a um modo de vida acompanhado da religiosidade e da união dos moradores.

Em Sete Saltos de Baixo cria-se os mesmos animais, mas em quantidade menor, devido a redução da área do criadouro e também porque plantam menos milho, alimento essencial para a criação de animais. Na cartografia participativa do presente, realizada em 2011 com um grupo de mulheres durante uma oficina participativa (figura 11) é possível ver que mantêm a organização, apesar da redução das atividades.

Figura 11- Cartografia participativa momento presente, Comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa- PR.



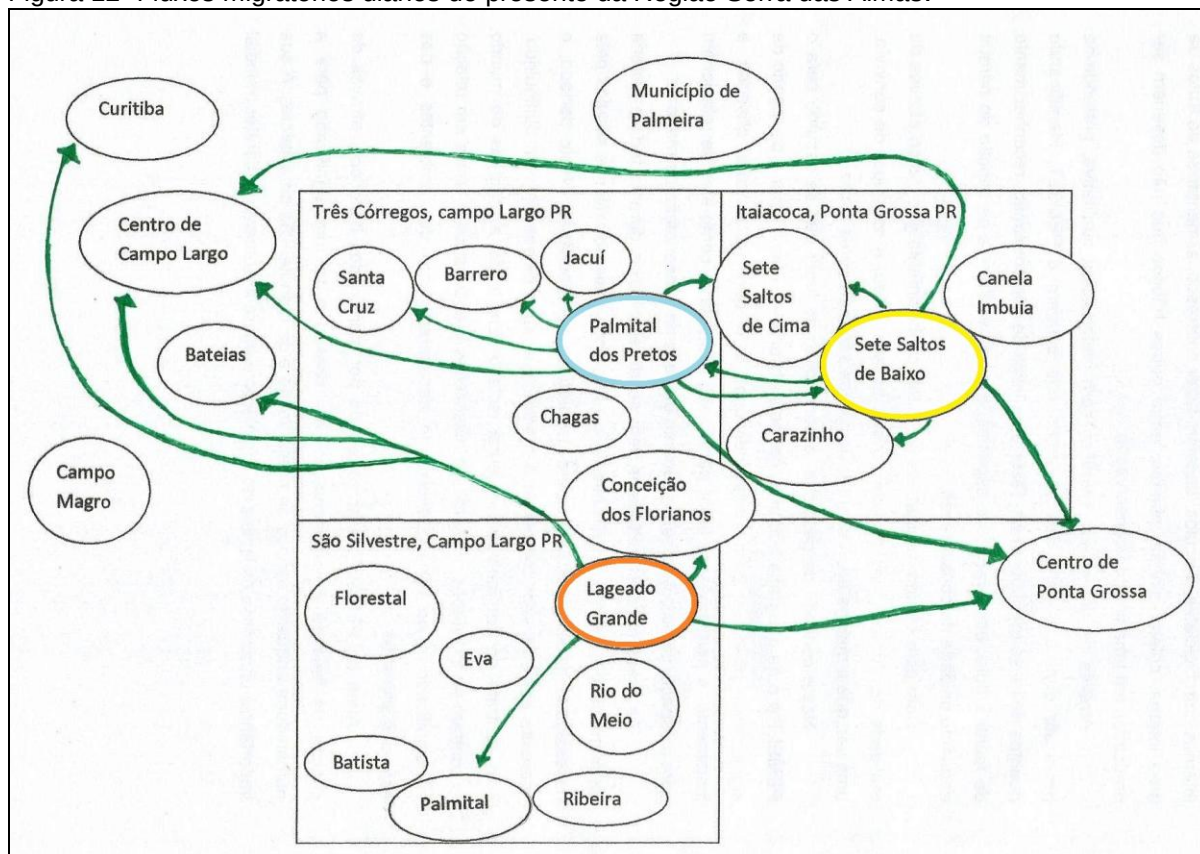
Fonte: (UEPG, TURMA VI, 2011).

Aos poucos os cavalos foram substituídos pelo trator, ou simplesmente “aposentados”, por pessoas que devido a idade não puderam mais trabalhar na lavoura. O principal motivo da diminuição das lavouras está relacionado ao consumo de alimentos comprados e a migração dos jovens que saem de casa e vão para a cidade. Essa migração se dá em busca de empregos assalariados em ocupações mais leves, segundo a fala de alguns moradores “ninguém mais quer trabalhar no pesado”. A densidade populacional rural de Ponta Grossa na década de 70, segundo IBGE (1970), era de 10,97 habitantes por Km² e reduziu em 2010 apresentando 2,21 habitantes por Km² (IBGE, 2015).

Os moradores mais velhos que permaneceram possuem outra fonte de renda como a aposentadoria, mas mesmo assim, plantam o pouco que podem cuidar para o próprio consumo. As variações nas atividades econômicas fazem com que o fluxo diário de migração se altere, conforme figura (12) os fluxos diários se concentram em direção ao centro e para as comunidades onde estão os serviços

públicos básicos, como escolas, posto de atendimento à saúde, o comércio e mercados.

Figura 12- Fluxos migratórios diários do presente da Região Serra das Almas.



Org: Autora (2015). Fonte: Moradores da Região da Serra das Almas.

Quanto à saúde, as pessoas não costumavam ir ao médico, e até hoje as pessoas mais velhas apresentam certa resistência em utilizar remédios farmacêuticos. Todos até a idade adulta não tiveram acesso a um médico, se tratavam com “*bocoiero*” também denominado de benzedores. Quando tinham algum problema buscavam no mato o remédio, com o “*bocoiero*” que fazia garrafada, ensinava simpatias, chás, banhos. Alguns dizem que eram receitas de garrafadas para todos os sintomas e que a pessoa melhorava do problema. Assim, cuidava-se tanto dos males do corpo (doenças) como os males de espírito (susto, inveja, mau olhado). Na comunidade existiam dois “*bocoiero*” Juca Molina e Daniel. Hoje quem presta esse atendimento é o senhor João M.

Na cartografia participativa aparecem elementos do passado e do cotidiano da comunidade (quadro 03). Nos mapas do passado, algumas características aparecem nas três comunidades estudadas, como a casa de pau-a-pique, os nomes

das principais famílias, as estradas, os rios, as porteiras, a delimitação de cercas e valos e a criação de suínos. Esses atributos remetem a um passado com organização espacial e relações sociais similares, ligadas ao modo de viver faxinalense.

Quadro 03- Elementos da Cartografia Participativa, passado e presente.

ELEMENTOS DA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA PASSADO	LAGEADO GRANDE	SETE SALTOS	PALMITAL DOS PRETOS
Casas de pau a pique	x	x	x
Nomes das principais famílias	x	x	x
Igreja		x	x
Escola			x
Cemitério			x
Mercearia			x
Monjolo	x	x	
Vegetação		x	x
Pasto			x
Estradas “Carrero”	x	x	x
Ponte			x
Rios	x	x	x
Cachoeira			x
Porteiras	x	x	x
Delimitação de cercas e/ou valos	x	x	x
Criação de suínos	x	x	x
Criação de cabrito, galinhas, cavalos e gado		x	x
ELEMENTOS DA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA PRESENTE	LAGEADO GRANDE	SETE SALTOS	PALMITAL DOS PRETOS
Casas dos moradores	x	x	x
Igreja		x	x
Cemitério			x
Vegetação	x	x	x
Pinheiral			x
Pasto	x		x
Rochas	x		
Estradas	x	x	x
Cercas/ Porteiras	x		
Ponte			x
Rios	x	x	x
Lago	x	x	x
Cachoeira			x
Aves e animais silvestres	x		

(conclusão)

ELEMENTOS DA CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA PRESENTE	LAGEADO GRANDE	SETE SALTOS	PALMITAL DOS PRETOS
Criação de suínos e cavalos		x	
Criação de gado			x
Cultivo de milho			x
Pinus			x
Carvoaria			x

Org: Autora. Fonte: Moradores da Região da Serra das Almas.

Na cartografia participativa do presente surgem novos elementos como na Comunidade Palmital dos pretos são delimitadas áreas de criação de gado, plantação de milho, Pinus (*Pinus taeda*) e Carvoaria. Nas comunidades Faxinal Sete Saltos de Baixo e Lageado Grande, pode-se observar o contrário, desaparecem os monjolos e a criação de suínos. Ressalta-se que ambas as representações tiveram uma visão parcial dos acontecimentos, pois cada desenho foi realizado por apenas uma pessoa que destacou principalmente a área próxima a sua casa.

4.3 RELATOS DE HISTÓRIA DE VIDA E RELAÇÃO COM A PAISAGEM

Dona Senhorinha, nascida e criada na região, recebe a pesquisadora próxima ao portão de entrada de sua casa e foi logo contando o porquê dos portões estarem agora fechados (motivos de segurança) e então relata seu sonho:

[...] sonhava vê aquele homem, e falava pras menina (filhas), não sei o que ta acontecendo, tem um mistério que Deus tá provando com nós, e vai vir uma pessoa bem estranho tomara que não, mas eu faz hora vem não vem, tudo dia eu esperava que o sujeito aparecesse, e daí um dia eu tava, era 24 de setembro e eu saí pra limpar ali na frente e eu fiquei carpindo ali perto do colchettino, os pé de flor meu, quando quiz dá aquela chuva, neblina, se eu corro pra dentro eu não recebia essa pessoa, tudo é como Deus nos permite, daí uma dessa de repente veio aquele carrão branco, pensei o que que, daí eu parei um poquinho e voltei no colchettino, daí ele entrou de lá, não tava na frente so no portão, a ropa era ele a cara era dele o cabelo era dele, e só falou me conhece, fazia uns 8 anos que eu não via, eu sou o Carlinho, eu vim trazer um gurizinho para senhora benzer, eu falei pra ele faz uns quinze anos que não atendo ninguém, o que é o motivo, daí ele trouxe aquela mulher e o piázinho, eu aprontei um chimarrão,(...) ele não veio por motivo de doença, ele veio por uma causa dele, e fico espiculando e peguei o livro de São Judas Tadeu, oração para cura e falei pra ela essa leitura indica cura e a senhora compra o livrinho pra senhora curar os que tão mal, e fiz umas orações e ele foi embora. (SINHORINHA, 2014).

Quando a pesquisadora chegou a casa da Sinhorinha sentiu como se a senhora a esperava, principalmente pelo assunto que ela contou. Ao chegar a casa da senhora, a mesma se encontrava próximo ao portão. Nos primeiros contatos com a Sinhorinha, esta que, segundo os relatos dos demais moradores, por muitos anos ensinou a cura de enfermidades com orações e plantas, demonstrou resistência em apresentar seus saberes.

Revela a senhora que para a pessoa ficar curada é necessário ter fé, no entanto, além da fé, é necessário usar de forma correta os medicinais, que em sua receita inclui também alguns fitoterápicos que podem ser encontrados em farmácias ou casas específicas que vendem estes produtos.

São muitas as pessoas que a procuram e devido não seguir corretamente as suas instruções (as quais seguem critérios como: peso da pessoa, idade, sintomas e outros), acabam tendo uma piora e colocam a culpa em quem ensina a usar as plantas medicinais. Assim, informa ter medo de transmitir informações e estas serem interpretadas de forma incorreta.

Ela disse que não repassa mais seus conhecimentos, pois também procuraram por ela pessoas mal intencionadas. Conta a senhora que certa vez foi procurada por duas pessoas que queriam conhecer as espécies e depois estavam retirando desordenadamente da mata e vendendo, entrando em propriedades particulares e influenciando até na extinção dessas plantas na região.

Além de viver sozinha numa casa distante de vizinhos, dona Sinhorinha conta que tem medo de atender pessoas que não conhece, as quais por ventura venham a procurar não pelos seus saberes, mas para assaltar ou aplicar outras formas de violência.

Ela também relata alguns episódios de sua vida em que enfrenta o preconceito, pessoas que a procuram fingindo ter um problema para ver suas orações e então zombam de sua eficácia. Falou que não é raro o julgamento preconceituoso de pessoas da sociedade, que rotulam especialistas locais que entendem de ervas e curas por meio das plantas, como bruxas ou feiticeiras e relacionam a mata a um local inóspito.

Segundo Skwes (2015, INFORMAÇÃO VERBAL)⁹, a mata ao longo da história é vista como local perigoso, logo, se é perigoso se conclui que podem existir pessoas ou entidades que venham a fazer mal para as mulheres que entrarem na mata. Dessa forma é um desafio para o pesquisador que investiga esses conhecimentos, pois ganhar a confiança se torna um elemento essencial.

Destarte, são muitas as dificuldades enfrentadas pelas populações locais em seu dia-a-dia, que faz com que não expor seus saberes, seja muitas vezes, uma estratégia na manutenção do seu território. Esta invisibilidade proposital é elemento chave na estratégia de sobrevivência destas comunidades, a visibilidade de suas práticas e a visibilidade social como um todo condiciona-se ao momento político e a ingerência de atores exógenos à comunidade.

4.3.1 Senhor Antônio C.

Morador de Lageado Grande há mais de 47 anos, nascido no ano de 1948 em Ouro Fino, Campo Largo. Conta que sempre trabalhou na agricultura. Desde os nove anos acompanhava seus pais na roça e nela trabalhou até se aposentar. Seus pais e avós também sempre viveram da lavoura todos nascidos em Campo Largo.

É casado com dona Ivone, com quem teve dois filhos. Ivone, natural da comunidade Lageado Grande, filha e neta de pessoas que nasceram em Campo Largo, carrega sobrenome que descende de famílias migrantes europeias, com várias gerações de agricultores. Ambos, após ter trabalhado a vida toda na lavoura, hoje estão aposentados e ainda cultivam alimentos em menor quantidade.

Quando questionada a respeito das transformações da comunidade, dona Ivone relata que “*hoje é difícil achar alguém que trabalhou a vida inteira na roça*”. É possível observar que até mesmo os filhos de dona Ivone, que descendem de uma tradição pautada na lavoura, buscaram outras alternativas de renda, como o reflorestamento de *Pinus taeda* e a criação de gado.

Ivone relembra que na região todos sobreviviam da lavoura de subsistência e faziam a troca do que produziam por produtos como o sal e trigo os quais não cultivavam.

⁹ SKWES, Juan Carlos. Los bosques de los territorios tradicionales de América Latina: prácticas sociales y políticas de naturaleza. In: Palestra, **IV CEPIAL**, Chile. Janeiro de 2015.

tinha muita terra, mas só que nós era fraquinho, plantava pouco, só pro gasto. Milho pro gasto, feijão pro gasto e nós vivia vendendo porquinho, saía me batendo nos vizinho vender uma leitoasinha pra comprar trigo. E era pouco, milho pouco, feijão pouco, batata que nós vendia, vendia uma batata comprava adubo, muda, vendia alguma leitoa, algum porquinho pra se remediar, fazer a compra, é só na roça [...] de primeiro era aquela quantia de porco e galinhada, e verdura, e farinha e arroz, plantava e socava até no minjolo arroz. Agora acabou-se tudo, tudo compradinho. (IVONE, 2014).

Cultiva alguns alimentos para consumo, como: couve, repolho, alface, melão, melancia, batatinha, abóbora, mandioca, etc. Também possui criação de porcos e galinhas, hoje em menor quantidade que no passado. Os animais são alimentados com milho que é comprado de produtores de outras localidades. Segundo senhor Antonio C. “o lugar aqui fico que uma vergonha, da onde já se viu, vir milho de fora pro lugar”. A frase expressa bem uma situação nunca imaginada há 20 anos atrás, o que denota rapidez dos acontecimentos que mudam alguns costumes como o uso do monjolo, a redução da agricultura, que segundo o entrevistado permanece em menor proporção entre as pessoas mais velhas. Os entrevistados transmitem a informação de que alguns alimentos como o arroz, por exemplo, não são mais cultivados na comunidade devido ao baixo preço de aquisição no mercado. Assim, a agricultura não deixou de existir, mas apresenta-se em menor quantidade e voltada para a produção de apenas alguns produtos, diferente do passado em que se produzia quase tudo o que consumia. Também está se inserindo outras atividades nas áreas em que antes eram de lavoura, como o Pinus Taeda e a criação de bovinos.

Na conversa com senhor Antonio C. é possível notar o sonho do pequeno agricultor em se mudar para uma área plana para poder cultivar extensas áreas com maquinário. Imaginário que fazia parte não só da vida de Senhor Antônio C. mas de muitas pessoas que viviam da agricultura de subsistência.

O casal diz que o que mais gostam do lugar em que vivem é a floresta. As palavras de Ivone expressam sua relação com a paisagem local.

Eu gosto das arvinha, tão bonito, tudo verde bonito [...] gosto porque a gente tá bem sossegado livre, não tem ninguém pra atentar, eu faço o que eu quero, sempre tem vizinho pra prosiar, tudo fácil de comprar as coisas [...] gosto das minha galinhinha, adoro lida com as galinhinha e com os porco, me enlevo, cato ovo, faço chocar, faço quirera. (IVONE, 2014).

E destaca a importância da mata para a preservação da água e proteção, para evitar vendavais. Nunca utilizaram as espécies da mata como fonte de renda, e também muito pouca coisa extraem dela, “*eu evito de corta uma árvore, eu só corto se eu precisar, se não precisar deixa*”. (ANTONIO C., 2014).

Com relação às espécies que utiliza no dia-a-dia destaca-se o uso medicinal e alimentar, e apesar de menos utilizada, sabe diferenciar quais as espécies apresentam boa madeira para a construção, palanques e outros usos. Foram coletadas 45 espécies durante a realização de uma caminhada pela mata (turnê guiada).

4.3.1.1 Percursos pela paisagem

Após dizer que tinha disponibilidade para realizar a caminhada, seu Antônio C. terminou de tomar seu chimarrão, calçou sua botina, pegou o chapéu e seu cigarro de palha e convidou a iniciar o percurso pela estrada. Em poucos passos, ele já apontou para algumas árvores dizendo, “*tem muita coisa que a gente não sabe o nome, essa árvore aqui foiúda, por exemplo, tem muita aqui na região, madeira mole*”. Em suas palavras demonstrou que conhece a espécie, apenas não atribui nomenclatura.

A caminhada seguiu pela estrada, passando pela área onde se encontravam as bracatingas, as quais seu Antônio C. cultivava para uso no fogão a lenha. Ele aponta e comenta “*essa aqui já está com cinco anos, cresce rápido*”. Foi possível notar que divide a propriedade, onde uma parte apresentava bracatingas que já estavam maiores, aptas a ser cortadas, enquanto na outra parte estavam árvores jovens em crescimento, assim, a rotatividade garante melhor aproveitamento do espaço e também propicia para que não falte a madeira que é coletada diariamente.

O percurso prosseguiu pela estrada até uma encruzilhada, o senhor Antonio C. atravessou uma pequena faixa em meio aos *Pinus taeda* até sua lavoura (figura 13), neste local apresentou os primeiros estágios sucessionais da vegetação a “*tiguera e capoeirinha*”, lembrou o cheiro bom das flores, também mostrou as espécies existentes nestes estágios.

Figura13- Estágios iniciais de sucessão da vegetação secundária e lavoura de Senhor Antônio C.



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2015.

Além de associar usos e estágios, o informante também demonstrou sua percepção do ambiente, se era de terra seca, de terra boa, as espécies indicativas que demonstravam a qualidade da terra como a Samabaia (*Pteridium aquilinum*) que é associada a terra “ruim” (seca). As plantas citadas foram associadas ao relevo. As de ambiente seco são as que se desenvolvem em “lomba” e as de ambiente úmido se encontram presente em áreas de “baixada”, próximo aos rios.

Integrou também o ambiente aos animais silvestres apontando que alguns frutos e folhas serviam de alimento, exemplo a fruta do tapiaeiro (*Alchornea triplinervia*) alimento de pombas, os brotos do feijão atraí os “veados”. As informações sobre o nome das espécies, os usos e tipo de ambiente e o estágio sucessional estão no quadro 04.

Quadro 04- Plantas identificadas por Antônio C. durante a Turnê Guiada, na comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Aroeira	Capoeirinha/capoeirão	Madeira	Tronco ou cerne para palanque “cerca”	Úmido
Apocynaceae	<i>Aspidosperma australe</i> Müll.Arg.	Guatambu	Capoeirão/ matão	Madeira	Tronco/ Soalho móveis, diversos	Seco
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	Pinheiro	Capoeirão/ matão	Alimento/ Madeira (usava-se no passado)	Pinhão para animais e humanos/ tronco para construção	Úmido
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	Palmeira	Capoeirinha	Alimento e religioso	Folhas animais/frutos animais e humanos / palmito para humanos. Folhas usadas na missa de ramos	Seco
Bignoniaceae	<i>Tabebuia</i> sp	Ipê amarelo	Capoeirão/ Matão	Ornamental	Flores	Seco
Cannabaceae	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Crindiúva	Capoeirinha	Não tem	Madeira muito mole	Seco
Caprifoliaceae	<i>Sambucus</i> sp	Sabugueiro	Capoeirão	Medicinal (para vermes) não é nativo	Frita com açúcar e hortelã/Folha.	Úmido
Cardiopteridaceae	<i>Citronella gongonha</i> (Mart.) R.A.Howard	Limoeiro Bravo	Capoeirinha	Não tem	Apresenta espinhos	Ambos
Clethraceae	<i>Clethra scabra</i> Pers.	Carne de vaca	Capoeirinha	Energia	Lenha/ tronco e galhos	Ambos
Cunoniaceae	<i>Lamanonia ternata</i> Vell.	Guaraperê	Capoeirinha	Energia	Lenha/ tronco e galhos	Ambos

(continuação)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Euphorbiaceae	<i>Alchornea sidifolia</i> cf. <i>intermedia</i> Pax & K.Hoffm.	Tapiaiero 2	Capoeirinha e no capoeirão	Alimento	Fruto/animais, pombos	Seco
Euphorbiaceae	<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll.Arg	Tapiaiero	Capoeirinha	Alimento (animais, pombos)	Fruto	Seco
Fabaceae	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	Angico	Capoeirão / matão	Madeira e energia	Tronco para tábua mais utilizado pra lenha	Seco
Fabaceae	<i>Dalbergia brasiliensis</i> Vogel	Carandá	Capoeirinha	Madeira e energia	Tronco/ madeira uso diversos e lenha	Seco
Fabaceae	<i>Inga marginata</i> Willd.	Ingá Feijão	Capoeira	Energia	Tronco/lenha	Úmido
Fabaceae	<i>Inga virescens</i> Benth	Ingaiero	Capoeira	Alimentação	Parte que envolve a semente	Seco
Fabaceae	<i>Mimosa scabrella</i> Benth.	Bracatinga	Capoeirinha	Energia	Tronco / lenha	Seco
Fabaceae	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F. Macbr	Jacaré	Capoeirinha, capoeirão e matão	Energia	Lenha	Seco
Lauraceae	<i>Cryptocarya aschersoniana</i> Mez.	Canela	Capoeirão / matão	Energia	Tronco/ lenha	Ambos
Lauraceae	<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees & Mart.	Canela Amarela	Capoeirinha ao matão	Energia	Lenha/tronco	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	Sassafrás	Capoeirão/ Matão	Madeira	Tronco/ diversos	Seco

(continuação)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Lauraceae	<i>Ocotea porosa</i> (Nees & Mart.) Barroso	Imbuia	Capoeirão/ Matão	Madeira	Tronco/ construção casas, palanques, e outros	Seco
Lauraceae	<i>Persea pyrifolia</i> (D. Don) Spreng.	Pau de Andrade	Capoeirinha	Medicinal	Para feridas e cortes cozinha a casca e lava o local	Seco
Laxmanniaceae	<i>Cordyline spectabilis</i> Kunth & C.D.Bouché	Varana	Capoeirinha	Alimento (humanos)	Caule da planta jovem para palmito	Seco
Malvaceae	<i>Luehea divaricata</i> Mart.	Soita cavalo	Capoeirinha	Madeira	Tronco / fazer carroça	Ambos
Melastomataceae	<i>Tibouchina sellowiana</i> Cogn.	Aleluiero	Capoeirinha	Ornamental e religioso	Flores/sábado de aleluia	Ambos
Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	Cajaranda	Capoeirão/ matão	Madeira	Tronco tábua/ cerne palanque	Ambos
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Cedro	Capoeirão/ matão	Madeira	Diversos/ tronco	Ambos
Myrtaceae	<i>Calycorectes psidiiflorus</i> O. Berg	Cambuí	Capoeirão/ matão	Energia	Tronco / lenha	Seco
Myrtaceae	<i>Calyptanthes grandiflora</i> O.Berg	Caingá	Capoeirão/ Matão	Madeira	Tronco/Tabua	Seco
Myrtaceae	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> (Mart.) O.Berg.	Gavioveira	Capoeirinha, capoeira, capoeirão	Alimento	Frutos para pássaros e humanos	Ambos
Myrtaceae	<i>Eugenia pluriflora</i> DC.	Fruítera de Porco	Capoeirão/ matão	Alimento / energia	Fruta animais/ tronco (seco madeira muito dura) lenha	Ambos

(conclusão)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Myrtaceae	<i>Eugenia pyriformis</i> Cambess.	Orvalheiro	Capoeirinha	Alimento	Fruto amarelo	Seco
Myrtaceae	<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O.Berg	Murtera	Capoeirão/ matão	Alimento	Fruto para animais e humanos	Ambos melhor em úmido
Myrtaceae	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.	Guamirim	Capoeirão/ matão	Energia	Tronco/ lenha	Seco
Myrtaceae	<i>Plinia rivularis</i> (Cambess) Rotman	Jaboticabeira	Capoeirão/ matão	Alimento	Fruta para aves, animais e humanos	Seco
Primulaceae	<i>Myrsine acuminata</i> Royle	Pororoca	Capoeirinha	Não tem uso	Não tem	Seco
Rosaceae	<i>Prunus myrtifolia</i> (L.) Urb.	Pessegueiro Bravo	Capoeirinha	Madeira	Diversos / tronco	Ambos
Rutaceae	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.	Juvevê	Capoeirinha	Madeira para utensílios	Tronco / cabo de enxada	Ambos
Salicaceae	<i>Casearia lasiophylla</i> Eichler	Guaçatunga	Capoeirinha / capoeira	Energia	Lenha/ tronco e galhos	Seco
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Guaçatunga preta	Capoeirão	Energia	Tronco/Lenha	Úmido
Sapindaceae	<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk.	Miguel Pintado	Capoeirinha, capoeirão, matão	Madeira e energia	Tronco, tora e lenha	Seco
Solanaceae	<i>Solanum mauritianum</i> Scop.	Cuvitinga	Capoeirinha	Alimento (pássaros)	Fruta	Úmido
Symplocaceae	<i>Symplocos tenuifolia</i> Brand	Maria Mole	Capoeirinha	Não tem	Não tem	Úmido
Winteraceae	<i>Drimys brasiliensis</i> Miers	Cataia	Capoeirão	Medicinal (para garrotilho de cavalo)	Casca / torrada e triturada junto com a ração	Ambos

Fonte: A autora, 2015.

No trajeto quando no ponto mais alto de sua propriedade onde era possível visualizar o relevo da localidade, relatou os usos atuais e passados e apontou o local em que estavam as nascentes de água, “*aqui embaixo é um riozinho, toca até monjolo*”, descobriu-se então que o monjolo é uma prática utilizada como parâmetro para classificar o volume de água, a vazão do rio, pois ao ser questionado se havia monjolo no local, senhor Antônio disse que não havia, mas que era possível instalar.

É possível notar durante o percurso que o agricultor seleciona as áreas, as que são consideradas mais férteis e que vão demandar menos recursos para tornar-se aptas para o cultivo, locais utilizados para o plantio de policultivos de subsistência. As terras que são consideradas “ruins” como o “*samambaiá, gaxivá*”, são plantadas com *Pinus taeda* e com forrageiras utilizadas como “*pasto*” para criação de bovinos. Uma mesma espécie de planta pode apresentar atributos positivos e negativos, dependendo do ambiente em que se encontra. É o caso da carqueja (*Baccharis crispa*) uma planta que apresenta uso medicinal, mas como os animais não a consomem é considerada como “*praga na invernada*”.

Outra característica observada, é que o senhor Antônio C. sabe como é a dispersão das espécies, apontando quais animais consomem e transportam, como é o caso da *Araucaria angustifolia*, “*transportada por cotias, esquilos, gralha-azul*” ou se é propagada pelo vento como é o caso do Jacaré (*Piptadenia gonoacantha*) e do Ipê amarelo (*Tabebuia* sp).

Alguns conhecimentos relatados pelo entrevistado durante o trajeto são de conhecimento coletivo, perpassam a dimensão do visível e apresentam significado religioso. É o caso da espécie aleluiera (*Tibouchina sellowiana*) que floresce no sábado de aleluia e o pinheiro de São José (*Araucaria angustifolia*), que madura sua semente no mês de março. São espécies símbolos do catolicismo popular e que são referências ao calendário cristão dos moradores.

Outra árvore símbolo da comunidade é o Guatambu (*Aspidosperma australe*), é uma árvore que é referência de localização, é comum ouvir “*lá perto do Guatambú*”. Ele é lembrado por Antônio C. e demais moradores. Existia um Guatambú, na fala dos moradores “*muito alto e bonito, tinha duas galhadas, ele ficava na beira da estrada e todo mundo se localizava por ele. Mas, ele não existe mais, pois quando a Prefeitura alargou a estrada, tombaram ele*”. (Moacir).

A caminhada realizada com senhor Antônio C. (figura 14), partiu de sua casa até a lavoura e retornou para sua casa onde seguiu para as áreas de vegetação secundária conhecidas como “capoeirão e matão”. Nesta área de vegetação mais desenvolvida, pode-se observar que as árvores mais raras e as consideradas “madeira de lei”, como por exemplo: a Imbuia (*Ocotea porosa*), o Cedro (*Cedrela fissilis*), Miguel pintado (*Matayba elaeagnoides*), funcionam como pontos de referência para o deslocamento na paisagem.

Também nessa área Antônio C. apresenta algumas espécies que perderam seu uso com a transformação das técnicas e atividades produtivas como o Soita cavalo (*Luehea divaricata*) que no passado era utilizado para fazer “carroças”.

Outra espécie que no passado também tinha muita importância devido ao uso da tração animal na lavoura era a Cataia (*Drimys brasiliensis*), esta é uma planta medicinal utilizada para Garrotilho de cavalo. Senhor Antônio C. conta que “Garrotilho é uma tosse que dá somente em cavalos, daí para sarar é só dar a casca da Cataia, torra e tritura junto com a comida, logo melhora”,

Além das espécies arbóreas citadas, o entrevistado também utiliza plantas medicinais da horta, como por exemplo, a Arruda (*Ruta graveolens*), Hortelã (*Mentha piperita*), Alecrim (*Rosmarinus officinalis*), e espécies encontradas na mata que não são arbóreas, como Guaco (*Mikania glomerata Spreng*), Sordinha (*Rhipsalis sp*), Avenca (*Adiantum sp*), etc. Geralmente receitados por benzedores, como cita dona Ivone

Quando eu tinha os piá pequeno levava em benzedeira, acreditava em simpatia benzedura, não tinha posto (de saúde), não tinha nada, o jeito era procurar algum curadô, nós tinha o véio Generoso que tá ali vivo ainda, procura a tar receita era uma remediera da horta do mato e compra uns vidrinho específico, fininho de água e temperava, a gente achava fazia o xarope e daí dava os pinguinho daquela aguinha específico (homeopatia). (IVONE, 2014).

Dentre os itens analisados para identificar as espécies da mata estão as características das folhas, depois casca e cheiro da madeira. Senhor Antonio C. deixa claro que esses saberes não são ensinados, “pois me criei no interior daí a gente aprende, eu ouvia os mais velho falar”, a pessoa se interessa e aprende no cotidiano sem necessariamente haver uma transmissão direta das informações.

O senhor Antônio C. demonstrou que essa vivência no interior faz com que as pessoas conheçam a fauna, os solos, a vegetação e o processo de regeneração florestal. Percebe-se no discurso que o aprendizado relacionado ao manejo do meio ambiente se deu por observação, não havendo um momento de “repasso” específico.

Figura 14- Percurso da caminhada (trunê guiada) realizada com os mateiros na comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.



Org: Autora. Fonte: Google Earth, 2015.

4.3.2 Senhor Azivir

Nascido na região e com 59 anos de idade, morador de Lageado Grande, o senhor Azivir sempre trabalhou na agricultura. Descendente de poloneses por parte de pai, e de brasileiros por parte de mãe, conta que aprendeu a conhecer a vegetação com as pessoas da região. Nas próprias palavras do Agricultor *“junto com o pai e com outras pessoas, mas sempre com os mais velhos”*.

Azivir trabalha na lavoura, cultiva apenas para consumo próprio, milho, feijão, um pouco de arroz, e outros alimentos em pequena quantidade como a batata doce. É casado com dona Nirde, pessoa que o acompanha nas tarefas diárias do campo e com quem tem dois filhos, ambos estudantes em universidades na cidade de Curitiba.

Antigamente ele vendia a produção da lavoura como também porcos, galinhas, cabritos que criava, no entanto, hoje reduziu o número de animais, por exemplo, os porcos que criava em torno de 100 cabeças, hoje mantém apenas 30, pois produz somente “*para o gasto*”.

Esta redução das atividades agrícolas na localidade faz parte de um conjunto de transformações que vem ocorrendo nas duas últimas décadas, que segundo o entrevistado fez com que muitas coisas não mais existam.

Tem tanta coisa que não acontece mais, os mutirão de roças não existe mais, que diziam pixirão que faziam, outra coisa que sumiu do mapa que é uma atividade também é cavaleiro, aqui no lugar, não se vê, cargueiro também, hoje em dia se vê um cargueiro capaz de uma criança corre de medo, praticamente não existe mais, antes era o transporte daqui da região o cargueiro¹⁰. Diz que os Amandio tinham 12 a 15 mulas pra puxar mantimento, pra tocar as criação pra Ponta Grossa. (AZIVIR, 2015).

Essa transformação das atividades, como a venda de animais nos açougues que eram levados “*tocados*” demorando dias, a própria compra de mantimentos como sal, açúcar e demais mercadorias não produzidas na região, foi facilitada com os acessos de estradas. Em alguns momentos comprar produtos saía mais barato que se cultivassem os mesmos, o que colaborou para que a agricultura de subsistência se reduzisse.

Muitos elementos da paisagem vem ressignificando-se, como o próprio uso da vegetação. A Corticeira (*Erythrina falcata*), por exemplo, não é mais extraída para a construção dos monjolos, as peneiras perdem seu valor ao mesmo tempo em que o Timbó (*Lonchocarpus subglaucescens*) deixa de ter uso.

Em meio a essa “nova” paisagem, surge o sentimento de saudade, de “*andar de carroça, de carregar milho nas bandeiras*”. (AZEVI, 2015). As bandeiras (figura 15) são visualizadas durante a colheita do milho, onde os moradores deixam um pé (o mastro) e retiram vários pés de milho do entorno, deixando um local limpo para acondicionar as espigas até o transporte das mesmas. Azivir demonstra gostar do local em que vive, onde o trabalho na terra, a solidariedade dos habitantes locais, o ar mais puro (comparado ao das cidades grandes), o sabor da água, a beleza das árvores floridas na primavera, expressam o porquê de viver no Lageado Grande.

¹⁰ Equipamento de transporte que o animal (muares) carrega sobre o dorso. (MICHAELIS, 1998).

Figura 15- Desenho retratando uma bandeira de milho na comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR.



Fonte: A autora. Com base no que foi visualizado em campo.

O senhor Azivir considera que as matas são importantes para o ar e para a água, quando degradada consegue se recuperar sozinha. Observa que o fogo é o principal causador de destruição da vegetação. Quanto ao uso de espécies, o entrevistado afirma que 50% do que existe de vegetação tem algum tipo de uso, mas que hoje ele utiliza mais os galhos secos para lenha, não coletando madeira pra outros fins. Revela que muitas pessoas vem procurá-lo em busca de espécies principalmente as medicinais, algumas apontadas durante a caminhada pela mata.

4.3.2.1 Percurso pela paisagem

A caminhada (turnê guiada) com senhor Azivir foi realizada no mês de Maio. Na data ele encontrava-se na lavoura colhendo milho, e muito ativamente disse que “o serviço de quebrar mio não tem pressa”, que podia realizar a caminhada para mostrar as espécies que conhecia e os tipos de mato. O percurso (figura 14) iniciou na lavoura, ele pegou uma foice e já apontou para “Tiguerá” primeiro estágio

sucessional onde encontram-se as plantas que surgem após deixar o solo sem cultivo. Logo ao lado cita a existência da Capoeira Fina, expôs sobre as espécies: Tupichava (*Baccharis* sp), Canela Guaicá (*Ocotea puberula*), Aroeira (*Schinus terebinthifolia*), Carne de vaca (*Clethra scabra*). Por meio da técnica é que define os estágios sucessionais dizendo: “A Capoeira fina você consegue derrubar com a foice”.

Azivir, nesse momento relembra histórias de seus avós que trabalhavam na lavoura. Logo em seguida continuou a caminhada pela área em volta da plantação e mostrou algumas espécies que aparecem no estágio sucessional chamado de “capoeira grossa” ou simplesmente de “Capoeira”. Nessa fase de sucessão há Aroeira (*Schinus terebinthifolia*), Jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), Juvevê (*Zanthoxylum kleinii*). E mais uma vez expressa elementos da prática, da técnica, quando diz: “Já essa aqui, já não derruba só com a foice”.

Neste estágio sucessional o morador apontou duas espécies de uso religioso a Aleluia, (*Tibouchina sellowiana*) e a Palmeira (*Syagrus romanzoffiana*). As folhas da Palmeira são coletadas e levadas para benzer na missa de domingo de ramos. Essas folhas são guardadas e utilizadas por um ano até a data da próxima missa de ramos onde se coletam novas folhas para benzer. A Aleluia floresce sempre na semana santa,

ela varia com duas cor, flor roxa e branca, segundo a crença dos antigo, eu não me baseio nisso, tem ano, que ela floresce com bastante flor roxa vai morrer mais gente velha, quando floresce bastante flor mais branca do que roxa, vai morre bastante pessoa nova, eu não acredito nisso, mas é crença dos antigo. (AZIVIR, 2015).

Senhor Azivir orientou o percurso por meio da memória, sabia onde localizavam-se as espécies e dizia “Alí tem o Jacaré” e seguia. Também durante o trajeto foi possível perceber sua percepção a respeito das diferenças entre plantas jovens e adultas, no caso do Jacaré (*Parapiptadenia gonoacantha*) (figura16) “Esse tem espinho, é uma praga pra lidar se pegar com a mão, por isso que tem o nome de jacaré, antigamente o que o pessoal fazia é derruba tudo e deixa, daí taca fogo, cai tudo esse espinho, já o grosso não tem, a parte grossa não tem, quando fica bem grosso acaba o espinho, fica só nos galho fino”.

Figura 16- Jacaré (*Parapiptadenia gonoacantha*)



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2015.

Continuando a caminhada, foi avistado um bloco de rocha de granito, o qual havia sido removido a metade. Segundo o entrevistado, durante a construção da Estrada do Cerne (PR 090), foram construídos “bueiros” de rocha que era extraída das proximidades da estrada.

Azivir também demonstrou grande percepção do ambiente no qual desenvolvem-se as espécies. Por exemplo, a Aroeira (*Schinus terebinthifolia*) e Carne de vaca (*Clethra scabra*) são de ambiente seco, de terra arenosa, associada a interflúvios “lomba”, já a Canela Guaicá (*Ocotea puberula*) é de ambiente úmido, “da canhada”. Assim, relatou características de ambiente e usos de todas as espécies (quadro 05).

Quadro 05: Arbóreas coletadas na turnê Guiada com Azivir em Lageado Grande, Campo Largo-PR.

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	Aroeira	Capoeirinha fina/ Capoeira grossa	Madeira	Tronco/ palanque	Seco/ terra arenosa
Bignoniaceae	<i>Jacaranda micrantha</i> Cham.	Carova	Mato grosso	Não tem	Não tem	Úmida
Canellaceae	<i>Cinnamodendron dinisii</i> Schwacke	Pimenteira	Mato grosso	Não tem	Não tem	Seco
Clethraceae	<i>Clethra scabra</i> Pers	Carne de vaca	Capoeirinha fina	Madeira/ Energia	Tronco/ Ripa/lenha	Seco
Euphorbiaceae	<i>Alchornea sidifolia</i> Müll.Arg	Tapiá	Mato grosso	Medicinal	Chá da folha para hipertensão	Seco
Fabaceae	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	Angico	Mato	Energia	Tronco/lenha	Seco
Fabaceae	<i>Erythrina falcata</i> Benth	Corticeira	Mato	Utensílio (hoje não mais utilizado)	Tronco / fazer canoa e bica de monjolo	Úmido
Fabaceae	<i>Lonchocarpus subglaucens</i> Benth.	Timbó	Mato	Utensílio	Madeira fina para fazer arco da peneira/ para fazer barbante	Úmido
Fabaceae	<i>Machaerium</i> cf <i>paraguariense</i> Hassl.	Cipó de estrivo	Capoeira	Não tem	Não tem	Em ambas
Fabaceae	<i>Mimosa scabrella</i> Benth.	Bracatinga	Capoeirinha fina	Energia	Tronco/lenha	Seco
Fabaceae	<i>Myrocarpus frondosus</i> Allemão	Cabriúva	Mato Grosso	Medicinal	Ferve a casca para lavar feridas	Seco
Fabaceae	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F. Macbr.	Jacaré	Capoeira fina/ Capoeira Grossa/ Mato	Madeira/ Energia	Tronco/ Palanque (não muito bom)/ Carvão/ Lenha	Seco e arenoso

(continuação)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Lauraceae	<i>Cryptocarya aschersoniana</i> Mez	Canela bola	Mato Grosso	Madeira	Tronco	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	Sassafrás	Mato grosso	Madeira	Cerne	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea porosa</i> (Nees & Mart.) Barroso	Imbuia	Mato grosso	Madeira	Diversos	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea puberula</i> (Rich.) Nees	Canela Guaicá	Mato	Não tem	Madeira muito mole	Úmido
Lauraceae	<i>Persea pyrifolia</i> (D. Don) Spreng.	Pau de Andrade	Capoeira / Mato grosso	Medicinal	Ferve a casca para lavar feridas	Ambos
Melastomataceae	<i>Tibouchina sellowiana</i> Cogn	Aleluia	Capoeira	Religioso/ Ornamental	Flor na semana Santa	Seco
Meliaceae	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell) Mart.	Cajaranda	Mato	Madeira	Diversos principalmente assoalho devido sua cor vermelha	Seco
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i> Vell	Cedro	Mato Grosso	Religioso	Tronco verde para fazer cruz	Seco
Myrtaceae	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> O.Berg	Guaviroveira	Mato grosso	Alimento	Fruta para animais e humanos	Úmido
Myrtaceae	<i>Eugenia pluriflora</i> DC.	Fruítera de Porco	Capoeira/ Mato	Não tem	Não tem	Seco
Myrtaceae	<i>Eugenia ramboi</i> D.Legrand	Guamirim da casca lisa	Mato Grosso	Utensílio	Ramos pra fazer vassoura	Ambos
Myrtaceae	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.	Guamirim	Mato Grosso	Madeira	Tronco /diversos	Ambos

(conclusão)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Primulaceae	<i>Myrsine acuminata</i> Royle	Pororoca	Capoeirinha fina	Energia	Tronco/lenha	Seco
Primulaceae	<i>Myrsine umbellata</i> Mart.	Papaventeiro	Mato/ Mato grosso	Madeira/ Brinquedo	Tronco / Folha faz papa-vento	Seco
Rubiaceae	<i>Randia ferox</i> (Cham. & Schltdl.) DC.	Laranjeira Brava	Capoeira	Não tem	Não tem	Seco
Rutaceae	<i>Zanthoxylum kleinii</i> (R.S. Cowan) P.G. Waterman	Juvevê	Capoeira / Mato	Não tem	Pra verde (tem espinho no tronco)	Seco
Salicaceae	<i>Casearia decandra</i> Jacq	Guaçatunga da folha miúda	Mato	Utensílio	Pra verde/ Vara	Seco
Salicaceae	<i>Casearia lasiophylla</i> Eichler	Guaçatunga Graúda	Mato grosso	Energia	Tronco /lenha	Seco
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw	Cafeeiro	Capoeira	Não tem	Não tem	Seco
Sapindaceae	<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk.	Cuvatã ou Miguel Pintado	Capoeira/ Mato grosso	Madeira	Tronco	Seco
Symplocaceae	<i>Symplocos tenuifolia</i> Brand	Maria mole	Capoeirinha fina	Medicinal	Chá da casca para diarreia	Seco
Verbenaceae	<i>Vitex montevidensis</i> Cham.	Tarumã	Mato Grosso	Madeira	Tronco/ diversos cerne pra palanque	Seco
Winteraceae	<i>Drimys brasiliensis</i> Miers	Cataia	Mato Grosso	Medicinal	Para cavalo	Ambos

Fonte: A autora, 2015.

Conta que algumas plantas não permanecem até o estágio mais avançado (floresta), como é o caso da Maria mole (*Symplocos tenuifolia*) e da Bracatinga (*Mimosa scabrella*), que é possível encontrar apenas em alguns estágios, depois de um determinado tempo secam. Outras podem ser encontradas na Capoeira e na Mata (Cuvatã- *Mtaya elaeagnoides*), Fruítera de porco (*Eugenia Pluriflora*).

A caminhada seguiu em direção ao criadouro de uso comum, partindo da “lomba” para uma área mais declivosa, verificou-se as espécies do Mato e mais uma vez elementos da técnica expressam as características desse estágio sucessional. “Esse aí nem com o machado já não derruba mais”. Foram encontradas as espécies, Jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), Pinheiro (*Araucaria angustifolia*), Imbuia (*Ocotea porosa*), Cedro (*Cedrela fissilis*), Guavirovera (*Campomanesia xanthocarpa*), Guaçatunga (*Casearia decandra*), entre outras.

Ao passar por algumas espécies Azivir relembra a infância, das brincadeiras. A primeira é o Papaventeiro (*Myrsine umbellata*), “o tempo em que a gente criou-se a gente fazia papa-vento, por isso o nome, a gente fazia e saía correndo tudo”. Neste momento ele retira um galho e faz um papavento e mostra como era, em seu rosto surge um sorriso propiciado pelo revivenciar da memória. Outra espécie é a Pimenteira (*Cinnamodendron dinisii*) que também fez surgir a recordação do tempo de criança, “quando nós era piá, primeiro nós fazia um fogo e cortava uns galho de pimentera e ponhava, era mesma coisa que estorá pipoca, praláralaraá, uma estraladera. Era festa faze um foguinho e açá uma pimenteira”. A Laranjeira brava (*Randia ferox*) que aprendeu a conhecer quando criança, ao ouvir com atenção algumas características contadas pelas pessoas mais velhas, como a presença de espinhos. O Juvevê (*Zanthoxylum kleinii*) que apresenta espinhos na parte de baixo da folha “antigamente quando andava descalço pisava na folha que sempre caía com o espiho esperando”.

Constitui um passado recente os usos de algumas espécies como a Corticeira (*Erythrina falcata*) e o Timbó (*Lonchocarpus subglaucescens*). A primeira utilizada para fazer canoas e “bica de monjolo”, segundo o agricultor é uma madeira de área úmida “de tanto que é mole não apodrece na água, e quando ela chega secá fica bem levianinha”. E a segunda era utilizada para confecção de peneira, utensílio muito utilizado para escolher feijão, separar os grãos da terra. O entrevistado relata que os monjolos deixaram de existir e que mesmo as peneiras

são poucas pessoas que as utilizam devido a redução do plantio de feijão e das lavouras.

Nesta área do criadouro Azivir ensinou a respeito das madeiras conhecidas como “*madeira de lei*”, a primeira que foi encontrada foi a Cajaranda (*Cabralea canjerana*) a qual remeteu a memória das construções das casas de pessoas que viviam na região e que construíam o assoalho com esta madeira, segundo ele, muito bonito, devido sua coloração avermelhada. Outra característica apontada é a percepção da dureza do tronco das madeiras, as “*madeiras de lei*” apresentam maior dureza e maior possibilidade de usos, já as madeiras conhecidas como “*brancas*” são madeiras de menor resistência e conseqüentemente tem menor utilidade. Assim, a rigidez da madeira em alguns momentos está também associada à cor “*madeira branca, madeira vermelha*”. E este atributo como cor do tronco ou tipo dos galhos, cor da casca, tipo de folhas são características observadas pelo agricultor para diferenciar e reconhecer as espécies.

A figura 17 abaixo é de um Guamirim (*Myrcia splendens*), segundo Azevir madeira boa e de áreas úmidas, retirou um pedacinho da casca com a foice, para mostrar como algumas madeiras podem apresentar diferentes colorações.

Figura 17- Coloração do tronco da espécie *Myrcia splendens*



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2015.

A caminhada prosseguiu pelo vale do córrego em direção ao local onde existia um monjolo. Neste lugar, encontra-se um Cedro (*Cedrela fissilis*), que segundo Azivir indica o local onde havia uma casa. As pessoas “faziam uma cruz de Cedro verde e colocavam no portão. Ciência dos antigos, daí dizem que este broto viro árvore”. Explica que no passado (aproximadamente há 30 anos) quando passavam as procissões ou rezas, paravam em frente das casas que possuísem a cruz.

Neste local havia também vários Xaxins, ele mostra duas espécies (não coletadas), uma com espinhos no tronco (*Cyathea corcovadensis* (Raddi) Domin) e outro que é macio (*Dicksonia sellowiana* Hook.), o segundo, explica o entrevistado que no passado era muito utilizado para fazer vasos para flor, no entanto, hoje a legislação proíbe sua extração. Continuou até um local classificado como “Mato grosso” onde estão às espécies arbóreas com maior desenvolvimento do estágio sucessional. Neste estágio sucessional encontram-se as mesmas espécies do Mato, apenas com maior porte.

Destaca-se nesta área a percepção do Azivir em relação ao olfato. Observa ele o odor das madeiras, os quais “*tem alguns bons, como da Canela, do Sassafrás e da Imbuia. Referente à Cataia ela tem um cherinho, não sei do que, mas ela tem*”.

Assim, Azivir percebe a paisagem por meio de vários elementos, como cor, cheiro, textura, folhas, os quais utiliza para diferenciar as espécies. Dispõe da técnica e das espécies para classificar diferentes estágios sucessionais. Demonstrou que conhece a forma de propagação de algumas espécies e que seu aprendizado a respeito da vegetação ocorreu com sua família e da convivência com outras pessoas da região, sabendo ouvir as pessoas mais velhas “*antigos*” relatavam.

4.3.3 Senhor João M.

Nas conversas com João M., morador da comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo o agricultor e benzedor, conta que também foi tropeiro, credita muitas coisas que acontecem em sua vida a Deus, fatos que a ciência não explica. Essa constatação aparece também em Silva *et al.* (2013) onde em relatos da história de vida de integrantes da cooperfloresta¹¹ surge o saber não científico, com razões cosmogônicas que justificam a boa produção, a força da natureza.

Como afirma Diegues (2001),

o território é também o *locus* das representações e do imaginário mitológico dessas sociedades tradicionais. A íntima relação do homem com seu meio, sua dependência maior em relação ao mundo natural, comparada ao do homem urbano-industrial faz com que os ciclos da natureza (a vinda de cardumes de peixes, a abundância nas roças) sejam associados a explicações míticas ou religiosas. (DIEGUES, 2001, p.85).

Senhor João M. filho de agricultores, fala que desde os 8 anos de idade acompanhava seus pais na lavoura. Hoje, viúvo, aos 92 anos de idade vive com um dos nove filhos e é um dos poucos que ainda planta para subsistência, utilizando somente a força braçal e de tração animal. Cultiva milho, mandioca, abóbora, feijão e também cria animais como porcos, galinhas e mulas.

Seus pais e avós eram todos naturais de Campo Largo, e João M. sempre viveu na comunidade Sete Saltos de Baixo. Conhecido por toda a região, diz muitas

¹¹ Associação que reúne Agricultores Agroflorestais dos municípios Barra do Turvo e Adrianópolis. (STEENBOCK, *et al.*, 2013).

coisas a respeito “do tempo antigo” orgulhoso da vida na roça, do trabalho ajudando seu pai. Destaca que as maiores transformações dos dias atuais estão relacionadas aos valores e ao respeito.

[...] olha naquele tempo que eu era novo esse negócio de desvio de dinheiro não havia, e ladrão era muito difícil, a justiça era feroz, a lei era cumprida, hoje tem lei mais não cumpre, todo mundo sabe tem televisão. Naquele tempo não tinha isso. Eu me criei na ditadura. (JOÃO M., 2015).

Relembra muitos fatos desde a origem do criadouro ao atual Faxinal. A localidade onde se encontra o Faxinal pertencia ao município de Palmeira e João M. não lembra ao certo quando passou a ser de responsabilidade do município de Ponta Grossa, mas descreve a falta de estradas para acesso e como se deu a construção dos caminhos.

O prefeito vinha na casa do meu pai aqui pela Serra das Almas, o terreno deles tudo fechado aí, daí carecia fazer saída pra Ponta Grossa, apareceu um, olha tem que sair, daí tem que trazer um engenheiro pra levanta essa estrada e tem que abri uma picada, meu pai com amizade e todo mundo queria que saísse, marcou duas reunião deu 36 dias de foice daqui do Arceu Machado para sair até o Mato Queimado, com o engenheiro da estrada. Eu com a minha mãe fazia almoço, ninguém cobrava nada, lá no cerrado tinha um português que peitô a estrada inteira a fazer a muque, Amancio se chamava o homem, pra cima do Crutac¹² ele morava, mas nós ajudemos, saía pra essas lomba aí arranca toco com o inxadão, não tinha patrôla, hoje agora é fácil. (JOÃO M., 2015).

Antes da construção das estradas, existiam apenas caminhos e o transporte era feito utilizando cavalos, cargueiros ou até mesmo caminhando. Os animais eram levados “tocados” para a venda e a troca de produtos era bastante comum. Abaixo fragmentos onde o próprio João M. conta a história, com uma riqueza de detalhes e sentimento de como a paisagem era vivida pelos habitantes da região.

[...] caminho, picada que cabesse o cargueiro, sujo, lá por Três Córrego aquele era engraçado, lombão, capoeirada grossa, samambaiação arrancava toca no meio da capoeira (fazia um túnel no meio do mato) por baixo, na lagoa perto do Nequinho Machado, era por ali a estrada véia. (Hoje) tudo estrada, mudaram muitos lugar, não é por onde era o primeiro traço, mudaram, os primeiro, antigo era só cargueiro e ia em qualquer lugar. Quando começaram a mudar pra rodagem foram tirando os lugar mais ruim, os desvio que tem.

¹² Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária – CRUTAC. “Apóia, registra e assessora as ações [...] constituindo-se em campo de estágio curricular e/ou voluntário aos acadêmicos para a formação de profissionais cidadãos”. Informação retirada de: <http://uepg.br/proex/Menu/Extens%C3%A3o/CRUTAC.html>.

(Em relação a vida na comunidade) Aqui meu pai comprô as posse dos homem que possearam aqui. Eu conheci os posseiro, conheci o casarsinho e a irmã morava aqui, esses criadô faz uma vorta aqui. Maria de Freitas era irmã dela. Daí meu pai comprô a posse, naquele tempo era triste de se vê, não tinha dinheiro, e baratinho, mas não tinha dinheiro, ele comprô os terreno do paió véio que é tudo emendado, 70 arqueire, 11 alquere de roça, 33 porco engordando na roça por um conto e quinhentos e não tinha dinheiro.

Ali morava um homem chamado Neco Bento, e aquele tinha um dinheirinho e meu pai emprestô dinheiro dele, fez um documento, que nem policial não havia naquele tempo, o documento era “devo que te paguerei”, meu pai mostrava para nós. “Pago um conto e quinhentos”.

Meu pai vendia umas porcada tudo ano, porque ele plantava só lá embaixo uns 10 a 11 arqueire de roça, então quando o mio tava maduro no mês de março em diante mês de abril, eu ia com meu irmão pra parar nos paiol, engordava uns 50 a 60, sortava uma miarada, coía o resto outra seva no fim do ano, nós dava duas viagem de porco pra Ponta Grossa, Curitiba. Tropa. Daqui uns dez dias até Curitiba. Ponta Grossa oito dias. Tudo de a pé. Engreçado que não enxergavam de gordo e ia até lá. Pra Ponta Grossa saía daqui num dia até comadre Mozila, daí no Palmital, do Palmital ao Jaqui e era tudo pertinho [...] Até meia noite eles caminha daí para. Mas, três horas da madrugada levantam e se você não tiver pegam o mato.

Mas era sofrido, meu pai era home engraçado, dos antigo mesmo, não dexava usa carçado nem palitô, era descarço e de camisa só. Na última viagem que fizemos pra Curitiba, dez geada um inverno bravo, eu fiquei encarangado. Desarmemo a barraca e não pudemo por na saca, não dobrava de gelo, e eu descarço [...] tava encarangado, daí o pai chegô e falo pro Mané Onça, não tem uma bebida quente, foi a primeira bebida da vida, era um coisinha preto bem poquinho assim, foi só um golinho e já tava quente. (JOÃO M., 2015).

Conta que no passado sobrevivia somente da lavoura e que plantavam para venda, seus filhos cresceram na roça, trabalhando com ele, inclusive as meninas lhe ajudavam. Destaca a importância das relações sociais para a sobrevivência, como a troca de dias, que no passado era constante, pois a maior parte dos habitantes trabalhava na lavoura. Hoje existem na região outras fontes de renda, como motorista escolar, assalariado na empresa Águia, de reflorestamento de *Pinus taeda*, assalariado em cargos da prefeitura, carpinteiro, entre outros.

Mesmo com o aumento de diversidade das fontes de renda da comunidade algumas práticas e as relações sociais da comunidade permanecem, “*olha aqui não saiu do ritmo velho, o que ta aí hoje é a mesma coisa [...] não tem indústria nenhuma, agora reflorestamento, a turma é uma lida com pinus e eucalipito.*” (JOÃO M., 2015). Com relação à paisagem, reduziram-se as áreas de mata nativa e aumentaram-se os acessos à comunidade por meio das estradas. Com relação às espécies da Mata, desconhece que alguma espécie arbórea tenha deixado de existir.

Apesar de afirmar que não é necessário um cuidado específico com a mata, cita a importância dela para a preservação das nascentes e relata alguns problemas consequentes do reflorestamento de *Pinus taeda* presenciados na região.

[...] é importante porque senão preservar se acaba, pois eu penso que se desmata acaba a água. Nós não desmatamos [...] precisava vê o capoeirão grosso que temo da nascente. Uma coisa que acaba com a água é o Pinus, olha um que mora na Taquarinha foi corta um Pinus aqui pra baixo do Morro Grande, num rio, ficô só os rasto do rio, secô tudo, o que dá as água é a mata. (JOÃO M., 2015).

Relembra a respeito da mata de 80 anos atrás e afirma que a mesma não é possível nem comparar com a que existe hoje. Antigamente era “*mata virgem tinha muito Pinheiro e Taquaras grossas*”. Para a criação de porcos quase não necessitava de milho, pois engordavam comendo somente os frutos nativos como o pinhão. “*Tinha muitos animais, lebres, quatis, tatus e aves como papagaios, já não mais vistos*” e o principal motivo, segundo o entrevistado, é que os mesmos foram embora por falta de alimento, pois as matas “*ficaram mais limpas*”, com poucos Pinheiros. As grandes áreas de *Pinus taeda* também favoreceram o desaparecimento.

Diz que não adianta falar do passado, porque “*igual era nunca mais vai voltar a ser*”. No presente, tem boa relação social com os demais moradores da comunidade, nas palavras do mateiro, “*gosto de tudo que existe, porque eu não tenho marquerência com ninguém, pra mim tudo é bom, eu gosto geral do que tem aqui, do pessoal do lugar, tudo*”. (JOÃO M., 2015).

Esta relação positiva de João M. com o lugar, de gostar do ambiente que vive é entendido por Dardel (2011) como geograficidade. A cumplicidade de homem e seu entorno, efetivar-se na existência, a terra como material e homem aquela que o transforma para viver. (HOLZER, 2011).

Senhor João M. utiliza muitas espécies da mata principalmente para medicinais, defumações, lenha (troncos e galhos secos) e reparos na propriedade. O conhecimento sobre as espécies da mata iniciou ainda quando pequeno com seu pai, este ensinava as espécies e usos.

4.3.3.1 Percursos pela paisagem

A caminhada iniciou na casa do Senhor João M. que pegou uma cobertura para cabeça (boné), calçou uma botina e disse “dá pra nós andá”. Próximo a sua casa atravessou a ponte sobre um córrego e chegou a uma área de plantação de Erva mate (*Ilex paraguariensis*). Ao lado estava o “carijo” (figura 18), o qual senhor João M. conta como prepara a erva para o chimarrão, “aqui o carijo, eu mesmo fiz ele. A boca dele é lá embaixo, quebra ela (erva), amarra e põe de pézinho aqui, e põe fogo lá embaixo. Leva dois dias ou três, porque também aproveita muito a madeirinha”.

Figura 18- Carijo construído pelo senhor João M., utilizado para secar a Erva mate (*Ilex paraguariensis*).

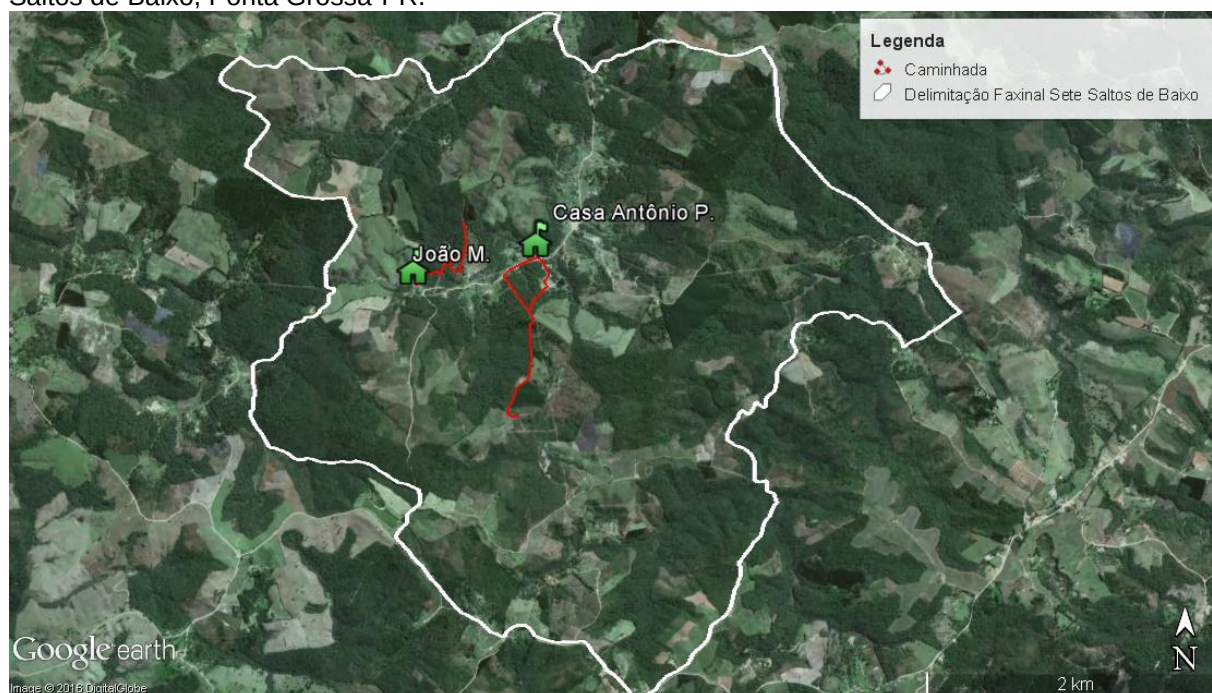


Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2015.

O deslocamento segue em meio ao Capoeirão do criadouro, senhor João M. relembra memórias de infância e diz que quando deixa de cultivar o solo, a vegetação retorna e pode até chegar a se tornar Capoeirão novamente (depende das condições do solo e do uso, pode permanecer por muitos anos como Capoeirinha).

Durante o percurso (figura 19) ele também fala de questões relativas à legislação ambiental e a liberação de licença para corte de madeira. Relata o morador que a licença para corte é concedida de forma não clara, pois alguns conseguem autorização para efetuar e outros não obtêm, mesmo quando a área foi lavoura no passado. Assim, o entrevistado considera que a legislação dificulta a vida deles, pois conservam a mata, para que no momento em que precisam, possam utilizar. Fala também que o crescimento da vegetação em “terra boa” é mais rápido e dá exemplo do “bambu”, que cresce bem mais alto em terras férteis.

Figura 19- Percurso da caminhada (trunê guiada) realizada com os mateiros na comunidade Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR.



Org: Autora. Fonte: Google Earth.

Senhor João M. disse que se coletadas todas as plantas do Faxinal seriam mais de 100 espécies, esta grande variedade faz com que as pessoas utilizem os termos “Capoeirinha, Vassorá, Pinherá, Bracatingá, Ervã e Capoeirão”, para não descrever todas as espécies. Demonstrou grande conhecimento a respeito do

ambiente onde se desenvolvem as arbóreas coletadas, apontou usos e forma de propagação. Segue quadro (06) com 43 espécies identificadas durante a realização da caminhada (Turnê Guiada) e seus possíveis usos.

Quadro 06- Plantas identificadas por João M. durante a Turnê Guiada, na comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR.

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	Aroeira	Tiguera	Madeira	Cerne pra palanque	Seco
Aquifoliaceae	<i>Ilex brevicuspis</i> Reissek	Voadeira	Capoeirão	Não tem	Não tem	Ambos
Aquifoliaceae	<i>Ilex paraguariensis</i> A. St.-Hil	Erva	Capoeirão	Alimento	Chá, Chimarrão	Seco
Aquifoliaceae	<i>Ilex theezans</i> Mart	Oreia de mico	Capoeirão	Madeira	Utensílios	Seco
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	Pinheiro	Capoeirão	Madeira	Tronco/ diversos, Construção	Úmido
Laxmanniaceae	<i>Cordyline spectabilis</i> Kunth & Bouché	Varana	Tiguera	Alimento	Caule dos brotos como palmito para humanos e frutas para aves	Seco
Asteraceae	<i>Baccharis aliena</i> (Spreng.) Joch.Müll.	Tupichava	Tiguera	Não tem	Não tem	Seco
Bignoniaceae	<i>Jacaranda micrantha</i> Cham.	Carova	Capoeirão	Medicinal	Folha (chá), casca (lavar)/para o sangue e para ferimentos	Úmido
Canellaceae	<i>Cinnamodendron dinisii</i> Schwacke	Pimenteira	Capoeirão	Madeira / medicinal	Tronco/ madeira branca/ moída junto com a comida animal	Seco

(continuação)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Cannabaceae	<i>Celtis iguanaea</i> (Jacq.) Sarg	Gurupiero	Capoeirão	Não tem	Não tem	Seco
Elaeocarpaceae	<i>Sloanea hirsute</i> (Schott) Planch. ex Benth.	Sapopema	Capoeirão	Madeira	Diversos	Ambos
Euphorbiaceae	<i>Bernardia pulchella</i> (Baill.) Müll.Arg	Vassoreira	Capoeira	Não tem	Não tem	Seco
Euphorbiaceae	<i>Sebastiania brasiliensis</i> Spreng.	Leitero	Capoeirão	Energia	Lenha	Ambos
Fabaceae	<i>Ateleia glazioviana</i> Baill.	Timbó amarelo	Capoeirão	Madeira	Diversos	Úmido
Fabaceae	<i>Dalbergia frutescens</i> (Vell.) Britton	Marmeleiro bravo ou Marmeleiro do mato	Capoeirão	Madeira	Tronco/ utensílios, ferramentas.	Ambos
Fabaceae	<i>Eriosema glabrum</i> Benth.	Cafeeiro do mato (mesmo nome mas diferente das demais comunidades)	Capoeira	Medicinal	Laxante	Seco
Fabaceae	Sp	Timbó branco	Capoeirão	Não tem	Não tem	Úmido
Lauraceae	<i>Nectandra lanceolata</i> Nees & Mart.	Canela amarela	Capoeira	Energia	Lenha (encontrada seca)	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea porosa</i> (Nees & Mart.) Barroso	Imbuia	Capoeirão	Madeira	Diversos, construção	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea puberula</i> (Rich.) Nees	Canela Guaicá	Capoeirinha	Não tem	Não tem	Úmido

(continuação)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Lauraceae	<i>Ocotea</i> sp	Imbuia branca (diferença na cor da madeira, no tronco, não possível visualizar pelas folhas)	Capoeirão	Madeira	Diversos, construção	Seco
Malvaceae	<i>Pseudobombax grandiflorum</i> (Cav.) A. Robyns	Embriuçú	Capoeira	Ornamental	Não tem	Seco
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i> Vell	Cedro	Capoeirão	Madeira	Diversos, construção	Seco
Myrtaceae	<i>Calycorectes psidiiflorus</i> O. Berg	Cambuí	Capoeirão	Energia	Tronco/ lenha	Seco
Myrtaceae	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> O.Berg	Gavirovera	Capoeirão	Alimento/ medicinal	Frutos/ banho com o chá das folhas para reumatismo	Úmido
Myrtaceae	<i>Eugenia pitanga</i> (O.Berg) Nied	Cerejeira	Capoeirão	Alimento	Frutos	Ambos
Myrtaceae	<i>Eugenia pluriflora</i> DC.	Fruítera de Porco	Capoeirão	Não tem	Não tem	Seco
Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitangueira	Capoeirão	Alimento	Frutos	Úmido
Myrtaceae	<i>Myrcia arborescens</i> O.Berg	Quaresmeira	Capoeira	Ornamental	Não tem	Seco
Myrtaceae	<i>Plinia rivularis</i> (Cambess) Rotman	Jabuticabeira	Capoeirão	Alimento	Frutos	Seco
Myrtaceae	<i>Psidium australe</i> Cambess.	Araçá do campo	Capoeirão	Alimento	Fruto	Seco

(conclusão)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Myrtaceae	<i>Psidium</i> sp.	Araçá	Capoeirão	Alimento	Fruto	Seco
Não coletado	Não coletado	Grileiro	Capoeira	Não tem	Não tem	Seco
Primulaceae	<i>Myrsine acuminata</i> Royle	Pororoca	Capoeirão	Energia	Lenha	Seco
Primulaceae	<i>Myrsine ferruginea</i> (Ruiz & Pav.) Spreng.	Canela de alho	Capoeirinha	Não tem	Não tem	Ambos
Primulaceae	<i>Myrsine umbellata</i> Mart.	Pororoca Graúda	Capoeira	Medicinal	Folha/ aquece e põe no local	Seco
Rosaceae	<i>Prunus brasiliensis</i> (Cham. & Schltdl.) D.Dietr	Pessegueiro bravo	Capoeirão	Energia	Lenha	Ambos
Salicaceae	<i>Casearia decandra</i> Jacq	Guaçatunga	Capoeirão	Energia	Lenha	Seco
Sapindaceae	<i>Allophylus edulis</i> (A.St.-Hil., A.Juss. & Cambess.) Radlk	Vacum	Capoeirão	Alimento	Fruta	Seco
Sapindaceae	<i>Cupania vernalis</i> Cambess.	Miguel Pintado	Capoeirão	Madeira	Diversos	Seco
Solanaceae	<i>Solanum pseudoquina</i> A. St.-Hil	Quina	Capoeirão	Medicinal	Folha/ chá para febre	Úmido
Verbenaceae	<i>Vitex montevidensis</i> Cham.	Tarumã	Capoeirão	Madeira	Cerne muito bom, não seca no chão, pra palanque	Seco
Winteraceae	<i>Drimys brasiliensis</i> Miers	Cataia ou casca de anta	Capoeirão	Medicinal	Para falta de ar em humanos e garrutinho animal (torra a casca e mistura na comida)	Ambos

Fonte:Autora.

Apesar de constar no quadro que algumas espécies não tem uso, o senhor João M. diz que todas possuem algum valor. Significa que algumas espécies não apresentam um emprego definido e podem servir como vassoura, matéria orgânica, para conserto da cerca do criadouro, com varetas para fechar os espaços, impedindo a saída dos animais para a terra de plantar.

Seguindo somente pelo criadouro o senhor João M. mostrou algumas áreas de Tiguera e Capoeirinha, nos cultivos que tem cercado, próximo a sua casa. Enquanto andava, contava a respeito do tamanho do criadouro e do trabalho para construção e manutenção dos valos. Parou bem abaixo da “Fruítera de porco” (*Eugenia pluriflora*) e mostrou a área onde no passado existia um monjolo, contou a respeito de uma enchente que levou toda a estrutura e que ocupou 18 dias de trabalho para reconstruir. Neste local apontou para um Pinheiro (*Araucaria angustifolia*) de aproximadamente quarenta anos, disse que no passado era permitido sua extração e que seu pai o havia cortado, no tronco (mostrou a marca) o broto formou nova árvore.

A partir das conversas notou-se a percepção a respeito do olfato, quando a Pimenteira (*Cinnamodendron dinisii*) e a Canela de alho (*Myrsine ferruginea*) recebem esse nome devido a proximidade que tem com o odor da pimenta e do alho. Também utiliza a cor do tronco e o tipo das folhas para identificar as espécies. A cor é um indicativo da resistência da madeira, as madeiras vermelhas são mais duras e mais procuradas para a construção Imbuia (*Ocotea porosa*), Aroeira (*Schinus terebinthifolia*), Tarumã (*Vitex montevidensis*). Madeiras brancas são mais fracas, “*duram um ano e pouco*” e apresentam outros usos.

Quando se aproximou de um Cambuí (*Calycorectes psidiiflorus*) foi possível ver uma água límpida correndo entre as pedras, João M. contou que por muitos anos carregou desta água no balde para consumo na casa de seu pai que ficava no alto, para onde seguiu a caminhada. Comentou sobre a madeira que “*era utilizada como cerca no quintal o Imbirussuero*”, sobre as árvores que seus irmãos plantavam as Araucárias (*Araucaria angustifolia*) e os Cedros (*Cedrela fissilis*). Evidenciou que conhecia cada planta daquele local, recordou momentos do passado, contou que a área não era plana, foi aplainada com esforço braçal, “*sempre tinha serviço para fazer*”.

A caminhada prosseguiu e chegou em um capão de Pinus (*pinus taeda*), comenta João M. que não foi plantado, “*nasce por conta aqui, vai sementiando*”, demonstrou que a inserção desta espécie por alguns habitantes causou a propagação em toda a área do Faxinal, e que os mesmos não tem controle sobre sua proliferação. Continuando o trajeto, no interflúvio onde visualiza-se uma grande área, João M. próximo a um portão, observa e diz “*me criei trabaiaando nessas terras aqui*”, relata que no passado essa estrada era utilizada para chegar ao município de Palmeira. Depois quando a comunidade passou a pertencer a Ponta Grossa, foram abertas outras estradas para acesso ao centro deste município.

Retornou à casa pelo mesmo caminho, o senhor João M. reviveu muitas lembranças do passado ao caminhar pela mata, as frutas comestíveis, o trabalho, as espécies utilizadas, as árvores que plantou, os tempos de infância. Na paisagem os vestígios da história e na memória as lembranças, se complementam em uma narrativa carregada de sentimentos.

4.3.4 Senhor Antonio P.

O senhor Antônio P. nascido na região da comunidade dos Chagas, mora há 35 anos no Faxinal Sete Saltos de Baixo. Sempre trabalhou na agricultura, hoje com 63 anos, conta que desde criança acompanhava seus familiares na lavoura e como trocavam os dias de trabalho, percorria toda a Região de Campo Largo até Sete Saltos de Baixo capinando, arando, ajudando na colheita.

Casado com dona Sila, natural da região e também agricultora, relembram juntos muitas atividades que fizeram parte da sobrevivência e que hoje praticamente não existem mais. O trabalho utilizava a força animal do cavalo, “*carpideira*”, “*arado*”, “*carroça*”, carpir com enxada, trocar dias de serviço (a menos que seja parente) permanece apenas em algumas poucas famílias e na memória dos mais velhos. “*Hoje, arado e carroça aqui caiu da moda, cada quar planta pra si*”. (ANTÔNIO P., 2015).

Antigamente plantava milho, feijão, batata para consumo e para venda. Hoje ainda planta, mas em menor quantidade, apenas para consumo próprio e para manter os poucos animais como gado, galinha e porcos que ainda cria. Antonio P. relata que a maior parte das pessoas deixou de plantar e tem outras fontes de

renda. As áreas de lavoura de quem não cultiva já se encontram em estágio de Capoeira. Muitos transformaram estas áreas em pastagem ou plantam *Pinus taeda* para que não se transforme em mato e se mantenham rentáveis.

Antônio P. destaca a importância da mata para as nascentes de água e para os usos cotidianos (lenha, medicinal, alimento), deixando claro que não é necessário cortar as árvores para utilizar, pois, é possível encontrar sempre muitos galhos e árvores secas para lenha.

Expressa um carinho muito grande pela comunidade e pelo modo de viver, lembra-se de momentos que já pensou em vender tudo e ir embora, após perder toda a produção da lavoura que garantiria o sustento nos próximos meses. Mas, resistiu, trabalhou muito na lavoura de outras pessoas e agora diz que não pretende sair do Faxinal. “*Gosto de tudo, do mato verde, do sossego, de lidar com as criação, de morar aqui*”. (ANTONIO, P, 2015).

Seu Antônio P. tem lutado para que a comunidade permaneça unida e mantenha o criadouro. Conversa com as pessoas que vem morar na comunidade para que compreendam como é o modo de vida faxinalense. Pensa que manter o criadouro beneficia todos os habitantes, pois tem pessoas que possuem área particular bem pequena ou mesmo não tem propriedade ali dentro e possuem animais, então se acabar o criadouro (Faxinal), estes não conseguiriam mais criar os animais.

Considera que a legislação ambiental é importante na manutenção da floresta e da água, esclarece que mesmo com esta legislação os cursos de água vêm se reduzindo e que as terras estão exauridas devido ao plantio de *Pinus taeda* em grandes áreas na região. Mas, ao mesmo tempo sua opinião a respeito do plantio de *Pinus taeda* é favorável devido a fonte de renda e também “*é bom porque pinheiro não existe mais, e mesmo os que tem não podem cortar. Então tem que ter uma madeira que possa ser utilizada na construção, tipo quem não pode fazer de material pode fazer de pinus*”.

A respeito das mudanças, das espécies vegetais existentes, relata a respeito do Ipê-roxo (*Handroanthus impetiginosus* (Mart. ex DC.) Mattos) árvore de uso medicinal e que não é mais encontrada. Com relação aos animais argumenta que antigamente era comum encontrar “*paca, cotia, veado, gato do mato, jaguatirica, ouriço*”. (ANTÔNIO P, 2015).

4.3.4.1 Percurso pela paisagem

A caminhada com senhor Antonio P. (figura 19) iniciou a partir de sua casa, pegou uma cobertura para cabeça (boné) e seguiu pelo criadouro comum do Faxinal, numa área de vegetação chamada de Capoeirão. Em seguida, seguiu para uma área desflorestada, mas que já encontra-se na fase sucessional de Capoeirão. Apesar de se tratar de duas áreas de capoeirão, relata que “*mata mesmo tinha tora, não é esse capoeirão*”, ou seja, as áreas onde a exploração é seletiva apresenta vegetação com troncos mais grossos e árvores mais altas em comparação a que foi cortada.

Ele indica algumas transformações nas práticas da comunidade, devido a ausência de “cernes” de árvores, utilizados para fazer palanques, hoje utiliza-se o granito, que é cortado nas mesmas dimensões da madeira. Outra mudança que relata ao caminhar pelo criadouro é que a roça de toco praticamente se extinguiu, e são poucas as áreas que apresentam a Capoeira.

Com relação ao Capoeirão, senhor Antônio P. relembra a infância e afirma que quando criança esse criadouro era da mesma forma que se encontra hoje, apontou então para os pés de Cerejeira (*Eugenia pitanga*), Pitangueira (*Eugenia uniflora*), Jabuticabeira (*Plinia rivulares*). Do Capoeirão, além das espécies alimentícias, foram coletadas outras que utiliza a madeira (como o *Cedrela fissilis*), aromatizante (*Ocotea odorifera*) e como fonte de energia (*Casearia decandra*).

Continuou em direção as plantações, foi possível observar que o agricultor conhece a forma de reprodução das espécies, o cheiro e o sabor (*Ocotea odorifera*). Também explica que algumas árvores que são reconhecidas por um nome na comunidade podem apresentar outra denominação, assim apontou as espécies que conhecia (figura 20) e falou seu nome, uso e as características da espécie (quadro 07). Enquanto andava, Antônio P. relembra fatos, conflitos, que envolvem os recursos de uso comum com os novos moradores, pois geralmente quem adquire terra na comunidade desconhece as regras de uso e acaba gerando conflito por cortar a mata, abrir as cercas do criadouro, maltratar os animais. Mesmo em meio aos conflitos, o sistema se mantém, e o diálogo reforça os laços de solidariedade e de vida em comum.

Figura 20- Caminhada com senhor Antônio P. em meio a vegetação secundária.



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2015.

Sua percepção quanto ao *Pinus taeda*, é que ele se expande pela capoeirinha, sua semente de fácil dispersão, povoa áreas em que não foi plantado. Fala sobre outro processo de transformação, onde muitas pessoas que deixaram a agricultura inserem o *Pinus taeda*, para que a área continue apresentando um uso, e posteriormente possa voltar a ser utilizada. Em sua visão “esse negócio de pinho e eucalipto é só ilusão, não dá nada”. Mesmo assim, demonstra preocupação com as áreas que ficam sem uso, porque depois de se tornar Capoeirão não pode mais extrair a vegetação para implantar cultivos agrícolas.

Acredita que mesmo com a inserção do *Pinus taeda*, as áreas de vegetação nativa aumentaram, “hoje a maioria largaram mão de plantar”, e fala que em muitos locais que eram de agricultura agora existe Capoeira grossa, no passado revelavam-se em poucos espaços nas terras de plantar, devido ao curto período de pousio de aproximadamente de 3 anos.

O trajeto seguiu pelas terras de plantar e logo apareceu a Tiguera e a Capoeirinha, estágio sucessional que predomina a Tupixava (*Baccharis* sp).

Menciona a respeito do uso da terra, que influencia no tempo de desenvolvimento da floresta. Segundo o morador, se é “gradeado¹³” demora mais a surgir outras espécies em meio a Tupixava *Baccharis* sp.

Chegou a um “*paiol de roça*”, neste momento Antônio P. relembra vários acontecimentos a respeito do trabalho na lavoura, esse paiol estava em meio a Capoeira, conta o agricultor que

uma vez eu tinha um mio nesse paió aqui, eu prantava ali em cima, bem na época fui queima uma quiçassa alí, e passo fogo de lá pra cá, e cruzo a estrada dalí pra baixo, e pensei, já foi o mio do paió, viêmo nós em três entramos por baixo, fazendo uma picada e afastando o mato e secando com a varaneira, mesmo assim quase chego no paió.(ANTÔNIO P., 2015).

Falou também da importância do cavalo no passado quando todos sobreviviam da lavoura e que hoje quase não existe mais, “*atualmente apenas duas pessoas na comunidade utilizam a força animal na agricultura*”. Demonstrou que conhece a forma de dispersão e o tipo de ambiente em que as espécies se desenvolvem, como o Ingá (*Inga virescens*) e a Gaviroveira (*Campomanesia xanthocarpa*). O uso da madeira se dá em relação a dureza da mesma, as mais duras para ferramentas, palanques e construção. O Ingaiero Miúdo (*Machaerium stipitatum*), Marmeleiro (*Dalbergia frutescens*) é utilizado para fazer “cabo” de ferramentas, apresenta tronco “*Rijo*”. Já as consideradas frágeis são menos utilizadas, somente para “*vara de galinheiro e para lenha*”.

Apontou na paisagem áreas com erva (*Ilex paraguariensis*) plantada e bracatinga (*Mimosa scabrella*) e utilizou árvores como o Jacaré (*Piptadenia gonoacantha*) para referência do uso da terra, quando aponta e diz: “*tinha um paiol lá perto daquele Jacaré*”.

Ao retornar para o criadouro, explica ele que “*extrair uma árvore quando precisa, é diferente do que desmatar*”, sua percepção e uso das espécies se remete apenas ao necessário e auxilia a manter a floresta em pé.

Embora tenham ocorrido muitas mudanças, Antônio P. considera que a mata da comunidade Sete Saltos de Baixo se encontra em boas condições. Porém, tem que cuidar para que esta se mantenha preservada, para que no futuro a região não sofra com falta de água.

¹³ A grade é um instrumento de trabalho agrícola, utilizado para deixar a terra solta para plantio. O local onde se passa a grade chama-se de gradeado. (Antônio P.).

Quadro 07- Plantas identificadas por Antônio P. durante a Turnê Guiada na comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR.

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	Aroeira	Capoeirinha até Capoeira grossa	Madeira	Cerne palanque/ diversos	Seco
Laxmanniaceae	<i>Cordyline spectabilis</i> Kunth & Bouché	Varaneira	Capoeirinha	Alimento	Caule dos brotos para humanos	Seco
Asteraceae	<i>Baccharis</i> sp	Tupichava	Capoeirinha	Não tem	Não tem	Seco
Bignoniaceae	<i>Jacaranda puberula</i> Cham	Farinha seca	Capoeirão	Energia	Lenha	Seco
Clethraceae	<i>Clethra scabra</i> Pers	Carne de vaca	Capoeira grossa	Não tem	Não Tem	Seco
Cunoniaceae	<i>Lamanonia ternata</i> Vell.	Guaiapere	Capoeira grossa	Energia	Lenha	Seco
Escalloniaceae	<i>Escallonia montevidensis</i> (Cham. & Schltl.) DC	Chupeteira	Capoeira	Energia	Lenha	Seco
Euphorbiaceae	<i>Bernardia pulchella</i> (Baill.) Müll.Arg	Vassoreira graúda	Capoeira	Não tem	Não tem	Seco
Euphorbiaceae	<i>Sebastiania brasiliensis</i> Spreng.	Leitero	Capoeira	Não tem	Não tem	Seco
Fabaceae	<i>Dalbergia frutescens</i> (Vell.) Britton	Marmeleiro	Capoeira grossa	Madeira	Tronco para fazer cabo de ferramenta	Seco
Fabaceae	<i>Inga virescens</i> Benth	Inga	Capoeira grossa	Alimento	Parte que envolve a semente	Seco
Fabaceae	<i>Machaerium cf paraguariense</i> Hassl.	Cipó de estrivo	Capoeirinha	Não tem	Não tem	Seco

(continuação)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Fabaceae	<i>Machaerium stipitatum</i> (DC.) Vogel	Ingaeiro miúdo	Capoeira grossa	Madeira	Tronco para fazer cabo de foice	Seco
Fabaceae	<i>Mimosa scabrella</i> Benth.	Bracatinga	Capoeira	Energia	Lenha	Seco
Fabaceae	<i>Myrocarpus frondosus</i> Allemao	Cabriúva	Mato grosso	Medicinal	Ferve a casca para lavar feridas	Seco
Fabaceae	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F. Macbr.	Jacaré	Capoeirão	Energia	Lenha	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	Sassafrás	Capoeirão	Aromatizante	Madeira/ para por no aguardente	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea porosa</i> (Nees & Mart.) Barroso	Imbuia	Capoeirão	Madeira	Cerne/ fazer palanque	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea pulchella</i> (Nees) Mez	Canelinha	Capoeirão	Madeira	Diversos	Seco
Lauraceae	<i>Persea pyrifolia</i> (D. Don) Spreng.	Pau de Andrade	Capoeira / Mato grosso	Medicinal	Ferve a casca para lavar feridas	Ambos
Malvaceae	<i>Luehea divaricata</i> Mart	Açoita	Capoeira/ Capoeirão	Madeira	Diversos	Seco
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i> Vell	Cedro	Capoeirão	Madeira	Diversos	Seco
Myrtaceae	<i>Campomanesia adamantium</i> (Cambess.) O. Berg	Tiriveira	Capoeirão	Não tem	Não tem	Seco
Myrtaceae	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> O.Berg	Gaviroveira	Capoeira/ Capoeirão	Alimento	Fruto	Ambos

(conclusão)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Myrtaceae	<i>Eugenia pitanga</i> (O.Berg) Nied	Cerejeira	Capoeirão	Alimento	Fruto	Seco
Myrtaceae	<i>Eugenia pluriflora</i> DC.	Fruítera de porco	Capoeirão	Energia/ Alimento	Lenha/ fruto animais	Seco
Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitangueira	Capoeirão	Alimento	Fruto	Úmido
Myrtaceae	<i>Plinia rivularis</i> (Cambess) Rotman	Jabuticabeira	Capoeirão	Alimento	Frutos	Seco
Não coletado	Não coletado	Palmeira	Capoeira	Alimento	Folhas para os cavalos	Seco
Primulaceae	<i>Myrsine acuminata</i> Royle	Pororoca	Capoeira/ Capoeira grossa	Não tem	Não tem	Seco
Primulaceae	<i>Myrsine ferruginea</i> (Ruiz & Pav.) Spreng.	Pau de alho	Capoeira grossa/ Capoeirão	Energia	Lenha	Ambos
Rhamnaceae	<i>Frangula sphaerosperma</i> (Sw.) Kartesz & Gandhi	Não sabe	Capoeirinha	Energia	Lenha	Seco
Rosaceae	<i>Prunus brasiliensis</i> (Cham. & Schltdl.) D.Dietr	Pessegueiro Bravo	Capoeira / Capeirão	Energia	Lenha	Seco
Salicaceae	<i>Casearia decandra</i> Jacq	Guaçatunga	Capoeirão	Energia	Lenha	Seco
Sapindaceae	<i>Allophylus edulis</i> (A.St.-Hil., A.Juss. & Cambess.) Radlk	Vacum	Capoeira/Capoeirão	Alimento	Fruta/ alimento para humanos	Seco
Sapindaceae	<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk	Cuvatã	Capoeira / Capeirão	Madeira	Tronco/ diversos	Seco

Fonte: Autora.

Antônio P. afirma que aprendeu a identificar as plantas trabalhando, com os familiares e outras pessoas com quem conviveu desde a infância. Na caminhada (turnê guiada) realizada, Antonio P. identificou 36 espécies.

4.3.5 Senhor Nelson

Morador no Quilombo Palmital dos Pretos há mais de 35 anos, senhor Nelson, é casado com Jesumira com quem teve 3 filhos. Descendente de lavradores, seus bisavós e avós trabalharam com a terra e com a criação de animais. Nascido em maio de 1949 em Lages, Santa Catarina, veio ainda jovem para o Paraná, junto com os pais e avós, os motivos se expressam na fala do próprio agricultor, *“resolveu vir pro mato, trabalhar lavoura, criação”*.

Na juventude morou em vários lugares próximos de Jacuí em Campo Largo, terra natal de sua mãe, depois foram para o município de Palmeira e em seguida para Ponta Grossa, onde tem atualmente dois irmãos morando, e retornou *“para o mato”*. Foi então onde conheceu dona Jesumira e, após o casamento, foram viver em Sete Saltos até que em 1975 se mudaram para o Quilombo Palmital dos Pretos.

Nelson conta que as pessoas da região já trabalhavam na lavoura desde muito cedo. Aos 12 anos já acompanhavam os pais para aprender, e foi assim trabalhando que se conheceram e contraíram matrimônio.

eles trabalhavam assim na lavoura e nós também, daí eles começaram a trocar dia com meu irmão e daí fomos se conhecendo, porque, caso mesmo de idade, nós tinha 20 anos quando ficamos juntos, mas de se conhecer e namorar já uns cinco anos atrás, mas sabe que os namoro de primeiro sabe como que era, só olho e conversar um pouquinho. (JESUMIRA).

Dona Jesumira nasceu em setembro de 1949 e morou na localidade de Santa Cruz, onde seu pai tinha terreno. Seus avós todos eram naturais do município de Campo Largo e ela afirma que seu pai *“era quilombola”* e tem descendência indígena. Sua família trabalhava na agricultura e seu pai, Germano, tinha um dom especial transmitido pelo avô Matias, *“era benzedor e parteiro”*, pois na época não havia na região posto de atendimento a saúde ou enfermeiro, todas as mulheres realizavam o parto em casa.

Além de trabalhar na lavoura as pessoas também aprendiam outros ofícios necessários para a vida na roça. O pai do senhor Nelson além de lavrador era

também carpinteiro. Para senhor Nelson é importante, porque *“se for pagar tudo, não tem jeito, então muita coisa tem que aprender a fazer crioulo [...] a gente trabalhava assim pra gente e pra fora”*. (NELSON). *“Quando faltava dinheiro saía ganhar dinheiro, daí vinha pra lavoura, por que a lavoura só a cada ano que dá”*. (JESUMIRA).

Dona Jesumira, além de trabalhar na lavoura, também foi professora, começou a lecionar na década de 70, e foi isso que motivou o casal a sair de Sete Saltos e vir morar no Palmital.

A mulher veio dar escola aqui, então se mudemo de lá para ela dar escola aquí, ela dava aula aqui, e ia ficá muito longe pra ela vim de lá, assim mesmo ela veio uns 7 km mais ou menos, 7 anos da escola aqui, nos parava ali em cima, com o patrão ali em cima, daí que se mudemo aqui por causa da escola, pra ficar mais fácil pra ela. (NELSON).

Era muito longe pra vim todo dia, vinha a cavalo vinha de bicicleta caindo as vezes com criança pequena (se referindo aos filhos que levava junto). (JESUMIRA).

No entanto, a convivência com a comunidade quilombola já existia há muito tempo, muitas pessoas se conheceram ainda crianças nas lavouras de milho, feijão e batata que existiam na época, pois trabalhavam junto devido a relação de compadrio, e os costumes de realizar a troca de dias de serviço, como também os pixirões para a capinar ou colheita, que animavam os jovens da região com um baile após o dia de trabalho.

O trabalho na lavoura e as práticas solidárias e as festividades religiosas na Região da Serra das Almas, ainda se encontram presente e faz com que as pessoas se conheçam e convivam juntas. É bem comum a troca de sementes para plantio e o auxílio na plantação, a cooperação nas atividades agrícolas.

Hoje, apesar do casal já estar aposentado, sempre plantam um pouco para a subsistência, pois segundo senhor Nelson *“pranto um poquinho pra não ficar devarde, por que a pessoa ficar devarde capaz de ficá doente, então vou trabalhando”*.

Com o cultivo de sementes crioulas, o trabalho ainda conta com a força manual e a tração animal. O Agricultor explica o processo *“Eu aro com os cavalos, daí passo o aterrador, planto, passo a carpideira e os matinhos que sobrem eu carpo com a enxada [...] Eu tenho cavalo, tenho tudo o aparelhado de trabalhar [...] a*

roça é pra alimentar eles” (se referindo aos animais que criam e aos cavalos). (NELSON, 2014).

A plantação ocorre no período de Setembro e Outubro, cultivam “na roça”, feijão, milho, batata doce, abóbora, melancia, em um sistema integrado e separado à mandioca. Os legumes e verduras na horta e as frutas num pomar ao lado da horta. Praticamente todas as casas apresentam esse sistema de casa, horta, pomar e paiol.

O conhecimento dos processos naturais dos tipos de solo, dos estágios da mata, das espécies úteis, aprendia em casa, com os pais, na prática, no cotidiano ainda durante a infância, conforme a própria fala dos entrevistados, *“os pai da gente já começava a explicar pra gente desde quando era criança”.* (JESUMIRA). *“Aprendi com pai. O meu pai me ensinava essa aqui é tal árvore, essa aqui é tal árvore”.* (NELSON).

Desse modo, por meio de atributos físicos como cor das folhas, flores, tipo da copa das árvores e tipo da madeira (tronco das árvores) senhor Nelson diferencia espécies e o tamanho das plantas bem como espécies presentes em cada um dos estágios sucessionais.

Esse conhecimento a respeito do ambiente natural reflete a necessidade e a busca da vegetação para o uso cotidiano, principalmente de medicinais, artesanato, madeira e lenha. Como afirma senhor Nelson *“dá pra se curar só por causa do mato”.* Esse uso da vegetação faz com que ela seja preservada na comunidade, conforme Jesumira *“damos o valor, se a gente corta alguma ervinha é porque muito precisa, mas a gente por a gente, não cortaria não e depois fortalece as águas”.*

O uso das espécies medicinais da mata não é somente guiado pelos atributos físicos das plantas. Os entrevistados também seguem um ritual místico religioso, *“é São João Maria que guia a gente para fazer um chá para uma pessoa, se a gente for fazer um chá para uma pessoa, tem que se ajoelhar na frente de São João Maria e pedir permissão e se a gente achar que não dá, não vá fazer porque não dá certo”.* (JESUMIRA, 2014).

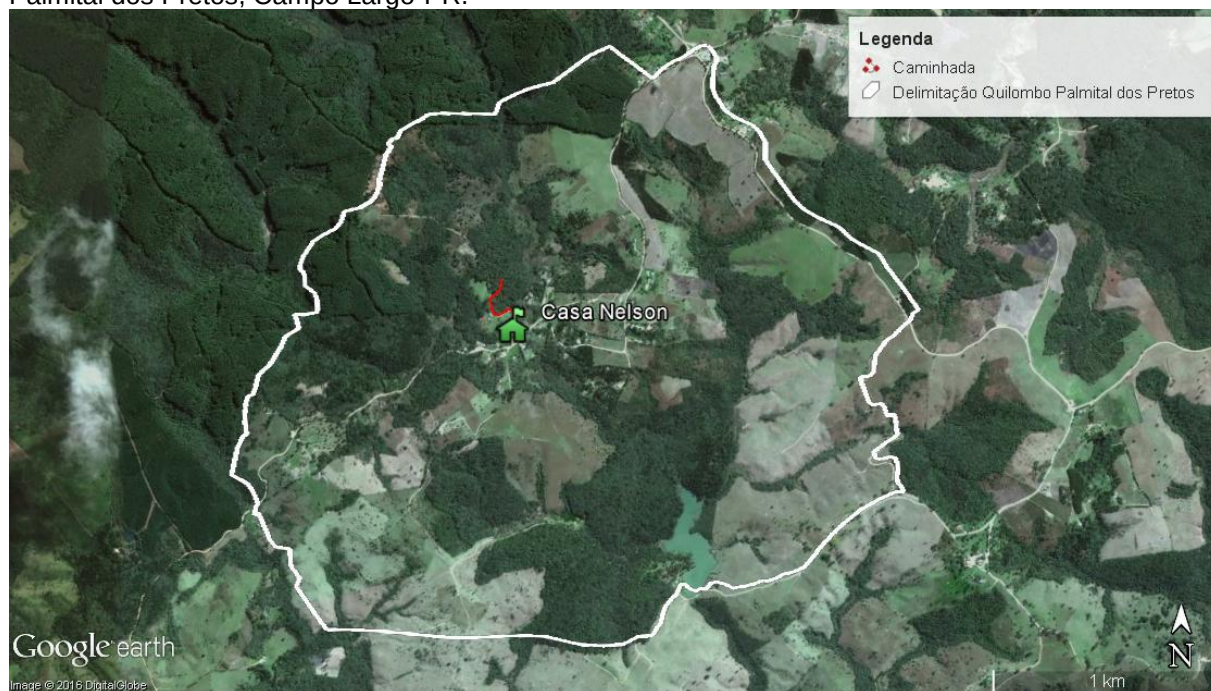
Assim, a relação de pertencimento dos entrevistados com a paisagem se expressa na tranquilidade e no sentimento de irmandade em que vive a comunidade, pois são todos unidos, tanto na religiosidade, nas festas, procissões, rezas, para

qualquer que seja a ação, se refletindo também no processo de saúde e doença com a importância das benzedadeiras e dos medicinais da mata.

4.3.5.1 Percurso pela paisagem

Com uma bota sete léguas e chapéu de Criciúma, senhor Nelson estava pronto para caminhada. O percurso (figura 21) iniciou na sua casa e percorreu uma área de floresta antiga que denomina de Capoeirão. Nesta área senhor Nelson parou e já foi apontando para várias espécies, “*essa aí é Andrade e aqui Aroeira, essa vermelha é Cambuí*”.

Figura 21- Percurso da caminhada (trunê guiada) realizada com o mateiro Nelson na comunidade Palmital dos Pretos, Campo Largo-PR.



Org: Autora. Fonte: Google Earth.

Nelson conhece o período de propagação das espécies e apontou até o período de flora, Uva Japão (*Hovenia dulcis*), Pau de Andrade (*Persea pyrifolia*) apresentam sua florada a partir do mês de novembro até dezembro. Também sabe o tipo de ambiente que preferencialmente as espécies se desenvolvem Ariticum (*Annona Sylvatica*) de ambiente seco, a Gavirovera (*Campomanesia guaviroba*) que se desenvolve tanto em ambientes secos como úmido.

Informa sobre o uso de diversas arbóreas, principalmente das plantas que são medicinais como a Cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), utilizadas para artesanato o Criciúma (não coletada) e alimentício a Pitangueira (*Eugenia uniflora*). Referente aos medicinais, conta que várias pessoas o procuram para saber a localização da planta, ou pedem para ele coletar.

Relembra também a respeito da Erva mate (*Ilex paraguariensis*) que plantava para consumo do chimarrão, relata que hoje não cultiva e que são poucas as pessoas que plantam e que a nativa é difícil encontrar na mata.

Demonstrou percepção dos diferentes aromas e sabores, mostrou o Sassafrás (*Ocotea odorifera*) o qual é possível reconhecer pelo cheiro da madeira, a mesma também é utilizada para colocar na pinga “fica muito bom, pra quem gosta de pinga”. Outra que se destaca é a Pimenteira segundo Nelson “Essa aqui chama pimenteira porque se mascar a folha é pura pimenta”. Demonstra então a importância do olfato e do paladar para diferenciar espécies.

Diferencia várias espécies que pertencem a mesma Família e Gênero, *Casearia decandra*, *Casearia obliqua*, *Casearia inaequilatera*, *Casearia sylvestris* e acredita-se que os moradores locais entendidos como mateiros consigam reconhecer a diferença até de subespécies que podem escapar a especialistas.

Segue quadro 08 com as espécies coletadas durante a caminhada na mata (turnê guiada) com senhor Nelson, e as informações a respeito dos usos e ambiente em que foram coletadas.

Quadro 08: Plantas identificadas por Nelson durante a Turnê Guiada, Palmital dos Pretos, Campo Largo-PR

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Anacardiaceae	<i>Schinus terebinthifolius</i> Raddi	Aroeira	Capoeirão	Madeira e Medicinal (sensibilidade nos dentes)	Tronco ou cerne para palanque “cerca” e enxaguante bucal preparado com a casca verde.	Seco
Annonaceae	<i>Porcelia macrocarpa</i> R.E.Fr	Louro branco	Capoeirão	Alimento	Fruto	Ambos
Annonaceae	<i>Annona sylvatica</i> A.St.-Hil.	Ariticum	Capoeirão	Alimento	Fruto	Seco
Aquifoliaceae	<i>Ilex paraguariensis</i> A.St.-Hil.	Erva-mate	Capoeirão	Alimento	Folhas para chá, chimarrão	Ambos
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	Araucária	Capoeirão	Alimento, Madeira (hoje já não mais utilizado)	Fruto para pessoas e animais	Seco
Canellaceae	<i>Cinnamodendron dinisii</i> Schwacke	Pimenteira	Capoeirão	Ornamental	Não tem	Seco
Celastraceae	<i>Maytenus ilicifolia</i> Mart. ex Reissek	Espinheira Santa	Capoeirão	Medicinal (Dor no estomago, gastrite, úlcera)	Chá/ folhas verdes.	Ambos
Cunoniaceae	<i>Lamanonia ternata</i> Vell.	Guaraperê	Capoeirão	Não tem	Não tem	Seco
Fabaceae	<i>Machaerium cf paraguariense</i> Hassl	Cipó estrivo	Capoeirão	Madeira	Diversos	Ambos
Fabaceae	<i>Myrocarpus frondosus</i> Allemao.	Cabriúva	Capoeirão	Medicinal (para feridas e infecção)	Lavar o local com o chá da casca.	Seco
Lauraceae	<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	Sassafrás	Capoeirão	Aromatizante Medicinal	Chá das folhas para problemas diversos, como infecção casca para passar. Na cachaça aroma e sabor.	Seco

(continuação)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Lauraceae	<i>Ocotea porosa</i> (Nees & Mart.) Barroso	Imbuia	Capoeirão	Madeira	Diversos, como palanque, construção, móveis, etc.	Seco
Lauraceae	<i>Persea pyrifolia</i> (D. Don) Spreng.	Pau de andrade	Capoeirão	Medicinal	Chá da casca para feridas.	Ambos
Leguminosae	<i>Acacia polyphylla</i> DC.	Monjoleiro	Capoeirão	Não tem	Não tem	Ambos
Malvaceae	<i>Luehea divaricata</i> Mart.	Açoita cavalo	Capoeirão	Não tem	Não tem	Seco
Myrtaceae	<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O. Berg	Murta	Capoeirão	Madeira	diversos	Ambos
Myrtaceae	<i>Calycorectes psidiiflorus</i> O. Berg	Cambuí	Capoeirão	Utensílio	Ramos para fazer vassoura	Ambos
Myrtaceae	<i>Campomanesia adamantium</i> (Cambess.) O. Berg	Tiriveira	Capoeirão	Não tem	Não tem	Ambos
Myrtaceae	<i>Campomanesia guaviroba</i> (DC.) Kiaersk.	Gaviroveira	Capoeirão	Alimento	Fruto para pessoas e animais	Ambos
Myrtaceae	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitangueira	Capoeirão	Alimento	Fruto	Ambos
Myrtaceae	<i>Myrcia hatschbachii</i> D.Legrand	Caingá	Capoeirão	Não tem	Não tem	Seco
Myrtaceae	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC	Guamirim chorão	Capoeirão	Não tem	Não tem	Seco
Myrtaceae	<i>Psidium longipetiolatum</i> D.Legrand	Araçá	Capoeirão	Alimento	Fruto	Ambos

(conclusão)

Família	Gênero/ Espécie	Nome local	Fase sucessão ecológica	Uso	Preparo/ parte que utiliza	Ambiente
Poaceae	Indeterminada	Criciúma	Capoeirão	Artesanato	Tira do tronco a palha para fazer chapéu	Ambos
Primulaceae	<i>Myrsine ferruginea</i> (Ruiz & Pav.) Spreng.	Capororoca	Capoeirão	Não tem	Não tem	Seco
Primulaceae	<i>Myrsine umbellata</i> Mart	Pororoca	Capoeirão	Ornamental	Não tem	Seco
Rhamnaceae	<i>Hovenia dulcis</i> Thunb.	Uva Japão	Capoeirão	Alimento	Fruto	Ambos
Rutaceae	<i>Zanthoxylum kleinii</i> (R.S. Cowan) P.G. Waterman	Juvevê	Capoeirão	Madeira	Diversos	Ambos
Salicaceae	<i>Casearia decandra</i> Jacq	Guaçatunga	Capoeirão	Diversos	Diversos	Ambos
Salicaceae	<i>Casearia obliqua</i> Spreng.	Guaçatunga Cambroé	Capoeirão	Diversos	Diversos	Ambos
Salicaceae	<i>Casearia inaequilatera</i> Cambess	Guaçatunga	Capoeirão	Diversos	Diversos	Ambos
Salicaceae	<i>Casearia sylvestris</i> Sw	Cafezeiro	Capoeirão	Alimento	Fruto para animais	Seco
Salicaceae	<i>Casearia</i> sp	Carvalinho	Capoeirão	Madeira, energia	Galhos que secam para lenha	Ambos
Sapindaceae	<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk	Cuvatam	Capoeirão	Madeira energia	Galhos que secam e caem para lenha	Seco
Winteraceae	<i>Drimys brasiliensis</i> Miers	Cataia	Capoeirão	Medicinal (humanos e cavalos)	Chá (casca) para humanos /casca na ração dos animais.	Ambos

Fonte: A autora, 2015

4.4 CLASSIFICAÇÃO DA VEGETAÇÃO LOCAL EM ESTÁGIOS SUCESSIONAIS

O morador Antonio C. conta que na comunidade a mata apresenta vários estágios sucessionais, pois nas áreas que foram abandonadas inicialmente vão aparecer algumas espécies e com o tempo, substituídas por outras. Assim, utiliza o tempo, em anos, para classificar os estágios sucessionais “*quando ela sai de terra de planta quando ela pega aí 8 a 10 anos é capoeirinha, quando ela passa de 12 anos até 18 ela é capoeira mesmo, capoeirão é de 25 a 30 anos e mato mesmo é de 50 anos pra cima*”. (ANTONIO C., 2014).

Utiliza também além do tempo alguns critérios de fisionomia para classificar os estágios sucessionais, como a cor da mata, que nos estágios mais desenvolvidos a mata é verde mais escura, a espessura dos troncos das árvores que no matão é maior.

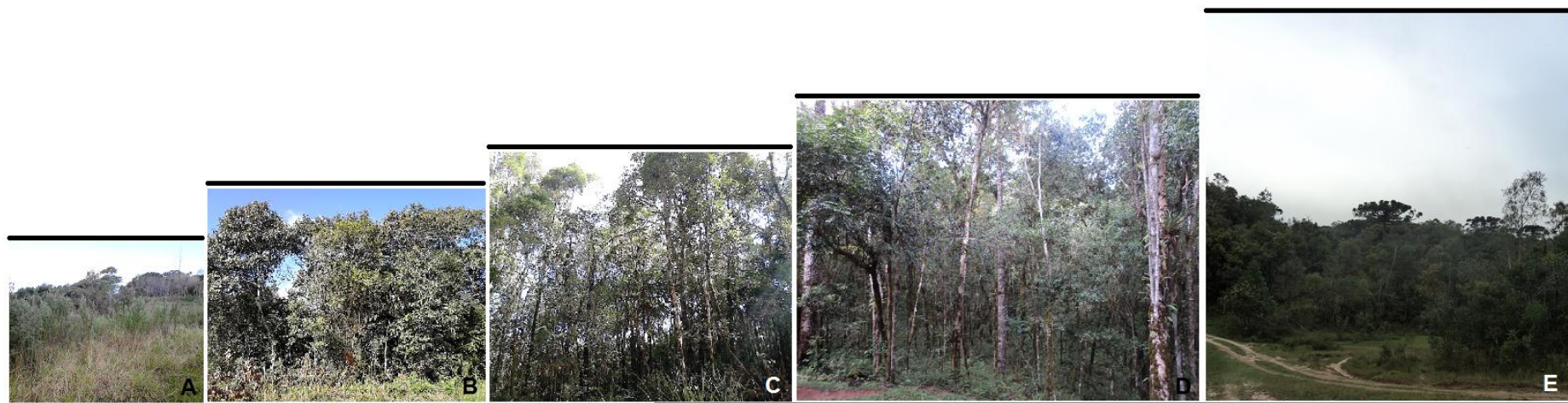
Observa que em área de solo ruim, a floresta pode permanecer no estágio de capoeirinha por muitos anos, pois o solo é um dos fatores que auxilia no desenvolvimento das matas secundárias. Assim, além dos anos, características como: espécies, espessura do tronco, cor das folhas e altura, foram destacados pelo agricultor para avaliar o estágio sucessional durante a realização da turnê guiada.

Em relação às espécies encontradas em cada estágio sucessional, senhor Antonio C. menciona que, ao deixar abandonada uma terra de cultivo, surgem plantas como Pico-pico (*Bidens pilosa* L.), Rabudo (*Cenchrus* sp), Papuã (*Brachiaria plantaginea* Link Hitch) e essa fase é conhecida como Tiguera. Passado um tempo começa a crescer Tupichava (*Baccharis* sp), Samambaia (*Pteridium aquilinum* (L.) Kuhn var.) e Vassoura (*Baccharis* sp). Em torno de 8 a 10 anos começam a vir espécies de floresta mesmo (Guaçatunga, Pau de andrade, Cajaranda, Angico e Jacaré), algumas quando estão na fase de Capoeirão secam e outras se deixar vão continuar até que se torne “Matão” (floresta).

O mateiro não aponta nenhum cuidado para a recuperação da mata, deixando claro, no entanto, a necessidade de cuidados para não a degradar, como o fogo e superutilização de espécies.

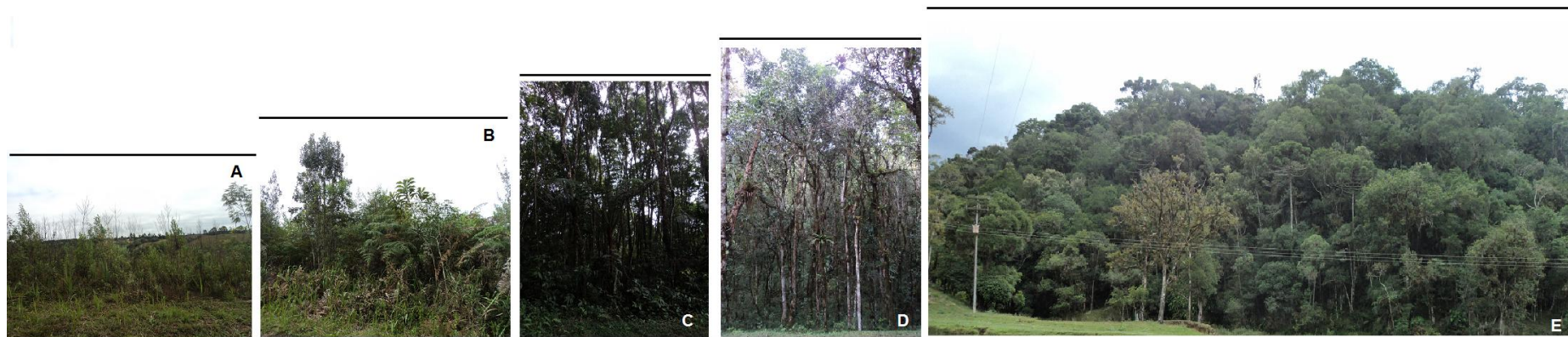
Azivir, por sua vez, também classifica os estágios de regeneração sucessional por meio da idade, em anos. Todavia, ele apresenta classificação com nomenclatura ligeiramente diferente dos demais entrevistados.

Figura 22- Estágios sucessionais apontados por Antônio C. durante a caminhada



A- Tiguera. B- Capoeirinha. C- Capoeira. D-Capoeirão. E- Matão. (Foto e Org: Autora. Fonte: Antônio C. 2015).

Figura 23- Estágios sucessionais apontados por Azivir durante a caminhada



A- Tiguera. B-Capoeira fina. C-Capoeira. D Capoeira Grossa. E-Mato Grosso. (Foto e Org: Autora. Fonte: Azivir, 2015).

Segundo o mateiro, uma área de lavoura se deixar sem uso entre 1 a 2 anos é chamada de “*Tiguerá*”, depois até 5 ou 6 anos, chama-se de “*Capoeira fina, que você consegue derrubar com a foice*”. De 6 a 10 anos é conhecida por “*Capoeira ou Capoeira grossa [...] essa aqui, já não derruba só com a foice*”. Depois se transforma em “*Mato [...] esse aí nem com o machado já não derruba mais*”, o estágio mais desenvolvido é chamado de “*Mato grosso*” que é a vegetação que se encontra dentro da área do criadouro. Azivir utiliza a técnica da foice, o machado como parâmetro para classificar o ambiente, conforme Floriani (2011) a tecnicidade (foice, machado) conferem a mediação entre os agricultores e a natureza. Para Claval (2001)

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia. (CLAVAL, 2001, p. 219).

Se comparar a classificação realizada pelo Antônio C. com a do senhor Azivir é possível perceber que cada fase tem praticamente a mesma duração, no entanto, o que muda é a nomenclatura atribuída onde a “*Capoeirinha*” do Antonio C. é a mesma vegetação chamada de “*Capoeira*” por Azivir, a “*Capoeira*” de Antonio C. é chamada já de “*Mato*” por Azivir e o “*Matão*” equivale ao “*Mato grosso*”.

Algumas espécies coletadas em campo com os mateiros, como por exemplo, o Sassafrás-amarelo e o Sassafrás-preto, na identificação do herbário, não é possível ver a diferença, pois as folhas são iguais, havendo diferença somente na cor do tronco e na cor do cerne da madeira.

Na comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo a busca por uma classificação sucessional da floresta é resumida a algo não separável, não apresenta uma classificação rígida como a ciência em várias nomenclaturas ao explicar a respeito da vegetação. E senhor João M. diz: “*aqui vocês não vão vencer de escrever esse mato aí [...] aqui por cultura dizem Vassorá e Capoeirão*”.

No entanto, durante a turnê guiada atribui novas nomenclaturas, classificando de outra forma, relacionando ao tempo os estágios sucessionais. Uma área que é de lavoura se deixar de manejar no primeiro ano já recebe o nome de “*Tiguerá*”, apresenta somente duas espécies a Vassora (*Bernardia pulchella*) e Tupichava (*Baccharis aliena*). Passado uns três anos já é chamada de “*Capoeirinha*”

e tem as seguintes espécies: Guaçatunga (*Casearia decandra*), Canela guaicá (*Ocotea puberula*), Vassorá, (*Bernardia pulchella*) e Tupichava (*Baccharis aliena*). Quando atinge por volta de cinco anos recebe o nome de “Capoeira”. Aí se deixar sem cortar se transforma em “Capoeira grossa” também chamada de “Capoeirão”, com 25 anos já apresenta madeira grossa.

João M. diz que: “o Capoeirão tem tudo árvore grande grossa, média, pequena, tudo o que é qualidade também [...] tem Caneleira, Guaicá, Ingaiero, Soita Cavalo, Guaraperê, Jacaré, Canelas tem diversas, Canela amarela, Imbuia só branca”. E que o Capoeirão antigamente tinha Pinheiro e Erva-mate, o que hoje quase não se encontra. O mateiro também explica que se estiver na fase de Capoeira e existir apenas as Vassouras, esta área não se transforma em mata.

[...] olha a samambaia eu explicando pra vocês, eu se chegar no mato que nunca foi devassado eu sei se é de samambaia ou não é. Onde tiver Imbuia e Sassafrás pode roçar que já vem Samabaia e nunca mais se acaba, aquele é do carvão e se criam e vem a tal samambaia, a mudança é esse conforme o mato que tem vem Samabaia conforme não. (JOÃO M., 2015).

O entrevistado não acredita que se deixar sem cortar a mata um dia volte a ser como ele conheceu, porque hoje já não existe mais na região florestas com tal desenvolvimento. No Capoeirão podem ser encontradas diversas espécies. O senhor João M. explica o porquê de utilizar os nomes “Vassorá, Capoeirinha, Capoeirão, porque se for escrevê a qualidade de planta não tem quantia. Não tem como escrevê”.

Antonio P. ao identificar estágios sucessionais da vegetação, utiliza como critério a espessura e altura das árvores. Identifica 5 estágios: “Tiguera” onde tem praticamente só Tupixava (*Baccharis aliena*). Essa vegetação vai crescendo e quando atinge aproximadamente 2 metros de altura passa a receber a denominação de “Capoeirinha”. A vegetação de Tupixava vai diminuindo no mesmo ritmo em que vão surgindo outras espécies como o Cipó de estrivo (*Machaerium cf paraguariense*), Aroeira (*Schinus terebinthifolia*), a Varana (*Cordyline spectabilis*) e outras.

O tempo de desenvolvimento da vegetação pode variar conforme o solo, ou atividade que foi desempenhada na área. Geralmente entre 3 a 5 anos já é possível encontrar o estágio de “Capoeira”. Nesta fase tem as espécies Vassorão (*Bernardia*

pulchella), Pessegueiro bravo (*Prunus brasiliensis*), Pororoca (*Myrsine acuminata*), Chupeteira (*Escallonia montevidensis*), outras.

Quando atinge aproximadamente 6 a 8 anos, é denominado de “*Capoeira grossa*”. A vegetação vai engrossando, a Tupixava (*Baccharis aliena*) praticamente acaba e surgem outras espécies de arbóreas como o Ingaero (*Inga virescens*), Guaraperê (*Lamanonia ternata*), Ingaero miúdo (*Machaerium stipitatum*), Marmeleiro (*Dalbergia frutescens*), apresenta diversas “*madeiras*” que serão também encontradas no “*Capoeirão*”.

O “*Capoeirão*” é também chamado de “*Mato*”. Segundo o mateiro Antonio P. a vegetação é mais “*fechada*” e as árvores estão mais grossas que no estágio anterior. Apresenta grande diversidade de espécies e a altura das árvores também aumenta. Para chegar a esse estágio a vegetação demora em torno de 30 anos. No criadouro a vegetação nunca foi cortada totalmente, se retiram apenas algumas espécies específicas para uso e esta área é conhecida como “*Capoeirão*”.

Figura 24- Estágios sucessionais apontados por João M. durante a caminhada



A-Tiguera. B- Capoeirinha. C- Capoeira. D- Capoeira Grossa. E- Capoeirão. (Foto e Org: Autora. Fonte: João M. 2015).

Figura 25- Estágios sucessionais apontados por Antônio P. durante a caminhada



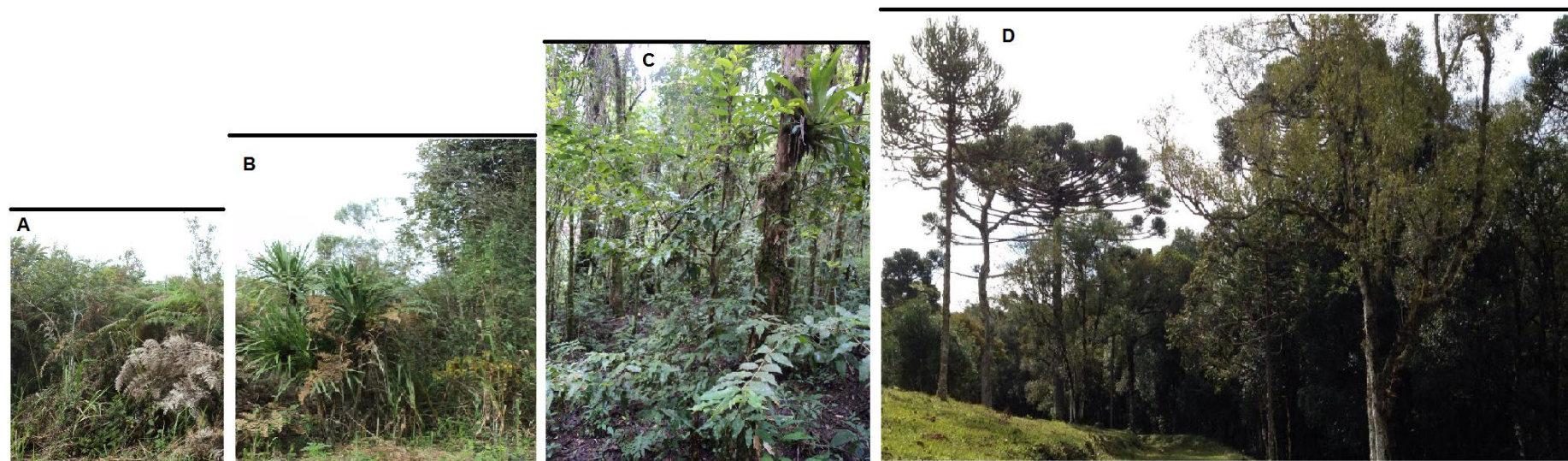
A-Tiguera. B- Capoeirinha. C- Capoeira. D- Capoeira Grossa. E- Capoeirão. (Foto e Org: Autora. Fonte: Antônio P. 2015).

Em Palmital dos Pretos os diferentes estágios de regeneração da mata são classificados pelo senhor Nelson pela fisionomia. O primeiro estágio é chamado de “*Tiguera*”, depois “*vira Capoeirinha, Capoeira e vira Mato*” aqui “*Mato*” é também chamado de “*Capoeirão*” e é o estágio mais desenvolvido da floresta secundária. (NELSON, 2014).

O entrevistado observa que a vegetação apresenta não somente diferença no tamanho, ou na espessura nos diferentes estágios sucessionais, também tem diferença nas espécies encontradas, como as Vassouras (*Baccharis* sp) que estão na

Capoeirinha, mas não tem no Capoeirão. Já o Capoeirão é Mato fechado e tem espécies como o Pau de Andrade (*Persea pyrifolia*), a Pimenteira (*Cinnamodendron dinisii*), o Cedro (*Cedrela fissilis*), entre outras.

Figura 26- Estágios sucessionais apontados por Nelson durante a caminhada



A- Tiguera; B- Capoeirinha; C- Capoeira, E- Capoeirão.

Foto e Org: Autora. Fonte: Nelson, 2015.

Dos mateiros entrevistados 3 (Nelson, João M. e Azivir) aprenderam com o pai a respeito da floresta e 2 (Antônio P. e Antônio C.) aprenderam por meio da prática e da observação, e estes saberes estão relacionados a outros elementos como o solo, a água e os animais. (quadro 09).

Quadro09- O conhecimento da floresta e a relação com outros elementos bióticos e abióticos.

	Nelson	João M.	Antônio P.	Azivir	Antônio C.
Sucessão	Classifica em 4 estágios. “Tiguerá, Capoeirinha, Capoeira e Mato” também chamado de “Capoeirão” e é o estágio mais desenvolvido da floresta secundária. Para definir os estágios utiliza as características a) Diferença no tamanho, ou na espessura; b) diferença nas espécies encontradas, como as Vassouras (<i>Baccharis</i> sp) que estão na Capoeirinha mas não tem no Capoeirão. O Capoeirão é “Mato fechado”.	Classifica em 5 estágios. “Tiguerá, Capoeirinha, Capoeira, Capoeira Grossa e Capoeirão”. Utiliza como critério o tempo e espécies encontradas. Na Tiguerá, duas espécies a Vassora (<i>Bernardia pulchella</i>) e Tupichava (<i>Baccharis aliena</i>). A Capoeirinha (3 anos) tem as seguintes espécies encontradas, como as Guaçatunga (<i>Casearia decandra</i> Jacq), Canela guaicá (<i>Ocotea puberula</i>). A Capoeira (5 anos). E Capoeira Grossa ou Capoeirão (25 anos) já apresenta diversidade de espécies, madeira grossa.	Classifica 5 estágios. “Tiguerá, Capoeirinha, Capoeira, Capoeira Grossa e Capoeirão”. Utiliza como critério espécies existentes, a espessura e altura das árvores, tempo. Tiguerá predomina Tupixava (<i>Baccharis aliena</i>). A Capoeirinha (2 metros de altura), espécies, Cipó de estrivo (<i>Machaerium</i> cf <i>paraguariense</i>), Aroeira (<i>Schinus terebinthifolia</i>), Varana (<i>Cordyline spectabilis</i>). A Capoeira (3 a 5 anos), espécies Pessegueiro bravo (<i>Prunus brasiliensis</i>), Pororoca (<i>Myrsine acuminata</i>), Chupeteira (<i>Escallonia montevidensis</i>). A Capoeira grossa (6 a 8 anos) Mais espécies Ingaero (<i>Inga virescens</i>), Guaraperê (<i>Lamanonia ternata</i>), Marmeleiro (<i>Dalbergia frutescens</i>). O Capoeirão ou Mato (30 anos) as árvores mais grossas que no estágio anterior. Apresenta grande diversidade de espécies e a altura das árvores também aumentam.	Classifica em 5 estágios. “Tiguerá, Capoeira fina, capoeira ou capoeira grossa, Mato e Mato Grosso”. Utiliza o tempo em anos pra classificar e a espessura do tronco. Tiguerá (1 a 2 anos); A Capoeira fina (até 5 ou 6 anos); A Capoeira ou Capoeira Grossa (6 a 10 anos) ; Depois se transforma em “mato” e o estágio mais desenvolvido é chamado de “mato grosso” apresenta maior diversidade de espécies.	Classifica em 5 estágios. “Tiguerá, Capoeirinha, capoeira, Capoeirão e Mato”. Utiliza o tempo, em anos, para classificar. Tiguerá (primeiro ano); Capoeirinha (8 a 10 anos) Capoeira (12 até 18 anos) Capoeirão (25 a 30 anos) e Mato a partir de 50 anos.

(continuação)

	Nelson	João M.	Antônio P.	Azivir	Antônio C.
Transmissão	Aprendeu durante a infância no cotidiano, com o pai, este ensinou o nome das espécies úteis, os tipos de vegetação e os tipos de terra.	Aprendeu durante a infância com o pai que lhe ensinou os nomes das espécies e usos.	Aprendeu na prática, durante a infância no trabalho com pessoas que conviveu (familiares ou não).	Aprendeu com o pai e ouvindo outras pessoas de maior idade.	Aprendeu na prática, por observação dos mais velhos, sem repasse específico do conhecimento.
Degradação	Considera ruim porque afeta a água, os recursos medicinais que utilizam. Conta que na comunidade havia bastante mato, que as casas encontravam-se no meio dessa mata, e que se reduziu devido ao aumento de moradores, a plantação de pasto para invernadas e ao plantio de <i>pinus</i> que se iniciou a 30 anos atrás.	Afirma que a mata de 80 anos atrás não é possível nem comparar como a que existe hoje " <i>limpa</i> ". " <i>Antigamente era mata virgem</i> " tinha muito pinheiro, taquaras grossas. Para a criação de porcos quase não necessitava de milho, pois engordavam comendo somente os frutos nativos como o pinhão. Hoje se reduziu os animais por falta de alimento e pelo plantio de <i>pinus</i> . Afirma que é importante preservar a mata nativa para manutenção da água.	Coloca a importância na mata devido a utilização de suas espécies. Considera que a mata da comunidade se mantém em boas condições devido a lei que protege contra o desmatamento. Pensa que é necessário preservar a mata para que não se transforme em "quissassa" (áreas que se tornam inutilizáveis). Considera que as áreas da comunidade mais degradadas são as que tiveram o solo muito revolvido para o plantio por meio do arado. Estas demoram mais a se regenerar.	Considera que as matas são importantes para o ar, para a água e que uma mata se degradada consegue se recuperar sozinha, mas é muito importante o cuidado com o fogo para manter conservada. Considera que na comunidade a mata diminuiu um pouco e que as áreas mais degradadas foram desmatadas para o plantio de pasto.	Acredita ser necessário cuidado com a mata para não explorar demasiadamente os recursos, não desmatar, cuidado com o fogo. E que esta se recupera, desenvolve sozinha. Observa que na comunidade quase não teve alteração da floresta.

(conclusão)

	Nelson	João M.	Antônio P.	Azivir	Antônio C.
Espécies	Identificou durante a turnê guiada 35 espécies. 6 tem uso medicinal, 9 para alimento, 8 madeira, 2 ornamental, 2 energia, 1 aromatizante, 1 artesanato, 1 usada como utensílio doméstico e 10 não tem um uso específico ou tem diversos usos.	Identificou 43 espécies na turnê guiada. Quanto ao uso, 12 apresentam boa madeira, 9 os frutos servem de alimento, 7 medicinal, 6 energia (lenha), 2 ornamental e 9 não tem uso específico.	Identificou 36 espécies durante a turnê guiada. 9 são utilizadas para alimento, 8 madeira, 2 medicinais, 10 tem características boas para uso energia (lenha). 1 como aromatizante e 6 não apresentam um uso específico.	Identificou 35 espécies, com os usos: 11 para madeira, 5 medicinal, 1 para alimento, 6 energia (lenha), 4 para fabricar utensílios, 2 religioso, 1 ornamental, 1 como brinquedo e 8 não tem uso definido.	Identificou durante a turnê guiada 45 espécies. Estas têm os usos: 14 madeira, 12 alimentação, 3 medicinal, 2 ornamental, 2 religioso, 15 energia (lenha), 4 não apresentam uso definido.
Solos	Classifica os solos em “Terra boa” e “Terra fraca”, estes para classificar utilizam alguns atributos como a cor e textura. Terra Preta “gordurosa” e Terra Roxa são boas. Terra Vermelha é arenosa terra fraca. Utilizam de algumas estratégias a <i>terra melhor pra plantar e aquela mais fraca vai deixando, daí faz invernada, solta uma criação ali e tal</i> ”. (NELSON, 2014).	Classifica em “terra boa e terra fraca”, e utiliza como indicador o desenvolvimento de algumas espécies como o “ <i>Bambu, a Imbuia e o Sassafrás</i> ”. E associa a “terra fraca” a existência de Samambaia (<i>Pteridium aquilinum</i>) e onde a regeneração da floresta é mais lenta.	Classifica o solo em “terra boa e terra fraca”. Associa ao tipo de solo a vegetação existente, como também o tempo de regeneração da floresta. Onde a terra é boa a vegetação vem mais rápido, “forte” já na “terra fraca” é bem mais lenta.	Classifica as áreas de floresta como de terra úmida, nas encostas, “ <i>baixadas</i> ” e mata de terra seca, nas “lombas”. Assim também associa o tipo de vegetação ao solo e coloca mais um fator a iluminação do sol, esta resultante da declividade ou geomorfologia do local contribui para o desenvolvimento de determinados tipos de vegetação.	Associa a ausência de algumas espécies “ <i>Imbuia, Erva mate</i> ” ao tipo de solo e ao uso intenso das espécies no passado. As áreas de solo “ <i>ruim</i> ”, em que não se desenvolve a mata mesmo estando sem uso é chamada de “ <i>Guachivá</i> ”.

Org: A autora. Fonte: Dados obtidos em campo, 2014-2015.

5. CORRELAÇÃO DOS SABERES MATEIROS, DOS TIPOS DE MATA, SEUS ESTÁGIOS SUCESSIONAIS COM O SABER CIENTÍFICO

Neste tópico busca-se comparar a classificação da vegetação realizada pelos entrevistados com a classificação científica. Primeiramente é importante ressaltar que a classificação realizada pelos moradores locais a respeito da vegetação está associada às atividades cotidianas, surgem elementos como a técnica (a foice, o machado), os usos das espécies (no caso a madeira no passado utilizada para construção vinha do capoeirão) nas capoeiras presente as medicinais e as espécies indicadoras da qualidade do solo como a Samambaia (*Pteridium aquilinum* L.) atreladas a atividade da agricultura. Assim, conforme quadro 10, 4 entrevistados (Azivir, Antônio C., Antônio P. e João M.) classificaram a vegetação em 5 estágios sucessionais e apenas Nelson classificou em 4 estágios sucessionais, ambas correspondem a classificação científica da SEMA (2002) e IBGE (2012) que apresentam 4 e 5 fases de sucessão respectivamente.

Quadro10- Classificação em estágios sucessionais.

Fases	Nelson	João M.	Antônio P.	Azivir	Antônio C.	IBGE	SEMA
1 ^a	Tiguerá	Tiguerá	Tiguerá	Tiguerá	Tiguerá	Pioneira	Capoeirinha
2 ^a	Capoeirinha	Capoeirinha	Capoeirinha	Capoeira fina	Capoeirinha	Capoeirinha	Capoeira
3 ^a	Capoeira	Capoeira	Capoeira	Capoeira ou Capoeira grossa	Capoeira	Capoeira rala	Capoeirão
4 ^a	Mato	Capoeira grossa	Capoeira Grossa	Mato	Capoeirão	Capoeiras	Florestas
5 ^a	-	Capoeirão	Capoeirão	Mato grosso	Matão	Capoeirão	-

Org: Autora. Fonte: Pesquisa de campo (2014- 2015), IBGE (2012) e SEMA (2002).

É possível notar que a nomenclatura de ambas apresentam grande proximidade, os principais atributos utilizados para classificar são altura, espessura, quais espécies existentes e estes estão relacionados ao tempo em anos.

Com relação as espécies existentes em cada fase sucessional a bibliografia apresenta as espécies considerando três estágios, inicial, médio e avançado de

sucessão, onde no estágio inicial as arbóreas apresentam 5 a 30 centímetros de diâmetro e máximo de 13 metros. (CASTELLA;BRITEZ, 2004). As em estágio médio de regeneração tem entre 5 a 40 centímetros de diâmetro e máximo 14 metros de altura e as em estágio sucessional avançado diâmetro entre 10 a 80 centímetros e mais de 18 metros de altura. (CASTELLA;BRITEZ, 2004).

Assim, não foi possível fazer uma correlação específica com as espécies encontradas em cada estágio pela bibliografia e pelos mateiros, devido a classificação científica ser muito rígida e a dos mateiros flexível obtidas pela memória por meio da experiência. Pode-se concluir que as citações dos mateiros de espécies, onde consideraram de estágios mais avançados, vem de encontro com as espécies encontradas na bibliografia.

5.1 FITOSSOCIOLÓGICO

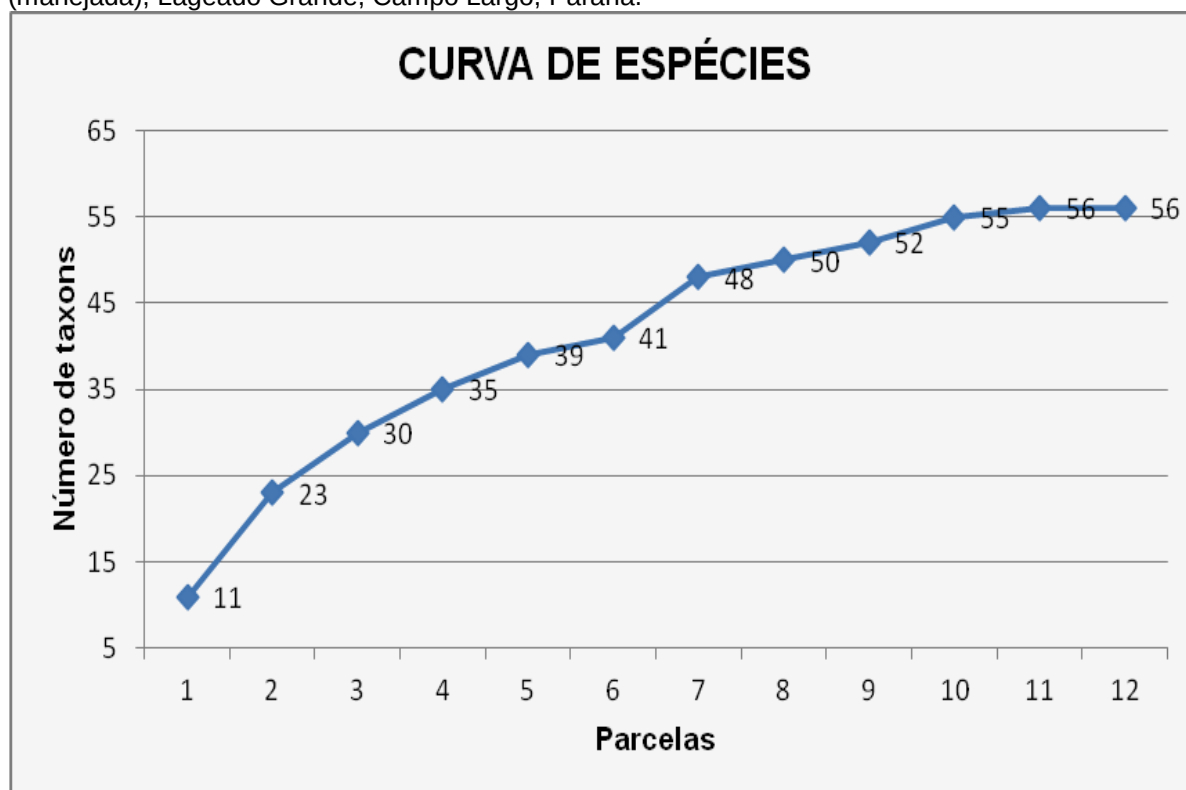
Apresenta-se os resultados do fitossociológico realizado em cada uma das comunidades nas áreas apontadas pelos moradores como maior desenvolvimento sucessional. Em seguida é realizada uma comparação desses dados com a bibliografia.

5.1.1 Lageado Grande

Foram amostrados 259 indivíduos, em 12 parcelas de 10x10 metros, pertencentes a 56 espécies, distribuídas em 20 famílias, incluindo indivíduos mortos e táxons indeterminados. As famílias que tiveram a maior riqueza de espécies e maior número de indivíduos foram Myrtaceae e Lauraceae.

A curva de espécies (Gráfico 01) demonstrou que foi atingida a suficiência amostral a partir da parcela 10. O estimador de riqueza *Bootstrap* apontou a possibilidade de ocorrência de 52 táxons (α : 0.05), com desvio padrão de 5 (entre 45 a 57), confirmando que o número de parcelas alocadas foi representativo para o estudo da vegetação local.

Gráfico 01- Curva de acumulação de espécies para a amostragem na Floresta Ombrófila Mista (manejada), Lageado Grande, Campo Largo, Paraná.



Fonte: A autora (2015).

O índice de diversidade Shannon-Weaver (H') para a população estudada foi de 3,46 com uniformidade de Pielou J de 0,86. Estudos realizados por Pereira *et al.* (2009) em vegetação do criadouro comunitário do Faxinal Taquari dos Ribeiros (Rio Azul-PR) encontraram 49 táxons com maior representatividade nas famílias Myrtaceae e Lauraceae e índice de Shannon de 3,26. Em Faxinal Marmeleiro de Cima (Rebouças-PR) Albuquerque (2012) listou 44 táxons e também com espécies mais expressivas a família Myrtaceae. Moro e Lima (2012), no Faxinal Sete Saltos de Baixo (Ponta Grossa-PR) encontrou 32 espécies com maior riqueza das famílias Myrtaceae e Lauraceae, índice H' de 2,92, com uniformidade de Pielou de 0,78. No estudo de Almeida *et al.* (2008) na floresta de Faxinal (General Carneiro-PR) registrou 39 espécies, com destaque para família Lauraceae, e índice H' de 3,26. Pode-se inferir, portanto, que a área estudada apresenta diversidade e riqueza similares às de outras florestas manejadas como sistema agrossilvopastoril.

A espécie mais frequente foi a *Ocotea odorifera* (Lauraceae) que ocorreu em todas as parcelas, seguida por *Myrcia* sp com frequência de 83% e *Myrceugenia myrcioides* com 58% de frequência. *Araucaria angustifolia* e *Ocotea porosa*, espécies importantes do sistema faxinal, aparecem com frequência de 25% e 8%

respectivamente. Foi observada a ausência de erva-mate (*Ilex paraguariensis* A.-St.Hil.).

Entre as espécies de maior densidade se destaca *Ocotea odorifera* (Lauraceae) com 241 ind./ha (11,20%). A segunda foi *Casearia sylvestris* com 175 ind./ha (8,11%), a *Myrcia* sp2 com 158 ind./ha (7,34%), as demais correspondem a densidade relativa total de 73,44%. Estes parâmetros estão dispostos na tabela 01, ordenados pelo valor de importância (VI).

Tabela 01- Dados do fitossociológicos da amostragem na Comunidade Lageado Grande, Campo Largo- PR. Parâmetros: densidade absoluta (DA), densidade relativa (DR), frequência absoluta (FA), frequência relativa (FR), dominância absoluta (DoA), dominância relativa (DoR), valor de importância (VI) e valor de cobertura (VC).

Espécie	DA (n° ind./ha)	DR (%)	FA (%)	FR (%)	DoA (m²/ha)	DoR (%)	VC	VI
<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.)	241,67	11,20	100,00	7,79	0,0217	8,91	20,11	27,90
<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	175,00	8,11	75,00	5,84	0,0072	2,13	10,24	16,09
<i>Myrcia</i> sp 2	158,33	7,34	83,33	6,49	0,0041	1,10	8,43	14,93
<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk.	25,00	1,16	25,00	1,95	0,2754	11,69	12,85	14,79
<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O.Berg	108,33	5,02	58,33	4,55	0,0262	4,82	9,84	14,38
<i>Ocotea glaziovii</i> Mez	50,00	2,32	33,33	2,60	0,0985	8,36	10,67	13,27
<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	33,33	1,54	25,00	1,95	0,1514	8,57	10,11	12,06
<i>Cabralea canjerana</i> (Vell.) Mart.	66,67	3,09	41,67	3,25	0,0476	5,39	8,48	11,72
<i>Ocotea bicolor</i> Vattimo-Gil	91,67	4,25	41,67	3,25	0,0265	4,13	8,37	11,62
<i>Cryptocarya aschersoniana</i> Mez	83,33	3,86	41,67	3,25	0,0295	4,18	8,04	11,29
<i>Casearia lasiophylla</i> Eichler	100,00	4,63	25,00	1,95	0,0241	4,09	8,72	10,67
Morta	83,33	3,86	50,00	3,90	0,0165	2,33	6,19	10,09
<i>Calypttranthes grandiflora</i> O.Berg	116,67	5,41	41,67	3,25	0,0054	1,06	6,47	9,71
<i>Psychotria carthagenensis</i> Jacq.	50,00	2,32	33,33	2,60	0,0434	3,68	6,00	8,60

(continuação)

Espécie	DA (n° ind./ha)	DR (%)	FA (%)	FR (%)	DoA (m²/ha)	DoR (%)	VC	VI
<i>Campomanesia xanthocarpa</i> (Mart.) O.Berg	58,33	2,70	41,67	3,25	0,0229	2,27	4,97	8,22
Rubiaceae 1	75,00	3,47	50,00	3,90	0,0043	0,54	4,02	7,92
<i>Cedrela fissilis</i> Vell	25,00	1,16	25,00	1,95	0,1093	4,64	5,80	7,74
Indeterminada 1	41,67	1,93	25,00	1,95	0,0487	3,45	5,38	7,32
<i>Myrsine umbellata</i> Mart.	50,00	2,32	33,33	2,60	0,0233	1,98	4,29	6,89
<i>Eugenia pluriflora</i> DC.	50,00	2,32	33,33	2,60	0,0190	1,61	3,92	6,52
<i>Psychotria hancorniiifolia</i> Benth.	50,00	2,32	33,33	2,60	0,0113	0,96	3,27	5,87
<i>Ocotea nutans</i> (Nees) Mez	33,33	1,54	25,00	1,95	0,0190	1,08	2,62	4,57
<i>Ocotea porosa</i> (Nees & Mart.) Barroso	8,33	0,39	8,33	0,65	0,2165	3,06	3,45	4,10
<i>Sorocea bonplandii</i> (Baill.) W.C.Burger, Lanj. & de Boer	41,67	1,93	16,67	1,30	0,0111	0,79	2,72	4,01
<i>Endlicheria paniculata</i> (Spreng.) J.F.Macbr.	16,67	0,77	16,67	1,30	0,0360	1,02	1,79	3,09
<i>Casearia inaequilatera</i> Cambess.	16,67	0,77	16,67	1,30	0,0255	0,72	1,49	2,79
<i>Jacaranda micrantha</i> Cham.	25,00	1,16	16,67	1,30	0,0065	0,27	1,43	2,73
<i>Ocotea silvestris</i> Vattimo	16,67	0,77	16,67	1,30	0,0070	0,20	0,97	2,27
<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.	16,67	0,77	16,67	1,30	0,0065	0,18	0,96	2,25
<i>Miconia sellowiana</i> Naudin	16,67	0,77	16,67	1,30	0,0059	0,17	0,94	2,24
<i>Rudgea jasminoides</i> (Cham.) Müll.Arg.	16,67	0,77	16,67	1,30	0,0033	0,09	0,87	2,17
<i>Ocotea diospyrifolia</i> (Meisn.) Mez	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0750	1,06	1,45	2,10
Myrtaceae 1	16,67	0,77	8,33	0,65	0,0222	0,63	1,40	2,05
<i>Drimys brasiliensis</i> Miers	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0590	0,83	1,22	1,87
<i>Psychotria</i> SP	16,67	0,77	8,33	0,65	0,0050	0,14	0,91	1,56
<i>Cupania vernalis</i> Cambess.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0337	0,48	0,86	1,51
<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0330	0,47	0,85	1,50

Espécie	(conclusão)							
	DA	DR	FA	FR	DoA	DoR	VC	VI
	(n° ind./ha)	(%)	(%)	(%)	(m²/ha)	(%)		
<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll.Arg.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0232	0,33	0,71	1,36
Não coletada	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0224	0,32	0,70	1,35
<i>Myrcia</i> sp 1	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0211	0,30	0,68	1,33
<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F. Macbr.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0196	0,28	0,66	1,31
<i>Dalbergia brasiliensis</i> Vogel	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0161	0,23	0,61	1,26
<i>Tabebuia</i> SP	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0141	0,20	0,59	1,23
<i>Styrax leprosus</i> Hook. & Arn.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0109	0,15	0,54	1,19
<i>Prunus brasiliensis</i> (Cham. & Schltdl.) D.Dietr.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0087	0,12	0,51	1,16
<i>Psychotria vellosiana</i> Benth.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0082	0,12	0,50	1,15
<i>Machaerium</i> cf. <i>paraguariense</i> Hassl.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0077	0,11	0,49	1,14
Myrtaceae 2	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0058	0,08	0,47	1,12
<i>Miconia</i> SP	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0038	0,05	0,44	1,09
<i>Blepharocalyx salicifolius</i> (Kunth) O.Berg	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0038	0,05	0,44	1,09
<i>Prunus myrtifolia</i> (L.) Urb.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0035	0,05	0,44	1,09
<i>Casearia decandra</i> Jacq.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0038	0,05	0,44	1,09
<i>Guatteria australis</i> A.St.-Hil.	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0033	0,05	0,43	1,08
<i>Palicourea</i> SP	8,33	0,39	8,33	0,65	0,0028	0,04	0,43	1,08

Fonte: A Autora (2015).

As espécies com maior valor de importância foram *Ocotea odorifera* (27,90), *Casearia sylvestris* (16,09), *Myrcia* sp 2 (14,93), e *Matayba elaeagnoides* (14,79). A altura média do dossel foi de 10,65m e diâmetro médio dos indivíduos de 14,34cm.

As árvores mortas em pé representam 50% de frequência absoluta, o que demonstra redução do uso da floresta pelos habitantes. Foram observadas a presença de lianas e epífitas durante a realização das parcelas.

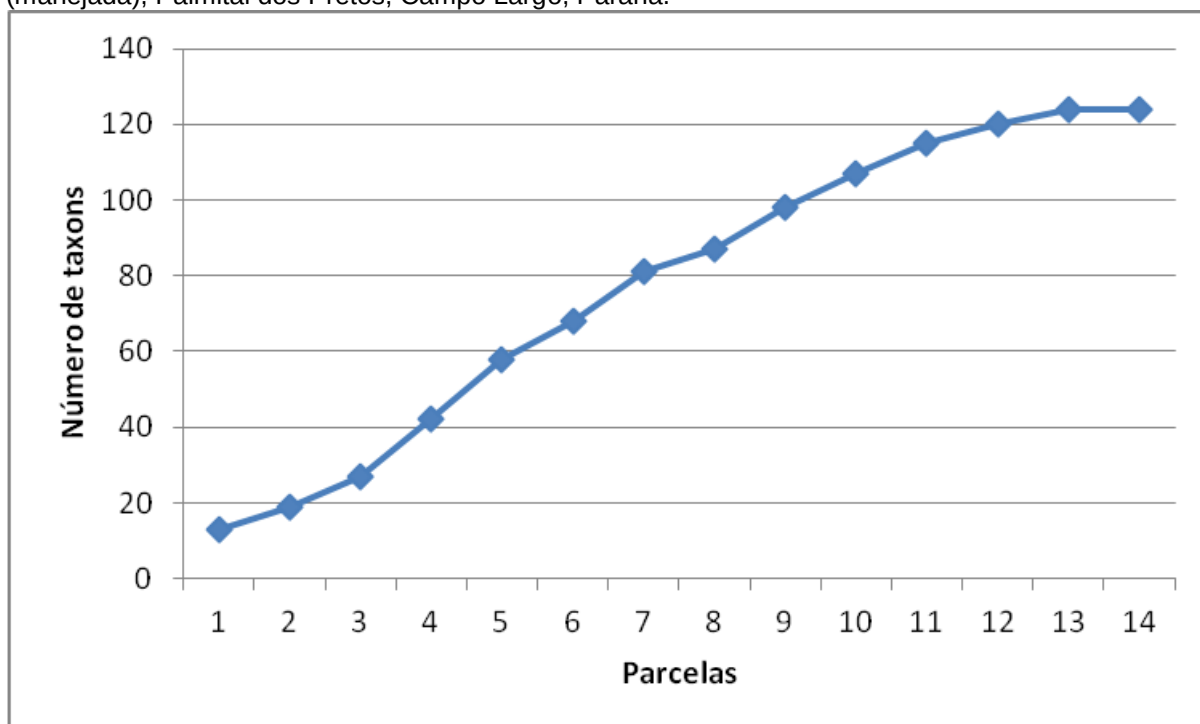
5.1.2 Palmital dos Pretos

Após a suficiência amostral da curva do coletor a partir da parcela 12, foi utilizado o estimador de riqueza Jackknife 1 que apontou 121.154 táxons com desvio padrão de 21, ou seja, entre 100 e 142. Conforme Barros (2007) o Jackknife 1 estima a riqueza considerando as espécies raras, que ocorrem somente uma vez na amostra. Assim, se mostra mais adequado para estimar a riqueza amostrada porque os dados apresentam muitos indivíduos (total 36) não coletados.

Se tivesse aplicado esses dados no Bootstrap, apresentaria riqueza de 150.652 táxons, com desvio padrão de 14 entre 137 e 165. Mesmo assim está dentro da margem aceitável 17% para o Bootstrap e apresentou suficiência para o Jackknife 1.

A natureza dos dados é muito importante para escolha do estimador correto e conhecer o que o programa que está sendo utilizado, avaliar o que o programa considera para dar resultado, no entanto, é interessante aplicar em vários estimadores para ter essa dimensão.

Gráfico 02- Curva de acumulação de espécies para a amostragem na Floresta Ombrófila Mista (manejada), Palmital dos Pretos, Campo Largo, Paraná.



Fonte: A autora (2015).

Foram amostrados 322 indivíduos em 14 parcelas de 10x10 metros, 31 famílias, 87 espécies e 36 indivíduos não coletados. A densidade total foi de 2.300 indivíduos por hectare, *Myrceugenia cf myrcioides* corresponde a 150 ind./ha (6,52%) da densidade, *Cinnamodendron dinisii* 128 ind./há (5.59%), *Myrcia hatschbachii* 128 ind./ha (5.59%), a *Araucaria angustifolia* foi a sétima maior densidade com 85.71 ind./ha. (tabela 02)

O índice de diversidade Shannon-Weaver (H') para a população estudada foi de 3.79, valor mais elevado se comparado a Moro e Lima (2012), no Faxinal Sete Saltos de Baixo (Ponta Grossa-PR) índice H' de 2,92 e a comunidade Lageado Grande apresentou índice H' de 3,46 A uniformidade de Pielou J f de= 0,84.

A altura média dos indivíduos amostrados foi de 11.78 metros, e o perímetro à altura do peito médio foi de 14.16 cm. Segundo a classificação de Castella e Britez (2004), esta floresta se enquadra em estágio médio de regeneração com altura média do extrato arbóreo de até 14 metros de altura.

Tabela 02- Dados do fitossociológicos da amostragem na Comunidade Lageado Grande, Campo Largo- PR. Parâmetros: densidade absoluta (DA), densidade relativa (DR), frequência absoluta (FA), frequência relativa (FR), dominância absoluta (DoA), dominância relativa (DoR), valor de importância (VI) e valor de cobertura (VC).

Espécie	DA (n° ind./ha)	DR (%)	FA (%)	FR (%)	DoA (m²/ha)	DoR (%)	VC	VI
não coletada	257.14	11.18	85.71	6.28	0.0787	32.50	43.68	49.96
<i>Cinnamodendron dinisii</i>	128.57	5.59	64.29	4.71	0.0500	10.31	15.90	20.62
<i>Casearia sylvestris</i>	121.43	5.28	78.57	5.76	0.0134	2.60	7.88	13.64
<i>Myrceugenia cf myrcioides</i>	150.00	6.52	50.00	3.66	0.0108	2.60	9.12	12.78
<i>Araucaria angustifolia</i>	85.71	3.73	21.43	1.57	0.0463	6.37	10.10	11.67
<i>Myrcia hatschbachii</i>	128.57	5.59	28.57	2.09	0.0072	1.49	7.08	9.18
<i>Campomanesia xanthocarpa</i>	71.43	3.11	35.71	2.62	0.0294	3.38	6.48	9.10
<i>Myrcia</i> sp	107.14	4.66	42.86	3.14	0.0049	0.84	5.50	8.64
<i>Calyptrothoe concinna</i>	107.14	4.66	28.57	2.09	0.0083	1.43	6.08	8.18
<i>Myrcia splendens</i>	64.29	2.80	42.86	3.14	0.0066	0.68	3.47	6.61
<i>Myrcianthes pungens</i>	71.43	3.11	28.57	2.09	0.0083	0.95	4.06	6.15
<i>Celtis iguanaea</i>	42.86	1.86	28.57	2.09	0.0241	1.66	3.52	5.61
<i>Matayba elaeagnoides</i>	42.86	1.86	14.29	1.05	0.0237	1.63	3.49	4.54
<i>Mollinedia clavigera</i>	35.71	1.55	21.43	1.57	0.0237	1.36	2.91	4.48
<i>Symplocos celastrinea</i>	7.14	0.31	7.14	.52	0.3117	3.57	3.89	4.41
<i>Ocotea porosa</i>	35.71	1.55	21.43	1.57	0.0207	1.19	2.74	4.31
<i>Jacaranda micrantha</i>	28.57	1.24	28.57	2.09	0.0126	0.58	1.82	3.91
<i>Allophylus edulis</i>	35.71	1.55	21.43	1.57	0.0123	0.71	2.26	3.83
<i>Myrsine acuminata</i>	28.57	1.24	28.57	2.09	0.0097	0.45	1.69	3.78
<i>Ocotea corymbosa</i>	21.43	0.93	7.14	0.52	0.0644	2.22	3.15	3.67

(continuação)

Espécie	DA (n° ind./ha)	DR (%)	FA (%)	FR (%)	DoA (m²/ha)	DoR (%)	VC	VI
<i>Ocotea puberula</i>	14.29	0.62	7.14	0.52	0.1097	2.52	3.14	3.66
<i>Prunus brasiliensis</i>	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0785	1.80	2.42	3.47
<i>Maytenus evonymoides</i>	28.57	1.24	21.43	1.57	0.0080	0.37	1.61	3.18
<i>Ocotea odorifera</i>	28.57	1.24	21.43	1.57	0.0068	0.31	1.56	3.13
<i>Celtis</i> sp	14.29	0.62	7.14	0.52	0.0846	1.94	2.56	3.09
<i>Alchornea iricurana</i>	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0606	1.39	2.01	3.06
<i>Banara tomentosa</i>	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0586	1.34	1.96	3.01
<i>Eugenia uniflora</i>	28.57	1.24	21.43	1.57	0.0032	0.15	1.39	2.96
Morta	21.43	0.93	21.43	1.57	0.0089	0.31	1.24	2.81
<i>Casearia inaequilatera</i>	21.43	0.93	21.43	1.57	0.0079	0.27	1.20	2.77
<i>Myrsine umbellata</i>	21.43	0.93	21.43	1.57	0.0069	0.24	1.17	2.74
<i>Cupania vernalis</i>	21.43	0.93	21.43	1.57	0.0045	0.15	1.09	2.66
<i>Casearia decandra</i>	21.43	0.93	21.43	1.57	0.0036	0.12	1.06	2.63
<i>Eugenia ramboi</i>	21.43	0.93	14.29	1.05	0.0186	0.64	1.57	2.62
<i>Ficus insipida</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.1244	1.43	1.74	2.26
<i>Actinostemon concolor</i>	21.43	0.93	14.29	1.05	0.0040	0.14	1.07	2.12
<i>Pavonia sepium</i>	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0176	0.40	1.03	2.07
<i>Ocotea pulchella</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0876	1.00	1.32	1.84
<i>Nectandra lanceolata</i>	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0069	0.16	0.78	1.83
Myrtaceae 05	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0043	0.10	0.72	1.77
<i>Gomidesia affinis</i>	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0038	0.09	0.71	1.76
Indeterminada 01	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0794	0.91	1.22	1.74
<i>Ocotea glaziovii</i>	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0027	0.06	0.68	1.73
Myrtaceae 02	14.29	0.62	14.29	1.05	0.0023	0.05	0.67	1.72
<i>Erythroxylum suberosum</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0688	0.79	1.10	1.62
<i>Ocotea</i> sp	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0560	0.64	0.95	1.48
indeterminada 02	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0511	0.59	0.90	1.42
Rubiaceae 01	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0495	0.57	0.88	1.40
<i>Erythroxylum deciduum</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0327	0.37	0.69	1.21
<i>Sebastiania commersoniana</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0257	0.30	0.61	1.13
Asteraceae 01	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0199	0.23	0.54	1.06
<i>Cryptocarya aschersoniana</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0177	0.20	0.51	1.04
<i>Frangula sphaerosperma</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0154	0.18	0.49	1.01
indeterminada 06	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0141	0.16	0.47	1.00
<i>Myrcia</i> cf <i>glabra</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0115	0.13	0.44	0.97
<i>Eugenia</i> sp	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0109	0.13	0.44	0.96
indeterminada 04	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0109	0.13	0.44	0.96
<i>Ilex theezans</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0092	0.11	0.42	0.94
<i>Nectandra angustifolia</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0082	0.09	0.40	0.93
indeterminada 09	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0058	0.07	0.38	0.90
indeterminada 10	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0054	0.06	0.37	0.90
indeterminada 11	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0058	0.07	0.38	0.90

Espécie	(conclusão)							
	DA (n° ind./ha)	DR (%)	FA (%)	FR (%)	DoA (m²/ha)	DoR (%)	VC	VI
indeterminada 03	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0045	0.05	0.36	0.89
<i>Tabernaemontana</i> sp	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0042	0.05	0.36	0.88
<i>Allophylus puberulus</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0028	0.03	0.34	0.87
<i>Blepharocalyx salicifolius</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0035	0.04	0.35	0.87
<i>Casearia</i> sp	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0032	0.04	0.35	0.87
<i>Guatteria australis</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0032	0.04	0.35	0.87
<i>Guatteria nigrescens</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0028	0.03	0.34	0.87
<i>Guettarda uruguensis</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0035	0.04	0.35	0.87
indeterminada 05	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0028	0.03	0.34	0.87
indeterminada 07	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0035	0.04	0.35	0.87
Myrtaceae 01	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0032	0.04	0.35	0.87
<i>Ocotea nutans</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0028	0.03	0.34	0.87
<i>Roupala asplenoides</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0035	0.04	0.35	0.87
<i>Strychnos brasiliensis</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0032	0.04	0.35	0.87
<i>Campomanesia adamantium</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0023	0.03	0.34	0.86
<i>Casearia obliqua</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0023	0.03	0.34	0.86
indeterminada 08	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0020	0.02	0.33	0.86
<i>Myrcia</i> 01	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0026	0.03	0.34	0.86
<i>Myrcia palustris</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0020	0.02	0.33	0.86
Myrtaceae 03	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0023	0.03	0.34	0.86
Myrtaceae 04	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0026	0.03	0.34	0.86
<i>Cedrela fissilis</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0018	0.02	0.33	0.85
<i>Myrcia</i> cf <i>arborescens</i>	7.14	0.31	7.14	0.52	0.0018	0.02	0.33	0.85

Fonte: A Autora (2015).

A espécie mais frequente foi a *Cinnamodendron dinisii* com 64,29%, seguida por *Casearia sylvestris* com 78,57% e *Myrceugenia* cf *myrcioides* com 50%.

As espécies com maior valor de importância foram a *Cinnamodendron dinisii* (20.62) e a *Casearia sylvestris* (13.64).

5.1.3 Faxinal Sete Saltos de Baixo

Na comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, foram obtidos dados do levantamento realizado por (NIEDZIELSKI; MORO, 2007). As referidas autoras amostraram 170 indivíduos, pertencentes a 33 espécies e 16 famílias (tabela 03).

Niedzielski e Moro (2007) registraram indivíduos com PAP superior a 10 cm com sua circunferência mensurada a 1,30 m do solo, analisaram 4 parcelas totalizando 120 m².

Tabela 03- Relação dos táxons amostrados na Comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo.

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR
AQUIFOLIACEAE	<i>Ilex theezans</i> Mart.	Congonha-graúda
ANNONACEAE	<i>Rollinia sericea</i> (R.E.Fries)	Pinha-da-mata
BIGNONIACEAE	<i>Jacaranda macrantha</i> Cham.	Carobinha
CANELACEAE	<i>Cinnamodendron dinisii</i> Schwacke	Pimenteira
EUPHORBIACEAE	<i>Sapium glandulosum</i> (L.) Morong.	Leiteiro
FABACEAE	<i>Lonchocarpus muehlbergianus</i> Hassl.	Rabo-de-bugio
LAURACEAE	<i>Nectandra lanceolata</i> Nees & Mart.	Canela-amarela
	<i>Nectandra grandiflora</i> Nees & Mart.	Canela-fedida
	<i>Cryptocarya aschersoniana</i> Mez.	Canela-batalha
	<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	Sassafrás
	<i>Ocotea puberula</i> (Rich.) Nees	Canela-guaicá
	Indeterminada 1	Canela
	Loranthaceae 1	
LORANTHACEAE		
MELIACEAE	<i>Cedrela fissilis</i> Vell.	Cedro
MONIMIACEAE	<i>Hennecartia omphalandra</i> Poiss.	
MYRSINACEAE	<i>Myrsine umbellata</i> Mart.	Capororocão
MYRTACEAE	<i>Calypttranthes concinna</i> DC.	Guamirim-facho
	<i>Calypttranthes</i> sp	
	<i>Campomanesia</i> Kiaersk.	

FAMÍLIA	ESPÉCIE	NOME VULGAR
MYRTACEAE	<i>Eugenia neoverrucosa</i> Sobral	
	<i>Eugenia pluriflora</i> DC.	Pitanga-verde
	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitangueira
	<i>Curitiba prismatica</i> (D.Legr.) Salywon & Landrum	Murta, Cambuí
	<i>Myrcia retorta</i> Cambess.	Guamirim-vermelho
	<i>Myrcia hatschbachii</i> D.Legr.	caingá
	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.	Guamirim-chorão
	<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O. Berg.	Guamirim
	Myrtaceae 1	
	Myrtaceae 2	
	Myrtaceae 3	
	Myrtaceae 4	
ROSACEAE	<i>Prunus brasiliensis</i> (Cham. & Schltdl.) D.Dietr.	Pessegueiro-bravo
RUBIACEAE	<i>Coussarea contracta</i> (Walp.) Benth. & Hook.f. ex Muell. Arg.	Pimenteira
	<i>Psychotria vellosiana</i> Benth.	Grandiúva
	<i>Psychotria</i> sp	Grandiúva
SALICACEAE	<i>Casearia decandra</i> Jacq.	Cambroé
	<i>Casearia lasiophylla</i> Eichler	Guaçatunga graúda
	<i>Casearia obliqua</i> Spreng.	Guaçatunga
	<i>Casearia sylvestris</i> Sw.	Café-de-bugre
SAPINDACEAE	<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk.	Miguel-pintado
	Sapindaceae 1	

Fonte: (NIEDZIELSKI; MORO, 2007, p.23-24) adaptada pela autora.

O índice de diversidade Shannon-Weaver (H') obtido foi de 2,92 e equabilidade (J) de 0,78. (NIEDZIELSKI; MORO, 2007). As espécies mais frequentes *Eugenia pluriflora*, *Myrcia hatschbachii*, *Capsicodendron dinisii* e o maior valor de importância (IVI), foram *Eugenia pluriflora* (33,75), *Capsicodendron dinisii* (15,66) e *Myrcia hatschbachii* (10,62).(NIEDZIELSKI; MORO, 2007).

5.1.4 Comparação dos dados fitossociológicos

Os dados a respeito do levantamento fitossociológico da comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo foram obtidos (NIEDZIELSKI; MORO, 2007). Apesar do tamanho total da área amostrada ser diferente, seguiu-se a mesma metodologia até alcançar a suficiência amostral da curva do coletor. Comparado os dados encontrados com Castella e Britez (2004) a área (as três comunidades) se enquadra como estágio médio de regeneração (Capoeirão), possui entre 40 a 90 espécies o que corresponde à classificação vernacular, considerando que os locais onde foi realizado o fitossociológico são áreas manejadas, com criação de animais em meio a mata. Na coleta fitossociológico a Família mais rica em espécies na região foi a *Myrtaceae*. (quadro11).

Quadro 11-Comparação dos resultados levantados nas três comunidades.

	Palmital dos Pretos	Sete Saltos de Baixo	Lageado Grande
Tamanho da área das parcelas	100 m ²	120 m ²	100m ²
Total de espécies	87	33	56
Famílias com maior riqueza de espécies	Myrtaceae e Salicaceae	Myrtaceae e Lauraceae	Myrtaceae e Lauraceae
Índice de diversidade Shannon-Weaver (H')	3,79	2,92	3,46
Equabilidade de Pielou J	0,84	0,78	0,86
As três espécies mais frequentes	<i>Casearia sylvestris</i> (78%), <i>Cinnamodendron dinisii</i> (64%) e <i>Myrceugenia</i> cf <i>myrcioides</i> (50%).	<i>Eugenia pluriflora</i> e <i>Myrcia hatschbachii</i> presentes em duas parcelas. <i>Capsicodendron dinisii</i> em três parcelas.	<i>Ocotea odorifera</i> ocorreu em todas as parcelas, <i>Myrcia</i> sp 83% e <i>Myrceugenia myrcioides</i> 58% de frequência.
Espécie mais expressiva em densidade	<i>Myrceugenia</i> cf <i>myrcioides</i> 150 Ind./ há (6.52 %)	<i>Eugenia pluriflora</i> 33,75 Ind./ ha	<i>Ocotea odorifera</i> (Lauraceae) com 241 ind./ha (11,20%).
Espécie com maior valor de importância	<i>Cinnamodendron dinisii</i>	<i>Eugenia pluriflora</i> 33,8	<i>Ocotea odorifera</i> 27,90

(conclusão)

	Palmital dos Pretos	Sete Saltos de Baixo	Lageado Grande
Espécies típicas do sistema Faxinal <i>Araucaria angustifolia</i> e <i>Ilex paraguariensis</i>	<i>Araucaria angustifolia</i> com frequência de 21% e <i>Ilex paraguariensis</i> ausente.	Ambas ausentes.	<i>Araucaria angustifolia</i> com frequência de 25% e <i>Ilex paraguariensis</i> ausente.

Fonte: Autora.

Conclui-se que não existem diferenças significativas em relação aos parâmetros florísticos H' e todas apresentam diversidade e riqueza similares às de outras florestas manejadas. A espécie *Ilex paraguariensis* não foi encontrada nas comunidades.

5.2 USOS DAS ESPÉCIES ARBÓREAS

Durante a caminhada com os mateiros foram coletadas 104 espécies (quadro 12) com dezoito categorias de usos.

Quadro 12- Espécies coletadas durante a caminhada realizada com entrevistados.

Número	Espécie	Nome popular
1	<i>Schinus terebinthifolia</i> Raddi	Aroeira
2	<i>Annona sylvatica</i> A.St.-Hil.	Ariticum
3	<i>Porcelia macrocarpa</i> R.E.Fr	Louro branco
4	<i>Aspidosperma australe</i> Müll.Arg.	Guatambu
5	<i>Ilex brevicuspis</i> Reissek	Voadeira
6	<i>Ilex paraguariensis</i> A.St.-Hil.	Erva-mate
7	<i>Ilex theezans</i> Mart	Oreia de mico
8	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol.) Kuntze	Pinheiro
9	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	Palmeira
10	<i>Baccharis</i> sp	Tupichava
11	<i>Jacaranda micrantha</i> Cham.	Carova
12	<i>Jacaranda puberula</i> Cham	Farinha seca
13	<i>Tabebuia</i> sp	Ipê amarelo
14	<i>Cinnamodendron dinisii</i> Schwacke	Pimenteira
15	<i>Celtis iguanaea</i> (Jacq.) Sarg	Gurupiero
16	<i>Trema micrantha</i> (L.) Blume	Crindiúva
17	<i>Sambucus</i> sp	Sabugueiro
18	<i>Citronella gongonha</i> (Mart.) R.A.Howard	Limoeiro Bravo
19	<i>Maytenus ilicifolia</i> Mart. ex Reissek	Espinheira Santa
20	<i>Clethra scabra</i> Pers	Carne de vaca
21	<i>Lamanonia ternata</i> Vell.	Guaraperê

(continuação)

Número	Espécie	Nome popular
22	<i>Sloanea hirsute</i> (Schott) Planch. ex Benth.	Sapopema
23	<i>Escallonia montevidensis</i> (Cham. & Schltdl.) DC	Chupeteira
24	<i>Alchornea sidifolia</i> cf. <i>intermedia</i> Pax & K.Hoffm.	Tapiaiero 2
25	<i>Alchornea triplinervia</i> (Spreng.) Müll.Arg	Tapiaiero
26	<i>Sebastiania brasiliensis</i> Spreng.	Leitero
27	<i>Bernardia pulchella</i> (Baill.) Müll.Arg	Vassoreira
28	<i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	Angico
29	<i>Ateleia glazioviana</i> Baill.	Timbó amarelo
30	<i>Dalbergia brasiliensis</i> Vogel	Carandá
31	<i>Dalbergia frutescens</i> (Vell.) Britton	Marmeleiro bravo ou Marmeleiro do mato
32	<i>Eriosema glabrum</i> Benth.	Cafeeiro do mato (mesmo nome se refere a espécie diferente das demais comunidades)
33	<i>Erythrina falcata</i> Benth	Corticeira
34	<i>Inga marginata</i> Willd.	Ingá Feijão
35	<i>Inga virescens</i> Benth	Ingaiero
36	<i>Lonchocarpus subglaucescens</i> Benth.	Timbó
37	<i>Machaerium</i> cf. <i>paraguariense</i> Hassl	Cipó estrivo
38	<i>Machaerium stipitatum</i> (DC.) Vogel	Ingaeiro miúdo
39	<i>Mimosa scabrella</i> Benth.	Bracatinga
40	<i>Myrocarpus frondosus</i> Allemao	Cabriúva
41	<i>Piptadenia gonoacantha</i> (Mart.) J.F. Macbr	Jacaré
42	Fabaceae sp	Timbó branco
43	<i>Cryptocarya aschersoniana</i> Mez.	Canela
44	<i>Nectandra lanceolata</i> Nees & Mart.	Canela amarela
45	<i>Nectandra oppositifolia</i> Nees & Mart.	Canela Amarela
46	<i>Ocotea odorifera</i> (Vell.) Rohwer	Sassafrás
47	<i>Ocotea porosa</i> (Nees & Mart.) Barroso	Imbuia
48	<i>Ocotea puberula</i> (Rich.) Nees	Canela Guaicá
49	<i>Ocotea pulchella</i> (Nees) Mez	Canelinha
50	<i>Ocotea</i> sp	Imbuia branca (diferença na cor da madeira, no tronco, não possível visualizar pelas folhas)
51	<i>Persea pyrifolia</i> (D. Don) Spreng.	Pau de Andrade
52	<i>Cordyline spectabilis</i> Kunth & Bouché	Varana
53	<i>Acacia polyphylla</i> DC.	Monjoleiro
54	<i>Luehea divaricata</i> Mart.	Açoita cavalo
55	<i>Pseudobombax grandiflorum</i> (Cav.) A. Robyns	Embiruçú
56	<i>Tibouchina sellowiana</i> Cogn	Aleluia
57	<i>Cabralea canjerana</i> (Vell) Mart.	Cajaranda
58	<i>Cedrela fissilis</i> Vell	Cedro
59	<i>Calycorectes psidiiflorus</i> O. Berg	Cambuí
60	<i>Calyptranthes grandiflora</i> O.Berg	Caingá

(continuação)

Número	Espécie	Nome popular
61	<i>Campomanesia adamantium</i> (Cambess.) O. Berg	Tiriveira
62	<i>Campomanesia guaviroba</i> (DC.) Kiaersk.	Gaviroveira
63	<i>Campomanesia xanthocarpa</i> (Mart.) O. Berg.	Gaviroveira
64	<i>Eugenia pitanga</i> (O. Berg) Nied	Cerejeira
65	<i>Eugenia pluriflora</i> DC.	Fruítera de Porco
66	<i>Eugenia pyriformis</i> Cambess.	Orvalheiro
67	<i>Eugenia ramboi</i> D. Legrand	Guamirim da casca lisa
68	<i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitangueira
69	<i>Myrceugenia myrcioides</i> (Cambess.) O. Berg	Murtera ou murta
71	<i>Myrcia arborescens</i> O. Berg	Quaresmeira
72	<i>Myrcia hatschbachii</i> D. Legrand	Caingá
73	<i>Myrcia splendens</i> (Sw.) DC.	Guamirim
74	<i>Plinia rivularis</i> (Cambess) Rotman	Jaboticabeira
75	<i>Psidium australe</i> Cambess.	Araçá do campo
76	<i>Psidium longipetiolatum</i> D. Legrand	Araçá
77	<i>Psidium</i> sp.	Araçá
78	Não coletado	Grileiro
79	Não coletado	Palmeira
80	Poaceae sp	Criciúma
81	<i>Myrsine acuminata</i> Royle	Pororoca
82	<i>Myrsine ferruginea</i> (Ruiz & Pav.) Spreng.	Canela de alho ou pau de alho ou Capororoca
83	<i>Myrsine umbellata</i> Mart	Pororoca ou Papaventeiro ou Pororoca Graúda
84	<i>Frangula sphaerosperma</i> (Sw.) Kartesz & Gandhi	Não sabe
85	<i>Hovenia dulcis</i> Thunb.	Uva Japão
86	<i>Prunus brasiliensis</i> (Cham. & Schltdl.) D. Dietr	Pessegueiro bravo
87	<i>Prunus myrtifolia</i> (L.) Urb.	Pessegueiro Bravo
88	<i>Randia ferox</i> (Cham. & Schltdl.) DC.	Laranjeira Brava
89	<i>Zanthoxylum kleinii</i> (R.S. Cowan) P.G. Waterman	Juvevê
90	<i>Zanthoxylum rhoifolium</i> Lam.	Juvevê
91	<i>Casearia decandra</i> Jacq	Guaçatunga da folha miúda ou Guaçatunga
92	<i>Casearia inaequilatera</i> Cambess	Guaçatunga
93	<i>Casearia lasiophylla</i> Eichler	Guaçatunga ou Guaçatunga Graúda
94	<i>Casearia obliqua</i> Spreng.	Guaçatunga Cambroé
95	<i>Casearia</i> sp	Carvalinho
96	<i>Casearia sylvestris</i> Sw	Cafeeiro, Cafezeiro ou Guaçatunga Preta
97	<i>Allophylus edulis</i> (A. St.-Hil., A. Juss. & Cambess.) Radlk	Vacum
98	<i>Cupania vernalis</i> Cambess.	Miguel Pintado

(conclusão)

Número	Espécie	Nome popular
99	<i>Matayba elaeagnoides</i> Radlk	Cuvatã ou Miguel Pintado
100	<i>Solanum mauritianum</i> Scop.	Cuvitinga
101	<i>Solanum pseudoquina</i> A. St.-Hil	Quina
102	<i>Symplocos tenuifolia</i> Brand	Maria Mole
103	<i>Vitex montevidensis</i> Cham.	Tarumã
104	<i>Drimys brasiliensis</i> Miers	Cataia ou Casca de anta

Fonte: Autora, 2015.

O principal uso apontado foi o da madeira com 44 citações, seguido pelo uso não definido 34, alimento 31, lenha 31 e medicinais com 15 citações. (Figura 27). As principais citações para uso da madeira foi a Aroeira (*Schinus terebinthifolia*) e a Imbuia (*Ocotea porosa*), estas duas espécies aparecem nas três comunidades e foram apontadas por todos os entrevistados, no entanto, em Palmital dos Pretos a *Schinus terebinthifolia* apresenta uso diferenciado como medicinal.

As madeiras mais utilizadas para fazer palanques ou construção também são as mais resistentes. Destas espécies é possível utilizar o cerne da madeira, este se forma com o passar dos anos e pode ser retirado após a morte natural da árvore. Segundo os moradores, os raios são frequentes e atingem as árvores mais altas, assim a floresta está em constante renovação e sempre tem bastante lenha seca para usar principalmente no fogão, item indispensável na comunidade no inverno para cozer os alimentos e aquecer a casa.

Para a alimentação as mais citadas foram gaviroqueira (*Campomanesia xanthocarpa*) e Jabuticabeira (*Persea pyrifolia*). Para uso medicinal as mais encontradas foram as espécies Pau de Andrade (*Plinia rivularis*), Cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), não existindo espécies que forneçam óleos ou tintas. (figura 27).

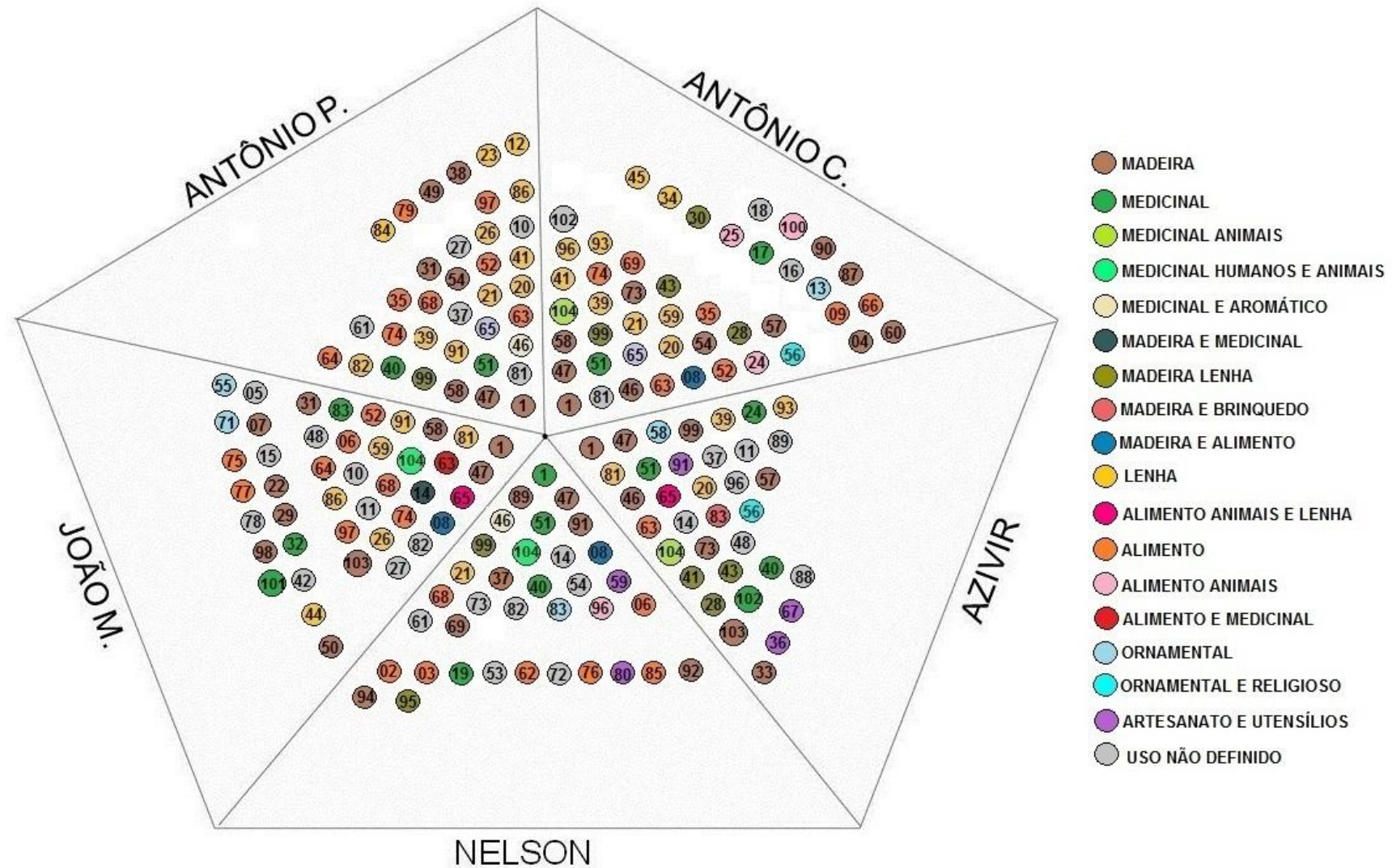
Na comunidade Lageado Grande, foram encontradas 3 plantas de usos religiosos, Aleluia (*Tibouchina sellowiana*), Cedro (*Cedrela fissilis*) e Palmeira (*Syagrus romanzoffiana*). Estas espécies são símbolos da religiosidade da comunidade que é intensamente religiosa, as plantas auxiliam no calendário das atividades. Estas árvores podem ser consideradas “geossímbolos [...] uma forma de linguagem, um instrumento de comunicação partilhado por todos [...]”

(BONNEMAISON, 2002, p. 124), fazem parte da história coletiva da comunidade e da vivência das pessoas com a paisagem.

Das espécies visualizadas durante a caminhada com os mateiros, algumas são citadas somente por uma pessoa. Assim, 53 espécies não se repetem, destas, 16 foram citadas somente por João M., 15 foram citadas por Antônio C., 12 citadas por Nelson, 06 citadas por Antônio P. e 04 encontradas somente por Azivir (figura 27).

Destaca-se a importância da Quina (*Solanum pseudoquina*) que foi coletada durante a caminhada com senhor João M., devido a seu uso medicinal que combate a febre e que não foi encontrada nas demais comunidades, nem relatada sobre sua existência.

Figura 27- Representação do uso das espécies coletadas durante a caminhada com os mateiros (numeração segue quadro 12)



Org: A autora. Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2014-2015.

Das espécies citadas por mais de um entrevistado, destaca-se algumas peculiaridades de cada espécie. Pimenteira (*Cinnamodendron dinisii*), utilizada por João M. como medicinal para animais e também para madeira, não recebe nenhum uso específico dos demais entrevistados.

Tapiaiero (*Alchornea sidifolia* cf. *intermedia*) encontrada somente na comunidade Lageado Grande é utilizada por Azivir como medicinal, para hipertensão. Para Antônio C. a espécie tem frutos úteis para alimentação dos animais.

Cipó de Estrivo (*Machaerium* cf. *paraguariense*) apontada por Nelson como boa madeira, para os demais não apresenta uso definido. A árvore Jacaré (*Piptadenia gonoacantha*) apontada por Antônio P. e Antônio C. como boa para lenha, é indicada por Azivir como excelente para lenha e também boa madeira.

Sassafrás (*Ocotea odorifera*) na comunidade Lageado Grande aparece como bom uso da madeira, para Nelson de Palmital é excelente medicinal e também pode ser usado na cachaça (aromático), no Sete Saltos, Sassafrás é apontado seu uso aromático na cachaça por Antônio.

Açoita Cavalo (*Luehea divaricata*) não apresenta uso definido na comunidade Palmital dos Pretos é indicada nas demais comunidades o seu uso como de madeira.

Cambuí (*Calycorectes psidiiflorus*) é citada por Nelson seu uso como utensílio (vassoura). João e Antônio C. indicam ter utilizado apenas para lenha.

A Gaviroveira (*Campomanesia xanthocarpa*) tem seu uso atribuído para todos como alimentação e João M. utiliza também como medicinal.

Fruitera de porco (*Eugenia pluriflora*) é citada por Antônio C. e Antônio P. como fonte de alimento para os animais e como boa para a lenha. João M. e Azivir não tem uso definido e durante a caminhada com Nelson essa espécie não foi encontrada.

Murta ou Murteira (*Myrceugenia myrcioides*) apontada por Nelson como boa madeira, é utilizada por Antônio C. como alimento.

A espécie *Myrcia splendens* é conhecida por Azivir e Antônio C. como Guamirim, é utilizada sua madeira. Nelson a conhece por Guamirim chorão e não define um uso específico.

Pororoca (*Myrsine acuminata*) foi encontrada na caminhada de quatro dos entrevistados. João M. e Azivir apontaram seu uso para lenha e Antônio C. e Antônio P. não apresentaram uso.

Myrsine ferruginea foi coletada na caminhada por três informantes, cada um atribuiu nomenclatura diferenciada. Nelson chamou de Capororoca e não atribuiu uso, João M. denominou de Canela de alho e também não atribuiu uso. Antônio P. disse o nome Pau de alho e que pode ser utilizada para lenha.

Outra espécie que recebeu denominação diferenciada foi a espécie *Myrsine umbellata*. Nelson conhece a planta pelo nome de Pororoca e apresenta um uso ornamental. Azivir chama de Papaventeiro e disse que a espécie apresenta boa madeira e que as crianças utilizavam as folhas para brincar. João M. apresentou o uso medicinal, denominou a árvore de Pororoca graúda.

Zanthoxylum kleinii (Juvevê) é citada por Nelson como espécie que apresenta boa madeira, por Azivir não atribuiu uso. *Casearia decandra* conhecida por Azivir pelo nome Guaçatunga da folha miúda é utilizada como utensílio. Essa espécie é denominada pelos demais apenas por Guaçatunga e apresenta o uso da madeira para Nelson de utilidade para lenha para João M. e Antônio P.

Casearia sylvestris denominada de Cafeeiro por Azivir não apresenta uso. Nelson chama de cafezeiro e diz que tem utilidade o fruto como alimento para os animais. Antônio C. cita outro nome para se referir a espécie (Guaçatunga preta) e pode ser utilizada para lenha.

João M. denomina a espécie *Cupania vernalis* de Miguel pintado, os demais entrevistados chamam de Miguel pintado ou Cuvatã a espécie *Matayba elaeagnoides* ambos apresentam boa madeira para construção.

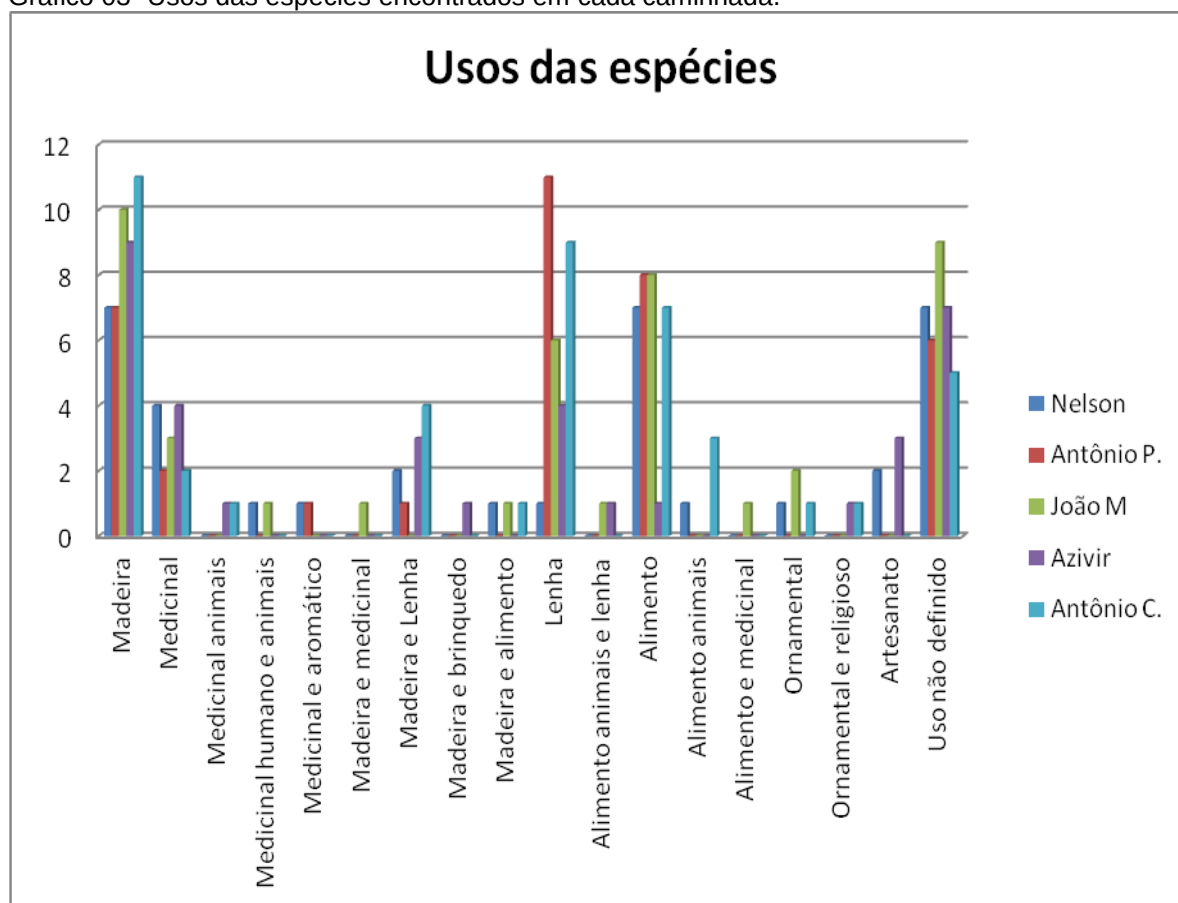
Maria mole (*Symplocos tenuifolia*) visualizada durante a caminhada na comunidade Lageado Grande apresenta uso medicinal para Azivir e não tem uso definido por Antônio C.

Cataia (*Drimys brasiliensis*) foi coletada em quatro caminhadas, todos conhecem seu uso como medicinal utilizada para tratar Garrotílo em cavalos. João M. diz que a espécie é também conhecida popularmente como Casca de anta e é um importante remédio para os problemas respiratórios em humanos, esse uso também foi relatado por Nelson.

Eriosema glabrum João M. denomina de Cafeeiro do mato a espécie diferente do que Azivir atribuiu pelo mesmo nome, apesar do mesmo nome as espécies são diferentes.

O uso mais citado para cada um dos mateiros foram a madeira para Antônio C. que mostrou 11 espécies e para Azivir também foi a madeira com 9 espécies encontradas. Senhor João M. citou maior número de espécies que podem ser utilizado para madeira e Antônio P. mais espécies boas para a lenha. Para Nelson destaca-se três usos as espécies boas para uso da madeira, alimento e as que não tem uso definido apresentaram mesmo número de citações. Conforme gráfico 03 abaixo, é possível observar todas as categorias de uso encontradas e por quem foi citado.

Gráfico 03- Usos das espécies encontrados em cada caminhada.



Fonte: Autora.

Se observado os usos que se destacam por comunidade, na Lageado Grande sobressaem os usos de madeira e lenha. Na comunidade Sete Saltos de

Baixo destaca-se o uso da madeira, lenha e alimento. E em Palmital dos Pretos são mais citadas as espécies para madeira, alimento e de uso não definido.

Quanto ao uso da madeira aparece de forma clara durante a entrevista que a legislação é também facilmente burlada por quem tem maior poder aquisitivo. O morador fala dos pinheiros que tem plantado e que donos de serrarias já quiseram várias vezes comprar, ele diz “*eu evito de cortá uma árvore, eu só corto se eu precisar, se não precisar deixa [...] deixo pro futuro, porque se eu vir a precisar eu tenho, não preciso comprar, se eu vender eu tenho que comprar, e ainda tá servindo de alimento*” (ANTÔNIO C., 2014) é possível também perceber que há uma preocupação em não retirar espécies do mato a não ser que seja muito necessário. Atualmente cultivam algumas espécies para satisfazer as necessidades cotidianas como Bracatinga (*Mimosa scabrella* Benth), utilizada principalmente para lenha e o eucaliptos (*Eucalyptus grandis*), utilizado para construção.

Quanto as espécies do criadouro, uma que representa perigo na criação dos animais é o Pessegueiro bravo (*Prunus* sp.), esta espécie quando ingerida com as folhas murchas, principalmente pelo gado, este pode morrer. Os moradores contam que suas folhas só são tóxicas se tiverem retiradas da árvore. O Pessegueiro bravo (*Prunus* sp.), existe nas três comunidades estudadas e com uma tempestade ou vento pode ocasionar a quebra dos galhos que ingeridos fazem o animal inchar, levando a morte.

Sete Saltos além do uso medicinal, a comunidade demonstra conhecer as espécies de madeira boa para construção, cercas, alimento. Ao observar o trabalho da comunidade em um mutirão em que as pessoas consertavam as cercas do criadouro, foi possível observar este saber a respeito da vegetação. Nas áreas mais baixas onde a cerca passava por dentro do córrego, os moradores mudavam os pés de xaxim (*Dicksonia sellowiana* Hook.), plantando-os alinhados (figura 28). Isto faz com que formem uma barreira (uma cerca) para os porcos, ao mesmo tempo em que estando vivos, permanece por longo tempo, o que não aconteceria se fizessem uma cerca com outras espécies da mata.

Figura 28- Mutirão de reconstrução das cercas do criadouro, no Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa-PR.



Fonte: A autora. (A flecha vermelha aponta para a linha de Xaxins plantados, citados acima).

Nas áreas secas em que não há valos, o conhecimento das espécies não pode ser aplicado. Segundo os moradores devido a legislação só podem cortar “*madeira branca*¹⁴” para utilizar na construção da cerca. Tendo que ser renovada num período de aproximadamente dois anos. Apesar das dificuldades, do esforço necessário para manutenção das cercas, a comunidade se mantém unida, buscando a manutenção do seu modo de vida.

Cada comunidade apesar de todas se encontrarem em uma área de vegetação Ombrófila Mista, apresentam conhecimentos e usos específicos sobre as espécies, atendendo a suas necessidades ou mesmo em decorrência das experiências e relação que possuem com o meio, tendo destaque na região os usos de madeira, medicinal, alimentação e energia (lenha).

5.2.1 O saber das plantas: medicina popular e religiosidade

A medicina popular une o uso de espécies de plantas (nativas ou não) e a religiosidade para a cura dos sintomas mais recorrentes dentre os habitantes da região. Ao mesmo tempo em que se tem a ação do princípio ativo extraído principalmente por meio de chás e garrafadas, a oração é complemento essencial para potencializar seu efeito. A medicina popular resolve os males que afetam o corpo estes podem ser decorrentes de problemas físicos ou espirituais, ambos vão apresentar sintomas no corpo. A seguir apresenta-se um pouco sobre a religiosidade

¹⁴ Madeira que não tem valor econômico e segundo os moradores é mais fraca e são espécies de fácil dispersão, encontradas com abundância.

e a prática da medicina popular nas comunidades Lageado Grande, Sete Saltos de Baixo e Palmital dos Pretos.

Os moradores da comunidade Lageado Grande em sua maioria são católicos. Participam de festas organizadas pelas igrejas em louvor ao santo padroeiro, tanto na própria comunidade, que conta com duas festas no ano (uma em mês de março e outra em setembro) em louvor a São Sebastião e São José, como também em localidades vizinhas.

Quanto a benzer existe somente uma pessoa na comunidade que realiza, pois as demais que possuíam esse dom já faleceram ou como dona Sinhorinha que não realiza mais. Os mateiros entrevistados conhecem plantas medicinais, inclusive são procurados por pessoas que vem de longe para coletar algumas espécies como a Cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), no entanto não exercem benzeduras.

Para saber sobre as simpatias e benzeduras a autora buscou conversar com a senhora Maria, muito disposta e receptiva, em seus 82 anos. Ela conta de inúmeras pessoas que já a procuraram e ainda procuram, principalmente para “costurar” dores, rendiduras e que, passado algum tempo, alguns voltam para agradecer.

A “costura” consiste em pegar um pedaço de tecido novo cortado em forma de quadrado, uma agulha e fio, *“faz a oração enquanto costura o tecido e se o fio enrolar bastante significa que a pessoa está bastante machucada e vai demorar mais dias para melhorar, se não enrolar pode ser apenas uma dor muscular e logo vai melhorar”*.

Para algumas benzeduras e simpatias são utilizadas plantas, essas principalmente cultivadas em quintais, como a Arruda (*Ruta graveolens*), Erva-doce, Guiné (*Foeniculum vulgare*), Hortelã (*Mentha sp*) e Camomila (*Matricaria chamomilla* L.). São efetuadas do mesmo modo, em relação a homens ou mulheres, para tratar dos mesmos problemas.

Deste modo, se for benzer uma criança com vermes, é receitado que se tome o chá de Hortelã, já para outros problemas como vômito, diarreia, entre outros, é indicado a Camomila a qual é recomendada para todos os problemas. Quanto a diferença entre simpatia ou benzedura, Dona Maria explica que a benzedura é feita com oração, *“é livre”*, já a simpatia *“tem que cercar”*, e explica a simpatia para cobreiro, onde utiliza uma aliança benzida para “cercar” (contornar) o local enquanto

faz uma oração. Outrossim, dependendo do problema, tanto a benzedura quanto a simpatia podem utilizar plantas.

Com apenas uma frase, a benzedeira explica o que as plantas da mata significam para ela, *“uma natureza, uma beleza, que Deus deixou no mundo”*. Por meio de sua experiência de vida, acompanhou as transformações que a comunidade vem apresentando e considera que o mais importante para o futuro é que se tenha paz, que as pessoas vivam bem, porque considera que a paisagem já é maravilhosa, as pessoas tem água de excelente qualidade para o consumo, a qual em hipótese alguma pode ser desperdiçada. *“Tendo paz e a proteção de Deus, todos vão continuar vivendo bem”*.

No Faxinal Sete Saltos de Baixo senhor João M., benzedor, agricultor e mateiro, é referência na comunidade, e indica outras pessoas que também tem o dom, como Dona Hermozila, na comunidade Sete Saltos de Cima, Seu João Generoso em São Silvestre. Expõe ter ajudado inúmeras pessoas com problemas que vão desde hemorragias, picadas de cobras, doenças que médicos não descobriam solução, doenças de animais e também simpatias, defumações para proteção. Relata que hoje os mais jovens não procuram mais esses conhecimentos e preferem buscar atendimento na saúde pública, com médicos. Porém, antigamente não era fácil acesso ao médico e todo mundo se curava com *“remédio do mato”*, com benzedor.

Seu João M. tem um livro, que recebeu de quem o ensinou a benzer, este traz informações a respeito das plantas. Explica que existe diferença entre benzedura e simpatia, sendo a benzedura realizada por meio da oração, já a simpatia é com o poder das plantas, principalmente utilizadas para defumações. Em suas palavras *“a defumação você vê, você confia nas erva, e o benzedo nas oração”*. (JOÃO M., 2015).

Assim, a benzedura é a mesma oração para todos, independente se homem, mulher ou criança, segue o mesmo ritual. Com a benzedura pode se estancar sangue, curar picada de cobra, costurar problemas musculares. No entanto, a fé é elemento essencial para quem procura ajuda.

Com relação à simpatia, cada planta tem uma função, existem diversas plantas, para problemas do corpo, utilizadas como chá, para proteção defumação.

[...] do mato tem socará de tocha, um espinho que dá sete cada um, um cacho um bem grande e seis mais pequeno, aquele é bão pra defumação, o mais é remédio de horta [...]cada uma tem a sua vez, arruda é pra feitiçaria, o malefício, põe na defumação não te cala nada, o gengibre é pra tentação do coisa ruim, cada um tem o seu significado. (JOÃO M., 2015).

Quanto aos problemas do corpo, diversas plantas nativas e também as cultivadas em hortas são indicadas como remédio, foram coletadas e identificadas apenas as arbóreas (quadro 04), pois o foco era o conhecimento das florestas, tendo grande variedade e algumas raras, de difícil acesso, compõe o conhecimento vernacular medicinal.

O saber da medicina vernacular é transmitido por pessoas que não realizam o benzimento. Este acontece com a troca de mudas, “receitas” de chás, compondo as práticas do dia-a-dia, se manifestando como um híbrido, pois recorrem tanto a medicina popular quanto a medicina moderna.

A religiosidade da comunidade se expressa nos altares das casas. Nas festas dos Santos em que uma família devota do santo doa o almoço, para todos que vem participar da festa. Cada família tem seu santo devoto e a festa é realizada no mesmo dia e mês, todos os anos.

Dona Sila faz a festa para São Sebastião, sempre na data 28 de outubro, independente do dia da semana. A preparação da festa inicia-se dois dias antes da data, fazem bolos, preparam as carnes para o almoço do dia da festa.

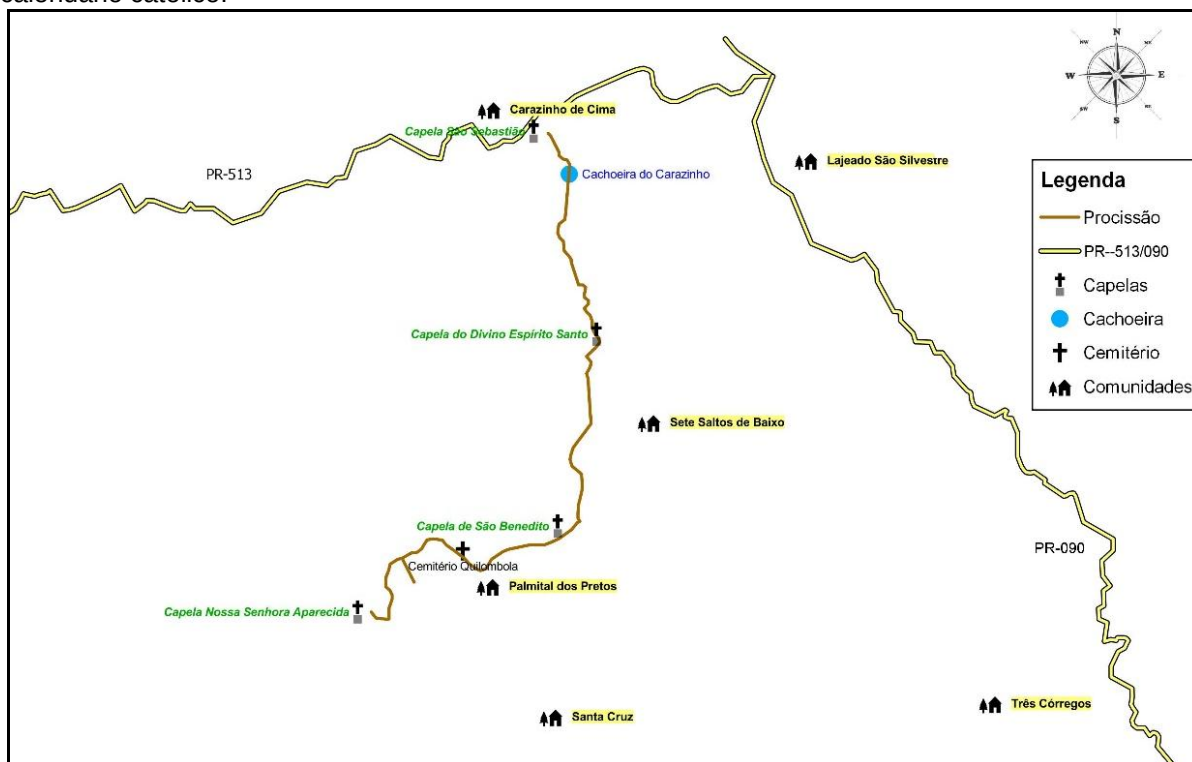
No dia da festa pela manhã os capelões¹⁵ seguem caminhando, rezando e cantando, dão a volta na comunidade e retornam à casa que está dando a festa. Quando chegam na casa erguem no mastro a bandeira para o santo, esta fica até o próximo ano, em que é substituída por outra no dia da festa. Então após a bandeira hasteada, inicia-se o que se chama de “mesada de anjo”. Momento em que somente as crianças chegam à mesa. Após elas terminarem a refeição é que os adultos começam a comer. Após o almoço, inicia-se o leilão com as prendas doadas pelos participantes da festa.

Além das festas de santo realizadas pelas famílias devotas, acontecem durante o ano as festas na igreja e procissões. As procissões são manifestações da dinâmica social que interconecta as diferentes territorialidades numa mesma região, a Serra das Almas. Elas seguem passando por várias comunidades e exteriorizam

¹⁵ Quem dirige as rezas. Os capelões são os que rezam as ladainhas de forma cantada. (TAVARES, 2008, p.711).

tudo simbolismo de lugares, capelas, elementos naturais encontrados no percurso. As procissões da região também foram descritas por Clarindo (2014) como uma rede onde circulam saberes tradicionais e expressam a relação de coesão entre os atores.

Figura 29- Percurso da procissão denominada “caminhada da fé” realizada anualmente seguindo calendário católico.



Fonte: Grupo de Pesquisa Interconexões, 2014; Citado também por (CLARINDO 2014).

As festividades religiosas reforçam os laços de compadrio e parentesco e fortalecem também a propagação ou mesmo a manutenção da medicina vernacular, com “receitas”, trocas de espécies. Pois configuram o momento de encontro, de doação, de solidariedade de fé. Esta fé que na região da Serra das Almas não pode ser dissociada do elemento natural, da paisagem vivida, do patrimônio natural que permeia as relações sociais, o cotidiano dos moradores e que liga a comunidade Sete Saltos de Baixo às comunidades vizinhas, como mostra a figura 29 da caminhada da fé, que passa por 4 comunidades até chegar em Palmital do Pretos.

Na busca pela compreensão da religiosidade da comunidade Palmital dos Pretos não foi possível separá-lo da medicina popular e do uso das espécies da floresta. Apesar de receber muitas pressões, influências externas, apresenta um modo de vida semelhante aos demais povoadamentos da região em sua vivência e em

suas relações sociais a solidariedade, suas particularidades estão nas práticas, as que respeitam o meio natural não o vendo apenas como recurso, mas como protagonista de muitas crenças e costumes, guia das práticas desenvolvidas na comunidade onde é preciso pedir permissão para São João Maria para fazer um chá e é onde também os “*dias de Santo*” são respeitados. Dentro da comunidade não foram encontrados benzedores, esta comunidade em específico, apresenta maior relação, maior contato com as comunidades vizinhas, nas quais vivem os benzedores Dona Hermozila (localidade de Sete Saltos de Cima), Senhor Dário Branco (localidade Barreiro) e Dona Domingas Coita (Localidade Santa Cruz dos Moreiras). Entretanto, as simpatias são de conhecimento coletivo dos habitantes de Palmital dos Pretos e muitas delas estão relacionadas ao calendário religioso como a recomendação das Almas, o dia de Sexta-feira Santa onde são feitas simpatias para bronquite, a maioria delas relacionadas ao período “de quaresma”.

A comunidade apresenta particularidades e uma religiosidade muito forte que está presente em suas práticas sociais, na relação com as comunidades vizinhas e em sua relação com o corpo, que reúne elementos sobrenaturais, plantas e animais para o processo da cura. Então, as relações sociais segundo Oliveira (2007, p.35-36) transformam a paisagem “mediante a apropriação da natureza, da sua incorporação na reprodução material e simbólica dos grupos sociais”.

As simpatias, benzeduras e o uso das plantas medicinais estão presentes nas três comunidades.

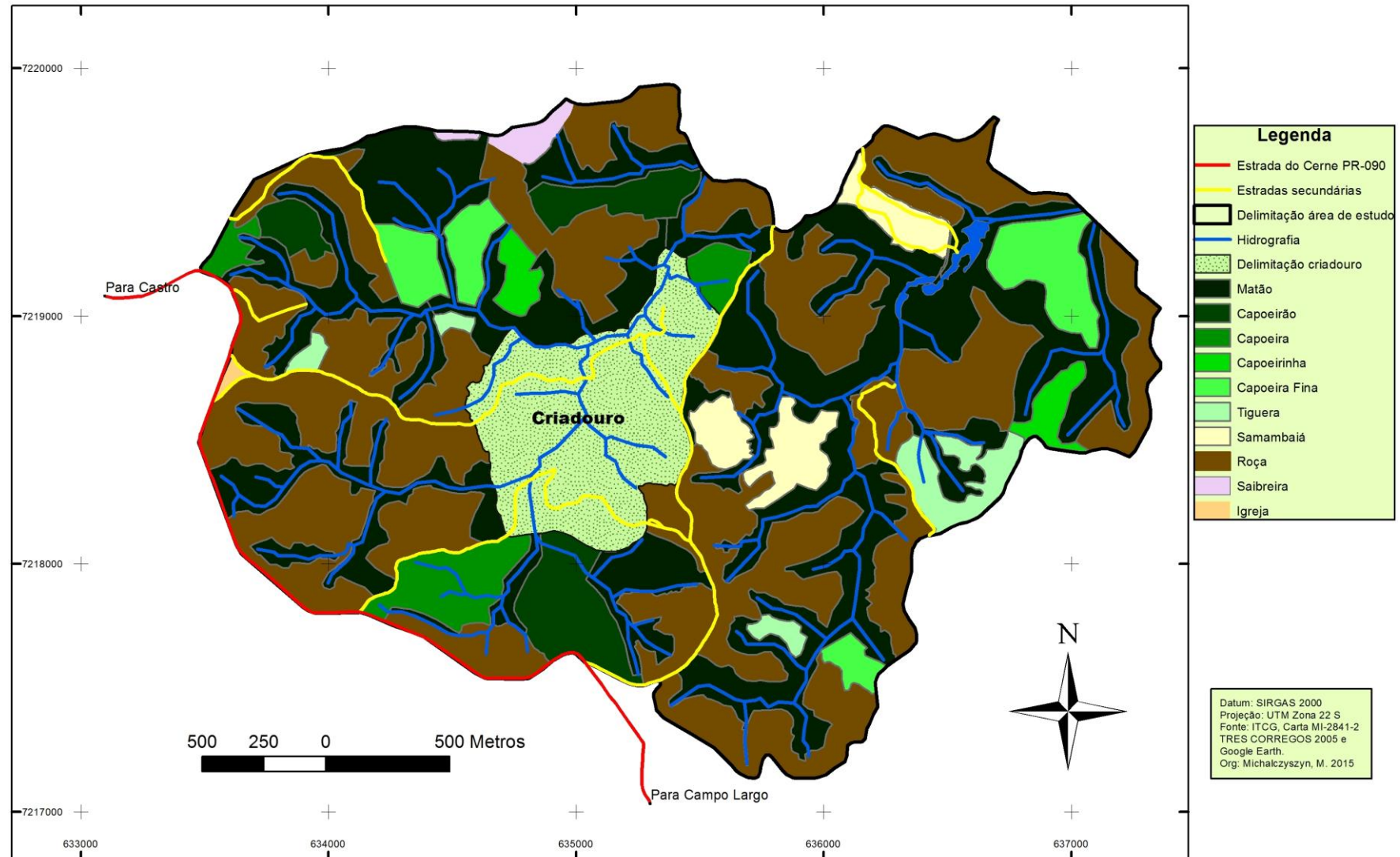
6. CARTOGRAFIA PARTICIPATIVA DO USO DA TERRA: MEMÓRIAS E COTIDIANO

6.1 USO DA TERRA NA COMUNIDADE LAGEADO GRANDE

No mapa de uso da terra do passado (figura 30) os entrevistados da comunidade Lageado Grande trouxeram informações de 30 anos passados. Apresentou a divisão em duas grandes áreas, o criadouro de uso comum e as terras de plantar. No criadouro, chamado pelos moradores de “potreiro”, além de animais como cavalos, cabritos, porcos, galinhas, criados a solto, também estavam situadas as casas dos moradores e as porções de mata que estavam mais conservadas, nunca removida totalmente, das quais somente extraíam algumas árvores sempre que necessário e de onde coletavam os galhos secos para a lenha. Essa área representa 10% do total da comunidade.

Figura 30- Cartografia participativa do uso da terra no passado da Comunidade Lageado Grande, Campo Largo-PR

Uso da terra no passado da comunidade Lageado Grande - Campo Largo/PR



As áreas fora do criadouro eram quase totalmente cultivadas como mostra a figura 30, praticavam o pousio¹⁶. Dessa forma, havia uma rotatividade a cada 6 a 8 anos das áreas de plantio com a vegetação, período esse em que a vegetação era compreendida como Capoeirinha fina e era possível ser totalmente roçada para então queimar e plantar. Essa prática agrícola conhecida na região da Serra das Almas como roça de toco, é também chamada de Coivara. Conforme Valverde (1968), após queimar tira-se as varas que restaram, dando o nome coivara às fogueiras feitas com os galhos que resistiram a queima, proporcionando a limpeza total do terreno para o plantio.

Relatos encontrados em pesquisas de Strachulski (2014) e Valverde (1968) apontam que o sistema de plantio baseado na rotatividade de áreas com roçada e queimada era uma prática comum em várias regiões do Paraná e do Brasil.

No mapa gerado a partir das memórias dos entrevistados, pode-se observar que a disposição das áreas de Tiguera está próxima da Capoeirinha, o que evidencia a prática do pousio. A comunidade respeitava as margens dos rios, deixaram fragmentos de mata que permaneceram sempre sem alteração. Os entrevistados denominaram essas áreas sem alterar de “*mata virgem ou restinga*”.

Assim, os estágios sucessionais da floresta como o Matão cobriam 40% do território, seguido pelo Capoeirão com 5%, a Capoeira representava 3%, a Capoeirinha 1%, a Capoeira fina 4% e a Tiguera com 2% de área. Existiam também áreas denominadas pelos moradores como “*samambaiá*” que ocupavam 3% do total.

A lavoura era o principal uso da terra, representava 38% de toda a área, enquanto o terreno da igreja somado ao da saibreira ocupavam 1%. Não apresentava reflorestamentos, nem áreas de pasto.

Nas diferentes formas de uso que compõem a paisagem atual da comunidade (Figura 31) predomina o estágio sucessional “Matão”, estágio mais desenvolvido da floresta, está presente em 49% de área. Como ele se encontra em sua maioria no criadouro, entre o Matão estão as moradias representando um total de 3% de área. O Capoeirão 1%, a Capoeira 3%, a Capoeirinha 2%, Capoeira fina 2%, Bracatinga 1% e Pinheiral 4%. Os diferentes estágios de remanescente florestais juntos representam a maior porcentagem de ocupação, com 62% da área

¹⁶ No pousio a área de cultivo é abandonada por período que varia de 6 a 25 anos (depende da localidade) para que ocorra o processo natural de regeneração florestal e recupere a fertilidade do solo. (SIMINSKI, 2004).

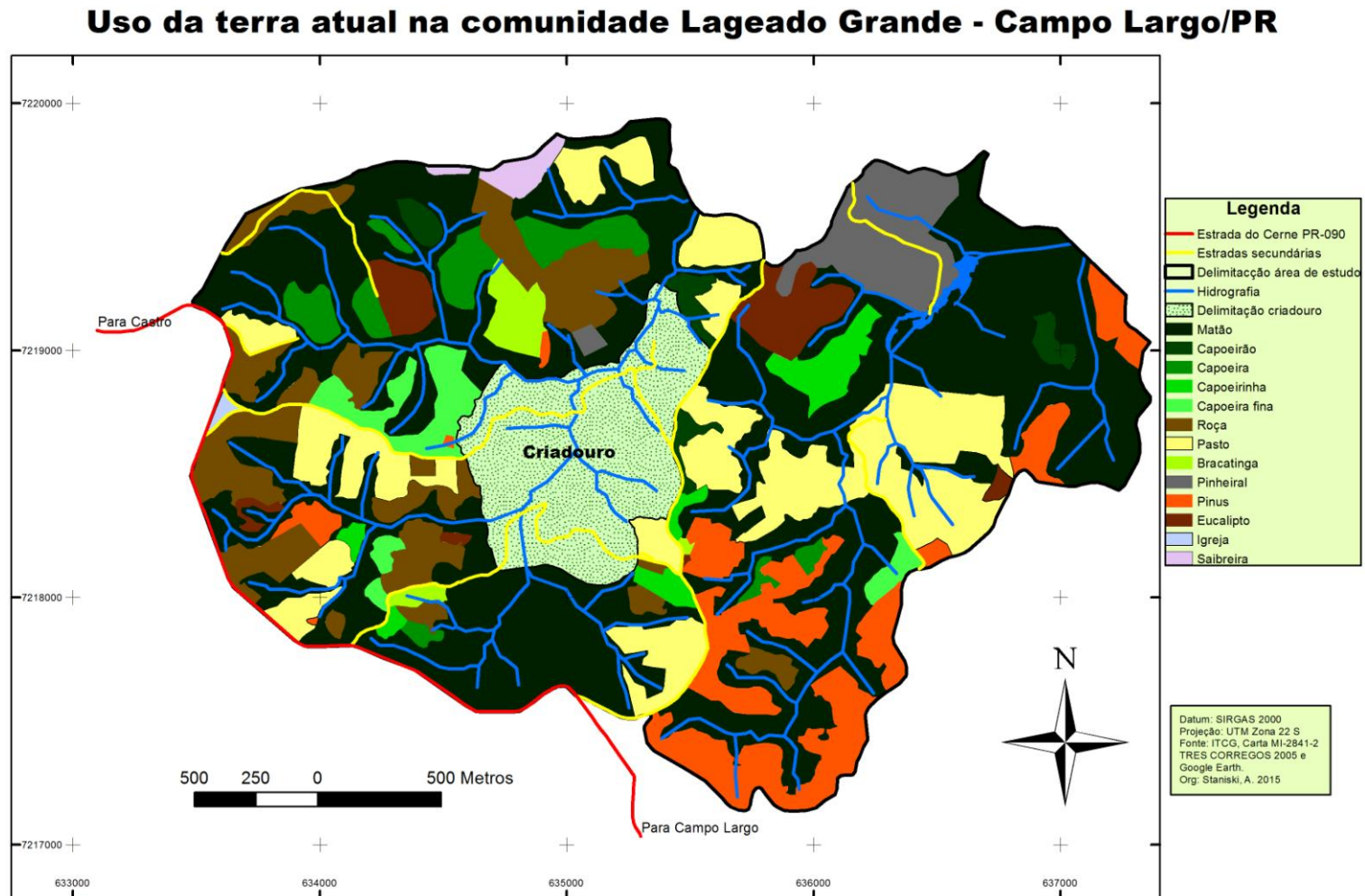
total da comunidade. Depois da floresta a pastagem representa o maior uso da terra, ocupando 14% da área total da comunidade. Ela é seguida pelo cultivo de roças, com ocupação de 9% e os reflorestamentos de *Pinus taeda* 8% e *Eucalyptus grandis* 3%. Há também uma área de extração de saibro que somado à propriedade da igreja, constituem 1% da área total.

Se comparado ao passado, pode-se perceber que a área de roça diminuiu enquanto a área de matão aumentou, o que vem de encontro ao que foi relatado durante as entrevistas. No entanto, surgem outras formas de usos bem expressivas, pois juntas somam 25% do total da área que compõe as chamadas “terras de plantar”, é o caso do *Pinus taeda*, do *Eucalyptus grandis*, e do pasto.

Na fala dos moradores evidencia-se que a mata nativa existente permanece preservada principalmente em função da legislação que a protege. O *Pinus taeda* e o *Eucalyptus grandis* se mostram uma importante fonte de renda para as famílias. Os reflorestamentos cada vez mais tomam conta da paisagem da região, e as empresas de reflorestamento figuram nesse cenário como grandes empregadoras. Entretanto, não só as grandes empresas, mas também, os habitantes locais têm plantado estas espécies exóticas em suas terras, como um investimento ou uma fonte de renda complementar.

Os entrevistados afirmam que de maneira geral todas as espécies da mata têm uma utilidade, “sempre serve para alguma coisa” (Sinhorinha, 2014), seja para a qualidade das águas, seja para algum uso específico como construir, fazer utensílios, entre outros. Sinhorinha admite utilizar várias espécies para medicina e atribui a inserção do *Pinus taeda* como culpa do governo que incentivou e permite o seu plantio. Assim, ela também possui parte de sua propriedade reflorestada, no entanto as áreas que os habitantes locais plantam o *Pinus taeda* é a área onde ficavam as plantações de milho e feijão, arroz, alimentos hoje comprados.

Figura 31- Cartografia participativa do uso atual da terra na comunidade Lageado Grande, Campo Largo, PR.



Outras atividades econômicas como reflorestamentos, funcionários públicos, motorista, pedreiro e outros, colaboraram para a redução da agricultura. Pois, o agricultor está sujeito as variações climáticas e não tem garantia de retorno do que investiu. O trabalho assalariado é uma alternativa em relação à agricultura, e quem trabalha com carteira assinada, não tem mais tempo de cuidar da lavoura, “*não dá conta e as plantas acabam se perdendo no mato*”. Mesmo assim, muitos mantêm as tradições de forma reduzida, a criação de animais e a horta.

Reduziu-se o plantio de alimentos para consumo, por exemplo, a farinha de milho, o fubá, o arroz, passaram a ser comprados, o que causou a extinção dos monjolos, eles que eram responsáveis pela produção de toda a farinha consumida na região.

Tinha cinco minjolo nessa água, daí foi descaindo, mas de primeiro ninguém comprava farinha, e só milho branco e lá perto da Sinhorinha tinha um minjolo grande e as mulheres fazia a farinha [...] acabou-se o milho, a roça, acabou-se tudo [...] nada, não tem milho, não tem carne, não tem minjolo. (Ivone, 2014).

O *Pinus taeda* e a criação bovina figuram como um investimento, para não deixar a terra sem uso. O morador Antonio C. conta que as áreas de plantio que não foram reflorestadas se desenvolveram e se encontram em vários estágios sucessionais, pois foram abandonadas e para a mata recuperar não necessita cuidado. Ele vê de forma positiva o aumento da mata devido as transformações das práticas da comunidade, mas observa também os impactos da legislação na existência de algumas espécies como pinheiro.

Olha a maioria do povo, se não fosse essa lei desgraçada do IBAMA, tinha muito pinheiro, porque daí o povo deixava, e com essa lei desgraçada se o povo acha um pinheirinho corta mesmo, porque senão depois não deixa cortar [...] e pinheiro antigamente tinha muito e hoje só quem tem plantado. (ANTONIO C., 2014).

Esse impacto da legislação também é apontado por Siminski (2004, p.59), ao regulamentar o uso florestal que criou disparidades e “inviabilizou ou ao menos desestimulou, o reflorestamento com espécies nativas, pois é vetado não só o corte das florestas, mas, de quaisquer espécies desta floresta sejam elas plantadas ou não”.

Para os moradores as áreas de mato aumentaram na comunidade porque as áreas onde há 100 anos atrás eram lavouras hoje se encontram capoeirões, matão ou pinus (*Pinus taeda*).

[...] aumentou, derrubaram bastante, mas até que aumentou, porque acabou-se aquelas roças que o pessoal fazia de toco, queimava, daí passava fogo e queimava uns 8 dias, aqui também essa lomba lugar que era samanbaiá que queimava todo ano, agora criou mato, sumiu aqueles samambaia, aqui tem mais mato do que tinha uns anos atrás [...] E tinha bastante gente, aqui o pessoal fazia roça de 3 a 4 alqueire mas tinha umas oito pessoas que faziam uns 12 alqueire de mato que agora cresceu. (AZIVIR, 2015).

6.2. USO DA TERRA NA COMUNIDADE FAXINALENSE SETE SALTOS DE BAIXO

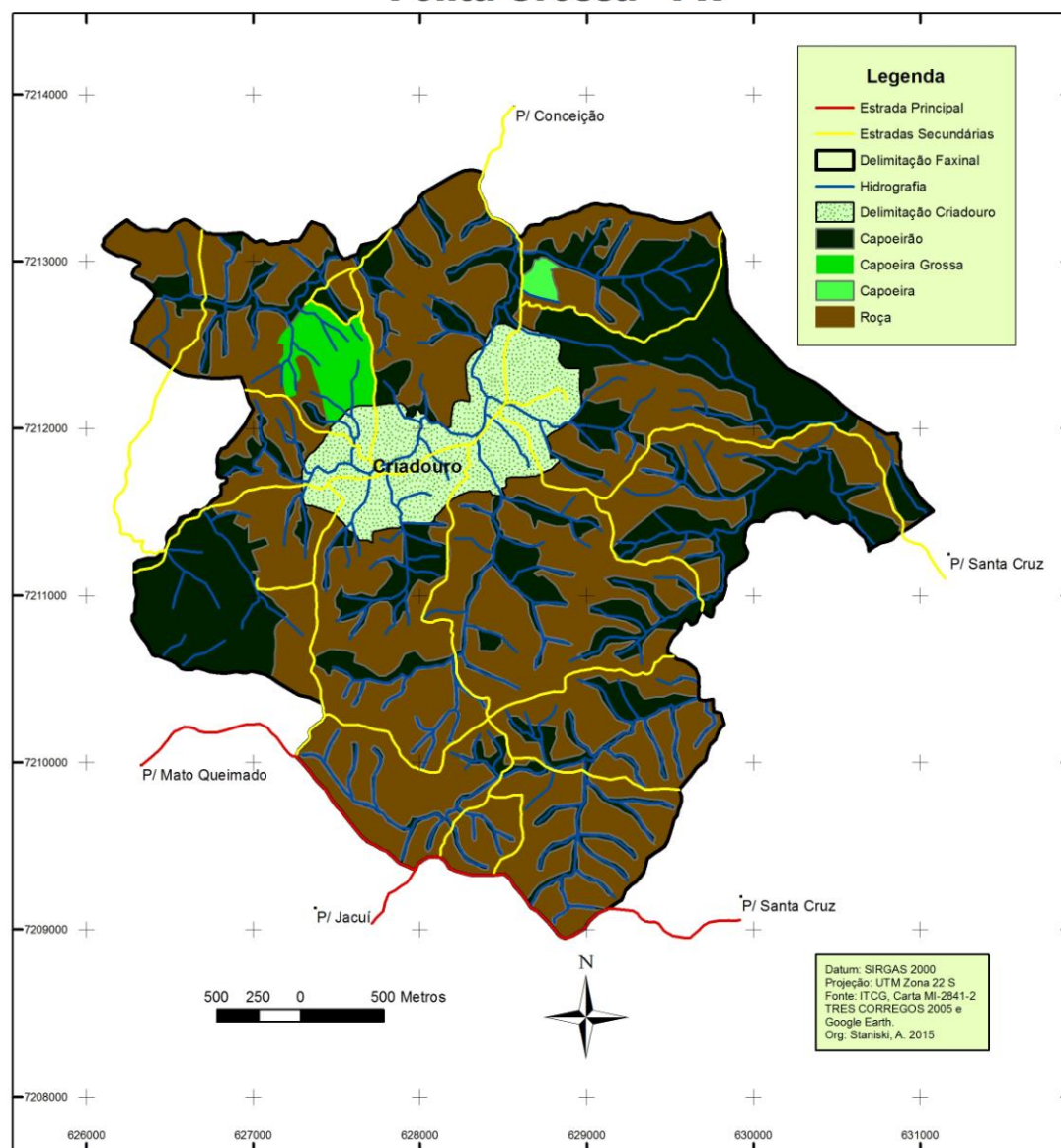
A comunidade Faxinal Sete Saltos de Baixo, há 30 anos (figura 32), apresentava basicamente dois usos, uma de floresta em seus vários estágios sucessionais que somam um total de 45%, sendo que 8% estavam dentro do criadouro comunitário e as áreas de lavoura representavam 55% do total das terras de plantar.

Nas terras de plantar ficavam áreas pequenas de vegetação, devido ao sistema de pousio praticado pela comunidade, o que demonstra que toda área das terras de plantar eram utilizadas, exceto nas áreas de nascente e de rios, que comumente é chamado pelos moradores de “*restinga*” ou “*mata virgem*”, pois segundo eles todo mundo respeitava as águas e essas áreas nunca foram derrubadas.

Dentro do criadouro os moradores mais antigos contam que existia muito pinheiro “*tinha pinheiro que Deus o livre, tinha mais de 50 nesse gramado*” (João M. fazendo referência a uma pequena área para demonstrar a quantidade) e que antigamente era comum a venda, porque existia muita pobreza, as pessoas sobreviviam basicamente da lavoura e da criação de porcos, assim quando precisavam de dinheiro o pinheiro era uma fonte de renda.

Figura 32- Cartografia participativa do passado do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa- PR.

Uso da terra no passado do faxinal Sete Saltos de Baixo Ponta Grossa - PR



Org: A autora. Fonte: ITCG (2005) e Google Earth (2015).

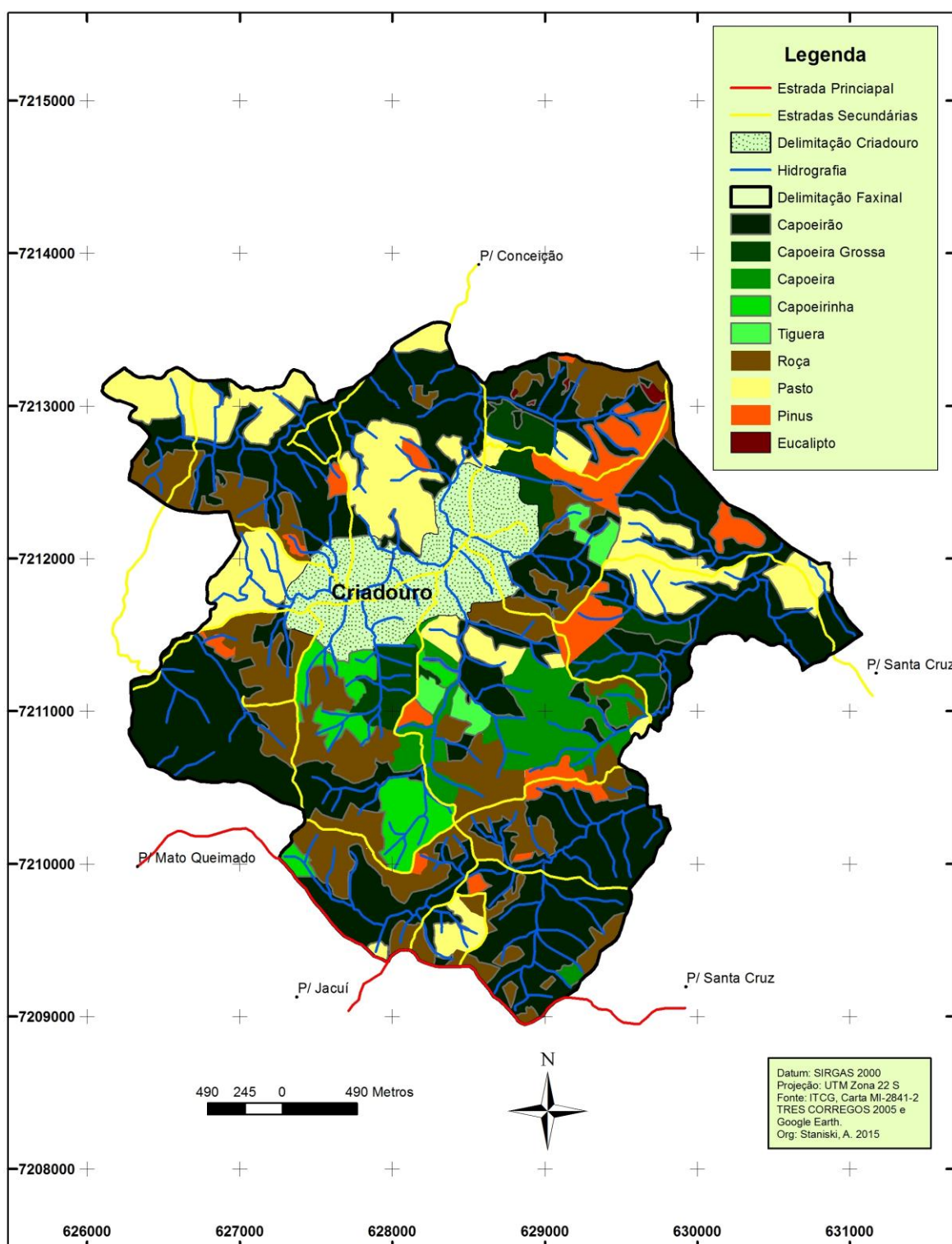
A comunidade passou por várias transformações nas últimas décadas. Ao se observar a figura 33 é possível notar que hoje a comunidade apresenta variados tipos de uso da terra, fazendo com que algumas atividades tenham se reduzido, como as trocas de dia de serviço ou nem mesmo mais aconteça como os pixirões. Conforme João M.

Aqui era engraçado o pessoal aqui era só da lavoura, não tinha emprego na prefeitura nem esses empregos aí, então você queimava a tua roça a maioria era queimada, tinha que marcar uma reunião, porque era cheia a semana de segunda a sábado, então você marcava eu tenho tal dia de tal

mês que ela ficava boa de carpir, chovia nele, eu cansei de sair de madrugada e chegar de noite em casa, era lá pra Conceição dos Florianos, Canela Imbuia, dois litros e dois e meio na queimada, mas carpia, era tudo trocado. (JOÃO M., 2015).

Figura 33: Cartografia do uso atual da terra no Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa- PR.

Uso da terra atual no faxinal Sete Saltos de Baixo Ponta Grossa - PR



No mapa participativo do presente o uso da terra é dividido em remanescentes vegetais que somam um total de 63,5%, ou seja, se comparada com a cartografia do passado, as áreas de vegetação aumentaram, sendo que dessas 50% são Capoeirões, 4,5% Capoeira grossa, 5% Capoeira, 3% Capoeirinha e 1 % Tiguera.

As áreas de roça ainda representam o segundo maior uso da terra, depois da vegetação, com 17% do total das áreas das propriedades. Surgem na paisagem novos usos como o pasto com 14% de área, e os reflorestamentos de pinus (*Pinus taeda*) com 5% e Eucalipto (*Eucalyptus grandis*) com 0,5% da área total da comunidade.

6.3. USO DA TERRA NA COMUNIDADE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS

A territorialidade quilombola não apresenta um limite definido, ou seja, a delimitação da comunidade varia conforme o imaginário de cada morador. As comunidades quilombolas enfrentaram muitos conflitos e ainda hoje lutam para manter a estrutura física do seu território que se encontra reduzido em comparação a 40 anos atrás.

A partir do diálogo com os habitantes mais velhos, estima-se que a comunidade no passado abrangia uma área, no mínimo, 3 vezes maior do que a atual. Optou-se neste caso, por utilizar um recorte espacial de onde estão as casas dos moradores sem, entretanto, pretender delimitar o território da comunidade.

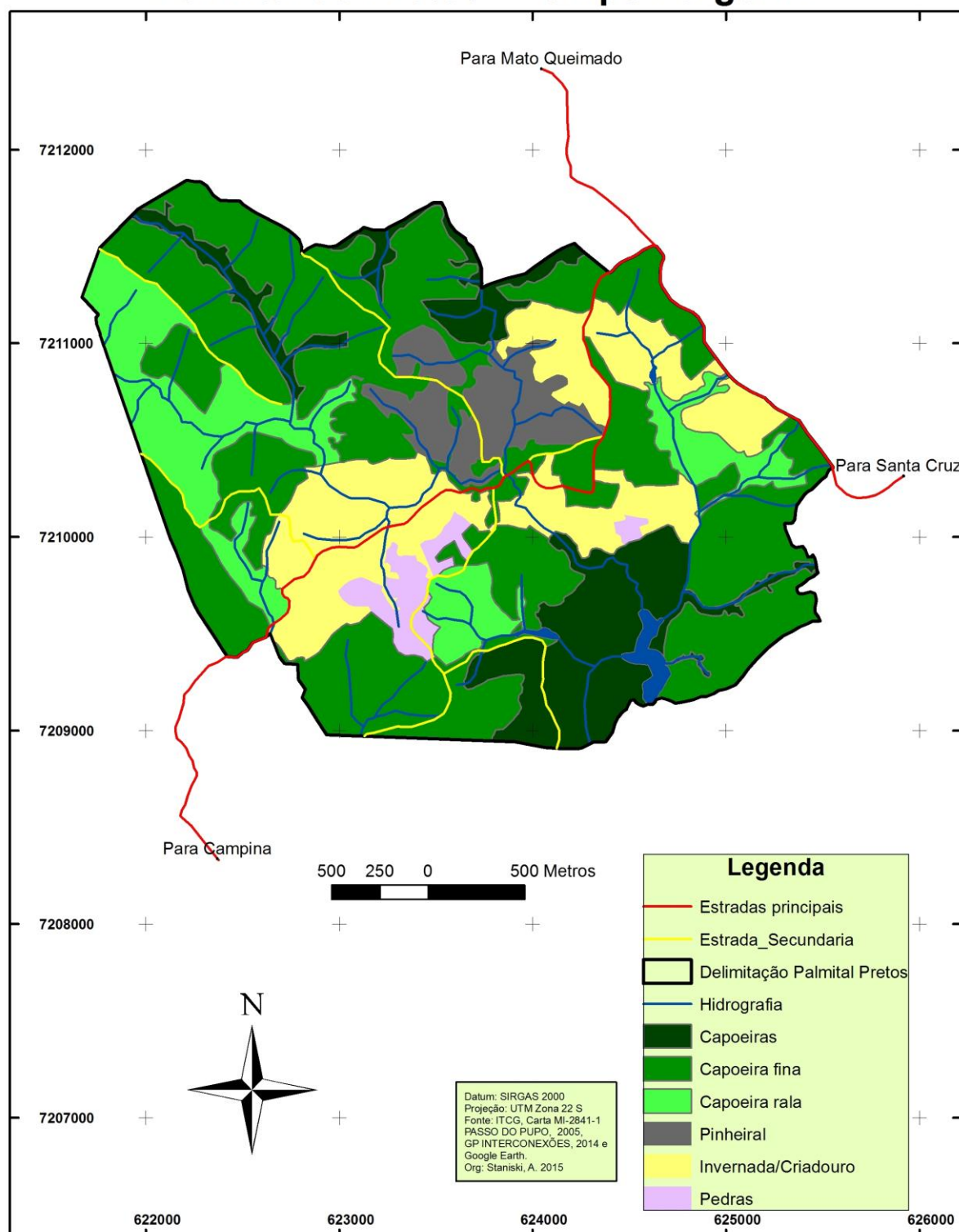
No mapa de uso da terra do passado há 30 anos (figura 34) os recursos florestais representavam 79,5% da área total do território. Destes a capoeira fina cobria 46%, seguido por capoeira rala com 14%, dentre os estágios mais desenvolvidos da vegetação, havia capoeiras (mato mais grosso) com 13,5% e quanto a vegetação reflorestada, um pinheiral representava 6%. A região apresenta em alguns lugares rochas expostas. Na comunidade Palmital dos Pretos elas representam 2,5% do território.

A criação de animais ocupava 18% do total, áreas denominadas de criadouro ou invernada. Não foi citada a existência de lavouras dentro dos limites deste recorte. Porém, não significa que elas não existissem como prática quilombola, apenas apresentavam-se em pequena escala e em sua maioria

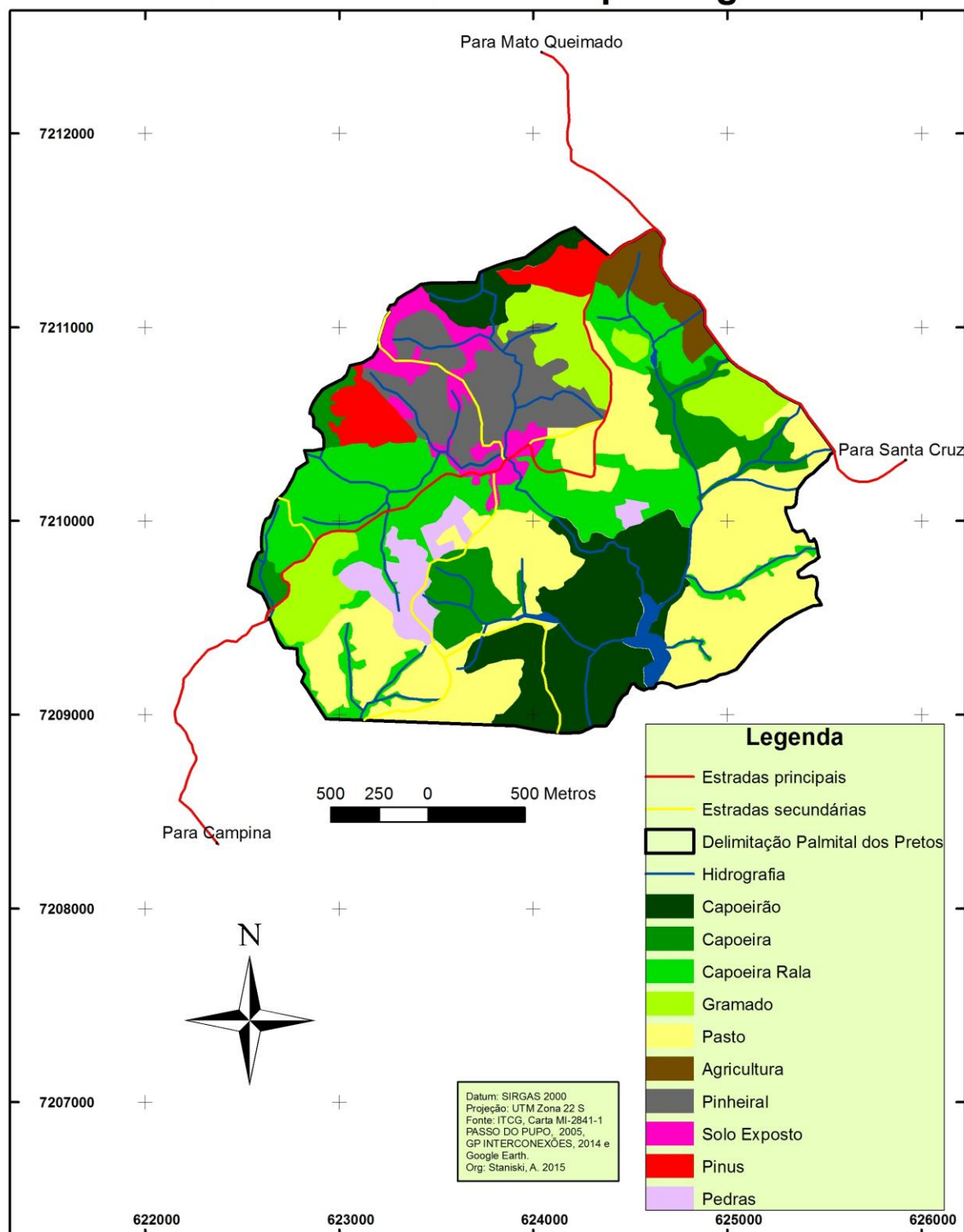
relacionava-se ao modelo consuetudinário da região que abrange uma diversidade de relações sociais como: o compadrio, puxirão, mutirão, troca de dias, troca de força de trabalho por parte da colheita e outras.

Na paisagem presente da comunidade (Figura 35) é possível notar que novos usos da terra foram apresentados, reduzindo os remanescentes vegetais nativos em 50%. Compõem as formações vegetais Capoeirão 15%, Capoeira 8%, Capoeira rala 19% e pinheiral 8%. As áreas de criação animal aumentou sua proporção em relação há 30 anos atrás, 27%, mas com a diferença que agora são áreas específicas para pecuária e com plantio de pasto.

Uso da terra no passado da comunidade quilombola Palmital do Pretos - Campo Largo/PR



Uso da terra atual na comunidade quilombola Palmital do Pretos - Campo Largo/PR



As áreas de pecuária representam, depois da vegetação nativa, o segundo maior uso da terra com 27% do total da comunidade. Surgem outros usos como gramado, referente a áreas entorno das casas com 9%. O solo exposto, referente a

transição de usos agrícola e do corte do *Pinus taeda*, juntamente com a agricultura somam 7% do total.

As relações sociais também apresentam mudanças, como a redução da roça de toco, compra de terras por fazendeiros, bem como a plantação do *Pinus taeda* no entorno, que representa hoje umas das principais fontes de emprego da região.

6.4. COMPARAÇÃO DO USO DA TERRA NAS TRÊS COMUNIDADES

Comparando o uso da terra do passado (década de 80), quadro 13, nas três comunidades é possível perceber que não existiam reflorestamentos de espécies exóticas e que áreas delimitadas para pecuária se encontravam somente na comunidade Palmital dos Pretos, esta era também quem apresentava maior proporção de remanescentes florestais com 79,50% e foi a única a reduzir sua extensão de mata devido a redução de seu território.

No presente, os remanescentes florestais em seus diversos estágios representam o principal uso da terra nas referidas comunidades, apesar disso, o aumento da área florestada não se dá por motivação dos moradores em ampliar as áreas florestadas, mas em consequência das transformações das relações dos mesmos com a terra, se observado a proporção de uso da terra para agricultura, hoje ela reduziu mais de 50 % em 30 anos. Excetua-se Palmital dos Pretos que não apresentou acréscimo na vegetação e que no passado não apresentava áreas agrícolas dentro da comunidade e hoje apresenta.

Quadro 13- Comparação do uso da terra passado e atual na Região da Serra das Almas.

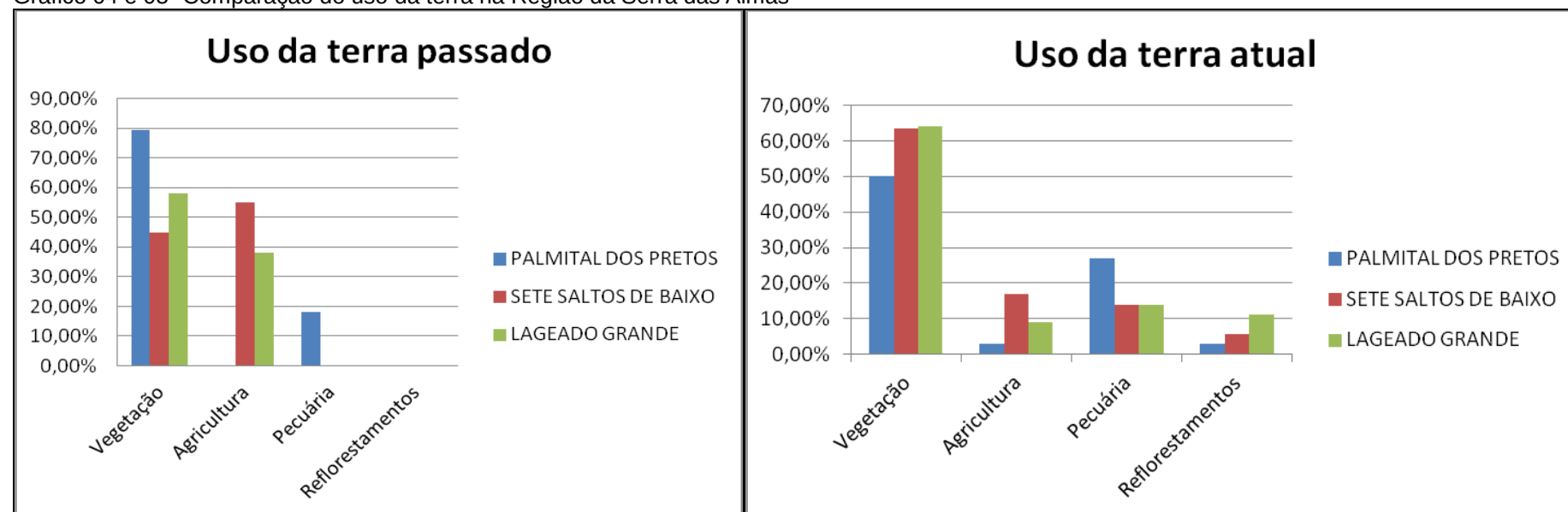
	REMANESCENTES FLORESTAIS		AGRICULTURA		PECUÁRIA		REFLORESTAMENTOS		OUTROS	
	Passado	Presente	Passado	Presente	Passado	Presente	Passado	Presente	Passado	Presente
PALMITAL DOS PRETOS	79,50%	50%	0%	3%	18%	27%	0%	3%	2,50%	17,00%
SETE SALTOS DE BAIXO	45%	63,5%,	55%	17%	0%	14%	0%	5,50%	0%	0%
LAGEADO GRANDE	58%	64%	38%	9%	0%	14%	0%	11%	2%	4%

Org: A autora. Fonte: Dados obtidos em pesquisa de campo, 2014-2015.

Ao visualizar as informações dispostas nos gráficos (04 e 05), é possível notar características de uso da terra mais semelhantes entre Sete Saltos de Baixo e Lageado, apesar de todas apresentarem as mesmas atividades no presente as

proporções que estas manifestam são análogos. Pode-se dizer que Palmital dos Pretos apresenta uma racionalidade diferente das demais no uso de seus recursos, que se expressa na representação cartográfica diferenciada.

Gráfico 04 e 05- Comparação do uso da terra na Região da Serra das Almas



Fonte: A autora (2015).

A representação dos mapas de uso da terra auxilia na compreensão de como os indivíduos percebem a paisagem em que vivem e como ocorre a prática. Quando visualizados pelos moradores este pode servir para reflexão dos resultados da sua ação no ambiente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se compreender o saber mateiro que está relacionado aos processos naturais, elementos bióticos (plantas, animais) e abióticos (solos, água), oriundos da vivência dos habitantes da Região da Serra das Almas.

Para tanto, foi necessário compreender as distintas formas de compreensão da realidade e a definição de conhecimento tradicional a qual conforme Toledo e Barrera-Bassols (2008) constitui saberes, devido as formas sociais de entender e praticar o mundo. Assim, buscou-se uma perspectiva de que as formas de conhecimento vernacular e científica podem ser complementares.

Analizou-se a percepção e representação dos grupos com a paisagem por meio da interação dos indivíduos com a floresta. Com aplicação de ferramentas e técnicas diversificadas, fundamentadas nas etnometodologias, foi possível perceber nas três comunidades (Lageado Grande, Sete Saltos de Baixo e Palmital dos Pretos) um rural dinâmico, apresentando rupturas e permanências, onde alguns conhecimentos permanecem, outros se transformam e se ressignificam na paisagem local.

As várias transformações nas relações sociais da Região da Serra das Almas estão atreladas a fatores produtivos. Apesar disso, na comunidade Palmital dos Pretos é possível verificar que as práticas produtivas não são as que guiam o modo de viver. Os mais jovens são os mais influenciados pelas transformações decorrentes das atividades da empresa de reflorestamento florestal, pois já crescem nessa nova dinâmica que vem se impondo e sentem maior necessidade de uma outra forma de vida e no consumo de tecnologias. Apesar disso, não se distanciam da religiosidade, mesmo os que não moram mais na comunidade, respeitam os dias santos, praticam os rituais e vem às festas da comunidade. Apesar de manter comunicação com o centro urbano e contato com processos modernizadores, mantêm seu modo de vida, não integralmente, mas principalmente mantêm a identificação com o meio em que vivem, não mais como excluídos, porque lutam pelo seu reconhecimento pelos seus direitos, mas com simplicidade, valorizam a floresta expressando, de certo modo, afetividade quando se preocupam em conservá-la.

No que tange as relações sociais, religiosidade e medicinais, a comunidade Sete Saltos de Baixo apresenta grande relação com a Comunidade Palmital dos Pretos, as festas para santos com comida de graça para todos, as trocas, as benzeduras, os altares na casa para referendar aos santos que são devotos, as orações, o próprio percurso das procissões, são laços que unem essas duas comunidades. São João Maria é venerado nas duas comunidades, mas em Palmital dos Pretos ele aparece como um guia no preparo dos medicinais, ao qual se pede permissão para coletar a planta, fazer um chá. Assim, a religiosidade interfere no cotidiano dessas pessoas e se expressa também no uso da biodiversidade local.

A comunidade Lageado Grande, foi a que mais transformou suas relações sociais, pelas narrativas dos entrevistados, apresentava no passado (aproximadamente 50 anos) os mesmos elementos religiosos do cotidiano das demais comunidades, bem como das rezas e procissões que passavam nas ruas do bairro, pelas casas que tinham no portão a cruz feita com o Cedro (*Cedrela fissilis*). Atualmente, se mostra mais isolada, o benzimento e o campadrio ainda permanecem, mas dentro somente da própria comunidade. É possível observar na figura 12, nos fluxos migratórios diários do presente, que Palmital e Sete Saltos de Baixo apresentam fluxo diário de pessoas, entre elas e com outras comunidades vizinhas. Porém, em Lageado Grande, o fluxo principal está direcionado aos centros, onde se deslocam para trabalhar, mesmo tendo que percorrer até chegar ao trabalho grandes distâncias.

Com relação a floresta todos os entrevistados a classificaram em vários estágios sucessionais com atributos, nomenclaturas e quantidades de estágios equivalentes ao da literatura científica. Na representação da floresta para os habitantes de Palmital dos Pretos esta é território, abrigo, fonte de alimentação, e de cura de enfermidades, da produção de artefatos, entre outros. Assim, a comunidade demonstra conhecimento sobre as espécies da mata e mantém algumas tradições onde elementos da natureza e a relação de compadrio figuram como fundamentais. Para Setes Saltos de Baixo e Lageado Grande, a floresta se mostra como recurso, é a ela que se recorre quando não se tem dinheiro. Ambas demonstram preocupação com a legislação ambiental em relação ao corte da madeira, em não deixar a floresta se expandir em áreas que não estão sendo utilizadas para a agricultura. Ao mesmo tempo, tais comunidades se preocupam em manter as áreas de mata, pois

consideram importantes na manutenção das águas e do solo e também por apreciarem a paisagem, podendo observar “o verde” e as aves.

As comunidades Lageado Grande e Sete Saltos de Baixo, mantiveram a sua organização Faxinal, separando terras de plantar e criadouro, assim apresentam uma distribuição socioespacial planejada das atividades. Nas propriedades o morador avalia as áreas mais férteis para agricultura, as áreas de solo menos férteis para *pinus* e pastagem, as áreas com nascentes e mais declivosas para o remanescente arbóreo e as áreas de criadouro são as que mantêm-se ao longo do tempo com a mesma função e configuração, com as casas próximas aos rios, a criação de animais em meio ao “Capoeirão”.

Com relação às práticas, algumas são atribuídas a descendência cabocla e indígena de alguns moradores. Em Palmital dos Pretos, relaciona-se à produção de artefatos e plantação de alimentos para sobrevivência. Já na comunidade Sete Saltos de Baixo, está relacionado ao uso das medicinais, o conhecimento das espécies. Em Lageado Grande, relacionavam ao caboclo a construção das antigas moradias de pau-a-pique e o uso de plantas medicinais.

As comunidades até a década de 1950 utilizavam diversas espécies no cotidiano principalmente, medicinais, alimentação e madeira para construir casas, monjolos, pilões. A alimentação era baseada totalmente no que se plantava e as trocas de alimentos e dias de serviços com os vizinhos era algo constante, pois afinal, todos tinham alguma relação de compadrio ou parentesco.

Hoje, um pouco disso se perdeu, principalmente em função do trabalho assalariado na empresa de reflorestamento de *pinus* (*Pinus taeda*), que em Palmital dos Pretos ocasionou a perda de seu território, em sua maioria posses, os quais tinham medo de não vender e perder, assim optaram em vender a baixos preços e reconstruir a vida em outro local. Outro fator do trabalho assalariado é que não se tem tempo para plantar ou cuidar de seus cultivos, reduzindo-se assim somente para alimentação dos animais. Com a redução do plantio de policultivos e a modernização das práticas agrícolas, entra em decadência os monjolos.

A chegada das empresas de reflorestamento e de fazendeiros para o local fez com que houvesse investimentos nas estradas da região e circulação de transporte público, o que possibilitou a saída diária de trabalhadores para outros locais e um aumento de negociantes e produtos disponíveis a compra.

Assim, é inegável que há transformações, mas em algumas comunidades elas são mais expressivas que em outras. Em Palmital dos Pretos e Sete Saltos muitas práticas do dia-a-dia ainda se mantêm, principalmente a religiosidade e tudo que é associado a ela. Exemplo são as plantas medicinais e o modo de vida das benzedadeiras, os percursos que se realizam em orações, as festas. Estes foram descritos por Clarindo (2014) que interpreta a medicina popular da região como uma rede, na qual os benzedores, homens ou mulheres, agem como um elo exprimindo sua organização social e valores.

Além dos benzedores, que são de grande referência na comunidade, integram a esta rede, outros atores que possuem o saber a respeito de plantas e receitas, que os compartilham, no entanto não benzem. (CLARINDO, 2014). Pode-se inferir que nesta rede de reciprocidade se incorporam também os mateiros ou agricultores que possuem os saberes mateiros, como atores que conhecem as propriedades das plantas e sabem onde encontrá-las. Em muitos casos as coletam e levam a quem necessita.

Com isso, é possível afirmar que os moradores incorporam somente alguns atributos da modernidade no seu cotidiano, não substituem sua cultura tradicional pela moderna. Existe a busca por meios tradicionais de cura através de benzimentos e plantas, como também se recorrem a práticas científicas da medicina.

A partir de sua apropriação material e simbólica, os moradores da comunidade transformam a paisagem local ressignificando-a. As transformações impostas pela empresa de reflorestamento atuante na localidade, não constituem um impedimento para que as comunidades continuem a manter suas práticas tradicionais, modo de vida, fato que pode ser observado em sua religiosidade e cura de algumas doenças que estão atrelados a biodiversidade local.

Em Palmital dos Pretos o principal uso da vegetação local está atribuído ao uso da madeira, quanto ao alimento destaca-se o consumo dos frutos da Uvaia (*Eugenia pyriformis*), Pitangueira (*Eugenia uniflora*), Pinheiro (*Araucaria angustifolia*), Jabuticabeira (*Plinia rivularis*), etc. Para a medicina popular com a coleta de plantas medicinais arbóreas como a: Espinheira santa (*Maytenus ilicifolia*), Cabriúva (*Myrocarpus frondosus*), Pau de Andrade (*Persea pyrifolia*), Aroeira (*Schinus terebinthifolius*), entre outras (vide quadro 03). Não utilizam somente

arbóreas, como também uma grande variedade de arbustos, lianas, por exemplo, Milome (*Aristolochia cymbifera*), epífitas (*Rhipsalis sp.*), entre outras.

Em Lageado Grande apesar dos moradores demonstrarem conhecimento das espécies e usos, afirmam não utilizar mais, expressam uma preferência pelos medicamentos de farmácia e quanto ao uso para energia (fogão a lenha) cultivam bracatinga, eucalipto, alguns moradores mesmo vivendo na área rural não utilizam mais o fogão a lenha preferem o fogão a gás. Nessa comunidade a produção agrícola existe em pequena escala, principalmente para subsistência das hortas, pomares e criação de alguns animais. No entanto, a configuração espacial das moradias, em sua grande maioria, apresentam a construção de um paiol ao lado da casa.

A comunidade Lageado expressou maior conhecimento em relação a madeira das espécies que utiliza para construção de diversos fins, ao total citaram 20 espécies com esse uso, dentre elas Miguel Pintado (*Matayba elaeagnoides*), Tarumã (*Vitex montevidensis*), Cajaranda (*Cabralea canjerana*), Canelinha (*Ocotea pulchella*), Imbuia (*Ocotea porosa*) e Guatambu (*Aspidosperma australe*). No entanto, essas espécies tiveram uso reduzido devido a legislação ambiental, onde os moradores não utilizam ou não admitem utilizar por medo das consequências desta ação. Na comunidade Sete Saltos de Baixo destacaram-se os conhecimentos relativos às arbóreas com uso de madeira, lenha e alimento.

A partir do exposto pode-se perceber que o uso de espécies vegetais se constitui como parcela importante ao atendimento das necessidades cotidianas de energia (lenha), medicinal e alimentar. Ao mesmo tempo já deixaram de ser utilizada para madeira (construção) e para utensílios, permanecendo materializada em antigas casas e viva na memória dos moradores.

As três comunidades estudadas apresentaram transformações, no entanto, no que diz respeito as relações sociais, a comunidade Palmital dos Pretos é a que mantém maior relação com a floresta, com o uso de plantas medicinais, o modo de vida e forte religiosidade. Quanto ao espaço físico da comunidade, foi a que mais se alterou, principalmente em decorrência de conflitos fundiários. A comunidade Sete Saltos de Baixo se aproxima muito da Palmital dos Pretos em relação a religiosidade, ao compadrio e a medicina popular; esta mantém características de sua cultura tradicional na organização espacial da comunidade, na religiosidade,

mas incorporou alguns traços da modernidade, como nas atividades produtivas e na alimentação. A Comunidade Lageado Grande se mostrou mais distante da floresta, vendo-a como um recurso que não utilizam mais, seus conhecimentos estão restritos a uma pequena parcela de moradores locais (idosos) que são referências pelos seus saberes, procurados por pessoas de outros lugares para benzer, coletar plantas medicinais. Assim, o que tem em comum as três comunidades é o conhecimento a respeito da floresta, o reconhecimento de sua importância e os usos de diversas espécies associado a uma forte religiosidade, embora expressas de forma diferente em cada comunidade.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Cristina. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciência**. v. 25 n. 3, p.143-150, mai. /jun, 2000.

AGUIAR, Janaina; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Aspectos etnoecológicos relacionados às roças de mandioca no Amazonas *In*: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA – Fortaleza – 12 a 16/12/2011. **Resumos do VII Cadernos de Agroecologia** – Fortaleza. v. 6, n. 2, dez 2011. p. 1-5. Disponível em:< <http://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/11845/8166>>. Acessado em 10 set. 2014.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3.ed. Rio de Janeiro:FGV, 2005.

ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; LUCENA, Reinaldo Farias de Paiva; CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da. **Métodos e Técnicas na Pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**. 1 ed. Recife: NUPEEA, 2010.

ALBUQUERQUE, Jey Marinho de; WATZLAWICK, Luciano Farinha; VALERIO, Alvaro Felipe; SAUERESSIG, Daniel. Composição Florística e Estrutura de Floresta Ombrófila Mista no Faxinal Marmeleiro de Cima, Rebouças-PR. **REB: Revista Eletrônica de Biologia**, v. 5, p. 129-143, 2012.

ALMEIDA, Sâmara Regina de; WATZLAWICK, Luciano Farinha; MYSZKA, Eloi; VALERIO, Álvaro Felipe. Florística e síndromes de dispersão de um remanescente de Floresta Ombrófila Mista em sistema faxinal. **Ambiência**, v.4, n.2, p.289-297, maio/ago., 2008. Disponível em:< <http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/169/0> >. Acesso em: 11/09/2015.

ALVES, Elma Oliveira; MOTA, José Hortêncio; SOARES, Thelma Shirlen; VIEIRA, Maria do Carmo; SILVA, Cristiane Bezerra da. Levantamento Etnobotânico e Caracterização de Plantas Medicinais em Fragmentos Florestais de Dourados-Ms. **Ciênc. agrotec.**, Lavras, v. 32, n. 2, p. 651-658, mar./abr., 2008.

AMORIM, Laura Lucia da Silva. A Evolução da história do Direito Ambiental no Brasil 1970 – 2002. **Texto [on line]**. Disponível em: <http://www.academia.edu/9115770/A_Evolu%C3%A7%C3%A3o_da_hist%C3%B3ria_do_Direito_Ambiental_no_Brasil_1970_2002>. Acesso em: 30 jun.2015.

AMOROZO, Maria Christina de Mello. Abordagem Etnobotânica na pesquisa de plantas medicinais. In: DI STASI Luis Claudio (Org.). **Plantas Medicinais: arte e ciência** – um guia de estudo interdisciplinar. São Paulo: Ed. UNESP, 1996. p. 47-68.

ANTONIO, Davi Gutierrez. **Comunidades sustentáveis**: um estudo de percepção, interpretação e valoração da paisagem mediante o conhecimento tradicional. 2013. 249f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, São Paulo, 2013.

APG III (The Angiosperm Phylogeny Group). An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG III. **Botanical Journal of the Linnean Society**, v. 161, n.2, p. 105-121, 2009.

ARAÚJO, Henrique José Borges de. Inventário Florestal a 100% em Pequenas Áreas Sob Manejo Florestal Madeireiro, **Acta Amazônica**, v. 36 n.4, p.447-464, 2006.

ARDÓN MEJÍA, Mario. **Serie de Cuadernos Metodológicos de Investigación Participativa**. Honduras: Ed. ZAMORANO, IFPRI y IDRC CRDI. 1998.

AZEVEDO, Sheila Karla Santos de; SILVA, Inês Machline. Plantas medicinais e de uso religioso comercializadas em mercados e feiras livres no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Acta bot. bras.** n. 20, v.1, p.185-194. 2006.

BARRERA, Alfredo. La Etnobotánica. In: BARRERA, Alfredo. **La Etnobotánica: Tres Puntos de Vista y Una Perspectiva**. Programa Nacional de Etnobotánica. Universidad Autónoma Chapingo, Chapingo, México, 2001.

BARROS, Ronald S. M. **Medidas de diversidade biológica**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007. Disponível em:<http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/Estagio_docencia_Ronald1.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2016.

BESSE, Jean-Marc. Geografia e Existência: a partir da obra de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica** (tradução Werter Holzer). – São Paulo: Perspectiva, 2011. p.111-139.

BONIN, Sophie. **Au delà de la représentation, le paysage**. LADYSS. Paris, n.11, p. 13-26, 2004. Disponível em: <<http://strates.revues.org/390#text>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em Torno do Território. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002. p.83-131.

BORCHARDT, Juliani; COLVERO, Ronaldo Bernardino. A Prática dos Benzimentos em São Miguel das Missões- RS. In: II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013. **Anais Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades**, Belo Horizonte: CONINTER, 2013.

BRASIL. **Constituição (1934)**. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934). Senado, 1934. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 15 mai. 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:<

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 jun.2015.

BRASIL. **Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007**. Institui Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 23 jul. 2014.

BRASIL. **Lei - 13123 de 20/05/2015**. Regulamenta o Inciso II do § 1º e o § 4º do Art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a Alínea J do Artigo 8, a Alínea C do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º E 4º Do Artigo 16 Da Convenção Sobre Diversidade Biológica, Promulgada Pelo Decreto Nº 2.519, de 16 de Março de 1998; Dispõe Sobre o Acesso ao Patrimônio Genético, Sobre a Proteção e o Acesso ao Conhecimento Tradicional Associado e Sobre a Repartição de Benefícios para Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade; Revoga a Medida Provisória Nº 2.186-16, de 23 de Agosto de 2001; e Dá Outras Providências. Disponível em : <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm>. Acesso em: 15 set. 2015.

BRISOLA, Elisa Maria Andrade; MARCONDES, Nilsen Aparecida Vieira. A História oral enquanto metodologia dentro do universo da pesquisa qualitativa: um foco a partir da análise por triangulação de métodos. **Revista Ciências Humanas UNITAU-Taubaté**, v 4, n.1, p. 124-136, jan.-jul., 2011.

BUIAR, Aldir. **Distrito de Três Córregos**: povoamento. Campo Largo: Gráfica Campolarguense, 2003. 43 p.

BUIAR, Aldir. **História do Distrito de São Silvestre**. Campo Largo: Gráfica Campolarguense, 2009.

CAETANO, Marta Coutinho; PAIVA, Robson Soares; SILVA, Bruno Maués da. A Etnoecologia e os impactos das Empresas Mineradoras na Comunidade do Rio Arienga, na Vila de Beja em Abaetetuba Pará. In: VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2012, Belém. **Anais do VI Encontro Nacional da Anppas**. Belém: Naea, 2012. p. 1-11. Disponível em <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT14-923-838-20120630234706.pdf>>. Acessado em 09 set 2014.

CAMPOS, Marcio D'Onle. Etnociência ou etnografia de saberes, técnicas e práticas? In: AMOROZO, Maria Cristina Mello; MING, Lin Chau; SILVA, Sandra Pereira (Ed.). **Métodos de Coleta e Análise de Dados em Etnobiologia, Etnoecologia e Disciplinas Correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002. p. 47-91.

CAMPOS, João Batista; SILVEIRA FILHO, Leverci. Floresta com Araucária. **Série ecossistemas paranaenses SEMA**. n.01, v.04, p. 01-08. 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/cobf/V4_Floresta_com_Araucaria.pdf>. Acesso em: 09/ 06/2015.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2011.

CARNEIRO, Marcos Rodrigo Beltrão. **A Flora Medicinal No Centro Oeste do Brasil: um Estudo de Caso com Abordagem Etnobotânica em Campo Limpo de Goiás**. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente) Centro Universitário de Anápolis – UniEVANGÉLICA, Anápolis, Goiás, 2009.

CARRARA, Douglas. **Possangaba o pensamento médico popular**. Rio de Janeiro: Ribro Soft Editoria. 1995. 257p.

CASTELLA, Paulo Roberto; BRITEZ Ricardo Miranda de. 2004. **A Floresta com Araucária no Paraná: conservação e diagnóstico dos remanescentes florestais**. MMA, Brasília: 236p.

CELINSKI, Marina Gabriela. **Identidade – Retrato de uma Comunidade Quilombola**. 2010. 78 f: Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo), Universidade Positivo, Curitiba, 2010.

CHANG, Man Yu. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988. 121 p. (Boletim).

CLARINDO, Maximillian Ferreira. **Medicina Popular e Comunidades Rurais da Região da Serra das Almas, Paraná: o amálgama cosmo-mítico religioso tradicional**. 2014. 124f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná. 2014.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. 2.ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.453p.

CLAVAL, Paul. A Geografia é um saber banal ao alcance de todo mundo. In: CLAVAL, Paul. **Terra dos Homens: a Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 09-12.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. 2.ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 2014. 407p.

CODES, Davi Henrique Correia de; BANDEIRA, Fábio Pedro Souza de Ferreira. Estudo Etnoecológico Sobre a Percepção e a Memória Popular do Ambiente como Base para a Educação Ambiental no Município de São Francisco do Conde, Bahia *In*: XV SEMIC. Universidade Estadual de Feira de Santana, de 17 a 21 de outubro de 2011. **Resumos do XV Seminário de Iniciação Científica (SEMIC)**. p. 45-48. Disponível em: <<http://www.xvisemic.esy.es/arquivos/sessao-i/davi-henrique-correia-de-codes.pdf>>. Acessado em 15 ago 2014.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Regulamenta a Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=328>>. Acesso em: 15/05/2015.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resolução nº 2, de 18 de março de 1994. Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Estado do Paraná. BIOMAS–Estágios sucessionais da vegetação da Mata Atlântica. CONAMA, 1994 Disponível em:<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=143>>. Acesso em: 10/02/2015.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (org.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 1998.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região Cultural- Um Tema Fundamental. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Espaço e cultura: pluralidade temática**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p.11-41.

COSTA, Otávio. Memória e Paisagem: em busca do simbólico dos lugares. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 15, p. 33-40, jan./jun. 2003.

CRUZ, Valter do Carmo. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAUJO, Frederico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Orgs). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007. p.93-122.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves da. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional**. Rio de Janeiro, 2003. 136 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) Universidade Rural Federal do Rio de Janeiro, Seropédica, 2003.

CUNHA, Luiz Vital Fernandes Cruz da. **Etnobotânica nordestina: um estudo em comunidade rural do município de Rio Formoso, Pernambuco, Brasil Recife**. 2004. 76 f. Dissertação (Mestrado CCB. Biologia Vegetal) Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n.75, p. 76-84, set./Nov., 2007.

DAMASCENO, João Paulo L., OLIVEIRA, Danilo Ribeiro, LEITÃO, Suzana Guimarães. Estudo Etnobotânico das plantas medicinais utilizadas pela população de Macaraní- Bahia. In: XX Congresso Latinoamericano de Etnomedicina: Professor Dr. Francisco José de Abreu Matos. 19 a 22 de setembro de 2011. **Anais...** Fortaleza: XX Congresso Latinoamericano de Etnomedicina, 2011.

DANTAS, Carolina Alencar. **O saber local e a prática científica: análise das relações entre mateiros e pesquisadores em Pernambuco, Recife**, 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Florestal) Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Ciência Florestal, Recife, 2012.

DARDEL, Eric. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica** (tradução Werter Holzer). São Paulo: Perspectiva, 2011, 173 p.

DAUBENMIRE, R.F. **Plant communities**: a textbook of plant synecology. New York: Harper & Row, 1968. 300p.

DIAS, Jefferson Luciano Zuch. **A Tradição Taquara e sua Ligação com o Índio Kaingang**. 2004. 151 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Históricos Latino-Americanos) Universidade do Vale do Rio dos Sinos –UNISINOS, São Leopoldo, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira (Orgs.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil**. São Paulo: Ed. USP, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed., São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/ Ed.USP, 2001. 161p.

DURIGAN, Giselda. Métodos para análise de vegetação arbórea. In: CULLEN JUNIOR, L.; RURAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. **Métodos de Estudo em Biologia da Conservação e Manejo da Vida Silvestre**. Curitiba: Ed. UFPR, 2003. cap. 17. p. 455-479.

FAO. (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) **FRA-2000: Termos e definições**, 1998. Disponível em: <<http://www.fao.org/forestry/4222-0dd83a652d950f2fcd7d74272ecdb39db.pdf>>. Acesso em: 14 mai.2015.

FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação). **Uma metodologia para delimitação participativa de terras em Angola**. Projeto Terra – GCP/ANG/045/SPA. 2011. (Documento Técnico 1). Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/field/009/aq094pt/aq094pt.pdf>>. Acesso em: 27/08/2015.

FERREIRA, Yoshiya Nakagawara. Industrialização e urbanização no Paraná. **Geografia**, Londrina, v.3, p.113-121, 1986. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/9828/8636>> Acesso em: 29 jan.2016.

FLORIANI, Dimas. **Crítica da Razão Ambiental**: Pensamento e Ação para a Sustentabilidade. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2013. 244p.

FLORIANI, Nicolas. **Saberes e Práticas de Territórios Agroecológicos**. 1. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. 362p.

FLORIANI, Nicolas; KOZEL, Salete, FLORIANI, Dimas. Representações espaciais: mapeando os saberes vernaculares acerca das paisagens rurais. **Geografia**, Rio Claro, v. 34, n. 2, p. 271-286, mai./ago. 2009.

FLORIANI, Nicolas; CARVALHO, Silvia Méri; FLORIANI, Dimas; SILVA, Andréia Aparecida I. da; STRACHULSKI, Juliano . Modelos Híbridos de Agricultura em um Faxinal Paranaense: Confluência de Imaginários e de Saberes Agrícolas. In: V ENANPPAS - ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS - "Anppas 10 anos: avaliando os desafios teóricos e as novas agenda públicas", 2010, Florianópolis. **Anais do V Encontro Nacional da ANPPAS**, 2010. p.01-22. Disponível em:

<<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT2-203-639-20100907224900.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

FLORIANI, Nicolas; SANTOS, Leonardo José Cordeiro. Saberes Vernaculares de Paisagens: práticas, racionalidades e cognição em territórios agroecológicos. In: BRANDENBURG, Alfio; DUARTE, Angela; SANTOS, Leonardo Cordeiro. (Org.). **Agricultores ecológicos e o ambiente rural**: visões interdisciplinares. 1ed. São Paulo: Annablume, 2012, p. 113-158.

FLORIANI, Nicolas; RIOS, Francisco Ther; FLORIANI, Dimas. Territorialidades alternativas e hibridismos no mundo rural: resiliência e reprodução da sociobiodiversidade em comunidades tradicionais do Brasil e Chile meridionais. **Polis** (Revista Latinoamericana), v. 12, n. 34, p. 73-94, 2013.

FLORIANI, Nicolas; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **Saberes, paisagens e territórios rurais da América Latina**. Curitiba: Ed. UFPR, 2015. No prelo.

FRANCISCO, Quésia de S.; FLORENTINO, Alexandro C. As implicações sócio-ambientais do neomito do “mundo selvagem” no Parque Estadual do Desengano – RJ. **Anais... IX Congresso Argentino de Antropología Social “Fronteras de la Antropología”** Posadas - Misiones 05 al 08 de agosto de 2008.

FÜBRINGER, Nádia Philippsen. **Perspectivas do Processo de Territorialização dos Kaingang no Paraná**. 2010. 52 f. Graduação (Monografia apresentada ao curso de Antropologia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FURLAN, Sueli Ângelo. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 3-15, 2006. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/85/84>>. Acesso em: 14 ago.2015.

GARCÉS, Claudia Leonor López; ROBERT, Pascale de El legado de Darrell Posey: de las investigaciones etnobiológicas entre los Kayapó a la protección de los conocimientos indígenas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 7, n. 2, p. 565-580, maio-ago. 2012. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/bgoeldi/v7n2/v7n2a15.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2015.

GODOY, Leonardo Franco de; CLARINDO, Maximillian Ferreira; FLORIANI, Nicolas; OLIVEIRA, Fábila. A conservação da biodiversidade e do conhecimento etnomedicinal comunidade quilombola Palmital dos Pretos, Campo Largo/PR . In: IV Encontro temático da rede internacional CEPIAL. 13 a 14 de agosto de 2013. Ponta Grossa **Anais... IV CEPIAL**, 2013. p.41-43.

GOMES, Alessandro. Legislação Ambiental e Direito: Um Olhar Sobre o Artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil. **Revista Científica Eletônica de Administração**. v. 8, n.14, p. 1-8, Jun. 2008. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/82cTo2lojkSSIsf_2013-4-30-12-15-57.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2015.

GRUPO DE PESQUISA INTERCONEXÕES. **Interconexões:** saberes, práticas e políticas de natureza. Ponta Grossa: UEPG, CNPq, 2013. Disponível em:<<http://gpinterconexoes.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 26 de nov. 2014.

GUESSER, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 1 n. 1, p. 149-168, ago./dez., 2003, <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13686/12546>>. Acesso em: 13 set. 2015.

HAMADA, Márcia Orie de Sousa; HOPKINS, Michael J. Gilbert. Treinamento de mateiros em identificação botânica como um subsídio para conservação através do manejo florestal, o exemplo da família *Anacardiaceae* no vale do Jari, Monte Dourado – PA. **Prêmios Professor Samuel Benchimol Banco da Amazônia de empreendedorismo consciente**. Tecnologias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, 2008.

HAVERROTH, Moacir. **Kaingang, um estudo etnobotânico:** o uso e a classificação das plantas na Área Indígena Xapecó (oeste de SC). 1997. 175 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997. Disponível em:<http://iquiri.cpaefac.embrapa.br/pdf/dissertacao_moacir_ufsc_1997_pdf_em06jul10.pdf>. Acesso em: 15/08/2015.

HAVERROTH, Moacir. Para quem está chegando nas etnociências. **Boletim da Sociedade Brasileira de etnobiologia e etnoecologia**. v. 11. p. 4. mar. 2008. <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/516.pdf>. Acessado em: 11 set. 2014.

HOLZER, Werther. Trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Espaço e cultura:** pluralidade temática. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2008. p.155-172.

HOLZER, Werther. A geografia Fenomenológica de Eric Dardel. In: DARDEL, Eric. **O homem e a terra:** natureza da realidade geográfica (tradução Werter Holzer). São Paulo: Perspectiva, 2011. 173 p.

INGOLD, Tim. Da transmissão de representações à educação da atenção. **Educação**, Porto Alegre, v.33, n1, p.6-25, jan./abr. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Manual Técnico da Vegetação Brasileira**. IBGE. Rio de Janeiro, 2012. 271p. (Manuais Técnicos em Geociências, número 1).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Censo agropecuário Paraná**. IBGE. Rio de Janeiro, 1970. 670p. (VIII Recenseamento geral).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Séries histórica estatísticas:** rebanhos. 1975. Disponível em:

<<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=18&op=2&vcodigo=PPM01&t=e-fetivo-rebanhos-tipo-rebanho#P1>>. Acesso em: 21 jan. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Séries histórica estatísticas**: População por situação de domicílio. IBGE, Período 1950 a 2010. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD91>> . Acesso em: 18 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Produção carvão vegetal e silvicultura**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/> >2005.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS-ITCG. Carta MI 2841-2 Tres Corregos, **ITCG**, 2005. Disponível em:<http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapeamento_Sistematico/Cartas_Topograficas_IBGE/Raster/50/Cartas_50/MI_2841_2_TRES_CORREGOS_2005.zip>. Acesso em: 15 set. 2015.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS-ITCG. Carta MI 2841-1 Passo do Pupo. **ITCG**, 2005. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Mapeamento_Sistematico/Cartas_Topograficas_IBGE/Raster/50/Coloridas/MI2841_1.zip>. Acesso em: 12 jul. 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Paraná**: economia e sociedade. Curitiba:PARDES, 1981. 72p.

KEW Royal Botanical Garden. **The Plant List**. Base de dados disponível em: <<http://www.theplantlist.org>>.

KORNIS, Mônica Almeida. Sociedade e cultura nos anos 1950. **Portal FGV**. 2002. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>>. Acesso em: 12/12/2015.

KOZEL, Salete. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, Francisco; KOSEL, Salete (org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. 2. ed. Curitiba: Editora UFPR, 2002. p. 215-232.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003. 311p.

LAVORATTI, Cleide. **A produção familiar enquanto unidade organizacional**: estratégias de reprodução dos agricultores de Itaiacoca - Ponta Grossa/PR. 1998. 162f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná. 1998.

LEFF, Enrique. A cultura como mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos. In: LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 98-142.

LITTLE, Paul. E. Territórios sociais e povos tradicionais do Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. **Artigo**. Brasília: UNB, 2002, 32 p. Disponível em <http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acessado em: 26 jun. 2014.

LOBO, Eduardo; LEIGHTON, Gerardo. Estructuras comunitarias de las fitocenosis planctónicas de los sistemas de desembocaduras de rios y esteros de la zona central del Chile. **Revista de Biología Marina**, v.22, n.1, p. 1-29, 1986. Disponível em: < <http://www.revbiolmar.cl/escaneados/221-1.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza; IEGELSKI, Francine. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa**: Diretrizes para a preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal De Ponta Grossa, 2003. 102p.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006. 179 p.

MAGURRAN, Anne E. **Medindo a diversidade biológica**. Curitiba: Ed UFPR, 2011. 261p.

MARQUES, José Geraldo Wanderley. O olhar (des)multiplicado. O papel do interdisciplinar e do qualitativo na pesquisa etnobiológica e etnoecológica. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. M. P. (Eds.). **Métodos de coleta e análises de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP, 2002. p. 31-46.

MENDONÇA, Francisco. Geografia Socioambiental. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba, Ed. UFPR, 2002. p.121-163.

MICHAELIS. **Moderno dicionário de língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MING, Lin Chau. **Plantas medicinais na Reserva Extrativista Chico Mendes: uma visão etnobotânica**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Plano Nacional de Silvicultura com Espécies Nativas e Sistemas Agroflorestais – PENSAF. Brasília. Outubro, 2006. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/estruturas/pnf/_arquivos/pensaf_v1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Instrução normativa N. 5, de 8 de setembro de 2009**. Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal instituídas pela Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965. Disponível em:< http://www.redejudica.org.br/legislacao/in_5_2009_MMA.pdf>. Acesso em: 17 fev.2016.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Florestas do Brasil em resumo - 2010**: dados de 2005-2010. / Serviço Florestal Brasileiro. – Brasília: SFB, 2010. p.152. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sfb/_arquivos/livro_de_bolso___sfb_mma_2010_web_95.pdf>. Acesso em: 15 jun.2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **O que é o CONAMA?** Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/estr.cfm>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. A floresta com Araucárias. **Folder** [online]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_arquivos/folder_consulta02.pdf>. Acesso em 09 jun.2015.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. *Clipping* - 22 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=5154>> . Acesso em: 20 jul.2014.

MIRANDA, Jean Carlos. Sucessão ecológica: conceitos, modelos e perspectivas. **SaBios: Rev. Saúde e Biol.**, v. 4, n. 1, p. 31-37, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/4607900/Sucessão_ecológica_conceitos_modelos_e_perspectivas>. Acesso em: 14 set.2015.

MIRANDA, Everton; OLIVEIRA, Fábila Alessandra Santos de; HEGLER, Josiliane da Silva; FERREIRA, Maximillian Clarindo; FLORIANI, Nicolas. Narrativas sobre a história da territorialidade tradicional e do uso da terra da Comunidade Remanescente de Quilombola Palmital dos Pretos: recriação da memória pela cartografia. In: VII Seminário Estadual de Estudos Territoriais II Jornada de Pesquisadores sobre a Questão Agrária no Paraná, 2014. **Anais...** Ponta Grossa: VII SEET, 2014. v. 1. p. 1-15.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Porto Alegre: Sulina, 1999. 309 p.

MORO, Rosemeri Segecin; LIMA, Christiane Niedzielski de. Vegetação arbórea do Faxinal Sete Saltos de Baixo, Ponta Grossa, PR. **Terr@ Plural**, v. 6, n. 1, p. 79-90, jan./jun. 2012.

MORO, Marcelo Freire; MARTINS, Fernando Roberto. Métodos de levantamento do componente arbóreo-arbustivo. In: FELFILI, J. M.; EISENLOHR, P. V.; MELO, M. M. R. F.; ANDRADE, L. A.; MEIRA NETO, J. A. A. (Orgs.). **Fitossociologia no Brasil: métodos e estudos de casos**. Viçosa-MG: Ed. UFV, 2011. p.174-212.

MUELLER-DOMBOIS, Dieter; ELLENBERG, Heins. **Aims and methods of vegetation ecology**. 2 ed. Caldwell: Blackburn Press, 2002.

NAKAZONO, Erika Matsuno. O Mateiro e a Pesquisa Científica. In. Almeida, Alfredo Wagner Berno de et al. (orgs). **Caderno de Debates Nova Cartografia Social:**

conhecimentos tradicionais na Pan-Amazônia. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Manaus: UEA Edições, 2010. p. 64-71.

NIEDZIELSKI, Christiane; MORO, Rosimeri S. **Caracterização da vegetação arbórea do Faxinal Sete Saltos de Baixo**. Especialização em gestão ambiental, UEPG, 2007.39p.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. Sustentados pela floresta: populações tradicionais e a Mata Atlântica. In: RUA, João (organização). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2007. p. 35-56.

OLIVEIRA, Flávia Camargo de; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de; FONSECA-KRUEL, Viviane Stern da; HANAZAKI, Natalia. Avanços nas pesquisas etnobotânicas no Brasil. **Acta Bot. Bras.**, v.23, n.2, p. 590-605, 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-33062009000200031>>. Acesso em: 28 ago.2015.

OLIVEIRA Danilo Ribeiro; LEITÃO Gilda Guimarães, ARQMO; Silva M. C. R.; LEITÃO Suzana Guimarães. A Enotaxonomia das Comunidades Quilombolas de Oriximiná-PA, Brasil. In: XX Congresso Latinoamericano de Etnomedicina: Professor Dr. Francisco José de Abreu Matos. 19 a 22 de setembro de 2011. **Anais...**Fortaleza: XX Congresso Latinoamericano de Etnomedicina, 2011.

PARANÁ. **Decreto Estadual no. 3.446 de 14/08/1997**. Disponível em: <http://celepar7.pr.gov.br/sia/atosnormativos/form_cons_ato1.asp?Codigo=451>. Acesso em: 14 set.14.

PEREIRA, Tiago Katu; MORO, Rosimeri Segecin. Estágios de Regeneração de Sub-bosque em Reflorestamentos de Araucária na FLONA do Assungui, Campo Largo - PR. In: VI Congresso de Meio Ambiente da Associação de Universidades Grupo de Montevideu - AUGM Ambiente 2009, 2009, São Carlos - SP. **Anais** do VI Congresso de Meio Ambiente da AUGM, 2009.

PEREIRA, Tiago Katu; CHAVES, Carinne Correa; MORO, Rosemeri Segecin; MACHADO, Neuri Carneiro; FLORIANI, Nicolas. Fitossociologia do Criadouro Comunitário do Faxinal Taquarí dos Ribeiro, Rio Azul - PR. In: I Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Ambiente, 2009, Cascavel. **Anais** Seminário Internacional de Ciência, Tecnologia e Ambiente - Unioeste, 2009. p. 1-9.

PINTO SOBRINHO, Felipe de Araújo. **Estudo etnobotânico de mateiros residentes no entorno de Unidades de Conservação no estado do Rio de Janeiro**. – Rio de Janeiro, 200773 f. Dissertação (Mestrado em Botânica) Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Escola Nacional de Botânica Tropical. Rio de Janeiro, 2007.

PINTO SOBRINHO, Felipe de Araujo; GUEDES-BRUNI, Rejan R.; CHRISTO, Alexandre Gabriel. Uso de plantas medicinais no entorno da Reserva Biológica de Tinguá, Nova Iguaçu, RJ. **Rev. Acad.**, Ciênc. Agrár. Ambient., Curitiba, v. 9, n. 2, p. 195-206, abr./jun. 2011.

POSEY, Darrell A. Etnobiologia: teoria e prática. In: RIBEIRO, Darcy (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**, v. 1. Petrópolis: FINEP/Vozes, 1986. v. p. 15-25.

PROCÓPIO, Lílian Costa; SECCO, Ricardo de Souza. A importância da identificação botânica nos inventários florestais: o exemplo do “tauari” (*Couratari* spp. e *Carinianaspp.* - *Lecythidaceae*) em duas áreas manejadas no estado do Pará. **Acta Amazonica**, v. 38, n. 1, p.31–44, 2008.

RAMIRES, Milena. Etnoictiologia dos Pescadores Artesanais de Ilhabela/ SP. In: III Encontro da ANPPAS 23 a 26 de maio de 2006 Brasília – DF. **Anais III ANPPAS**, 2006. p. 1-16. Disponível em:<
http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/arquivos/TA662-04032006-162234.PDF>. Acesso em: 20 jan. 2016.

RAMOS-ELORDUY, Julieta; MORENO, José Manuel Pino; COSTA-NETO, Eraldo Medeiros; FITA, Dídac Santos. La investigación etnoentomológica en México: antecedentes, retos y perspectivas. In: ARAÚJO, Thiago Antonio de Sousa; ALBUQUERQUE, Ulysses Paulino de. **Encontros e desencontros na pesquisa Etnobiológica e Etnoecológica**: os desafios do trabalho em campo. Recife: NUPEEA, 2009. p. 288.

REDEMAP. Rede de Parcelas Permanentes dos Biomas Mata Atlântica e Pampa. Manual de instalação e medição de parcelas permanentes dos Biomas Mata Atlântica e Pampa/ Redemap. –Curitiba: **Funpar** – Fundação Universidade Federal do Paraná, 2007.40p. Disponível em:< > Acesso em: 10 mar. 2015.

RIBEIRO, Berta G. Etnobiologia (prefácio). In: RIBEIRO, Darcy (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**, Vol. 1. Petrópolis: FINEP/Vozes, 1986.v. p. 11-14.

ROCHA-COELHO, Fabiane Borges. **Etnobiologia**. n. 1, p.1-20. 2009. Disponível em: <http://nead.uesc.br/arquivos/Biologia/modulo_8-bloco_1/uni_etnobiologia/material_apoio/modulo_etnobiologia.pdf>. Acesso em: 13/09/2015.

ROQUE, Alan de Araújo. **Potencial de uso dos recursos vegetais em uma comunidade rural do semiárido do Rio Grande do Norte** – Natal, 2008. 79 f. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

ROSOT, Maria Augusta Doetzer; OLIVEIRA, Yeda Maria Malheiros de; RADOMSKI, Maria Izabel; LACERDA, Andre Eduardo Biscaia de; GARRASTAZU, Marilice Cordeiro; CARDOSO, Denise Jeton; MATTOS, Patricia Povia de; BRAZ, Evaldo Muñoz; KELLERMAN, Betina. **Bosque Modelo Caçador**: concepção e processo de estruturação. Colombo: Embrapa Florestas, 2013.p.91.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: saberes tradicionais e gestão de recursos naturais. In:CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do Trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup/UFGA/NAEA, 1997. p. 67-79.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 11.ed. Porto: São Paulo: Cortez, 1999. 59 p.

SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Samaira Siqueira; SANTANA, Karini de; BUFFARA, Julia Maria Milanese. Políticas públicas relacionadas à proteção dos conhecimentos tradicionais indígenas associados à biodiversidade. Vinculado ao **Projeto de Pesquisa: Justiça, Democracia e Direitos Humanos**; UEPG, 2015.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: **Paisagem, Tempo e Cultura**. (Org.) CORRÊA, R. L. et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.12-73.

SCIFONI, Simone. **A construção do patrimônio natural**. 2006. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade de São Paulo, 2006.

SCHIER, Raul Alfredo. **Paisagens e florestas**: abordagem histórica e legislação. Curitiba: Reichs, 2004. 62p.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO PARANÁ. Coordenação do Patrimônio Cultural. Bibliografia Paranaense – Obras. Pesquisando a História Paranaense. **Paraná Tradicional**. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=175>>. Acesso em: 6/01/2015.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS-SEMA. **Mapeamento da Floresta Atlântica do Estado do Paraná**: cartilha de apoio à interpretação das cartas de vegetação, Curitiba, 2002. 41p.

SHEPHERD, G.J. **FITOPAC**: manual do usuário. Campinas: UNICAMP, 1994. 25p.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzetto. Territorialidades Camponesas do Cerrado - O Saber Gerado a Partir do Conhecimento Local. **Campo-Território: revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-35, ago. 2012.

SILVA, Joilson Cruz da. As Comunidades Remanescentes de Quilombos e a Preservação Ambiental na Região da Baía de Camamu – Bahia. 2011. **Anais...** I Seminário Espaços Costeiros, Bahia, 2011. p. 01-07.

SILVA, Sandra Lúcia da Cunha e; GUALBERTO, Simone Andrade; MACEDO, Guadalupe Edilma Licon; SILVEIRA, Thiara Carvalho Da; SILVA Débora Cardoso da. Plantas Medicinais Usadas Pela Comunidade do Povoado de Laços (Tanhaçu/Bahia) e Encontradas na Floresta Nacional Contendas do Sincorá. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 25, n. 3, p. 130-136, jul-set., 2012.

SILVA, Rafael Ricardo Vasconcelos. **Conexões entre o saber local e o científico sobre um fragmento de floresta ciliar na zona da mata norte de Pernambuco**. 2010. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Recife, 2010.

SILVA, Rodrigo Ozelame da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de; MACIEL-LIMA, Sandra Mara; STEENBOCK, Walter. As vozes da floresta e a ecologia dos saberes. In: STEENBOCK, Walter; SILVA, Letícia da Costa e; SILVA, Rodrigo Ozelame da; RODRIGUES, Almir Sandro; PEREZ-CASSARINO Julian; FONINI, Regiane. **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013. p.89-124.

SIMINSKI, Alexandre. **Formações Florestais Secundárias como Recurso Para o Desenvolvimento Rural e a Conservação Ambiental no Litoral de Santa Catarina**. Florianópolis, 2004. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

SIMINSKI, Alexandre. **A floresta do futuro**: conhecimento, valorização e perspectivas de uso das formações florestais secundárias no Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009. 153f. Tese (Doutorado em Ciências) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SKEWES Juan Carlos; GUERRA, Debbie; HENRÍQUEZ, Christian. Patrimonio y paisaje: dos formas de ensamblar naturaleza y cultura en la cuenca del río. **Chungara**. Valdivia v.46, n. 4, p.651-668, 2014.

SOUZA, Patrícia Carla de Almeida e. **Memória Oral e Transmissão de Conhecimento**: a comunidade do Sapê, Niterói, Rio de Janeiro, na voz de mateiros, ervaíros e cultivadores de plantas ornamentais da região. 2009. 138 f. (Dissertação de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

STANISKI, Adelita; FLORIANI, Nicolas; ALMEIDA SILVA, Adnilson de. El uso de la metodología de la historia oral en investigación Etnoecológicas. In: IV Congreso de Cultura y educación para la Integración de América Latina, 2015, Osorno, Chile. **Caderno** do IV CEPIAL - Congreso de Cultura Y Educación para la Integración de América Latina. El Buen Vivir.. Osorno: ULagos, 2015. v. 1. p. 35-35.

STRACHULSKI, Juliano. **Os saberes ecológicos tradicionais de agricultores da comunidade rural Linha Criciumal e sua relação com a paisagem rural- Cândido de Abreu, PR**. Ponta Grossa, 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

STEENBOCK, Walter; SILVA, Letícia da Costa e; SILVA, Rodrigo Ozelame da; RODRIGUES, Almir Sandro; PEREZ-CASSARINO Julian; FONINI, Regiane. **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Curitiba: Kairós, 2013

STURTEVANT, William. C. Studies in ethnoscience. **American Anthropologist**, Arlington, v. 66, n. 3, p. 99-131, 1964.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia física (?) Geografia ambiental (?) ou Geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (org). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba, Ed. UFPR, 2002. p.111-120.

TAVARES, Luis. Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. São Paulo, 2008. 755.f. Tese (Doutorado em geografia humana) Universidade de São Paulo, 2008.

TRINTIN, Jaime Graciano; IZEPÃO, Rosalina Lima. Estado, planejamento e desenvolvimento industrial no Paraná. In: ANPUH – XXII Simpósio nacional de História, João Pessoa, 2003. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003.6p.

TOLEDO, Victor Manuel. Povos/ Comunidades Tradicionais e a Biodiversidade. In: LEVIN, S. A. (Editor). **Encyclopedia of Biodiversity**. Academic Press, San Diego, 2001.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. Uso múltiple y biodiversidad entre los Mayas Yucatecos (México). **Interciência**, v. 33, n. 5, p.345-352, mai. 2008.

TOURINHO, Luiz Anselmo Merlin. **O código Florestal na pequena propriedade rural**: um estudo de caso em três propriedades na microbacia do Rio Miringüava. Curitiba, 2005, 82 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

VALVERDE, Orlando. Sistema de roças: agricultura nômade ou itinerante. **Revista Portuguesa de Geografia**, Lisboa, v. 3, n. 6, p. 225-239, 1968. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1968-06/06_07.pdf>. Acesso em: 15 jun.2015.

VEIGA, Margareth Panichi da; MARTINS, Sueli Sato; SILVA, Ivan Crespo, TORMENA, Cássio Antonio; SILVA, Osvaldo Hidalgo da. Avaliação dos aspectos florísticos de uma mata ciliar no Norte do Estado do Paraná. **Acta Scientiarum Agronomy**, Maringá, v. 25, n. 2, p. 519-525, 2003.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; ALVES LIMA, Jorge Carlos. **Classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura Familiar, 2006.

VIANA, Douglas Carvalho Francisco, FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. Mapeamento da Cadeia Produtiva das Plantas Medicinais Comercializadas por Herbanários do Mercado Público de São José em Recife-PE. In: XX Congresso Latinoamericano de Etnomedicina: Professor Dr. Francisco José de Abreu Matos. 19 a 22 de setembro de 2011. **Anais...** Fortaleza: XX Congresso Latinoamericano de Etnomedicina, 2011.

VICENTE, Nicole Rodrigues; FANTINI, Alfredo Celso. Transformações no Sistema Tradicional de Roça Itinerante na Mata Atlântica do Litoral Sul Brasileiro. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis. v.11, n.2,p.183-203, jul./dez., 2014.

VIERTLER, Renate Brigitte. Métodos antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: AMOROZO, M. C. M.; MING, L. C.; SILVA, S. P. (Org.). **Métodos de coleta e análises de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas**. São Paulo: CNPq, UNESP, 2002

WAINER, Ann Helen. Legislação ambiental brasileira: evolução histórica do direito ambiental. **R. Inf. Legisl.** Brasília, v.30, n. 118, p.191-206. abr./jun. 1993. Disponível em:<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176003/000468734.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 06 mai.2015.

XOLOCOTZI, Efraím Hernández. El Concepto de Etnobotánica. In: In: BARRERA, Alfredo. **La Etnobotánica**: Tres Puntos de Vista y Una Perspectiva. Programa Nacional de Etnobotánica. Chapingo: Universidad Autónoma, Chapingo, 2001.